

OS CONTEMPORANES



JOSE MANUEL MARTÍNEZ DE LA ROSA

*Jose Manuel Martinez de la Rosa*  
Escritor de la 1ª

GALERIA DOS  
BRASILEIROS  
ILUSTRES

.....  
*Coleção Brasil 500 Anos*

GALERIA DOS  
BRASILEIROS  
ILUSTRES

*S. A. Sisson*

Volume II

# BRASIL 500 ANOS

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

## COLEÇÃO BRASIL 500 ANOS

Lançamentos programados para 1999:

*O Brasil no Pensamento Brasileiro* (Volume II) – Walter Costa Porto e Carlos Henrique Cardim (organizadores)

*Textos Políticos da História do Brasil* (9 volumes) – Paulo Bonavides e Roberto Amaral (organizadores)

*Galeria dos Brasileiros Ilustres* (Volumes I e II) – S. A. Sisson

*Rio Branco e as Fronteiras do Brasil* – A. G. de Araújo Lima

*Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros* – Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 1999

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70168-970

Brasília – DF

.....

Galeria dos brasileiros ilustres / S. A. Sisson [editor]. – Brasília : Senado Federal, 1999.

2v.: il., retrs. – (Coleção Brasil 500 anos)

1. Brasil, biografia (1822-1861). 2. Político, biografia, Brasil (1822-1861). 3. Escritor, biografia, Brasil (1822-1861). I. Sisson, S. A. II. Série.

CDD 920.081

.....

.....

*Sumário*

Pedro de Alcântara Bellegarde	Pág. 11
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Pág. 21
Inácio Marcondes de Oliveira Cabral	Pág. 31
Dom Pedro I, Imperador do Brasil	Pág. 37
João Crisóstomo Calado	Pág. 51
Marquês de Inhambupe (Antônio Luís Pereira da Cunha)	Pág. 61
Conselheiro José Antônio Saraiva	Pág. 69
Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes)	Pág. 83
Barão de Caçapava (Francisco José S. S. Andréia)	Pág. 101
Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Pág. 135
Sebastião do Rego Barros	Pág. 141
Miguel de Frias e Vasconcelos	Pág. 151
Visconde de Jequitinhonha (Francisco Jê Acaiaba de Montezuma)	Pág. 157

João Paulo dos Santos Barreto

Pág. 193

Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos)

Pág. 199

Marquês de Lajes (João Vieira de Carvalho)

Pág. 205

Marquês de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca)

Pág. 211

As princesas imperiais, senhoras D. Isabel e D. Leopoldina

Pág. 219

Visconde de S. Leopoldo (José Feliciano F. Pinheiro)

Pág. 223

Rafael Tobias de Aguiar

Pág. 233

Barão de Muritiba (Manuel Vieira Tosta)

Pág. 241

Pedro Ferreira de Oliveira

Pág. 249

João Manuel Pereira da Silva

Pág. 271

Marquês de S. João de Palma  
(Francisco de Assis Mascarenhas)

Pág. 277

José Joaquim da Rocha

Pág. 285

José Inácio Silveira da Mota

Pág. 295

Alexandre Joaquim de Siqueira

Pág. 301

José Maria da Silva Bitancourt  
Pág. 307

Francisco Gomes de Campos  
Pág. 315

Joaquim Marcelino de Brito  
Pág. 323

Diogo Antônio Feijó  
Pág. 337

José Antônio Marinho  
Pág. 345

Ângelo Moniz da Silva Ferraz  
Pág. 357

Francisco de Paula Sousa e Melo  
Pág. 367

Barão da Vitória (José Joaquim Coelho)  
Pág. 377

Joaquim José Inácio  
Pág. 383

Barão de Suruí (Manuel da Fonseca)  
Pág. 395

Visconde de Pedra Branca  
(Domingos Borges de Barros)  
Pág. 405

D. Manuel de Assis Mascarenhas  
Pág. 411

José Bento Leite Ferreira de Melo  
Pág. 419

Teófilo Benedito Otôni  
Pág. 429

D. Manuel Joaquim da Silveira

Pág. 449

Visconde de Sepetiba (Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho)

Pág. 465

Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato

Pág. 477





PEDRO II<sup>o</sup> ALCANTARA BELLEGARDE

*Do. de Alcantara Bellegarde*

.....

*Pedro de Alcântara Bellegarde*

Q

uando os grandes acontecimentos sociais, que enchem as primeiras páginas da história deste século, vieram provar que a vasta América, até então refúgio de obscuros desvãlidos, devia oferecer nova pátria aos príncipes perseguidos pelas conseqüências da revolução francesa; quando, para nos servirmos ainda de palavras que com sobrada razão para aqui trasladamos,<sup>\*</sup> a vanguarda do exército francês pisava a terra lusitana, e o príncipe D. João, convencido por uma parte de que toda a resistência seria infrutífera contra o imenso poder de Napoleão, com as poucas forças do Reino, e por outra, cedendo às instâncias de seus conselheiros colaboradores da política inglesa, se revolveu a sair do Tejo e vir buscar asilo no Estado do Brasil; foi a nau *Príncipe Real* escolhida para transportar à terra de Santa Cruz o regente e a corte.

A bordo desse importante vaso de guerra vinha um destacamento de artilharia, de que era comandante o capitão Cândido Noberto Gorge de Bellegarde. Esse distinto oficial trazia em sua companhia

---

\* As palavras, que acima reproduzimos, são extraídas do *Resumo da História do Brasil*, do finado major Henrique Luis de Niemeyer Bellegarde, irmão primogênito do conselheiro Bellegarde. Nas *Revistas do Instituto Histórico* se encontra o seu elogio histórico.

a sua virtuosa consorte Sr<sup>a</sup> D. Maria Antônia de Niemeyer Bellegarde, que, não obstante o estado em que se achava, não quis deixar de segui-lo em uma viagem tão travada de contrariedades.

Ao deixar as águas do Tejo a nau *Príncipe Real* viu-se salteada por violentos temporais. A despeito da coragem varonil que possuía a sra. D. Maria Bellegarde, e que era realçada por uma resignação verdadeiramente evangélica, tantas e tão veementes comoções não podiam deixar de atuar fortemente sobre o seu organismo, e o resultado foi que no dia 13 de dezembro de 1807 veio antecipadamente ao mundo um menino que, poucos dias depois, e nos braços do príncipe D. Pedro, recebia na pia batismal o nome de Pedro de Alcântara Bellegarde.

Chegando ao Rio de Janeiro o capitão Gorge Bellegarde foi promovido a major e transferido para o corpo de engenheiros; e no ano de 1810 expirou deixando dois filhos confiados aos ternos cuidados de uma mãe, que soube assidua velar sobre eles com solicitude e dedicação nunca desmentidas, e certamente bem dignas do galardão com que a Providência a recompensou, a sincera obediência e o profundo respeito de seus filhos.

No ano subsequente (1811) ao do passamento do major Gorge de Bellegarde, o munificente Monarca, em remuneração dos serviços do finado, mandou assentar praça de cadetes de artilharia a seus filhos, vencendo desde logo tempo de serviço e soldo.

A sra. d. Maria Bellegarde, que ainda no verdor dos anos trajava o crepe da viuvez, dedicou-se incansável à educação de seus filhos, que sob tais auspícios obtiveram tão rápidos progressos, que, em 1821, Pedro de Alcântara Bellegarde, seu secundogênito, que então contava apenas treze anos de idade, conseguiu matricular-se na Escola Militar, na qual, não obstante ser o mais jovem de todos os seus companheiros, não deixou jamais de ombrear com os mais notáveis, e não raro de excedê-los. No ano de 1827 concluiu ele o curso da Escola Militar, que era então de sete anos, havendo por cinco vezes obtido prêmios.

Foi aí que o jovem Pedro Bellegarde começou a revelar da maneira a mais brilhante a sua já bem culta inteligência.

A lei vigente para as promoções de artilharia no tempo da independência estabelecia os concursos.

O mancebo que tão esforçado se mostrara nas lides da inteligência não podia deixar de apresentar-se na arena; a própria consciência

para lá o impelia. Apresentou-se; e o futuro, que tantas vezes implacável dissipava as mais amenas esperanças, encarregou-se desta vez de demonstrar irrecusavelmente quão legítimas eram as aspirações do talentoso mancebo.

Pedro de Alcântara Bellegarde alcançou por concurso os postos de 2<sup>o</sup> tenente, em 1823, de 1<sup>o</sup> tenente três meses depois, e de capitão de artilharia em 1824!

Além destas soube ainda merecer outras provas de consideração: antes mesmo de concluir os seus estudos foi pelo governo escolhido para servir sob as ordens dos ilustres engenheiros Cordeiro Torres (depois visconde de Jerumirim) e Andréia (depois barão de Caçapava) nos trabalhos das fortificações das vizinhanças da cidade, e para outras comissões importantes de engenharia; e passou para o corpo de engenheiros.

Concluído o curso da Escola, foi-lhe cometida a direção da obra do Farol da Ilha Rasa; e bem assim o encargo de coadjuvar o plano do canal do rio Guandu à baía do Rio de Janeiro.

No ano de 1828 foi-lhe conferida a graduação de major. Depois esteve por mais de dois anos em Campos de Goitacases, incumbido de fazer os primeiros estudos sobre os canais do Ururai e do Nogueira, além de outros trabalhos.

Regressando à corte, em 1832, e encontrando os negócios públicos dispostos por forma mui pouco compatível com os seus princípios de fidelidade, hesitou por algum tempo em conservar-se na carreira militar, que lhe parecia haver perdido nessa época o seu mais belo brasão: o da lealdade.

Tentou então estudar Medicina, mas a anatomia se lhe apresentou de uma repugnância invencível; projetou depois estabelecer-se com uma tipografia destinada à publicação de vários trabalhos científicos que encetara: tão persistentes esforços haviam por único escopo abandonar a carreira que abraçara.

Achava-se nestas circunstâncias, quando se anunciou o primeiro concurso para vagas de substitutos da Escola Militar, lugar que se havia recusado sempre a solicitar, por ser cordialmente infenso a um tal sistema de alcançar empregos e posição. Então o seu antigo mestre e prestante amigo Cordeiro Torres veio demovê-lo de seus projetos, e levado mais pela

abnegação, toque principal do seu caráter, do que por vontade própria, tal era a relutância que sentia em depender do governo, se inscreveu para o concurso anunciado.

Pelos fins do ano de 1832 teve lugar o primeiro concurso para professores da Escola Militar: seis concorrentes se apresentaram às três vagas de substitutos, e destes somente foi proposto o major Pedro de Alcântara Bellegarde.

Este fato por si só bastaria para fazer crer a quem não houvera o ânimo prevenido, que à nomeação do único candidato aprovado se não levantaria a mais tênue dúvida. Não aconteceu porém assim: nos tempos duros que então corriam o merecimento profissional bem pouco lhe valeu! Antigas relações de amizade que mantinha com pessoas desafetas ao governo, ou antes por este perseguidas, retardaram por seis meses a sua nomeação, e por ainda mais um ano a posse do lugar!

Arrede Deus de nós outros semelhantes tempos de intolerância!

Empossado finalmente em 1834 no emprego de substituto da Escola Militar, exerceu os encargos inerentes a este lugar e ao de lente proprietário pela maneira distinta por que o atestam, além de um bem merecido renome, os seus próprios discípulos e colegas, que vieram sempre crescentes os créditos que granjeara como estudante e engenheiro prático. Lecionou em quase todas as cadeiras da Escola, e não raro em mais de uma ao mesmo tempo. Sem outras interrupções, a não serem as motivadas pelo público serviço, seguiu a carreira do magistério por espaço de vinte anos até o de 1853, em que se jubilou, recusando a graça que o governo lhe ofereceu de continuar no exercício de suas funções, dizendo: "A jubilação dos lentes antigos não é só uma recompensa de serviços, é também uma garantia de progresso; se hei sempre servido bem, outros virão depois e servirão melhor".

No ano de 1836 fundou-se, em Niterói, a Escola de Arquitetos Medidores, sobre um projeto elaborado pelo então já major efetivo Pedro de Alcântara Bellegarde e apresentado à assembléia provincial por José Clemente Pereira. O autor do projeto foi nomeado lente e diretor da Escola, e sucessivamente regeu todas as diferentes cadeiras do ensino; e como se tanto labor fora ainda insuficiente, compôs e deu à luz da publicidade compêndios apropriados à instrução dos arquitetos medidores;

instituição que, quando começava de apresentar auspiciosos resultados, foi suprimida.

Por esse mesmo tempo o major Bellegarde e o coronel Conrado Jacó de Niemeyer submeteram à aprovação da assembléia geral o plano de organização de uma companhia para o arrasamento do morro do Castelo.

Esse projeto, por circunstâncias que não cabe aqui aquilatar, não logrou o seu fito, e daí há tão-somente resultado o ir-se de dia para dia tornando mais dispendiosa e difficil uma obra de utilidade real. Parecia que de todo se sumira nos limbos do esquecimento o projeto dos dois hábeis engenheiros, e que o morro do Castelo permaneceria firme em seu posto até que um cataclisma se encarregasse de o derrocar. Alguns recentes estragos vieram porém acordar amortecidos receios, e hoje cura-se de novo da remoção dos perigos que a existência da montanha pode acarretar.

Oxalá que desta vez se leve a efeito a obra, sem aguardar que alguma calamidade nos venha punir de tanta irresolução!

Em 1841 a província de Pernambuco, por intermédio de seu presidente, convidou os dois engenheiros coronel Conrado e major Bellegarde, a fim de darem um plano para o encanamento das águas potáveis do Recife. Pressurosos acederam eles ao reclamo, e no curto período de dois meses de serviço apresentaram o plano completo, acompanhado das plantas, nivelamentos, etc. A obra realizou-se pouco tempo depois, e a província de Pernambuco goza hoje de seus benéficos resultados.

Antes dessa viagem, o major Bellegarde havia organizado o projeto, e dado começo à primeira estrada macadamizada do Império -- a do Botafogo.

Ao regressar de Pernambuco foi nomeado chefe de uma comissão novamente criada de instrução prática dos engenheiros, acumulando além disso ao exercício da sua cadeira de construções na Escola Militar as lições de astronomia prática. Empregado sempre em diversas comissões, quer na corte, quer na província do Rio de Janeiro, e prosseguindo na publicação de suas obras científicas e práticas de engenharia; assim lhe correu a vida até o ano de 1848.

Foi então que uma nova carreira se abriu à sua dedicação. Obrigado a aceitar a nomeação de encarregado de negócios no Paraguai, para ali partiu no fim do ano de 1848, e nessa legação permaneceu até 1852. Pouco amigo, por natureza, de fazer valer os seus serviços, não foram eles então devidamente apreciados. Hoje porém que a todos são patentes as dificuldades das negociações com aquela República, e quanto é ali melindrosa a residência de um ministro estrangeiro, pode o público melhor avaliar os óbices que teve o nosso encarregado de superar para celebrar um tratado de aliança, que foi o primeiro sinal da grande cruzada, que deu em resultado a queda de Rosas!

De volta dessa importante missão, foi o então já brigadeiro Bellegarde nomeado diretor do Arsenal de Guerra da corte, que, pouco havia, passara pela desagradável fase, que é geralmente conhecida. Durante a sua administração a repartição mui regularmente funcionou.

A 6 de setembro de 1853 foi convidado para a pasta da Guerra pelo então visconde de Paraná, a quem declarou que, se se tratava do sistema de perseguição e intolerância, não podia assentir; e havendo-lhe o novo presidente do conselho manifestado qual a marcha que pretendia seguir, respondeu por estas palavras, que patenteiam a nobreza de seus sentimentos: "Sendo assim, e V. Ex.<sup>a</sup> o presidente do conselho, aceito".

No exercício do seu ministério, que durou de 6 de setembro de 1853 a 14 de julho de 1855, procedeu sempre com toda benevolência compatível com os austeros deveres da vida militar, jamais deixou de prezar e respeitar os seus camaradas, e teve a fortuna de propor e obter galardão para alguns deles, que a despeito de relevantes serviços viviam quase esquecidos.

Criou o batalhão de engenheiros, completando assim a organização do quadro do exército; e a Escola de Aplicação, que seus próprios êmulos (só a mediocridade é que os não tem) não podem deixar de elogiar, e que é por sem dúvida um perdurável monumento alevantado à glória do sábio continuador da grandiosa obra encetada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o fundador da Escola Militar.

O desprazer que lhe causara o desfecho da nossa missão ao Paraguai (1854-1855), acumulando a desgostos provenientes de incompatibilidades de caráter com o presidente do conselho, inspiraram-lhe a

inabalável resolução de insistir por sua demissão do elevado posto que ocupava.

Retirando-se do Ministério, foi poucos meses depois nomeado vogal do Conselho Supremo Militar, e sem mais comissão alguma do governo se conservou durante as administrações dos seus sucessores marquês de Caxias e Jerônimo Francisco Coelho.

Achando-se reduzido a um emprego honroso, porém de trabalho muito inferior às suas habilitações e atividades, depois de haver por algum tempo esperado, tomou o partido de encarregar-se, com permissão do governo, da organização da carta da província do Rio de Janeiro, conjuntamente com o coronel Conrado Jacó de Niemeyer, seu tio e antigo companheiro de trabalho, e neste empenho ainda ambos se conservam.

Havendo chegado a esta corte a infausta nova do falecimento do marechal-de-exército barão de Caçapava, chefe da comissão de limites entre o Império e o Estado Oriental, o dr. J. A. Saraiva, então ministro interino dos negócios da Guerra, o nomeou para substituir ao ilustre marechal-de-exército em tão honrosa comissão. Ele seguiu pouco depois para a província do Rio Grande do Sul, e, decorridos alguns meses, os trabalhos de campo haviam tocado ao seu termo.

Mui deliberadamente nos abtemos de entrar em considerações sobre estes últimos serviços, e por isso, para ultimar, apenas acrescentaremos que o brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde é atualmente do conselho de S. M. o Imperador, viador de S. M. a Imperatriz, comendador da Ordem de S. Bento de Aviz, doutor em ciências matemáticas, diretor da Escola Central, chefe da comissão de limites do Império com o Estado Oriental, vogal do Conselho Supremo Militar e da Justiça, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e de outras sociedades científicas e literárias.

É que, indefesso no estudo, o fruto de suas lucubrações se acha reunido, não só em luminosos escritos inéditos, mas também nas obras que há publicado, e se compõem de compêndios de Matemática, de Mecânica, Arquitetura Civil e Hidráulica, Topografia, Direito das Gentes, Balística, e vários outros, todos notáveis, na opinião dos profissionais, pela reunião das condições de clareza, concisão, e aplicação prática.

Julho, 1859.





FRANCISCO DE PAULA DE ARAÚJO.

*Portrait by Francisco de Paula de Araújo*

.....  
*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*

# H

á muita vida, muita grandeza em nosso passado. A história contemporânea brasileira é fecunda em brilhantes episódios, em gloriosos exemplos, que devem ser religiosamente guardados pela gratidão nacional.

A causa da liberdade no Brasil tem sido ilustrada por devoções patrióticas, por sacrifícios heróicos. Filhos ingratos, nós renegamos o passado, e olhamos com desdenhosa indiferença para aqueles que nos legaram uma nacionalidade. A lápida, que encerra os restos de nossos grandes homens, guarda também as glórias da pátria: entretanto eles aí jazem no esquecimento, e a geração presente renega o culto do passado para incensar os ídolos do dia!

Desde a Independência até hoje há mais de um exemplo eloqüente para atestar a grandeza histórica de nossos maiores, José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos, Feijó, Paula Sousa, Alves Branco, são nomes que simbolizam épocas, e hão de representar com honra o Brasil de hoje perante as gerações futuras.

No grande pórtico de nossa história política avulta a figura majestosa de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Enquanto o passado for uma religião; enquanto a virtude cívica for honrada, e o patriotismo merecer cultos, esse nome viverá nas recordações da pátria agradecida. Sua glória selou-a já a tradição.

Ide aí a todos os ângulos do Império; penetrai até lá onde não tiver repercutido o movimento do século, escutai o singelo habitante do nosso interior, e ouvireis o nome dos Andradas proferido com o respeito devido a esses homens-épocas, que concitam a gratidão de um povo inteiro.

Martim Francisco é um dos apóstolos mais devotados de nossas liberdades, um dos grandes obreiros de nossa independência. Sua vida é uma reação contra o passado colonial, um protesto enérgico e eloqüente contra o absolutismo. Seus longos sofrimentos pela causa do Brasil, o prestígio da proscricção, a probidade e independência de seu caráter, o mesmo orgulho de seu merecimento, dão à sua figura proporções grandiosas, que nos recordam os homens da antiga Roma, e o colocam entre os vultos mais notáveis do país.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada nasceu na então vila de Santos em 1776: foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Bárbara da Silva. Os recursos de sua família proporcionaram-lhe a vantagem de seguir, com seus dois irmãos, a carreira literária: a Universidade de Coimbra abriu-lhe seus tesouros, e aí obteve Martim Francisco o grau em matemáticas.

Desde o reinado de El-Rei D. João V alargara-se consideravelmente o círculo dos brasileiros que se dedicavam às letras, e concorriam com distinção para o serviço da metrópole. O desembargador João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, seu irmão o conde de Arganil, reitor reformador da Universidade de Coimbra, José Bonifácio de Andrada e Silva, Fr. Veloso, o grande botânico, Sousa Caldas, Silva Alvarenga, Coelho de Seabra, fecham com honra o século XVIII, e abrem com majestade o século XIX nos fastos do Brasil. Martim Francisco pertenceu também a essa plêiade brilhante. No ano de 1800 vemo-lo já empregado em excursões científicas ao serviço da nação portuguesa ao lado de seu irmão José Bonifácio, e do tenente-general Napion. O Brasil era então representado com glória ante a metrópole.

Voltou depois à sua pátria todo entregue à vida pacífica do homem de letras, e acumulando com seus estudos esse cabedal de erudição e saber, que devia mais tarde engrandecê-lo tanto no teatro da vida pública.

Serenos foram os dias que passou sob o reinado de D. João VI: o Brasil todo vivia tranqüilo sob o regime do absolutismo, e parecia como adormecido para ganhar forças, com que se empenhasse mais tarde na luta porfiada da Independência.

Durante esse largo período, em que se prepararam os acontecimentos, que deviam mais tarde confundir-se com seu nome, Martim Francisco era ainda o homem de letras, todo entregue às indagações da ciência.

O país entrara em uma nova fase: retirado El-Rei D. João VI para Portugal, tornara-se a recolonização do Brasil o alvo político das Cortes de Lisboa. Os decretos de 29 de setembro foram o primeiro passo para restabelecer a antiga denominação colonial. O Brasil unísono repeliu tão impolítica pretensão. Com seu irmão José Bonifácio concorreu Martim Francisco, a esse tempo secretário do governo provisório de São Paulo, para essa gloriosa representação de 24 de dezembro de 1821, que foi o primeiro grito do patriotismo contra a prepotência da metrópole.

Chegado à corte, é José Bonifácio chamado à gerência dos negócios públicos, e começa sua grande obra de organizar o país no sentido das idéias da Independência. O passado porém estava ainda em pé: o mando de Portugal dominava. As medidas impolíticas das Cortes haviam lançado o germe da discórdia entre os brasileiros.

Em São Paulo o movimento retrógrado das idéias lusitanas, apoiado pelo general João Carlos, conseguira entorpecer o progresso da liberdade constitucional, que a nova ordem de coisas tentava plantar no país. Como representante das novas idéias, que se encarnaram em José Bonifácio para dar-nos a Independência, é Martim Francisco expulso do governo provisório de sua província, e conduzido preso para a corte. Tal era ainda a força das idéias regressistas.

Chegado ao Rio, aguardava-o o mais brilhante triunfo: seu nome ia ligar-se ao grande drama de nossa libertação política.

A luta da Independência era uma empresa difícil: desorganizado pelas Cortes, o Brasil entrava em combate com uma potência constituída, que o assenhoreara por três séculos.

Nessa grande empresa empenhavam-se todos os recursos do país: provas de extraordinária firmeza e atividade dera José Bonifácio,

conduzindo com prudência consumada o movimento da Independência. A época porém era crítica: as circunstâncias do país punham em contribuição todos os recursos do político; a nova ordem de coisas reclamava sobretudo um hábil financeiro, que pudesse, por acertadas medidas, fazer face às avultadas despesas, que exigiam acontecimentos tão extraordinários: esse homem apareceu em Martim Francisco. A 4 de julho de 1822 é ele chamado ao ministério da Fazenda: sua glória ilumina-se com os raios da liberdade nascente. O desinteresse e a probidade deram a mão a subidos talentos para firmar sua reputação política: apesar dos enormes dispêndios da guerra da Independência, sua probidade e patriotismo acharam recursos para fazer-lhes face sem gravar os cofres da nação.

Consumou-se a Independência, e a Constituinte brasileira reuniu-se para organizar o pacto da nova associação política. Martim Francisco foi a ela deputado pelos votos da província do Rio de Janeiro: o ministro, encarregado de dirigir os destinos do Império, devia no seio da Constituinte defender os interesses do povo, a causa da liberdade. Essa missão ele a desempenhou com honra.

A energia dos Andradas em uma época crítica, travada de paixões e preconceitos de nacionalidade, acarretou-lhe inimigos ardentes: uma oposição surgiu logo na cena política, que procurava embaraçar-lhes a ação: depois de algumas vicissitudes a liga dos exaltados com os realistas determinou-lhes a queda, e a 17 de julho de 1823 o glorioso Ministério da Independência estava fora da administração.

Os talentos dos Andradas porém marcavam-lhes ainda um lugar distinto na arena política: retirados do poder organizaram essa oposição vigorosa, que antepunha os recursos da imprensa, a eloquência da tribuna aos desvios do poder.

Na administração cingira Martim Francisco sua frente com os louros de uma glória imorredoura: a tribuna reserva-lhe os triunfos da palavra, a preeminência do orador.

Sua palavra ecoava com a majestade do tribuno do povo: no fato de Davi Pamplona, sua voz elevou-se à altura de uma nobre indignação; nos transportes do patriotismo, ela bradava com energia à Assembléia:

"Legisladores, trata-se de um dos maiores atentados, de um atentado que ataca a segurança e dignidade nacional, e indiretamente o sistema político por nós adotado e jurado. Quando se fez a leitura de semelhante atrocidade, um silêncio de gelo foi nossa única resposta, e o justo receio de iguais insultos à nossa representação nem sequer fez assomar em nossos rostos os naturais sentimentos de horror e indignação. Dar-se-á caso, que submergidos na escuridão das trevas tememos encerrar a luz? Que amamentados com o leite impuro do despotismo amamos ainda seus ferros e suas cadeias? Ou que, vergados sob o peso de novas opressões, emudecemos de susto e não sabemos deitar mão da trombeta da verdade, e com ela bradar aos povos: 'Sois traídos!...' [...] "

"Infames! Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevamos? Que fatalidade, brasileiros! Vivem entre nós estes monstros, e vivem para nos devorarem!... Grande Deus! É crime amar o Brasil, ser nele nascido, e pugnar pela sua Independência e pelas suas leis! Ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras!!..."

Esse discurso foi o testamento político da Constituinte: suas palavras, incendidas pelo entusiasmo ardente do patriotismo ofendido, feriram o poder, e os nomes dos que as proferiram foram inscritos nas tábuas da proscricção: a 12 de novembro de 1823 a Constituinte era dissolvida à força armada, e Martim Francisco, com seus irmãos e outros patriotas, arrastado às torturas do exílio!

Enquanto Martim Francisco, atirado às plagas do estrangeiro, geme sob o peso do exílio, o poder desenvolvia no Brasil sua vasta rede de pesquisas, em que tentava colhê-lo: a dissolução da Constituinte fora apenas um episódio da grande obra empreendida contra os representantes da nação. O decreto de 24 de novembro de 1823 instituiu um vasto plano de inquisição política, que imprimia o caráter de criminalidade nos mesmos discursos dos deputados à Constituinte!

Martim Francisco e Antônio Carlos foram compreendidos na horrorosa devassa, a que então se procedeu. O processo contra eles instaurado é uma exceção, um interregno da Constituição: parece antes um parto do absolutismo dos antigos tempos, do que um documento de uma época constitucional: seus discursos na Constituinte, as cartas por

eles escritas do desterro à família, aí figuravam como provas de criminalidade; e essas cartas o governo apreendera, violara seu segredo, e mandara por portaria de 9 de outubro de 1824 apensá-las ao processo! A História lembrará sempre, como uma feição característica da época, que o ministro, que referendou esses atos, foi um dos redatores da Constituição do Império.

Em 1828 estava ultimado o plano do poder: o processo, que inculpava Martim Francisco do crime de sedição, ia ser sujeito à Relação. O ilustre proscrito corre com seu irmão Antônio Carlos ao Rio para defender-se, e, chegando à sua pátria, é encerrado em uma masmorra da Ilha das Cobras, onde deve expiar o crime de haver amado sua pátria.

O véu ia rasgar-se, e sua inocência aparecer em toda sua luz. A 6 de setembro de 1828 a Relação do Rio de Janeiro firma a sentença de absolvição que lava a afronta feita aos Patriarcas da Independência, e os restitui ao seio de seus concidadãos. Nesse mesmo ano a província de Minas, o foco do civismo naquela época, protestava contra o poder, elegendo para a legislatura de 1830 o patriota proscrito.

Desgostoso porém por tantas decepções, lecionado por sofrimentos tão dolorosos, Martim Francisco protestara nunca mais chegar aos lábios o cálix amargurado da vida pública, que para ele só encerrara o fel da ingratidão.

Em 1830 recusou entrar para os conselhos da Coroa, a que o chamava o Imperador, já arrependido de seu erro.

A generosidade é o apanágio das almas grandes: Martim Francisco e seus irmãos perdoaram a Pedro I as ofensas dele recebidas, e foram na adversidade os únicos amigos que encontrou o Imperador.

A glória mais bela é a que iluminam os raios desmaiados de um astro cadente. Na hora suprema da adversidade a amizade assume a sublimidade de um sacerdócio: Martim Francisco soube ser amigo dedicado no dia do infortúnio, ele, que no tempo da prosperidade só recebera do monarca ofensas e ingratidões. Levou a fidelidade ao infortúnio do Imperador ao ponto de recusar servir sob a regência, porque, aceitando o 7 de Abril como um fato consumado, não queria assumir a responsabilidade de um governo saído do seio de uma revolução por ele reprovada.

O voto nacional lhe dera um assento no recinto dos legisladores da pátria. Restituído ao antigo teatro de suas glórias parlamentares, Martim Francisco desprende sua voz poderosa, e opôs o prestígio de sua palavra à marcha triunfante do governo da revolução.

Os acontecimentos se haviam sucedido com rapidez: a democracia tocara seu último ponto de exaltação política: envolto nas faixas da infância, lá estava esquecido em São Cristóvão o jovem Imperador; ao lado do berço imperial velava um venerável ancião, que na hora da adversidade aceitara de um pai esse legado sagrado.

Nessa época cheia de apreensões e de sustos, os atos do tutor pareceram aos olhos suspeitosos da revolução um crime: o governo propôs às câmaras a remoção de José Bonifácio da tutoria, Martim Francisco ocupa a tribuna em defesa de seu irmão.

Havia em Martim Francisco esse fogo sagrado das grandes convicções, que é como uma centelha despreendida do céu para animar a argila humana. Sua palavra traduzia a nobreza de suas paixões, e coloria-se com os brilhantes reflexos de um patriotismo ardente.

Durante o tempo da regência guardou Martim Francisco religiosamente o protesto que fizera de abster-se da vida pública.

Em 1838, quando sobre os restos da democracia se erguera uma nova política, Martim Francisco engrandeceu com seus talentos essa patriótica minoria, que opunha na câmara os recursos da eloquência ao poder.

Na menoridade não havia salvação para o Império. O governo da regência gravitava sob o peso de uma missão superior às suas forças. A maioria apareceu como o termo dos males públicos.

Nesse grande movimento parlamentar, que investiu o Imperador de suas funções majestáticas, Martim Francisco teve uma parte larga e generosa. De novo o velho patriota desenrolou o pendão de sua eloquência, e apoiou com o prestígio de sua palavra respeitável essa idéia, que se antolhava à nação como o símbolo da salvação pública.

A 23 de julho de 1840 a maioria era uma realidade, e o ilustre paulista era com seu irmão Antônio Carlos chamado aos conselhos da Coroa pelo jovem Imperador. O mesmo gênio, que tinha assistido o Império nos dias da Independência, fora pela Providência fadado para inaugurar o reinado do segundo imperador: atravessara dezoito



anos de infortúnio para cumprir sua missão, e finda ela nada mais lhe restava sobre a Terra. Em menos de nove meses deixou o poder, e nos poucos dias que viveu, guardava-lhe ainda a adversidade seus sofrimentos para coroá-lo mártir da pátria.

Nenhuma parte tomou nos acontecimentos de 1842: entretanto, suas cãs foram desacatadas, e ele, com seu irmão Antônio Carlos, solenemente exautorado das honras de camarista do Imperador. A ingratidão devia ainda turvar seus derradeiros dias, e até à última hora o venerando ancião teve de sofrer pela pátria.

Um ano depois falecia em Santos no dia 23 de fevereiro de 1844 um venerável velho, cujo nome recordava as glórias da Independência, e cujo passamento obscuro traduzia uma viva exprobração à ingratidão de sua pátria: era o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

De uma severidade de costumes superior a toda sedução, conservou-se sempre pobre, sem honras, e baixou ao túmulo apenas com o hábito de Cristo do tempo colonial ao peito. Para sua glória porém bastava-lhe seu nome.

Esse nome simboliza a época grandiosa da Independência, as virtudes cívicas do cidadão. Sua vida fora travada de sofrimentos e de dor; seus dias amargurou-os a ingratidão dos contemporâneos.

Sobre seu túmulo porém brilha hoje o sol de sua glória: as paixões do dia desapareceram ante a luz radiosa da verdade. A glória tem sempre por pedestal um túmulo: só a morte assela a reputação dos grandes homens.

A memória de Martim Francisco revive eterna no coração da pátria agradecida: sua figura avultará sempre no pórtico majestoso, que abre a época de nossa libertação política.

Honremos os grandes homens de nossa pátria; cubramos de flores suas lousas sepulcrais: só assim veremos renascidos os dias dos Paulas Sosas, Andradas, e Feijós; só assim seremos dignos dos altos destinos, que nos chamam no seio do porvir!



MARCONDES DE OLIVEIRA CAMERAL

*Don J. M. Marcondes de Oliveira e Silva*

.....  
*Inácio Marcondes de Oliveira Cabral*

**I**nácio Marcondes de Oliveira Cabral, filho legítimo do capitão-mor Inácio Marcondes do Amaral, e da Sra. D. Ana Joaquina de Oliveira Marcondes, nasceu na vila de Pindamonhangaba a 7 de dezembro de 1783. Desde que atingiu a idade de poder aplicar-se aos primeiros estudos, deixou a casa paterna, e retirou-se para a cidade de Taubaté, onde deu princípio à sua educação literária, a qual teve de concluir na cidade de São Paulo, freqüentando as escolas que ali existiam, e instruindo-se nas matérias que então se ensinavam.

A rígida e severa educação, que os antigos paulistas sabiam dar a seus filhos, e que garbosamente ostentavam na vida particular e pública, tornou o sr. Inácio Marcondes inflexível em seu caráter e austero em seus costumes desde a mais tenra idade. Sempre zeloso de seus sentimentos de honra e dignidade, efeitos da educação que recebera, contudo soube conquistar o respeito e a simpatia de seus colegas, ao lado da mais pura estima e confiança de seus professores. Inclinando-se logo nos primeiros anos de seus estudos à carreira sacerdotal, dedicou-se ao conhecimento das matérias próprias; e por isso, depois de estudar latim, filosofia racional e moral, retórica e teologia, obedeceu à sua vocação, e satisfez o desiderato de seus pais, realizando a sua ordenação de presbítero, e retirando-se para a companhia destes no seu lugar natal, onde estabeleceu permanentemente sua residência.

Iniciando a vida pública ladeado do prestígio e legítima influência, que seu pai sempre mereceu na sua província natal; revestido ele próprio das qualidades que tornam o cidadão recomendável e inspiram a mais firme confiança aos seus conterrâneos, cedo recebeu provas não equívocas do alto grau de respeito e veneração que seus comprouvianos lhe tributam em homenagem aos elevados sentimentos que o distinguem.

A província de São Paulo que, em outras eras, justo título de celebridade e de orgulho havia adquirido entre suas irmãs pelo rigoroso escrúpulo, que guardava na escolha de seus representantes, nem uma só vez deixou de conceder nos Conselhos Gerais, e depois na Assembléa Legislativa Provincial, uma cadeira ao sr. Inácio Marcondes, ao lado dos imortais Andradas, Feijós, Paulas Sosas e Álvares Machados. – Nesses tempos, em que o patriotismo e o entusiasmo tinham verdadeiro fervor no peito dos paulistas; em que a abnegação era considerada como um dever sagrado, como uma religião santa, de cujas máximas não era permitido afastar uma só linha, sob pena de ser tido por um réprobo da pátria; aí, nesse recinto, onde se reuniam os cidadãos mais conspícuos, e as primeiras ilustrações do país, os sentimentos de devotamento pela pátria tomavam de dia em dia novo impulso, as crenças do coração se robusteciam, e formavam essas fileiras compactas e cerradas, que tinham por motivo de ação o amor do país, e por norma de conduta seu engrandecimento, o respeito às instituições e o florescimento da província.

Sob a benéfica influência dessas inspirações santas, filhas da liberdade, enunciadas e transmitidas por órgãos eloqüentes, e por campeões distintos, o sr. Inácio Marcondes consolidou suas crenças, deu o último traço em sua fisionomia política, e adquiriu essa prudência e longanimidade, que constituem um caráter verdadeiramente superior. Munido de arma tão poderosa, não poucas vezes, nessas épocas vertiginosas, em que nas localidades, longe das vistas imediatas do governo, e da ação direta das autoridades superiores, o espírito de partido encandecido, e as paixões políticas violentamente exacerbadas, entregues aos seus próprios impulsos, pareceriam degenerar em sanguinolenta anarquia, o distinto paulista prevalecendo-se de sua legítima influência, e ascendência sobre os espíritos, conteve o povo em sua cólera, e evitou cenas bem dolorosas.

Atalaia incansável do sossego público e do florescimento de seu município, não poucas vezes há sido onerado pelo governo provincial e pelos sufrágios do povo dos seus mais importantes negócios locais, os quais tem sabido promover e realizar com dedicado desinteresse e satisfação pública.

Não menos digno de nossa admiração e das bênçãos da pátria é o sr. Inácio Marcondes quando o contemplamos como sacerdote.

A fiel e constante observância dos deveres que a Igreja impõe aos seus ministros; os atos de piedosa caridade que exercita, sempre que à sua proteção recorrem os indigentes, nos inspiram sentimentos de respeito e veneração.

A munificência imperial não tem esquecido os merecimentos do distinto cidadão, com honras e distinções dignas de seu caráter, sentimentos e serviços. Já o sr. D. João VI o nomeara cavaleiro da Ordem de Cristo com tenças, por alvará régio de 5 de dezembro de 1820. S. M. Imperial houve por bem nomeá-lo Comendador da mesma Ordem em 9 de agosto de 1841.

Por carta imperial de 6 de maio de 1846 foi nomeado cônego honorário da Catedral e Imperial Capela da Corte do Rio de Janeiro. Por breve de 21 de janeiro de 1853 o Santíssimo Padre houve por bem agraciá-lo com as honras e privilégios de protonotário apostólico.

O Instituto Episcopal Religioso, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios do exmo. bispo diocesano, conde capelão-mor, ofereceu-lhe o título de sócio honorário.

S. Exa. o sr. bispo metropolitano de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, conde romano, incansável e solícito na apascentação de seu rebanho, apreciador dos sentimentos religiosos do monsenhor Inácio Marcondes, fê-lo seu delegado na comarca, confiando-lhe poderes e faculdades privilegiadas.

Pelo bem da causa pública, fiel observância e propagação das doutrinas pregadas do alto do Gólgota, o monsenhor Inácio Marcondes, o cidadão, e o sacerdote, não vacila um momento ante o sacrifício de sua individualidade.

Nas últimas eleições, a que se procedeu para representantes da nação, o 3.<sup>o</sup> Distrito da província de São Paulo fez recair em grande maioria seus sufrágios sobre o distinto brasileiro. Se em defesa das ne-

cessidades públicas, e dos legítimos interesses de seus constituintes lhe tem faltado o poder da palavra, não lhe faltará firmeza de caráter, robustez de crenças, e um fogo santo e nobre de patriotismo, se a pátria exigir uma prova de seus sacrifícios.

O Brasil se deve ufanar com orgulho de possuir em seu seio caracteres puros, e vontades tão dedicadas como os filhos da Grécia e de Roma.



J. A. Serra. Cal.

Enghels & C<sup>o</sup> print.

D. PIEDRO I<sup>o</sup>

*Pedro I*

J. A. Serra. Editor L. A. Serra. Cal.

.....

*Dom Pedro I, Imperador do Brasil*

**D**

om Pedro I, fundador da monarquia brasileira, é uma dessas personagens que oferece ao filósofo e ao político, a par dos mais subidos títulos à admiração, mais amplo assunto de estudo. O biógrafo não é historiador; se pode indicar algumas observações, não deve demorar-se nelas, nem mesmo completá-las, cumpre que elas saiam de si mesmas, das circunstâncias da vida que narra, dos acontecimentos em que seu herói achou-se envolto como personagem capital: a nossa tarefa é, pois, limitada, e ainda bem; que, se fosse tão extensa quanto poderia o leitor esperar, declinaríamos a nossa competência para desempenhá-la.

Segundo filho varão do príncipe D. João e de D. Carlota Joaquina, princesa espanhola, D. Pedro nasceu em 12 de outubro de 1798. Na corte paterna a educação do jovem príncipe, como a de seus irmãos, foi um tanto descuidada; era esse o costume da corte portuguesa, e ainda mais o devia ser com o caráter da princesa-mãe e do príncipe regente. Arredado dos negócios públicos, cujo tirocínio constitui uma das máximas vantagens da realeza, excluído de todo estudo sério, se Pedro I foi o que vimos, deveu-o a uma natureza exuberante que o dotara das mais apreciáveis qualidades do homem e do estadista.



aceitação da Constituição proclamada em 1821; tudo lhe granjeava as simpatias populares.

Mais do que tudo, ainda concorriam as virtudes da princesa austríaca com quem em 1818 havia ele unido a sua sorte.

A princesa D. Maria Leopoldina apresentava aos brasileiros o tipo dessas virtudes domésticas que tão preciosas lhes eram e ainda hoje lhes são: nos corações de todos já havia lançado raízes essa afeição vivaz que acompanhou-a até o túmulo, que ainda hoje, tantos anos depois da sua morte, ainda hoje faz lembrado com amor o seu nome por nossos pais, por todos quantos a conheceram e que ainda vivem para nos contar as suas virtudes.

O príncipe deixado para regente do Brasil era em tudo apropriado à missão a que o chamava a Providência, e que já então podia ser prevista. Os brasileiros desde logo se lhe uniram, fizeram conta dele em todos os cálculos de futuro a que se entregava o patriotismo. Em breve a ação das cortes portuguesas, os seus esforços para reduzir o Brasil à posição em que tinha jazido antes de 1808, e ainda mais para quebrar a unidade brasileira, foram despertando zelos e ciúmes; a ação patriótica de sociedades secretas se fazia sentir em todas as manifestações exteriores, concentrando o esforço e os votos nacionais para resistir ao fatal regresso contra nós planejado.

Não pretendemos escrever a história dessa bela época de tanta glória, de tanta ufania para o nome brasileiro e para o príncipe que se colocou à frente do Brasil; somente, pois, indicaremos datas.

Em 9 de janeiro de 1822, ao decreto das Cortes portuguesas que queriam arredar de entre nós o príncipe regente, e assim estrear a reconquista da colônia, respondia a câmara municipal do Rio de Janeiro representando em nome dos povos das cidades do Brasil inteiro, e pedindo ao príncipe que desobedecesse e a par do título de regente recebesse para si e para seu primogênito o título de defensor perpétuo do Brasil; e o príncipe, reconhecendo que nisso ia o bem de todos, mandava dizer ao povo que ficava.

Cumpria dar simultaneidade ao movimento nas províncias; apareciam alguns embaraços, alguns empuxamentos de vontades rivais, o príncipe teve de ir com a sua presença pôr termo ao desenvolvimento desses germes de que poderiam sair a guerra civil e a ruína do país. Mi-

Na obra da organização liberal as dificuldades cresciam: o talento, a boa vontade do príncipe e do povo não bastavam para fazer funcionar a máquina complicadíssima do regime representativo; as paixões suscitadas, preconceitos, rivalidades, os hábitos velhos do absolutismo e as suas instituições em luta com as recentes e exageradas pretensões à liberdade, e com instituições novas, mal compreendidas, mal estudadas nos livros estrangeiros, e que cumpria transplantar; tudo isso constituía dificuldades tão momentosas que de sobejo explicam todos os desastres do primeiro reinado e da menoridade que se lhe seguiu.

Bendigamos a Providência, bendigamos o príncipe, bendigamos o patriotismo de nossos pais, a quem devemos não haver a nação naufragado nessa empresa em que todas as recentes nações nossas conterrâneas, menos uma, têm naufragado!

Para dar uma constituição aos povos, condição anexa à sua aclamação em 12 de outubro e à sua sagração em 1<sup>o</sup> de dezembro de 1822, o Imperador convocou uma constituinte.

A experiência de todos os povos nos diz o que é uma constituinte, qual a sorte efêmera das constituições que saem, se algumas conseguem sair, das suas apaixonadas discussões.

A constituinte brasileira não podia escapar a esta sina. Como lhe escaparia? A nação tinha nela reunido todos os mais distintos patriotas da independência, os mais distintos de seus literatos: entre eles porém nem um homem prático aparecia. Em geral os nossos literatos, formados desde a infância nos estudos clássicos, eram cidadãos entusiastas da velha Grécia, da prisca Roma; suas idéias políticas não iam além das virtudes dos heróis de Plutarco: os mais lidos tinham algum conhecimento das obras da escola liberal francesa, dos grandes dogmas apregoados pela revolução de 1789: nisso ficavam.

Sobre eles atuava uma opinião fogosa, da mesma ilustração, bebida nas mesmas fontes... A imprensa livre a fomentava, e infelizmente se comprometia nas paixões da independência, nas rivalidades do nascimento.

Desse caos ia nascendo o que dele podia nascer – a anarquia. D. Pedro I o fez cessar. A Assembléa Constituinte foi dissolvida, alguns dos seus mais consideráveis corifeus deportados. Esse golpe de estado, não nos cabe a nós, em uma simples biografia, apreciá-lo, nem examinar

majestático, no alimento, enfim, dado a partidos prestes a transformarem-se em facções, por essa sinistra fatalidade que nos arremessou a nós brasileiros, filhos de portugueses, nas insídias, nas guerras civis, nos desatinos dos filhos dos castelhanos. Conquista recente portuguesa, a colônia espanhola quis ser Brasil, quis figurar décima nona estrela na bandeira nacional: logo porém, com o abalo da dissolução da constituinte, a província Cisplatina desligou-se.

A monarquia brasileira quis reavê-la, e a guerra do Sul, em que nos achamos envoltos com as repúblicas do Prata, começou...

Pouco tempo felizmente durou esse erro da política no Brasil: a paz de 1828 salvando a dignidade nacional, constituiu em república independente da Confederação Argentina, que tanto a cobiçava, essa província que não podia nem devia ser nossa.

No interior, entretanto, os acontecimentos se iam precipitando: em 3 de maio de 1826 D. Pedro instalava a primeira legislatura do Império; algumas instituições livres se decretavam; a imprensa saía do regime arbitrário para entrar no da repressão legal, as finanças começavam a regularizar-se pela criação da caixa de amortização e pela organização do tesouro; o poder municipal, cujas bases estavam na constituição, recebia o seu desenvolvimento em uma lei orgânica que ainda subsiste, embora de feito e na prática tenha sido alterada.

Mas ao par desse trabalho, inspirado mais pelo patriotismo do que pela ciência, e que devemos admirar como pôde ser feito naqueles dias da nossa infância política, progredia um trabalho funestíssimo na opinião, no espírito público.

D. João VI, depois de reconhecer a independência do Brasil, e de assim ter consumado o desdobramento do velho reino em duas monarquias separadas profundamente pelo Atlântico quanto pelas rivalidades dos povos, havia falecido. A coroa portuguesa foi deferida ao Imperador do Brasil. O princípio hereditário o chamava ao trono, e todos os amigos da liberdade do progresso em Portugal, conhecendo o espírito liberal do príncipe, a ele aderiu, com tanto maior entusiasmo quanto, se excluído fosse o primogênito de Bragança o trono caberia ao infante D. Miguel, cujos instintos despóticos eles sabiam apreciar.

A circunstância era grave para o Imperador do Brasil. Unir de novo na sua cabeça as duas coroas era pensamento que nem por um mo-

cito, reorganizaria mais convenientemente a administração militar; logo também partiu para essa remota província.

Nela estava, quando uma fatal mensagem o trouxe apressado à capital: chega, e acha morta em 11 de dezembro de 1826 a sua esposa, a mãe querida de augusta e numerosa prole, a imperatriz amada por todas as famílias brasileiras.

Viúvo D. Pedro ainda era moço: o ministro brasileiro que acompanhara à Europa a rainha D. Maria II, levava igualmente missão de tratar do segundo casamento do Imperador.

Com efeito ele o conseguiu, e a princesa D. Amélia de Leuchtemberg, segunda imperatriz do Brasil, entrou no tálamo imperial em setembro de 1829.

Por este tempo a luta intestina dos partidos, fomentada por tantos incidentes exteriores, tinha chegado ao ponto da maior incandescência: a revolução francesa que excluía do trono o ramo mais velho da família de Bourbon repercutia no Brasil, fazendo fermentar os princípios revolucionários eivados do republicanismo, e tornados mais intensos pela associação dos escrúpulos de nacionalidade.

A uma Câmara que em luta com o Senado, por amor da intelligência do artigo constitucional que determina a fusão em assembléia geral, ia deixando o governo sem a legalidade do orçamento e da fixação de forças, havia sucedido a agitação das sociedades secretas, a ação subversiva de uma imprensa que punha por diante dos seus votos democráticos a palavra federação, não compreendida, não explicada senão como um eco da Confederação do Equador de 1825.

Na presença desse movimento dos espíritos, D. Pedro I, antes de ceder-lhe, de por ele pautar o seu procedimento, quis verificar o grau de sua intensidade: partiu, pois, para Minas, província cujos sentimentos monárquicos mais lhe eram recomendados. A difamação, o sarcasmo o acompanharam. E para que tivesse ele prova de quão desafeiçoados lhe estavam os povos, de quão fatalmente se havia desandado dos dias da primeira popularidade de 1822 aos primeiros meses de 1831, o ministro que o acompanhava, sujeito então à reeleição por ter deixado vago na Câmara, ao passar para o Gabinete, o seu assento de deputado, viu-se repellido pelos colégios eleitorais!

Em princípio de 1833 ei-lo já D. Pedro IV, não mais D. Pedro I, desembarcando em Mindelo à frente de um pugilo de bravos que vão libertar a pátria.

Sempre a par de sua posição, agora que carecia das virtudes do guerreiro, da ciência dos cercos e das batalhas, ele as acha embora nunca as houvesse estudado, nunca exercitado, ele as acha na fecunda inspiração do gênio, e em breve a sua mão vencedora assina o tratado de Torres Vedras que põe termo à usurpação e ao absolutismo nas terras de Portugal.

Então, a grande missão do príncipe está completa; sua dinastia ocupa dois tronos; nenhuma glória mais pode vir a seu nome: cumpre que se retire da Terra, que vá esquecer na mansão dos justos as injustiças e as ingratidões dos homens, que vá enfim descansar na paz do túmulo o corpo alquebrado de tantas fadigas, magoado de tão ingentes lutas. Em 24 de setembro de 1834 viu Lisboa, coberta de luto, finar-se esse, o maior dos Braganças, ainda na flor da idade, mas já velho de lidas e de glória.

Na história de dois povos, nos fatos de duas nações, nascida uma, outra restaurada para a liberdade, deixou ele o grande nome de libertador a grande recordação das mais nobres virtudes políticas.



JOAQUÍN CRISTÓBAL CALLADO

*Joaquín Cristóbal Callado*

**D**

Desde alguns anos que a morte impiedosa tem feito gemer o Exército brasileiro pela sucessiva perda de nobres veteranos da pátria, velhos guerreiros, generais experimentados que deixaram o seu nome escrito honrosamente nas páginas da História.

O valente soldado, mancebo ainda, que, sonhando com a vitória e com retumbantes façanhas, desperta ao clangor das trombetas que o chamam à peleja, e denodado corre ao assalto mortífero da praça, levando no coração o amor e nos lábios o nome da pátria, e que, ou no fervor da batalha ou na hora do triunfo, cai ferido por golpe mortal e expira, deixando o mundo com um herói de menos, é uma vítima que nunca se lamenta bastante; porque o futuro preparava ao jovem guerreiro troféus de vitória e os galardões da bravura.

Mas na sepultura do velho general caem lágrimas ainda mais dolorosas. O velho general é o orgulho dos veteranos que ele guiou às batalhas do tempo passado; é o pai desses mesmos e dos novos soldados com quem por vezes partilhara perigos, infortúnios, proezas e triunfos; o velho general é a crônica viva e respeitável desses mil episódios tremendos, brilhantes, calamitosos, entusiásticos da história variada e eletrizadora da guerra; o velho general é o exemplo da disciplina, é o símbolo da fidelidade, é a confiança da pátria, o baluarte da nação, o guia da vitória: a sua experiência é um grande livro, onde os novos guerreiros

aprendem segredos que as mais sábias teorias não descortinam: a sua espada é um monumento que recorda gloriosos acontecimentos.

O Exército é uma família imensa: todos os soldados são irmãos, e os velhos generais são como os venerandos patriarcas desses milhares de homens, que têm todos a mesma bandeira, que prestaram todos o mesmo juramento, que obedecem todos ao mesmo dever: são as lendas vivas de um passado que pertence a eles todos.

E quando morre um desses capitães, que, tendo já a nobre cabeça coroada pela neve dos anos, tem ainda o braço de ferro para defender o país, o Exército chora um chefe, os soldados um pai, a Pátria um benemérito.

Esse velho corpo que desce à sepultura é como uma fortaleza que desaba: contam-se no cadáver as cicatrizes das feridas feitas pelas balas e pelas baionetas do inimigo; calcula-se quanto sangue correu delas, vê-se nas rugas da fronte pálida ainda planos de batalhas; vê-se na imobilidade das feições marmóreas o frio valor do bravo que nem se sorria, nem tremia em frente da morte, e que impávido bradava – marcha! – sem indagar se adiante estava o perigo, bastando-lhe a certeza de que adiante estava o dever.

Oh! Curvemo-nos ante as sepulturas daqueles que por longos anos pagaram ao Estado o tributo do sangue: honremos os guerreiros que morrem, porque os guerreiros são os baluartes da honra nacional, suas espadas as muralhas do Império.

Entre esses beneméritos veteranos, que desceram à sepultura, um dos primeiros, cujo nome encontramos riscado da lista dos vivos, é o marechal João Crisóstomo Calado.

Em setenta e sete anos de vida, sessenta e dois de serviços relevantes prestados ao país; em sessenta e dois anos de serviço militar, exemplo constante de disciplina, de denodo, de dedicação, de perícia, de honestidade e de honra; em sua vida particular e em todo o tempo, notável como cidadão prestimoso e probo, como esposo devotado, como pai extremoso e como amigo fiel, eis em resumo a história do marechal Calado.

Cumprindo, porém, acompanhar este ilustre finado desde o berço até à campa para pagar-lhe assim o tributo devido ao seu merecimento, o biógrafo descansa a pena, e deixa falar por si a relação de fatos



sempre honrosos que documentos oficiais atestam; pede simplesmente à memória que trace em alguns minutos essa carreira brilhante e trabalhosa de sessenta e dois anos de serviços, e entrega à posteridade o cuidado de fazer justiça e de honrar o nome do benemérito general perdido pela pátria.

Os beneméritos falam por si mesmos na recordação de suas grandes e nobres ações: o elogio delas transpira naturalmente, como o perfume se exala do seio das flores.

João Crisóstomo Calado nasceu em 24 de março de 1780, na cidade de Elvas, reino de Portugal, de seus legítimos pais, o coronel Manuel Joaquim Calado e D. Maria Joaquina Nobre. Assentou praça em 26 de março de 1795, no Regimento de Infantaria nº 20, e foi reconhecido cadete.

Na guerra de 1801 combateu contra os espanhóis; e finda essa campanha, cursou as aulas de matemática, abandonando o serviço militar durante o domínio francês na Península Ibérica. Em 1808, com seus companheiros de estudos, passou à Espanha, onde se reuniam forças para expelir os franceses, e foi pelo tenente-general Francisco de Paula Leite nomeado ajudante-de-ordens do general espanhol D. Antonio de Arcé, com a patente de tenente, à qual tinha sido elevado por decreto de 5 de fevereiro de 1805. Sob o comando deste general, e pertencendo a uma divisão inglesa, fez toda a campanha até 1814 e entrou em Portugal; ascendeu gradualmente os postos, tendo sido graduado major em recompensa de sua conduta na ação de 5 de março de 1811, junto a Chialona, e elevado à efetividade do mesmo posto na batalha de S. Munhoz, pelo zelo, valor e acerto com que defendera uma posição contra o exército de Soult; sendo ao demais louvados em ordem do dia seus serviços durante a expedição de Cádiz a Sevilha, em agosto de 1812, pelo bom desempenho dos cargos de chefe da correspondência oficial e parlamentar para o resgate de prisioneiros. Feita a paz, e restaurado o governo português, foram a João Crisóstomo Calado oferecidos postos militares no exército de Espanha; mas, preferindo continuar no serviço de sua pátria, recusou-os, e mereceu especial recomendação do general d'Arcé ao governo; seus serviços até então foram pela Coroa remunerados com a Cruz de S. Bento de Aviz e a tença correspondente.

Organizado de novo o Exército em 1815, querendo o príncipe regente D. João VI mandar uma divisão para o Brasil, foi o tenente-coronel João Crisóstomo Calado encarregado de organizar e disciplinar o 4<sup>a</sup> Batalhão de Caçadores; e apresentando-o na melhor ordem ao tenente-general Lecor, chefe da expedição, partiu para o Brasil investido do comando desse corpo. Marchou a divisão, denominada de voluntários reais de el-rei, para a campanha da Banda Oriental do Uruguai; o coronel João Crisóstomo Calado dela fez parte na qualidade de comandante do 2<sup>o</sup> Regimento de Infantaria; posteriormente comandou a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> brigadas, e obteve em prêmio a condecoração da Torre e Espada.

Uma nova época vai começar para o ilustre guerreiro; uma nova pátria lhe abre o seio; o valente soldado vai adotar a bandeira gloriosa de um novo império, e cumprirá até à morte o juramento de fidelidade que lhe vai prestar.

Não é um desertor que abandona as suas pelas contrárias falanges: não; é um exército que se divide, é a antiga pátria que se separa em duas nações distintas; e ele é o homem devotado, o soldado leal que aceita e adota a nova pátria pelo coração.

Começava-se a elaborar a idéia de independência do Brasil: a João Crisóstomo Calado, chefe da 2<sup>a</sup> Brigada de Voluntários Reais, se perguntou se prestaria sua coadjuvação para ser aclamado imperador o príncipe D. Pedro e se o sustentaria; protestou que se podia contar com ele e com as forças sob seu comando; e aderindo decididamente à Independência acompanhou o general Lecor, então visconde da Laguna, em sua retirada da Praça de Montevidéu; reuniu-se às forças que a favoreciam, e debelou as contrárias, comandadas por d. Álvaro da Costa. Sofreu em consequência seqüestro nos bens que possuía dentro da praça.

Proclamada a independência e o Império, tendo embarcado as forças de D. Álvaro da Costa, foi João Crisóstomo Calado comissionado à corte para dar parte do ocorrido ao Imperador, o qual lhe ordenou continuasse no serviço do novo Império, promoveu-o por merecimento ao posto de brigadeiro graduado, e nesta categoria o fez regressar à Província Cisplatina.

Pretendeu pouco depois esta província reconquistar sua independência e proclamar-se república; abriu-se por isso nova campanha em maio de 1825. O brigadeiro Calado seguiu firme em seus sentimen-

tos a favor do Império; combateu a rebelião, sofrendo novo seqüestro dirigido então a seus bens rurais que perdeu. Por ordem do visconde da Laguna tomou o comando da guarnição e departamento de Maldonado; posteriormente o barão de Vila Bela, nomeado presidente e governador das armas da província rebelada, o incumbiu de, com os destroços do exército, organizar e disciplinar uma divisão e assumir o comando da linha em frente da praça: honrado com a cruz de ouro da campanha Cisplatina e com o hábito do Cruzeiro, o brigadeiro Calado permaneceu neste serviço ativo até que, mudada a guerra para a província do Rio Grande do Sul, pela intervenção das tropas argentinas, o marquês de Barbacena, chefe do exército brasileiro, o chamou e incumbiu de comandar a 2ª divisão desse exército, à testa da qual assistiu à batalha de 20 de fevereiro de 1827 nos campos de Ituzaingó: pela maneira distinta por que se portou então mereceu ser elogiado em ordem do dia, feita publicar pelo mesmo marquês. (Claramente se acham descritos esses seus serviços, e comprovados por documentos oficiais na segunda parte do opúsculo publicado em 1852, sob o título *Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América.*) Coube-lhe a promoção a marechal-de-campo graduado, e voltou a Montevideú, onde assumiu o comando-em-chefe das forças ali estacionadas; comandou-as até que o tratado de 27 de agosto de 1828 as fez retirar. No ano seguinte, achando-se reunida em Santa Catarina grande parte do exército, foi João Crisóstomo Calado nomeado comandante das armas da província.

As idéias de proteção ao absolutismo que professavam as autoridades civis encontraram nele opositor; foi por conseguinte delatado e submetido a conselho de guerra, o qual unanimemente o absolveu, declarando-o, em sentença de 14 de novembro, sem culpa, e a sua conduta irrepreensível durante o comando das armas; sentença confirmada pelo Conselho Supremo Militar quatro dias depois, declarando-se sua conduta não só irrepreensível, mas digna de louvor pelo zelo com que se prestara no desempenho de seus deveres. (Ordem do dia do quartel-general de 2 de outubro de 1829.) S. M. o Imperador fez-lhe mercê do título da comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, em 18 de outubro desse ano; e o Poder Executivo deu complemento a essa pública satisfação, nomeando-o de novo comandante das armas da mesma província, por decreto de 30 de janeiro de 1830. Mas o marechal, compreendendo que sua pre-

sença em Santa Catarina ocasionaria discórdia de autoridade, pediu dispensa, e se lhe concedeu com transferência para o comando das armas da Bahia, onde tinha sido assassinado seu antecessor. No exercício desse cargo foi agraciado com a comenda da Ordem da Rosa.

A nomeação do marechal Calado para o comando das armas da província da Bahia em tão espinhosas circunstâncias, e no estado de excitação política em que então se achava aquela província, assinala a alta confiança que no ilustre militar depositava o governo de S. M. o Senhor D. Pedro I.

Mas o gérmens de uma revolução já estavam espalhados em todo o Brasil: causas acumuladas, os acontecimentos da França em 1830, os erros do governo e a exaltação dos partidos preparavam um cataclismo tremendo, que somente pôde ser removido pelo patriotismo do Senhor D. Pedro I, que resolveu abdicar.

O movimento de 7 de abril de 1831 foi precedido na Bahia pelo de 5 do mesmo mês e do mesmo ano. O comandante das armas da Bahia julgou de seu dever opor-se à revolução: recebendo, porém, ordem do presidente da província, Luis Paulo de Araújo Bastos, de deixar o posto, embarcou para a corte; à sua chegada teve notícia da abdição de D. Pedro I, e foi recolhido às prisões da fortaleza de Villegaignon. Côncio de ter procedido no restrito cumprimento de seus deveres, pediu se lhe nomeasse conselho de guerra, sem mesmo esperar que os espíritos serenassem. Em 28 de julho de 1831 foi absolvido em 1ª instância, por julgá-lo o conselho sem criminalidade; e na confirmação da sentença declara o Conselho Supremo Militar que o fazia, não só por lhe não provar criminalidade, mas até por serem muito louváveis todos os seus procedimentos.

Apesar, porém, destas sentenças, que punham a coberto seus brios de soldado e o honravam como cidadão, compreendeu o marechal Calado que sua estrela achara névoas no zênite, e era de mister esperar que se dissipassem para prestar algum fulgor ainda no ocaso; retirou-se por dois anos para as margens do rio da Prata, deu nova têmpera à sua coragem na sede de suas glórias.

De volta ao Rio de Janeiro, foi elevado à efetividade do posto de marechal-de-campo; e a regência, julgando-o capaz de sufocar a rebelião que rebentara na província da Bahia, em 7 de novembro de 1837, e

a assolava ameaçando todo o norte do Império, o nomeou comandante das armas dessa província, com autoridade de formar um exército para submeter os revoltosos. Cumpriu o seu dever, batalhou durante três dias consecutivos, obrigou a render-se à discricção desde o chefe até o súdito da rebelião, e a 16 de março de 1838 cravou na Praça da Piedade o estandarte imperial.

Os habitantes da Bahia demonstraram sua gratidão ao benemérito general comandante do exército restaurador da ordem e da legalidade por intermédio de uma deputação, composta de alguns de seus mais distintos concidadãos, que lhe dirigiu um voto de reconhecimento. Uma particular manifestação partiu ainda de muitos proprietários e negociantes, que além disso assinaram avultadas quantias em uma subscrição destinada a oferecer uma prenda valiosa ao ilustre marechal. Este, porém, esquivou-se nobremente a receber o último favor, e o cedeu em benefício das viúvas e órfãos dos bravos mortos em defesa da legalidade. A gratidão pública brilha aqui a par do desinteresse. Entretanto, a digna esposa do general vencedor não pôde deixar de aceitar uma oferenda duplamente preciosa, porque, ao mesmo tempo que lhe recordava um dos belos feitos do esposo, representava a efigie de S. M. I. o Senhor D. Pedro II com a inscrição "Os baianos agradecidos ao marechal Calado, 1837".

Por tão relevantes serviços o governo imperial elevou o ilustre militar ao posto de tenente-general, e nomeado ainda vogal do Conselho Supremo Militar.

Nos tumultuosos dias de julho de 1840, foi João Crisóstomo Calado o oficial-general que de moto próprio, compareceu no paço da Boavista, e por ordem de S. M. I. o Senhor D. Pedro II, e de seu tutor o excelentíssimo senhor marquês de Itanhaém, encarregou-se da guarda do palácio, ponderou que a presença de baionetas no pátio do palácio era um inútil, triste e talvez prejudicial degrau para a ascensão de S. M. ao poder, e conseqüentemente fez retirar os corpos armados, acompanhou o Imperador até o paço do Senado, e só o deixou quando o reconheceu empossado da suprema administração em plena paz e regozijo.

Em 1841 o tenente-general teve a nomeação de conselheiro de guerra, e com cinqüenta e quatro anos de serviço ativo pediu sua re-

forma em marechal do Exército, e obteve com a cláusula de continuar no exercício de conselheiro de guerra.

Esta longa e não interrompida série de serviços terminou enfim de uma vez para sempre no dia 1<sup>o</sup> de abril de 1857 pelo falecimento do varão distinto e preclaro que os prestara.

Sobre a sepultura do marechal João Crisóstomo Calado a Pátria, a esposa, os filhos e numerosos amigos derramaram lágrimas de amor e de saudade.

Não faltaram honras nem distinções ao benemérito: João Crisóstomo Calado era fidalgo cavaleiro da casa imperial, comendador das ordens de Aviz e da imperial da Rosa, oficial da imperial ordem do Cruzeiro, cavaleiro da Torre e Espada, e condecorado com a cruz da campanha peninsular na Europa, e com a estrela de ouro da do rio da Prata; conselheiro de guerra e marechal do Exército do Brasil.

Subiu a tão subido posto, conquistando todos os graus na escala de hierarquia militar por serviços relevantes prestados nos campos de batalha ou em importantes comissões administrativas.

As honras lhe foram devidas, como de direito lhe cabe um renome glorioso e a memória dos justos eternizada à história da pátria.



MARQUEZ DE ITURBIDE

*Marquês de Iturbide*

.....

*Marquês de Inhambupe*

**A**ntônio Luís Pereira da Cunha, marquês de Inhambupe, nasceu na cidade da Bahia a 6 de abril de 1760.

Com idade de 21 anos embarcou para Portugal e chegou a Lisboa a 6 de junho de 1781.

Nessa cidade aperfeiçoou-se e completou seus estudos preparatórios, já começados no Brasil, e em 1782 marchou para Coimbra, em cuja universidade entrou no mesmo ano, matriculando-se na faculdade de leis.

No segundo ano do curso jurídico, conhecendo que podia bem-vencer as matérias que tinha a estudar, e desejando alargar o mais possível a esfera de seus conhecimentos, matriculou-se no primeiro ano do curso de matemáticas como estudante ordinário, e, fazendo o respectivo exame ao mesmo tempo que o de direito, obteve o prêmio da congregação da faculdade.

Enquanto foi compatível com o estudo de direito, continuou o curso de matemática, e o de filosofia em que depois entrou, e no mês de junho de 1787 tomou o grau em direito civil.

Retirando-se para Lisboa, foi admitido a ler na Mesa do Desembargo do Paço a 19 de janeiro de 1788, e não somente as suas notas da universidade, como ainda as da Mesa do Desembargo, facilitaram-lhe



o despacho de juiz de fora da vila de Torres Vedras, de que tomou posse em setembro de 1789.

Por decreto de 4 de outubro de 1792, foi promovido a ouvidor de Pernambuco, e voltando ao Brasil tomou posse a 17 de outubro de 1793.

Neste novo lugar esteve por seis anos, servindo ao mesmo tempo como desembargador da Relação da Bahia, a que foi graduado por decreto de 6 de agosto de 1793.

Tendo em dezembro do ano de 1798, em que completou o sexto ano de exercício em Pernambuco, sido deposto o governador e capitão-general, foi ele incluído no triunvirato estabelecido na lei de 1770, e neste cargo serviu por um ano, que lhe faltava para terminar o sexto de exercício na Relação da Bahia.

No ano seguinte de 1800 voltou a Portugal, e aí, justificando-se plena e satisfatoriamente de acusações que se lhe fizera como administrador da província de Pernambuco, foi despachado por decreto de 2 de janeiro de 1802 ouvidor da comarca do Rio das Velhas, em Minas Gerais, e por decreto de 27 de fevereiro seguinte cavalheiro da real Ordem de Cristo.

E como tivesse direito a um lugar na Relação do Porto, S. M. Fidelíssima ordenou, por imediata resolução de 17 de julho do mesmo ano, que se lhe passasse carta de desembargador daquela Relação, com exercício na ouvidoria de Sabará, sendo antes consultada a Mesa do Desembargo do Paço.

Em setembro seguinte embarcou para o Rio de Janeiro, donde seguiu para Sabará, e a 4 de fevereiro de 1803 tomou naquela vila posse do lugar de ouvidor.

Durante o exercício desse lugar, foi por decreto de 24 de junho de 1806 despachado desembargador ordinário da Casa da Suplicação de Lisboa. Ali esteve até que, com a chegada ao Rio de Janeiro da corte e família real, obteve licença para vir beijar a mão de El-Rei, e com efeito chegou ao Rio de Janeiro a 24 de abril de 1808.

Não tendo sido contemplado nos despachos da Mesa do Paço novamente criada no Brasil, foi esta injustiça prontamente reparada, despachando-o S. M. F. por decreto de 13 de maio de 1808 chanceler da Relação da Bahia, com o título do conselho, sendo além disto

despachado por decreto de 6 de dezembro do mesmo ano conselheiro do Conselho da Fazenda, para ter exercício quando voltasse da Bahia.

A 3 de maio ainda de 1808 tomou posse do lugar de chanceler da Bahia, e tendo a 24 falecido o governador e capitão-general daquela província, conde da Ponte, entrou no governo dela, em companhia do arcebispo metropolitano D. Frei José de Santa Escolástica e do tenente-general João Batista Vieira Godinho.

No governo da província adquiriu muita influência e simpatia, e por tal modo se houve que S. M. recusou-lhe sempre e a seus companheiros a exoneração repetidas vezes pedida, até que depois de dezesseis meses, fazendo a câmara da capital da província uma representação ao governo central, para conservar-lhe os três governadores provisórios, ele serviu-se disto para reclamar com mais força sua demissão, que lhe foi dada e aos mais, com muitos elogios, especialmente a ele.

Em atenção a esses serviços, o sr. D. João VI foi servido condecorá-lo por decreto de 13 de maio de 1811 com a comenda da Ordem de Cristo, de que já tinha o hábito.

Encarregado por immediata ordem de S. M. F. de organizar umas posturas e regulamentos municipais para a câmara da capital, e que pudessem ser applicáveis a todo o reino, procedeu com toda a circumspecção, tendo sempre em vista as vantagens de sua pátria natal, e tanto que foi por isto acusado de atacar de frente o supremo poder do soberano; pelo que não foram seus trabalhos adotados.

Completados os seis anos de serviço que lhe foram marcados na Relação da Bahia, deu posse em setembro de 1815 a seu successor, e tendo já embarcado para o Rio recebeu a bordo, do conde dos Arcos, governador da província, um atestado o mais honroso possível em abono de seus serviços ali prestados.

Recolhendo-se a esta capital, entrou immediatamente em exercício do lugar de conselheiro do Conselho da Fazenda, de que havia tomado posse em janeiro de 1809.

Por decreto de 27 de agosto de 1817 ordenou S. M. F. que se compilassem as ordenanças da marinha para regulamento da armada nacional, e com esse fim foi nomeada uma junta, a que foi ele adjunto e em que bons serviços prestou, até que aquele trabalho passou para a comissão de censura e revisão, donde nunca mais saiu.

Em 1818 foi por decreto de 6 de fevereiro despachado para deputado da junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação, de que tomou posse imediatamente.

Havendo-se impossibilitado por moléstia de continuar no exercício de fiscal das mercês o conselheiro Diogo de Toledo de Lara Ordonly, foi ele encarregado daquele mister por aviso de 10 de setembro de 1818, e tão bem se conduziu nessa serventia que S. M. F., dando-se o conselheiro Toledo por pronto, não permitiu que Pereira da Cunha deixasse aquela repartição, e, para o conter ali e não despedir a Toledo, criou outro lugar, ficando desde então dois, em vez de um só fiscal das mercês.

Chegando a El-Rei a notícia do levantamento do Porto em 1820, e da criação da junta governativa de 24 de agosto, e sendo indispensável tomar medidas prontas e decisivas, mandou S. M. F., por decreto de 18 de fevereiro de 1821, que se nomeasse uma comissão com o fim de escolher os objetos mais úteis para serem discutidos nas Cortes que se iam reunir em Lisboa, e nesta comissão, por decreto de 24 do mesmo mês e ano foi contemplado o conselheiro Pereira da Cunha, que além disto foi muitas vezes consultado por El-Rei a respeito daqueles negócios, sendo sempre suas decisões recebidas com muita satisfação e consideração.

Tudo foi baldado no fim de reprimir o levantamento popular; emissários dos insurgentes fizeram aqui mesmo o povo e a tropa obrigar o Rei a prestar a 26 de fevereiro, juramento solene de aceitar a Constituição que se estava organizando em Portugal, e foram a ponto de lhe imporem nomes para certos e determinados empregos do Reino.

Entre esses estava o do conselheiro Pereira da Cunha, que demais foi no dia 26 chamado em nome do povo e da tropa ao teatro de S. Pedro, onde eram convocadas todas as pessoas que deviam receber os novos empregos, assim como as que tinham de ser despedidas.

O lugar que lhe coube foi o de intendente-geral de polícia da corte e reino, de que tomou posse, apesar de não entrar no movimento reacionário, a fim de evitar o perigo que naquela circunstância lhe traria uma recusa.

No exercício daquele lugar pôde restabelecer a ordem pública, e pôr em bom pé e regular andamento o serviço da repartição; pagando,

durante oito meses que serviu, a dívida atrasada, e pedindo para maior regularidade uma contadoria que S. M. F. se dignou criar por decreto de 18 de março do mesmo ano.

Como intendente, ainda foi ele que regulou o método para fazer-se a despesa, tão irregular até então, do encanamento do rio Maracanã, e que acabou com os espões de polícia, cuja única vantagem consistia na despesa do Estado e em abusarem da boa-fé das autoridades acusando impunemente cidadãos honestos e inocentes.

Depois de ter prestado estes e muitos outros serviços que impossível é numerar, foi exonerado daquele lugar por decreto de 6 de outubro do ano de sua nomeação e oito meses depois dela.

Ordenando S. M. F. que se procedesse no reino do Brasil e domínios ultramarinos à nomeação para deputado à Corte de Portugal, na forma das instruções que acompanharam o decreto de 7 de março de 1821, foi o conselheiro Cunha nomeado comissário em sua freguesia e vogal das juntas eleitorais, por vontade dos respectivos deputados, e nesse lugar prestou grandes serviços à ordem pública, privando que chegassem ao monarca reclamações e representações indevidas e impróprias.

Obrigado a deixar o Brasil pelas ocorrências que se deram em Portugal, o Sr. D. João VI deixou por decreto de 7 de março de 1821 encarregado do governo geral e inteira administração do Brasil o príncipe D. Pedro, a quem constituiu regente e seu lugar-tenente.

Este, proclamada que foi a independência do Império e eleito pelo povo brasileiro Imperador Constitucional do Brasil, nomeou ao conselheiro Cunha conselheiro de Estado, e encarregou-o nessa qualidade de organizar juntamente com outros o projeto da Constituição que mais tarde foi jurada; e nesse trabalho o conselheiro influiu tanto pelas idéias liberais, que admirou a todos, porque era homem da escola antiga, e ninguém acreditaria que deles partissem os artigos da Constituição que mais sobressaem pelas garantias liberais.

Jurada a Constituição, foi ele na criação do senado eleito por três províncias e escolhido pela de Pernambuco.

Em 1825, quando foi chamado para a pasta dos Negócios Estrangeiros, já o senador Cunha tinha sido agraciado por S. M. o Impera-

dor Pedro I com o título de visconde de Inhambupe, dignatário do Cruzeiro, e mais tarde marquês de Inhambupe.

Como ministro de estrangeiros, assinou alguns tratados importantes, e entre eles o de 23 de novembro de 1826, celebrado com a Grã-Bretanha, para pôr fim ao comércio de escravatura da Costa d'África.

Por algumas outras vezes foi ministro de estado, e quando em 6 de abril o povo pedia amotinado a retirada do Ministério, foi ele nomeado pelo Imperador, algumas horas antes da abdicação, ministro do Império, em cuja qualidade coube-lhe, depois da retirada do Imperador, a regência do Império, em que esteve até à eleição da regência permanente, como é determinado pela Constituição.

Depois da retirada de D. Pedro e de ter entregado aos regentes as rédeas do governo, retirou-se da vida pública, concentrou-se na família, e apenas ocupou-se com o Senado, a que foi sempre assíduo e de que foi muito tempo presidente; lugar este em que se achava quando a morte o surpreendeu a 18 de setembro de 1837.

Eis um homem que foi um dos vultos mais salientes em uma grande época da história luso-brasileira, e que entretanto morreu de todo na lembrança dos dois povos a quem com tanta dedicação serviu.

Nenhum brasileiro apresenta maiores serviços à sua pátria, nenhum os tem de maior importância, nem mais nobre e desinteressadamente feitos.

O marquês de Inhambupe gozou sempre de uma popularidade imensa, como o prova sua eleição senatorial por três províncias; esteve sempre no agrado e confiança dos monarcas que presidiram os destinos de nossa terra, como o provam as difíceis e honrosas comissões que constantemente lhes mereceu.

E entretanto o que é feito de seu nome? Quem guarda sua memória respeitável? O país? Não, porque o país só lembra e aplaude o homem, enquanto ele serve.

Só uma família pobre, mas distinta, guarda em seu santuário a recordação do pai desvelado e carinhoso, só ela lembra ao brasileiro, se algum há que procura desenterrar os fósseis brilhantes da história de sua pátria, a passagem nesta terra do marquês de Inhambupe.



JOSÉ ANTONIO SARAIVA

*José Antonio Saraiva*

.....  
*O Conselheiro José Antônio Saraiva*

**A**o começar da última sessão do Parlamento, neste ano de 1859 uma circunstância notável prendeu para logo a atenção do público. Um cidadão que havia militado nas fileiras do partido conservador, e que acabava de ser, no governo de Pernambuco, delegado do gabinete que então geria os destinos do país, se levantava e dizia:

– Retiro a minha confiança ao Ministério de 12 de dezembro!

Caindo em cheio numa assembléia, cujas ondas vagavam ainda sem norte, cujos movimentos revelavam antes receios do futuro do que esperança no presente, essa manifestação franca de um voto decisivo ia condensar as nuvens da oposição, fomentar o debate, provocar a luta, excitar protestos, levantar contendidas. Portanto, o que desagradava a muitos, assim como, para outros, era o som da trombeta que dá o sinal de combate.

Nesse dia, a sorte do Gabinete de 12 de dezembro foi jogada. Nesse dia, a opinião que esse ministério representava, e que com ele devia triunfar, conheceu, ou devia conhecer, que as vias do futuro lhe estavam cortadas, que os aliados rasgavam, ainda que com saudades, o pacto firmado depois da vitória de 29 de setembro de 1848; viu que se conspirava, se armava a sedição e levantava-se dentro em seus próprios acampamentos; descortinou o abismo que aos poucos se fora cavando a seus

pés, e que agora, mais profundo, a cercava em redor: e então, presentindo a derrota, clamou que fora atraçoada...

Atraçoada! Não! havia sido, apenas, julgada.

Os dogmas passam: era tempo de instituir exame, de colher documentos, de proferir juízo sobre aqueles que, alardeando vestes pontifícias, e com a gravidade de serem sobrenaturais, pretendiam o governo exclusivo, em nome de um privilégio odioso. Os dogmas passam: sobre a areia movediça dos tempos não é possível construir pirâmides. Os dogmas passam: para cada época um princípio, uma opinião, uma idéia essencial, um pensamento diretor.

Como em tudo, assim é na política. Aqueles que só cuidam do dia de hoje, que assistem descuidosos ao nascer da aurora e ao cair da noite, que não se elevam ao cume dos princípios donde se contempla o universo, esses, na manhã de 29 de setembro de 1848, no dia de uma vitória, não sonhavam que a medalha teria um reverso. Acreditavam ingenuamente que a última palavra estava proferida: que bastava gravá-la nos frontais dos palácios e esculpi-la nas colinas dos templos, para a completa felicidade do país.

Ilusão pueril!

Rasgou-se o véu de ficção que tomaram pela realidade. O futuro avança, ameaça confundi-los; e eles, imprudentes! abandonam-se à indolência de Cápuá, às venturas do presente.

Não o dizemos por nós somente. Quem quis escutar, ouviu-o distintamente por toda a sessão, que acaba de findar, do corpo legislativo. Sem falar desses murmúrios populares, tão cheios de bom senso, e que são de ordinário os precursores do porvir, a manhã das revoluções; sem recordar esse rumor que nos vem das províncias, ora vago como o longínquo bater das ondas nas praias, ora condensado com o arruído de um imenso troyel; sem comemorar as apreensões da imprensa, as exagerações, se são exagerações, dos jornalistas políticos; não são bastante eloqüentes os sucessos que se acabam de reproduzir no seio do Parlamento? E quem houve que se não sentisse comovido pelo decurso de toda esta última sessão?

Esses acontecimentos são dignos da História. Não deixemos, pois, obscurecerem-se as glórias do nosso tempo; não olvidemos os triunfos da causa do progresso; não condenemos à indiferença os cavalheiros



do futuro. É tão criminoso o ateísmo político como é desastrosa a exageração do fanatismo. Registremos nestas ligeiras páginas, soltas aos ventos da fortuna, a vida daqueles de quem o Brasil espera muito. Soletramos ao país os nomes distintos de esforçados lidadores. Sem apóstolos não há religião possível: se vos interessais pela causa que defendeis, lede o livro de seus apóstolos, ouvi a história de seus feitos. É assim que as crenças se fortificam, que as fileiras se condensam, que se ajunta o valor à esperança; é assim que a confiança cresce, que todos se animam, que todos palpitam, que todos se põem à escuta das palavras de seus consórcios, ameaçando confundir os que faltarem à fé jurada; é assim que o coração do povo, transformando os representantes de sua opinião em ídolos de ouro, derruba por terra, sem estrépito, sem assuadas, sem clamores, as estátuas de barro!

Comecemos a nossa tarefa por um nome que, de três anos a esta parte, tem sido o alvo de muita ansiedade, o repouso de muita esperança. Vamos retratar a vida de um cidadão que, na sagacidade do tino, no conhecimento dos homens, na prontidão no decidir, na originalidade dos projetos, na ciência de se colocar superior a todos os interesses e a todas as paixões, e só inferior ao interesse e à paixão da justiça, pode servir de modelo aos homens da administração; e, pela sinceridade das convicções, pela moderação das idéias, pela vista profunda e longa que descortina os efeitos das causas, atrai a atenção dos estadistas e a contemplação do país. Vamos, enfim, tirar a limpo o vulto simpático do sr. conselheiro Saraiva.

José Antônio Saraiva nasceu no engenho Quitangá, freguesia do Bom Jardim, do município de Santo Amaro, na província da Bahia, em o 1<sup>a</sup> de maio de 1823. É filho legítimo de José Antônio Saraiva e de D. Maria da Silva Mendes, falecidos, o primeiro no ano de 1834, e a segunda em 1833. Foram seus avós maternos o capitão Luís Manuel da Silva Mendes e D. Joaquina Inácia Perpétua Felicidade Garcez; e paternos, o negociante matriculado (na praça da Bahia) José Antônio Saraiva e D. Catarina Francisca Saraiva.

Seu pai tomou uma parte muito ativa nas lutas da independência do Império. Com o denodo de um patriota assistiu às convulsões do despotismo português, do regime colonial; entoou os hinos de "independência ou morte", que faziam, e ainda fazem, estremecer a Ba-

hia inteira: ouviu os gemidos de angústia e os cânticos de triunfo. Com o coração ainda quente das emoções da liberdade, a reação monárquica e centralizadora de 1825 viu-o, o mesmo homem, voltar as costas, como outros tantos, ao príncipe que o 7 de Setembro fizera imperador e que se esquecia da origem popular de seu trono.

Membro do partido liberal-extremo daqueles tempos, José Antônio Saraiva deu a seu filho a educação moral e literária mais apurada, destinando-o às carreiras públicas: foi assim que, na ocasião de sua morte, o menino, havendo atingido apenas os onze anos da idade, conhecia já as línguas latina e francesa, e tinha noções gerais de geografia, estudos feitos na cidade de Santo Amaro.

Desse tempo em diante ficou o jovem Saraiva entregue aos cuidados de seu avô afim, o brigadeiro Henrique Garcez. Este, que era guarda-roupa do Sr. D. Pedro I, e professava opiniões políticas opostas, forcejou por que o menino abandonasse o pensamento, tão acariciado por seu pai, de seguir o curso das academias de direito; incitava-o a que se desse à lavoura ou comércio, obstando, com esse intuito, por alguns anos, a continuação dos estudos já adiantados.

Não pôde o velho brigadeiro, porém, vencer a obstinácia com que o moço ambicionava realizar os designos de seu pai: enviou-o, pois, a S. Paulo, onde, com aplausos dos colegas e dos doutores seus mestres, recebeu, em outubro de 1846, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Ali, no meio dessa atmosfera juvenil em que se respira vida, em que o espírito se alimenta de entusiasmo, e a imaginação corre a deusar futuros; ali, no silêncio da meditação, nos bancos da academia, ao lado dos Olímpio Machado e dos João Brotero, as idéias do moço se apuraram e fortificaram, suas convicções se formaram, o seu caráter começou de tomar as formas precisas e as feições simpáticas, que tanto o distinguem.

Regressando, logo após, à província que o viu nascer, exerceu imediatamente vários cargos policiais da capital, ao passo que estreava no papel de advogado, ocupando por vezes a tribuna do júri. Pouco tempo depois, era nomeado, em junho de 1848, promotor da comarca de Jacobina; juiz municipal de Valença, em novembro do mesmo ano; e, posteriormente, removido para os termos reunidos de Jacobina e Vila Nova da Rainha, onde angariou a estima de todos os munícipes sem ex-

ção. A retidão do juiz devia de ser o brilhante prefácio da imparcialidade do administrador.

Eleito membro da assembléia provincial (1849), abordou a tribuna sem acanhamento, sujeitou-se sem embaraço, orou sem tropeços. Tomando parte ativa nas discussões, falando uma linguagem singela, mas animada, grave, sem pretensão, moderada, sem fingimento, granjeou simpatias gerais, e firmou reputação de pensador.

Destarte, e mostrando-se familiar no conhecimento dos negócios públicos, nomeou-o o governo imperial, por carta de 23 de junho de 1850, presidente do Piauí.

A administração que fez nessa província dá-nos a medida dos talentos e o cunho do caráter do Sr. conselheiro Saraiva. Durou ela pouco mais de três anos, e durante esse espaço assistiu a eleições de membros da assembléia provincial, de deputados gerais e de um senador. Côncio da dignidade de seu cargo, sem exagerá-lo, assim como sem deprimi-lo, soube respeitar a liberdade de voto; não oprimiu para vencer, não corrompeu para excluir; não montou máquinas eleitorais, não converteu o governo em caudilho de partidos. A repressão do crime foi pensamento seguido e ato contínuo do seu governo: se a sua autoridade pesou com força sobre alguma coisa, foi certamente sobre a cabeça dos inimigos da lei. Não passaram despercebidos os seus serviços eficazes que prestou nesse ramo da administração da justiça; no relatório de 1852, o ministro dessa repartição deles fez menção honrosa e especial. Reconhecendo má a situação da capital da província, a cidade de Oeiras, resolveu o sr. Saraiva edificar uma outra nas margens do Parnaíba; e, apesar das dificuldades que se lhe opunham, apesar dos interesses locais coligados que já haviam embaraçado e contrariado intenções semelhantes de alguns de seus antecessores, conseguiu a necessária autorização da assembléia provincial. Assim, com uma presteza e uma prudência sem iguais, viu-se de chofre nascer a nova capital, a cidade Teresina, cujo florescimento é a glória de seu fundador.

Mas, não existe, que saibamos, na história das últimas administrações das províncias do Império, uma circunstância tão digna de atenção como a seguinte: o presidente que governara a província do Piauí por mais de três anos; que operara a transferência da capital; que perseguia os criminosos por toda a parte, sem exceção de cores locais,

de patrocínios políticos; que, finalmente, atravessara várias lutas eleitorais, e, entre essas, uma eleição de deputados e outra de senador; deixou o poder sem haver exercido uma vingança política, sem haver referendado listas de proscricções, sem haver abandonado a província à prepotência dos grupos; deixou o poder com as saudades de todos, com as afeições dedicadas de muitos, com as bênçãos do povo – desse povo que mais tarde, no ano de 1858, erigia-lhe, na cidade que fundara, uma pirâmide com esta legenda: "Em sinal de memória, os piauienses agradecidos!" Ah! se esses administradores efêmeros, se esses governos de aparato, se esses chefes de momento pudessem defender seus nomes da devastação dos tempos de hoje, envolvendo-os nas dobras de uma semelhante túnica de seda e púrpura, que só a mão generosa do povo suspende aos ombros dos governos patriotas, desinteressados e justos!

Removido, em agosto de 1853, para a presidência de Alagoas, empenhou-se nesta província, com tanto ardor quanto manifestou na do Piauí, pela repressão do crime. Tão próspero sucesso correspondeu a seus esforços que, dentro de poucos meses, o foco de malfeitores que infestava o centro de Alagoas, na comarca da Imperatriz, ficou para sempre destroçado. – Aqui, revelou, ainda uma vez, a consciência que tinha de sua autoridade, e a convicção, que sempre manteve, de que a maior necessidade dos povos é a imparcialidade no governo, a independência no administrador, – essa qualidade especial de se colocar o poder acima de todos, para fazer justiça a todos, sem recear de ninguém; qualidade que não exclui certamente o respeito à opinião, porque é sem dúvida a melhor garantia da opinião.

O mesmo, inteiramente o mesmo, se pode afirmar de seu governo em S. Paulo.

Despachado presidente dessa província em junho de 1854, o Sr. Saraiva, ao passo que impunha o programa de moderação aos dois partidos que ardentes dividiam S. Paulo, transformando em realidade o pensamento do gabinete de que era delegado, traçava os mais seguros e deslumbrantes planos de melhoramentos materiais. Com efeito, a província de S. Paulo, com avultada população e centros produtores, disseminados por um território tão extenso quanto fértil, sentia a mais palpitante necessidade de vias de comunicação; necessidade que, subindo ao auge, se converteu hoje em verdadeiro desespero. Administrações cujos

cuidados se reduziam ao estreito círculo das questões políticas; influências de localidade, que pensavam na distribuição das rendas, impedindo uma boa e sistemática aplicação dos recursos da província, concorreram, com outras causas que nos não cabe discutir aqui, para o abandono das estradas, caminhos, canais e pontes, condições imperiosas da lavoura de um país. Maravilhado de que nem sequer se haviam conservado convenientemente algumas das construções antigas, como a estrada do Cubatão, o Sr. Saraiva solicitou para logo, e obteve da assembléia provincial, os fundos necessários para o engajamento de operários e engenheiros, que efetivamente se contrataram em Londres.

Resolvido a imprimir uma direção nova aos trabalhos públicos da província, o Sr. Saraiva conseguiu, por intermédio do ministro brasileiro naquela corte, o engajamento de um engenheiro profissional, incumbido principalmente de "levantar a carta das estradas de S. Paulo", carta que devia de ser, no pensar do Sr. Saraiva, o roteiro seu, e dos presidentes vindouros, para o seguimento e complemento gradual de um sistema de viabilidade que ligasse, primeiro, os grandes centros produtores aos portos no litoral, e, depois, todos aqueles entre si: sistema tão simples, tão econômico, tão razoável, tão intuitivo, e que, entretanto, ainda é hoje um problema para as ricas províncias do Brasil!

Por desventura, porém, da província de S. Paulo, um governo que tão magníficos resultados prometia foi de breve duração. Por tomar assento na câmara temporária, de que fora, em novembro de 1852, eleito membro por sua província natal, o Sr. Saraiva largou, em junho de 1855, das rédeas da administração, durante a qual seu espírito se revelara plenamente desenvolvido em toda a extensão dos seus vastos recursos.

Desse cargo, por ter votado contra a lei da reforma eleitoral, pediu, e, apesar das insistências do presidente do gabinete, obteve a sua exoneração.

Votando contra o Gabinete Paraná, o Sr. Saraiva não se determinava pelos motivos de opposição, que moveram geralmente os con-

servadores de ambas as câmaras divergentes do Ministério: o seu era um motivo diverso: era (se nos é lícito devassar as intenções de outrem), era, talvez, a diminuta confiança que aos caracteres refletidos inspira uma situação nova, que não dava seguranças de si mesma; eram, talvez, as apreensões do constitucional; eram, porventura, receios de um poder cuja prepotência... se não sabe dizer até onde podia chegar.

Em novembro de 1855 foi reeleito deputado pelo distrito da Jacobina. A câmara temporária, aprovando unânime (exceto um voto) o parecer que concluía pela legitimidade da eleição do Sr. Saraiva – eleição disputada, mas de que se triunfou, apesar de influências ministeriais e da de outros cavalheiros residentes na corte – a câmara temporária via-o dias depois (maio de 1857), tomar assento nos conselhos da coroa, ministro da Marinha, membro do gabinete a que ela prestava, em sua primeira sessão, uma adesão franca, um apoio entusiasta, o Gabinete de 4 de maio, o Gabinete do marquês de Olinda, do senador Sousa Franco, do general Coelho.

Não é nosso propósito, nem podíamos fazê-lo, determinar precisamente a porção de influência que coube ao Sr. Saraiva nas tendências, nos planos, nas decisões, no progresso, na vida, na morte do Gabinete de 4 de maio. A situação política que esse gabinete criou no país, sustentada, acariciada, protegida, fecundada pelo venerando cidadão que o organizara, foi resultado do concurso leal e sincero de cada um de seus colegas. Ao Sr. conselheiro Saraiva, pela reputação que se havia feito, pelas ligações, que o prendiam à Câmara dos Deputados, pela franqueza das opiniões, pela sinceridade das convicções, coube, certamente, grande parte dos sucessos do gabinete. Mas as questões da repartição a seu cargo, de natureza antes administrativa do que de política interna, atraíram a sua atenção, tanto mais fortemente, quanto dificuldades se levantavam nas relações do Império com um dos estados ribeirinhos, para cuja solução devia de intervir a nossa marinha de guerra.

Com efeito, a administração do Sr. conselheiro Saraiva foi das mais fecundas que conta a repartição da marinha. Vê-lo, a esse jovem ministro, procurar auxílios de todos, aproveitar as informações de todos e, com os dados colhidos nessas pesquisas, traçar planos e empreender trabalho de vastas proporções! Que manejo dos negócios, que

fimeza nas idéias, no sistema, nos resultados! Suas vistas perscrutadoras dominaram para logo as minudências da repartição que dirigia; e, dentro em poucos meses, sua atividade fez-se sentir no centro e na circunferência da administração. Reorganização do corpo de saúde da armada, do corpo de fazenda, dos oficiais de apito, do corpo de maquinistas; reforma da academia de marinha, sob um desenho mais largo e um método mais regular do que o antigo; melhoramentos dos artifices de embarque; criação de companhias de aprendizes menores na corte, Bahia e Pernambuco; e de aprendizes marinheiros em Pernambuco, Santa Catarina e Mato Grosso; aumento da de imperiais marinheiros desta última província; contrato de marinhagem para os navios que se fabricaram; aumento da flotilha de Mato Grosso; construção, na Europa, de dez canhoneiras a vapor, adaptadas à navegação do rio da Prata e confluentes; fabrico de seis vasos próprios para subirem o Paraguai; fundação do estabelecimento naval do Itapura, com o projeto da navegação a vapor do Alto Paraná; aumento considerável do material dos arsenais; melhoramento de portos; regularização do corte de madeiras; regulamento e organização do conselho naval, além de outros muitos objetos, enfim, eis o fruto precioso de uma administração que, por desventura do país, só durou dezoito meses, estreito espaço de tempo sem dúvida, mas de sobejo aproveitado por um ministro jovem, empreendedor e animado.

Contudo, houve quem levantasse, contra a administração do Sr. conselheiro Saraiva, censuras de desperdício e esbanjamento. Fora, porém, mister provar que, na iminência de guerra com o Paraguai, e desprovido de tudo, devesse o governo dormir numa indolência criminosa, pelo escrúpulo de despender bastante com a compra de material e engajamento de marinhagem, suficientes para assegurar-se o triunfo da causa brasileira. Os dinheiros públicos não se gastaram em vão e sem proveito para o futuro: obteve-se excelente material para os arsenais; adquiriu-se grande número de bons marinheiros; aumentaram-se e regularizaram-se diversos corpos; e, finalmente, construíram-se ou compraram-se, quase todos fora do país, não menos do que dezoito vasos de guerra, adaptados à navegação dos rios: todas estas, vantagens que não são transitórias. Demais, proporcionalmente à de outros exercícios, a despesa realizada, por conta da administração do Sr. Saraiva nem foi tão avultada como se tem

querido insinuar ao público, nem tão subida como podê-la-ia tornar um ministro menos fiscalizador e econômico.\* Enfim (e para aqui excitamos toda a atenção do leitor), quem evitou a guerra com o Paraguai, guerra que afinal seria sempre, mesmo depois de uma vitória, mais estéril que fecunda, mais penosa que produtiva; que moderou as iras do seu governo, arrancando-lhe concessões, não foi somente a mágica palavra da diplomacia; não foram cortejos, não foram aparatos oficiais: mas foi a atitude imponente e ameaçadora em que se colocou o Império; foi a previdência do ministro que, de antemão e com a maior atividade, reuniu todos os recursos que pudessem proporcionar o triunfo da guerra iminente.

---

\* A demonstração é rigorosa: baseia-se em dados colhidos dos relatórios da marinha e fazenda no ano corrente.

A soma votada para as despesas do ministério da marinha no exercício de 1857-1858 (compreendido na administração do Sr. Saraiva) perfazia o total de Rs. ....4,633:285\$268

Não sendo ela suficiente para ocorrer a todas as despesas, abriu o decreto nº 2.157, do 1<sup>a</sup> de maio de 1858 (referendado pelo Sr. Saraiva), num crédito de Rs. ....2,558:672\$419

O de nº 2.329, de 31 de dezembro do mesmo ano (referendado pelo Sr. visconde de Abaeté), abriu para ocorrer as despesas provenientes da administração do seu antecessor outro crédito de Rs. ....668:268\$605

Deduzindo a sobra, que houve lugar, de Rs. 206:425\$423, esses dois créditos produzem a importância de Rs. ....3,020:515\$621

Finalmente, o decreto nº 2.340, de 17 de janeiro de 1859, para ocorrer as despesas da mesma natureza, abriu ao mesmo sr. visconde outro crédito que, deduzida a respectiva sobra, importa em Rs. ....2,760:503\$466

Assim, vê-se que a soma total dos créditos extraordinários é de Rs... 5,781:019\$087

E, reunida esta soma à marcada pela respectiva lei do orçamento acima indicada, temos que a despesa total, por conta do exercício de....1857-58, e proveniente da administração do Sr. conselheiro Saraiva, por ele paga ou por seu sucessor, foi de RS. ....10,414:304\$355

Ora, se confrontarmos esta soma com a que foi pedida para o exercício de 1860-61, na importância de Rs. 6,660:544\$756, vê-se que a diferença para mais entre a despesa por conta da administração do Sr. Saraiva – durante a qual tantas construções novas se fizeram, e aumentou-se o material e o pessoal – e a despesa por conta da administração presente – que nenhuma dessas coisas tem necessidade de realizar – é apenas de Rs..... 3,753:759\$599



Nos conselhos da Coroa, o Sr. Saraiva, o ministro jovem, podia bem assentar-se ao lado do Sr. marquês da Olinda, o ministro ancião. Quaisquer que hajam de ser os casos futuros, guarde o Sr. conselheiro Saraiva a memória de sua administração afortunada: tão pura e tão cheia, é uma glória legítima!

Não cabe aqui estudar as causas da dissolução do Gabinete Olinda. Quaisquer que hajam sido elas, é certo, porém, que o ministério de 12 de dezembro, com a presença do Sr. Nabuco de Araújo, não se podia abrir em hostilidade com os homens da situação de 4 de maio. Foi assim que, persuadido, rogado, instado, consentiu o Sr. Saraiva em ser nomeado presidente da província de Pernambuco (dezembro de 1858). Posteriormente, porém, a retirada do Sr. conselheiro Nabuco, fiança, e representante no seio do gabinete, ao que se dizia, "*da opinião de seus amigos*", forçou o Sr. Saraiva a solicitar a exoneração do cargo de presidente, e a encaminhar-se para os bancos da oposição.

Nesse dia, abriu-se para a vida política do Sr. conselheiro Saraiva uma fase inteiramente nova. Seu voto já não podia ser, como em 1855, puramente simbólico. Devia levantar-se, animar-se, agitar-se, excitar os amigos ao combate, correr à tribuna, cercá-la, movê-la, dominá-la. A cena mudava-se. O protagonista também tinha outra missão. Já se não tratava de gerir os públicos negócios: tratava-se de rasgar o véu que esconde o nosso horizonte político: tratava-se de demarcar a compasso a derrota que se deve seguir, de descrever com saliências o terreno em que se vai combater, de indicar com precisão a estrela que nos deve guiar.

Orador de oposição, na última sessão da câmara temporária, o Sr. Saraiva não faltou a esse programa obrigado de toda a oposição. Sua palavra foi clara, fluente, animada; seu tom, de convicção, sincero, persuasivo, entusiástico; suas idéias, moderadas como se foram as idéias de um ministro, generosas como as intenções de um moço. Este orador da oposição não tem a linguagem abrasada do fervoroso Antônio Carlos; não revela a oposição de sistema; propõe-se apenas, segundo o acreditamos, a expor, sem cortejo de exagerações e doestos que irritam, mas não convencem, as bases de uma opinião política que se vai formando e ganhando corpo no espírito público, a despeito das potências de fato, das influências antigas, da corrupção de muitos e do desânimo geral.

Essa opinião política é a que não julga estreito o âmbito das leis constitucionais, mas que o pensa completo e suficientemente amplo; que tem por timbre a adoração à lei e o respeito ao governo, que proclama a descentralização real, porque é uma ficção a descentralização legal, e um absurdo a centralização que reina de fato; que ama o trono por amor do povo, e quer para o povo o profundo e exclusivo amor do trono; que rejeita o fausto, condena a suntuosidade, repudia o luxo; que pede melhoramentos reais, administração verdadeira e resultados positivos; essa opinião, enfim, é a que combate os privilégios, renega as sinecuras, desconhece as acumulações e condena a oligarquia cismática!

Oxalá que, amparada pelos espíritos fortes como o do Sr. conselheiro Saraiva, possam em breve os adeptos dessa política generosa nomeá-la a seus adversários, que são os inimigos da prosperidade do país, com esta só palavra de nobre orgulho e profunda crença: "Aveugle, qui ne la voit pas!"

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1859.



MAIQUKZ DE BARRACENA.

*Marques de Barracena*

.....  
*Marquês de Barbacena*

**F**

elisberto Caldeira Brant, visconde e marquês de Barbacena, senador do Império, conselheiro de estado, gentil homem da imperial câmara, mordomo-mor da imperatriz a Sr<sup>a</sup> D. Amélia (hoje duquesa de Bragança), alcaide-mor da vila de Jaguaripe, cavaleiro da ordem de Pedro I, grã-cruz das ordens do Cruzeiro e Rosa, comendador da ordem de Cristo, cavaleiro da Torre da Espada, grã-Cruz da Coroa de Ferro, marechal de exército, membro de várias sociedades científicas e literárias no Brasil e na Europa, nasceu a 19 de setembro de 1772, no arraial de S. Sebastião, perto da cidade de Mariana, na província de Minas Gerais.

Foi filho legítimo do coronel Gregório Caldeira Brant e sua mulher D. Ana Francisca de Oliveira Horta, neto paterno do coronel Felisberto Caldeira Brant, contratador geral dos diamantes e do ouro naquela província, e de D. Branca de Almeida Lara; neto materno do coronel José Caetano Rodrigues Horta e D. Inácia Pires de Almeida. A família paterna do marquês de Barbacena é oriunda de Utrecht, na Holanda, e seu bisavô Ambrósio Caldeira Brant veio estabelecer-se no Brasil em 1700.

Tendo concluído os seus estudos preparatórios em Minas, Felisberto Caldeira Brant veio para o Rio de Janeiro em 1786, onde teve de passar com outros seus colegas por um exame público em presença do governador e capitão-general, que então era Luís de Vasconcelos, e tão

notável foi esse seu exame de humanidades, que o governador para dar-lhe uma prova de distinção e agrado mandou-o convidar para jantar com ele naquele dia. Depois de assentar praça de cadete, embarcou para Lisboa em 1788, e foi ali continuar os seus estudos sob a direção de seu tio Manuel José Pires da Silva Pontes, lente da academia de marinha naquela cidade, e, por gratidão e reconhecimento aos bons conselhos e direção do mesmo seu tio, adotou o sobrenome de Pontes, de que sempre usou até ser titular. Entrou para o colégio dos nobres em Lisboa, e depois de ter satisfeito os exames preparatórios necessários para matricular-se na academia de marinha, aí continuou os seus estudos, sempre com a maior distinção e sucesso, como se vai ver pelo seguinte fato.

Aconteceu que nessa época o célebre Martinho de Melo, ministro dos negócios de ultramar em Portugal, resolvendo reformar a academia de marinha e procurando meios de excitar os alunos ao estudo, ordenou que aos estudantes que fossem premiados se conferissem postos de acesso. Tal e tão brilhante foi, pois, a carreira escolar de Felisberto Caldeira Brant, que no fim dos cinco anos do curso, e tendo apenas dezenove de idade competia-lhe já o posto de capitão-de-mar-e-guerra, pelos prêmios que havia obtido. O governo português, porém, entendendo que não convinha dar-lhe um tão elevado posto em tão tenra idade, passou-o a seu pedido para o exército, sendo logo nomeado major do estado-maior e ajudante de ordens de D. Miguel de Melo, governador de Angola, com a obrigação de aí servir por dois anos.

Estando em Angola, apareceram ali dois corsários franceses que incomodavam os portos de Angola e Benguela. Então o jovem major ajudante-de-ordens ofereceu-se para comandar as duas embarcações de guerra que ali existiam, e sair com elas a dar caça aos corsários; e tão bem-sucedido foi no desempenho desta comissão que os afugentou para longe e nunca mais apareceram, sendo seus serviços reconhecidos e premiados pelo governo com a mercê do hábito de Cristo.

Terminados os dois anos de sua residência em Angola, voltou a Lisboa, passando pela Bahia, onde demorou-se alguns meses, e contratou o seu casamento com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Seguindo para Lisboa, voltou depois à Bahia, nomeado tenente-

coronel do regimento de 1<sup>a</sup> linha daquela cidade, e então efetuou o seu casamento a 27 de junho de 1801, nascendo-lhe deste consórcio quatro filhas e dois filhos, dos quais somente lhe sobrevivem dois filhos e uma filha, que são os Srs. conde de Iguazu e visconde de Barbacena, e a Sr<sup>a</sup> viscondessa de Santo Amaro.

A casa de seu sogro Antônio Cardoso dos Santos era uma das principais casas comerciais da praça da Bahia, possuindo já uma considerável fortuna, que ficou desde logo à disposição de seu genro. Nestas circunstâncias e conhecendo bem as grandes vantagens do comércio, estabeleceu ele novas relações comerciais, e as entreteve com diferentes praças do mundo, sem contudo abandonar a sua vocação e carreira militar.

Convencido das grandes vantagens da introdução da vacina no país, e tendo tentado debalde mandar vir o pus vacínico em lâminas, resolveu em 8 de agosto de 1804 mandar a Lisboa sete moleques seus escravos, acompanhados de um cirurgião no navio *Bom Despacho*, para serem aí vacinados alguns, devendo, durante a viagem, passar o pus de uns para os outros, a fim de poderem chegar à Bahia em estado de continuar a programação. Felizmente por este modo, e não poupando sacrifícios nem despesas, conseguiu ele que chegasse o pus vacínico em perfeito estado, e desde logo foi a vacina propagada na Bahia, sendo daí remetida para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Cabe-lhe portanto a glória de ter sido o introdutor de tão útil descoberta no país, a expensas suas.

Em novembro de 1805, chegando à Bahia a esquadra inglesa do almirante Popham com destino a Buenos Aires, trazendo a seu bordo dez mil homens de tropas e tendo necessidade de dinheiro para reparos e fornecimentos, não achou no comércio daquela praça quem lhe quisesse adiantar a soma necessária. Então o tenente-coronel Felisberto Caldeira Brant (a quem desde agora chamaremos sempre o marquês de Barbacena, posto que ainda o não fosse, para uniformidade desta narração) resolveu prestar esse auxílio à esquadra inglesa, e adiantou-lhe a quantia de 67:000\$ em moeda forte sem juro algum, recebendo para seu pagamento letras sobre o tesouro inglês. Alguns meses depois recebeu o marquês de Barbacena um officio do almirantado inglês em que em nome do seu governo se lhe agradecia aquele importante serviço prestado à esquadra do almirante Popham, e assegurando-lhe que em qualquer ocasião o governo inglês lhe retribuiria tão grande obséquio.

Já nesse mesmo ano havia o marquês obsequiado na cidade da Bahia ao príncipe Jerônimo Bonaparte, que ali aportara numa esquadra francesa, pouco antes de chegar a esquadra inglesa, e dele recebera em agradecimento uma espada e alguns outros presentes. Este distinto acolhimento de estrangeiros tão notáveis produziu algum ciúme no espírito do governador o conde da Ponte, e então o marquês, para evitar desavenças, decidiu passar-se com toda a sua família para Lisboa, o que realizou.

Chegando a Lisboa, alugou o marquês o palácio do conde da Ega para residir, e o governo o nomeou tenente-coronel do regimento de Peniche; acontecendo porém a partida da família real para o Brasil veio nessa mesma ocasião o marquês com sua família, ficando porém na Bahia, onde tinha suas propriedades.

Sendo nomeado, em 1811, brigadeiro graduado e inspetor-geral das tropas da Bahia, procurou logo disciplinar os corpos de linha e milícias às quais deu uma nova organização. Levantou uma planta militar da província, designando o espaço ocupado pelos diferentes corpos, assim como da província de Sergipe, que então era uma comarca da Bahia. Cuidou de melhorar a sorte do soldado no aquartelamento e rancho, e fundou o montepio para os oficiais. Nesse mesmo ano estabeleceu no arsenal de guerra uma fábrica de armas de fogo, mandando vir espingardeiros de Sergipe. Em 1812 mandou fazer a expensas suas uma estrada de S. Jorge dos Ilhéus ao arraial da Conquista, com a extensão de 42 léguas empregando nestes trabalhos 240 escravos de suas fazendas, e concluindo a estrada em 1815, em que desceram já por ela boiadas, algodões e muitos outros produtos daqueles sertões: neste mesmo ano foi nomeado correspondente do Banco do Brasil na praça da Bahia.

Em 1813 introduziu o marquês na província a primeira máquina de vapor para moer canas, fazendo-a assentar e trabalhar no engenho de seu cunhado o coronel Antônio Cardoso dos Santos. Em 1815 veio ao Rio de Janeiro como representante dos principais proprietários da província, trazendo uma representação com numerosas assinaturas, pedindo medidas enérgicas contra a insurreição dos escravos que, iludidos com a proteção do governador, tinham-se levantado já algumas vezes causando grandes prejuízos e desgraças. O governo atendeu às razões

dos peticionários, e expediu ordens no sentido da representação, sendo este um grande serviço prestado à província da Bahia naquela época.

A 2 de janeiro de 1817, por diligência e esforços do marquês, instalou-se também a caixa de descontos, na Bahia, filial do Banco do Brasil, sendo diretores ele, Pedro Rodrigues Bandeira e Manuel João dos Reis.

Durante a revolução de Pernambuco naquele ano, prestou muitos serviços pessoais ao governo, e emprestou mesmo uma escuna para conduzir petrechos bélicos. A província da Bahia deve-lhe também por esta ocasião um assinalado serviço que ele lhe prestou, e de que não podemos aqui fazer menção pela brevidade desta notícia; sendo certo que aos esforços e bons officios do marquês de Barbacena deve ela o não ter sido também envolvida no flagelo da guerra civil que assolou a de Pernambuco, sem comprometimento de pessoa alguma.

Em 1818 encomendou o marquês para Inglaterra uma máquina de vapor para mover um barco que foi mesmo construído na cidade da Bahia o qual fez a sua primeira viagem à Cachoeira no dia 4 de outubro de 1819, levando a seu bordo o governador e muitas pessoas gradas, o marquês e os seus sócios nesta empresa, o negociante Pedro Rodrigues Bandeira, e o capitão-mor Manuel Bento de Sousa Guimarães. O novo barco de vapor continuou suas viagens para os portos do recôncavo da província, até que se arruinou, e com ele a idéia de sua introdução, que foi devida unicamente ao marquês de Barbacena.

Em 1821, tendo íntimas relações de amizade com os principais agentes da revolução que rebentou naquela cidade a 10 de fevereiro desse ano, pôde convencer-se de que o plano vindo de Lisboa era para reassumir a antiga preponderância e iludir os brasileiros com frívolas promessas de liberdade. Assim sendo convidado para fazer parte do clube diretor, recusou, e disse aos tais agentes que, segundo ouvira ao conde de Palmela, estava persuadido, de que el-rei Sr. D. João VI pretendia dar uma constituição aos seus Estados, e que então lhe parecia melhor que se esperasse o resultado do movimento no Rio de Janeiro. Mas esses senhores, que depois fizeram a desgraça da Bahia, a nada atenderam, e assentaram em cumprir a todo transe as ordens da corte de Lisboa.

No dia 10 de fevereiro, tendo-se reunido muita gente no forte de S. Pedro, quartel do regimento de artilharia, e aparecendo também



grande quantidade de povo na praça de palácio, mandou o governador conde de Palma chamar o marquês, e ordenou-lhe que fosse examinar o estado daquele regimento. O marquês disse ao major Hermógenes que o acompanhasse com duas companhias de infantaria, e aproximando-se ao fim da Rua das Mercês, que conduz ao largo onde está o forte de S. Pedro, observou uma peça de artilharia postada e um destacamento com um oficial. Mandou então fazer alto à tropa que o acompanhava, e marchou ele só com o seu pajem para indagar do oficial que comandava a peça e o destacamento o fim para que ali estava. Apenas porém se foi aproximando, o oficial mandou dar fogo à peça, escapando o marquês milagrosamente, tendo levado uma bala na espada, outra no chapéu, o seu cavalo tantas, que à pequena distância caiu morto, assim como o seu pajem, que morreu também no conflito. As duas companhias sofreram consideravelmente, perdendo o seu comandante e vários soldados.

Voltando ao palácio, o marquês disse ao governador que a revolução havia rebentado, e que achava melhor aquiescer a ela do que deixar derramar mais sangue. Dirigiram-se então todos para a casa da câmara, onde já se achava reunido um grande número de pessoas, tendo os agentes da revolução concordado de antemão em fazer lavrar uma ata para os fins que tinham em vista, conforme as instruções recebidas de Lisboa. Nesta ocasião apareceram muitas invectivas contra o marquês, e com dificuldade permitiram que ele ali estivesse.

Dando-se começo à leitura da ata, viu o marquês que nela se prometia obedecer à Constituição que se fizesse em Portugal. Então pediu ele a palavra, e disse que, uma vez que se sacudia o jugo do governo despótico, entendia que a maior conveniência do Brasil era separar-se logo de Portugal e fazer a sua Constituição. O partido português, que se achava presente e dirigia o movimento, exacerbou-se muito com estas opiniões do marquês, e fez reprovar a idéia. Continuando a leitura da ata, estava também expressamente declarado nela que o Brasil aceitava sua sujeição a Portugal. O marquês pediu de novo a palavra, e observou que, visto mais não poder ser, aos menos se substituísse a palavra "sujeição" por "adesão", o que foi geralmente aceito e aplaudido.

Estas inspirações patrióticas do marquês de Barbacena produziram grande efeito no espírito e nos corações dos brasileiros que se achavam presentes, e apesar de sua exasperação e ódio, o partido por-

tuguês viu-se obrigado a transigir, e desde esse momento aplacou algum tanto as suas iras contra o marquês, que parecia apoiado pelos seus compatriotas; chegando até os próprios membros do futuro governo provisório a pedirem-lhe que os coadjuvasse no desempenho de sua missão. É admirável a fortaleza da alma e a elevação do patriotismo do marquês de Barbacena nestes momentos críticos: pois apesar de ter recebido um tiro de metralha, ouvindo sibilar as balas em todas as direções, apesar de ter perdido o seu cavalo e o seu pajem, e chegando à casa da câmara ameaçado de ser lançado pela janela fora e insultado com todos os epítetos injuriosos, contudo sua coragem nada sofreu, nem seu ânimo vacilou: patriota em alto e puro grau, ele entreviu o futuro político do seu país, e, resolvido a cumprir o seu dever de cidadão a todo transe, expôs com clareza e decisão as idéias que pareciam convenientes à sua pátria.

Voltando para sua casa, e apesar de aceitar o fato consumado, ainda assim continuaram os seus inimigos a tentar contra sua vida, do que teve várias denúncias. Isto o determinou a abandonar a Bahia, o que fez mettendo-se a bordo de uma fragata inglesa que partia para o Rio de Janeiro.

Chegando ao Rio de Janeiro, apresentou-se ao governo, e rebenutando poucos dias depois a revolução, ordenou uma notabilidade dessa época que o marquês ficasse preso em sua casa com sentinela à porta. Ele pediu então licença para retirar-se para Inglaterra a tratar de sua saúde, e efetivamente para ali partiu em um navio mercante. Chegando a Londres, o marquês não foi bem recebido pelos corifeus da revolução, que o acusavam dos acontecimentos da Bahia, julgando-se eles com o direito de dirigir a marcha futura deste país no interesse da corte de Lisboa. Entre esses corifeus distinguia-se o célebre redator do jornal *O Português*.

Continuou por algum tempo o marquês a residir em Londres, ocupando-se da educação de seus filhos e de alguns melhoramentos para as propriedades agrícolas que possuía no Império; e, logo que o Sr. D. Pedro I resolveu ficar no Brasil e declarar a sua independência, abriu o marquês uma correspondência ativa com o ministro José Bonifácio de Andrada, oferecendo-lhe sua pessoa e bens para o serviço do seu país. Foi nesta ocasião que o marquês teve a idéia de apresentar ao governo inglês a carta que havia recebido do almirantado agradecendo-lhe os serviços prestados à esquadra inglesa na Bahia em 1805, pedindo-lhe uma

conferência particular. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, Mr. Canning, não podia receber o marquês em caráter público, mas recebeu-o em qualidade particular e como um cidadão distinto, e testemunhou-se todo o desejo que tinha de o obsequiar e recompensá-lo por aquele serviço, escrevendo-lhe freqüentemente e dando-lhe muitas facilidades para poder ele auxiliar o governo brasileiro. O marquês declarou ao ministro inglês que se dava por satisfeito, e aceitaria como a maior paga do serviço a que ele audia, conseguindo a segurança e o reconhecimento da independência do Brasil.

Nestas intenções escreveu o marquês a todos os brasileiros notáveis por qualquer título, convidando-os a voltar para o Brasil, e oferecendo-lhes meios de transportes e auxílios. Conhecendo também pela correspondência oficial que havia no Brasil falta de marinheiros e de officas, e de muitas outras coisas, mandou à sua custa marinheiros e officiais engajados, empenhando não só tudo quanto tinha, mas até pedindo emprestadas algumas somas que lhe faltavam. Entre esses officais veio o atual almirante Grenfell.

Animou alguns negociantes a remeterem petrechos bélicos, e fez tudo quanto esteve ao seu alcance para coajubar o governo do Sr. D. Pedro I.

Em 1823 voltou ao Rio de Janeiro como deputado à Assembléia Constituinte pela província da Bahia, mas pouco depois foi a mesma assembléia dissolvida. Convidado nessa época para a pasta da guerra e marinha, recusou. Parecendo-lhe que o melhor meio para chegar a um bom resultado prático seria aceitar a constituição oferecida pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, foi à Bahia promover esta aceitação, e de fato conseguiu o seu desejo. S. M. I. agradeceu-lhe este serviço, e por este tempo, pouco mais ou menos, recebeu ele o título de visconde de Barbacena, sendo poucos anos depois elevado a marquês do mesmo título. Daí partiu ele para Londres a negociar um empréstimo para o governo, e tratar do reconhecimento definitivo da nossa independência. O empréstimo realizou-se com condições muito vantajosas para o país, tanto no preço, como pela qualidade dos capitalistas que o fizeram, e que ainda hoje sustentam o nosso crédito naquela praça.

Tendo o governo português nomeado um plenipotenciário para tratar com os plenipotenciários brasileiros, que eram o marquês de Barbacena e o visconde de Itabaiana, sobre o reconhecimento da inde-

pendência do Brasil, não foi possível chegar a um acordo; mas o governo inglês, desejando que o reconhecimento tivesse lugar, porque assim convinha aos seus interesses, mandou Sir Charles Stuart a Lisboa, donde veio para o Rio de Janeiro, e aí se fez o tratado do reconhecimento da independência.

Voltando o marquês de novo ao Rio de Janeiro, foi eleito senador por três províncias ao mesmo tempo, pelas províncias de Minas, Bahia e Alagoas. O Imperador escolheu-o pela província das Alagoas, em 19 de abril de 1826, data da organização primitiva do senado brasileiro.

Em fins deste mesmo ano foi nomeado general-em-chefe do exército do Sul, mas só tomou o comando do exército em janeiro de 1827. Nos ofícios que dirigira ao ministro da Guerra pinta o marquês o estado lastimoso em que achara o exército, a nudez dos soldados, a falta de cavallada e munições, o hospital sem camas, e finalmente a mais completa falta de recursos, pedindo se lhe mandasse fornecer de tudo quanto era preciso. O marquês deu as providências que estavam ao seu alcance, e mandou reunir a esquerda do exército que se achava a oitenta léguas do centro.

Não tendo cavalaria, e espalhando-se a notícia da invasão da província do Rio Grande pelo General Alvear, cuidou o marquês em tomar posição em algum terreno montanhoso, para poder resistir ao inimigo, que tinha grande força de cavalaria. Reunindo-se o general Brown e o general Barão do Serro Largo, montou a força do nosso exército a 6.600 praças das diversas armas e paisanos armados. A idéia de que o inimigo se retirava, ou antes fugia diante de nós, produziu um falso entusiasmo nas nossas tropas, que mostravam-se desejosas de atacar o inimigo. O marquês pretendia aumentar o seu reforço antes de o fazer; mas convocando um conselho militar sobre este assunto, foram todos de opinião que se atacasse o inimigo quanto antes. O marquês, informado da retirada do inimigo, encarregou o Coronel Bento Manuel Ribeiro que se conservasse à vista dele, para informar ao general do que se passasse; e para melhor desempenhar esta comissão o dito coronel escolheu 800 soldados bem montados. No dia 18 de fevereiro participou o coronel Bento Manuel Ribeiro ter havido um pequeno choque com a retarguarda do inimigo, perdendo este 50 homens. No dia 19 marchou o exército

imperial em procura do inimigo que se dirigia para o paço do Rosário; e no dia 20 pela manhã avistaram-se os dois exércitos. O marquês reconheceu o campo e fez as suas disposições para o combate, dando o comando da divisão ligeira ao general Barão do Serro Largo, e ordenando-lhe que avançasse sobre o inimigo. A primeira divisão foi confiada ao comando do general Barreto, e a segunda, ao do general Calado.

A primeira divisão marchou sobre o inimigo e alcançou grandes vantagens; mas neste momento o inimigo desenvolveu alguns corpos de cavalaria sobre a divisão do general Serro Largo, e este, possuindo-se de um terror pânico, fez meia-volta e deitou a fugir caindo sobre o nosso regimento de cavalaria nº 5, e quase envolvendo os batalhões nºs 13 e 18, que se formaram em quadrado e fizeram fogo sobre o inimigo de envolta com a divisão ligeira. Este sucesso retardou a marcha da segunda divisão, que devia ter apoiado a primeira. Então o marquês, vendo aquele desastre, a deserção de muitos soldados e oficiais e a do corpo comandado por Issac Calderon, julgou conveniente tomar a defensiva até que o coronel Bento Manuel Ribeiro chegasse com a divisão do seu comando, visto como tinha ordem de conservar-se nas imediações, e de reunir-se ao exército logo que ouvisse o fogo. Mas tal não aconteceu, e o general-em-chefe teve necessidade de mandar formar quadrados e esperar os ataques do inimigo, que entretanto foram todos repelidos com honra e coragem.

Tendo durado onze horas o fogo, e havendo falta de água, tendo o inimigo incendiado os campos circunvizinhos, resolveu o general retirar-se para o Caciqui. Cessando o fogo, o general Alvear escreveu ao nosso, pedindo licença para mandar buscar o cadáver do coronel Brantren, que tinha morrido em frente dos nossos quadrados. Tal foi a perda do inimigo nesta batalha, que, apesar de retirar-se o nosso exército a passo ordinário, não foi perseguido pelo inimigo, e conservou sempre a sua formatura. Depois da ação, verificou-se que havíamos perdido duzentos e tantos homens entre mortos e feridos, quando o general Alvear eleva a perda do seu exército a 500 homens, como confessa na sua defesa, que corre escrita, reconhecendo o merecimento do general brasileiro. Deve-se observar também que o exército brasileiro constava somente de 6.600 praças, enquanto que o do Alvear era de 10.140.

O resultado desta batalha foi que nunca mais o exército inimigo nos incomodou, e fez-se a paz. Apesar de todos os contratempos

e desgraças, o marquês mostrou a maior bravura e sangue-frio durante a ação, como atestam todos os oficiais superiores que a ela assistiram, e manobrou com habilidade tanto no ataque como na retirada.

Feita a paz com Buenos Aires e voltando o marquês ao Rio de Janeiro, foi nomeado embaixador e encarregado de acompanhar para Viena d'Áustria S. M. F. a sr<sup>a</sup> D. Maria II, servindo-lhe de tutor durante a viagem, e incumbido ao mesmo tempo de escolher nas cortes da Europa uma nova esposa para S. M. o Sr. D. Pedro I, que pretendia passar a segundas núpcias.

Chegando o Gibraltar comunicou com a terra para ter notícias e receber refrescos; e então soube com a maior surpresa que D. Miguel, tomando posse da regência de Portugal em nome da rainha, havia-se declarado rei absoluto com violação do juramento e protestos feitos perante os soberanos d'Áustria, França e Inglaterra, e perante seu augusto irmão; recebendo também informações confidenciais do visconde de Itabaiana, nosso ministro em Londres; e do marquês de Resende, ministro em Viena, expondo-lhe a trama que a Santa Aliança havia formado para sacrificar a rainha, conservando-a em Viena até que D. Miguel tivesse destruído a carta constitucional dada aos portugueses pelo Sr. D. Pedro I, e consolidasse ali um governo de forma absoluta.

Poucos homens talvez se têm visto, como então o marquês de Barbacena, numa situação tão crítica, vendo-se na necessidade de tomar uma resolução grave e importantíssima para a liberdade de um povo, sem faltar ao mesmo tempo aos seus deveres; mas ele mostrou-se superior a todas estas dificuldades. Depois de pensar maduramente resolveu tomar sobre si e sobre a sua lealdade a imensa responsabilidade não continuar a viagem para Viena, e seguir com a rainha para Inglaterra, avisando a S. M. I. dos motivos que o tinham obrigado a tomar esta resolução, e esperando novas ordens.

Este acontecimento tornou-se muito notável por ser inesperado, e por colocar o governo inglês numa posição difícil. A nação inglesa aplaudia a resolução do marquês, e simpatizava com a inocente rainha de Portugal; mas o ministério inglês do duque de Wellington e lorde Aberdeen, desejando agradar ao príncipe de Metternich e ao rei da França, instava com o marquês para ir para Viena e cumprir as ordens do imperador, e até o conde Aberdeen se tornou violento em sua correspondência

com o marquês; o qual conhecendo bem o terreno em que pisava, e a trama oculta de que era objeto, respondeu a Aberdeen que com ordem positiva de deixar a Inglaterra ele partiria imediatamente. Mas o marquês estava bem certo de que o Ministério inglês não ousaria fazer tal, desde que a opinião pública se havia pronunciado contra D. Miguel e em favor da rainha.

O príncipe de Metternich também lançou mão de todos os meios a seu alcance para obrigar o marquês a conduzir a rainha para Viena; mas foi de balde. Firme no seu propósito, o marquês sustentou sempre os direitos da rainha, e esperou a resposta de S. M. o Sr. D. Pedro I.

Entretanto ocupava-se sempre com a segunda parte da sua missão, o casamento do Imperador, e, depois de haver esperado por muito tempo em vão o cumprimento das promessas d'Áustria tratou de ver noutra corte da Europa uma princesa que conviesse ao trono imperial e aos desejos do príncipe que o ocupava, conseguindo finalmente a princesa Amélia de Leuchtemberg, que foi a escolhida esposa e a consorte fiel e amada do Sr. D. Pedro I, de quem é hoje viúva.

Quando o marquês concluía o ajuste do casamento, chegava a ordem do imperador para que a Sr<sup>a</sup> D. Maria II voltasse ao Rio de Janeiro.

Não nos ocuparemos aqui com pormenores nem esclarecimentos sobre a questão dinástica portuguesa que então se agitava, porque isto exigiria maiores desenvolvimentos do que comporta uma notícia biográfica; bastará dizer que o marquês de Barbacena, conservando e fazendo sempre respeitar o seu caráter nacional, fez tudo quanto lhe era possível em favor de Portugal, e afagou e protegeu os portugueses dedicados à causa da rainha.

Aportando ao Rio de Janeiro em companhia da nova imperatriz e da rainha de Portugal, o imperador recebeu o marquês da maneira a mais obsequiosa, e concedeu-lhe todas as graças que poderiam ser-lhe agradáveis. Então pediu-lhe ele a graça de o deixar retirar-se à vida privada o descanso com dignidade, o que as circunstâncias políticas do país lhe não consentiram.

Os negócios públicos não marchavam bem. O imperador, iludido por certos indivíduos, arrostava a opinião pública do país, e uma revolução parecia estar iminente. O marquês, aproveitando então a in-

fluência que lhe davam os seus serviços e a consideração em que o tinha o imperador, fez diferentes observações a S. M. I. sobre a má direção dos negócios e sobre o perigo que nela havia. S. M. parecendo impressionado pelo modo por que o marquês encarava o estado dos negócios, e mostrando-se desejoso de conjurar a tempestade, instou com o marquês para que se encarregasse da administração, prometendo fazer tudo quanto dele se exigisse no interesse da paz e da ordem. O marquês acedeu às instâncias do imperador e aceitou o Ministério na intenção de fazer ao seu país todo o bem que pudesse, porque para a sua pessoa de nada precisava, tendo já alcançado todas as honras e dignidade da eleição popular e da coroa. Demais, há de ter-se notado por esta resumida narração que o patriotismo mais puro e mais dedicado foi sempre o traço dominante do caráter do marquês de Barbacena em toda a sua vida pública.

Organizado o novo Ministério, cuidou logo o marquês de apresentar-se às câmaras legislativas, encarando a situação do país da maneira mais franca e leal, reconhecendo os defeitos da administração, propondo os corretivos que lhe pareciam necessários, pedindo o seu apoio sem o qual não podia marchar, e anunciando as medidas que teria de apresentar à consideração do corpo legislativo. A violenta oposição que existia na Câmara dos Deputados, e que tinha guerreado fortemente os ministérios anteriores, declarou que, atendendo à marcha do atual ministério, lhe prestaria o seu apoio em tudo que fosse útil ao país.

Mencionaremos aqui uma circunstância infeliz que muito contribui para produzir e alimentar a desinteligência entre o Sr. D. Pedro I e o marquês de Barbacena. S. M. prestava decidido crédito aos seus criados particulares, e isto havia de tal sorte excitado o clamor público, que o marquês se julgou obrigado a exigir a expulsão desses criados do paço, ao que S. M. anuiu sem dificuldade. Alguns outros porém que ainda ficaram, insuflados pelo partido português dessa época, e procurando vingar os seus companheiros, começaram a incutir receios no ânimo do imperador, dizendo-lhe que o marquês posto à testa do Ministério governava tudo, e reduziria a coroa à maior nulidade; que os republicanos da Câmara dos Deputados o apoiavam, por que contavam com ele, e que assim levaria a monarquia ao precipício. Iludido por estas sugestões, e mal avisado em suas deliberações, o Sr. D. Pedro I pareceu ver com



efeito a sua queda nos triunfos do marquês, e assim resolveu desembaraçar-se dele. Insinuou-lhe primeiro que pedisse a sua demissão; mas o marquês respondeu que tendo-se comprometido com a Câmara dos Deputados pela apresentação de várias medidas importantes, tais como a organização da contabilidade pública, o resgate do papel-moeda, o estabelecimento de bancos, etc., não podia retirar-se do poder, porque isto parecia receio ou incapacidade de sua parte: mas que S. M. poderia demiti-lo se assim entendesse conveniente, e deste modo tudo ficaria satisfeito.

O imperador mandou então lavrar um decreto demitindo o marquês do Ministério, mas dando para isto uma causa que não existia, o que o obrigou a escrever ao visconde de Alcântara um ofício com todos os documentos, provando a inexatidão das asserções contidas no decreto de sua demissão, e a publicar num folheto avulso o ofício e todo os documentos que o acompanhavam. Esta brochura produziu uma grande impressão no espírito público; a oposição na câmara temporária tomou-a por tema de suas agressões ao novo Ministério, os jornais continuaram a azedar os ânimos e aumentar as desconfianças que já existiam, e as coisas chegaram a um tal estado de efervescência, que produziram os acontecimentos de abril de 1831, a abdicação do Sr. D. Pedro I e a sua retirada para a Europa.

O marquês não desejava a revolução, nem a provocava, tanto que nela não figurou; o que queria somente era persuadir o imperador a reinar constitucionalmente, não contrariando de frente a opinião pública nacional, legalmente manifestada. A última carta escrita ao Sr. D. Pedro I pelo marquês de Barbacena, no momento de deixar o Ministério, é um documento muito notável, que será publicado em outra ocasião.

Desde essa época até 1835 conservou-se o marquês firme no seu posto no Senado, como monarquista de convicção e progressista, tanto no que respeita a melhoramentos materiais, como nas reformas sociais e políticas, defendendo sempre o princípio da segurança de pessoa e de propriedade. Muitas vezes discutiu e propôs reformas ao meio circulante, resgate da moeda de cobre, que então era um flagelo, e em todas as matérias econômicas ocupou sempre nas discussões lugar distinto.

Tendo de ir à Inglaterra em 1836, o regente Diogo Antônio Feijó nomeou-se ministro plenipotenciário para tratar sobre a interpretação do tratado de comércio, que então devia cessar com aquele país; mas nada pôde ele alcançar de lorde Palmerston, que só pretendia um novo tratado. Não perdeu porém o seu tempo nesta viagem, pois enviou ao governo uma proposta de alguns banqueiros ingleses para fundar um banco no Brasil, e retirar da circulação o papel-moeda do governo. Enviou também outra proposta da companhia inglesa do caminho de ferro de Durrham para construir uma estrada de ferro do Rio de Janeiro a Minas, exigindo somente a importação livre de direitos dos objetos que lhe fossem necessários, e a concessão do terreno para a vida férrea, estações, etc.; mas o governo entendeu que não eram ainda coisas próprias para este país. Por este tempo começou o marquês a sofrer de pedra na bexiga, e, apesar de ter-se sujeitado muitas vezes à operação cirúrgica própria desta moléstia, por fim succumbiu a ela. Enquanto lhe restaram forças foi sempre ao Senado e tomou parte nos debates.

O marquês de Barbacena faleceu a 13 de junho de 1841.



BARÃO DE CAÇAPAVA

.....  
*Barão de Caçapava*

**N**ão é das tarefas menos árduas a que nos impomos esboçando a vida militar, civil e política de um dos mais ilustres e conspícuos cidadãos do Império do Brasil, cujos serviços prestados em prol da causa pública sem outro interesse além da consciência do dever e da honra, que sempre os pautaram, são hoje reconhecidos, porque as paixões que os contestavam, as rivalidades que se lhes antepunham e algumas ambições ilegítimas, que eles levaram de vencida, têm-se arrefecido e extinto, para cederem o passo à verdade e fazerem ouvir a voz da justiça, da imparcialidade, que os aquilatam, aferindo-os pelos efeitos e vestígios que deixaram impressos na memória daqueles para quem não é indiferente a glória alheia. São legados feitos à História, que os há de avaliar devidamente inscrevendo-os em uma de suas melhores páginas.

Francisco José de Sousa Soares de Andréia, barão de Caçapava, era homem perfeitamente talhado para os lugares da alta administração militar. Dotado de coragem refletida, de inteligência cultivada, de probidade inconcussa aos assaltos da peita, de honradez estóica, de espírito de disciplina severo quando as necessidades assim urgiam, podia como Turenne colocar-se à frente de exércitos beligerantes, podia como Murat e Lannes familiarizar-se com a vitória, assim como, à semelhança de Vauban e Berthier, regularizar o serviço das companhias, traçar

planos, delinear e tornar efetivas as fortificações indispensáveis a malograr o ardor do inimigo e a debelá-lo.

É deste prestante servidor do estado, deste extremado campeão da monarquia, e acérrimo mantenedor da ordem pública que vamos tratar, esboçando o quadro dos seus serviços, exibindo a importância dos atos de sua vida militar e civil sem exagerá-los com uma análise minuciosa e parcial, nem enfraquecê-los com o esquecimento de circunstâncias que lhes dão o devido relevo.

É um serviço que fazemos à história do país, é um preparo que oferecemos à pena hábil que tiver de assinalar nos fastos do Império da Cruz as ações daqueles, que, pela sua dignidade e manutenção das instituições que têm recebido dos corpos políticos, lhe consagraram toda a vida, todos os esforços, zelo e dedicação que puderam para tão justo fim despendido.

Francisco José de Sousa Soares de Andréia, barão de Caçapava, marechal do exército, conselheiro de estado e de guerra, grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, oficial da Imperial do Cruzeiro e comendador da da Rosa, nasceu na cidade de Lisboa em 29 de janeiro de 1871. Destinado a seguir a carreira das armas, e feitos os primeiros estudos, em 14 de dezembro de 1796 assentou praça no Regimento de Infantaria, nº 2, onde reconheceu-se cadete a 18 de fevereiro do ano seguinte. Completou com distinção o curso de engenharia e navegação. Servindo na arma de artilharia fez a campanha de 1801, sendo promovido a alferes em 15 de agosto de 1805 com antiguidade do 1<sup>a</sup> de janeiro do mesmo ano. Desejoso de ir servir na marinha, foi em 1807 embarcado a bordo da nau, que conduziu de Portugal para o Brasil a el-Rei D. João VI, então príncipe regente.

Promovido a 2<sup>a</sup> tenente em 8 de março de 1808, foi transferido para o corpo de engenheiros, no qual se lhe deu o acesso de capitão em 7 de abril do mesmo ano.

Estes postos, ganhos pelo trabalho e merecidos pela inteligência, deram a conhecer que do capitão Andréia podia o estado aproveitar os préstimos em serviços de ordem mais elevada e dependentes de conhecimentos profissionais da engenharia.

Assim é que foi logo empregado no arquivo militar, nivelamento da cidade, dessecamento dos paus da quinta da Boavista, e outras

comissões que desempenhou com geral aplauso, começando desde então a merecer muito conceito e a distinguir-se na carreira de serviços valiosos feitos ao Brasil, pátria de sua querida mãe.

Casou em 8 de agosto de 1809 com a Sr<sup>a</sup> D. Germana Rita Brito de Vitória.

Em 3 de abril de 1812 foi nomeado para fazer o reconhecimento da estrada projetada desta cidade ao Rio Preto e de executá-la, comissão onde se conservou até que em 1817 foi escolhido para fazer parte da expedição que marchou sob o comando do general Luís do Rego Barreto a pacificar a província de Pernambuco, estando então no posto de major em que fora graduado a 13 de maio de 1811 e feito efetivo em 30 de janeiro de 1813.

Havendo partido para esta expedição na qualidade de chefe de engenheiros, foi pelo general encarregado, em 6 de abril de 1818, da secretaria do governo da capitania de Pernambuco, substituindo o secretário José Carlos Mayrink, que foi depois senador por aquela província.

Por officio de 6 de julho do mesmo ano foi-lhe cometido o oneroso encargo de organizar toda a divisão militar daquela capitania com autorização de dar instruções, fazer propostas de promoções, reformas e nomeações dos chefes, designando os distritos e limites dos batalhões e brigadas, lugares de exercícios, etc.

Tarefa tão espinhosa, e por sem dúvida de grave execução, foi de tal modo delineada e executada que não excitou clamores, se não mereceu aplausos, sendo certo que a organização da capitania chegou ao ponto de marcar as localidades em que deviam de ficar os habitantes isentos do serviço no caso provável de se efetuar em qualquer paragem do litoral o desembarque de uma expedição espanhola ao mando do general Riego, cujo aparecimento se esperava.

Ao par e passo que o infatigável major Andréia desempenhava com tanto tino e acerto estas medidas de precaução, dava andamento ao sistema de estradas da capital a diversos pontos do interior da capitania.

No decurso destes serviços inquestionavelmente valiosos foi promovido a tenente-coronel graduado em 6 de outubro de 1817, confirmado no posto a 4 de novembro de 1818, passando à graduação de coronel em 15 do mesmo mês e ano, e a ser confirmado no lugar de secretário do qual não percebeu ordenado.

Tendo a poder de sacrifícios e de mérito real conquistado a posição em que se distinguiu e a reputação de ilustrado e probo servidor do Estado, não estava destinado ao nobre militar constituir-se a exceção dos que praticam feitos notáveis sem que a inveja de mãos dadas com a calúnia denigrem a seu talante. Efetivamente a má vontade de seus inimigos urdiu-lhe tramas caluniosas das quais saiu vitorioso, desenredando-as com a linguagem dos fatos, a cuja verdade em vão se opunha o artificio dos manejos como o cálculo da intriga.

A situação da capitania nesses tempos, que a história ainda não se encarregou de definir, era grave, e as providências e ordem a dominá-la não podiam ser outras senão as aconselhadas pela severidade.

O juiz da alçada, nomeado para processar e julgar os comprometidos na rebelião de 1817, mostrava-se animado de excessivo rigor no tocante a puni-los; e, a não dar-se a intervenção de um elemento e generosidade e favor desses réus políticos, muitos deles expiariam com morte afrontosa os delitos de que eram acusados.

Esse elemento de generosidade, esse corretivo, foi ministrado pelo ilustre militar de que nos ocupamos, e, graças a tão oportuna mediação, muitas vítimas já decretadas à morte escaparam do suplicio. Honra ao barão de Caçapava, que foi o que deve de ser o bravo militar – impetuoso nos combates – indulgente na vitória.

A notícia deste fato, considerado como ato de extremo liberalismo, apressou-lhe a retirada de Pernambuco; e, chegado ao Rio de Janeiro por ordem do governo, teve de responder em 1821 por essas e outras quejandas acusações, de que logrou justificar-se plenamente.

Em julho de 1822 foi nomeado para fortificar Santa Catarina.

Os sentimentos do então coronel Andréia, os serviços até ali prestados ao Brasil, onde estava estabelecido, onde tinha filhos, eram motivos poderosos para não ensurdecer aos brados da independência, que ecoavam em todos os ângulos deste vasto território. Aderiu ao movimento geral e desde essas eras até os últimos momentos de sua laboriosa existência não teve um pensamento, não deu um passo, não praticou um só ato, que não tendesse ao bem do Império, ao seu engrandecimento, à consolidação das instituições juradas, e à conservação do prestígio da monarquia.

Encarregado de cobrir a cidade do Rio de Janeiro com fortificações, no que foi auxiliado com as luzes dos ilustres generais Francisco Cordeiro da Silva Torres e Antônio Elisiário de Miranda e Brito, foi simultaneamente incumbido da construção do farol da ilha Rasa, já principiado.

Tendo sido promovido a coronel efetivo em 12 de outubro de 1823, e estando ainda no exercício das referidas comissões, recebeu ordem para servir no exército do Sul, comandado pelo general-em-chefe marquês de Barbacena.

Foi promovido a brigadeiro graduado em 12 de outubro de 1826.

Nomeado ajudante-general do exército, assistiu à batalha de 20 de fevereiro de 1827, continuando a exercer esse cargo até 27 de janeiro de 1828, data em que foi incumbido de fortificar a vila do Rio Grande do Sul e barra da província, por nomeação do então general-em-chefe do Exército, visconde da Laguna.

Aceitou esta incumbência, impellido pelo desgosto que lhe causou a nomeação do marechal Brown para chefe do estado-maior do Exército.

Eram, porém, tais os brios do general Andréia, que, pedindo exoneração do cargo de ajudante-general, pedia ao mesmo tempo que não fosse distraído do teatro da guerra.

Entrado que foi na posse da mencionada comissão, teve de elaborar o projeto de um farol para a barra do Rio Grande, conforme lhe fora requisitado pelo presidente da província. Executou esse projeto em janeiro do ano seguinte.

Por aviso de 20 de dezembro de 1828 foi-lhe confiado o comando das forças imperiais da praça de Montevidéu até que fosse entregue.

Era uma comissão inçada de dificuldades, embaraçosa por demais, visto como, para desempenhá-la convenientemente, fazia-se mister muito tino de envolta com severidade, indispensáveis a evitar graves conflitos entre a tropa brasileira e os orientais habitantes da praça. Mas, não estando essa comissão acima da altura dos préstimos do general Andréia, ele a concluiu sem a mais pequena quebra da dignidade e honra nacionais, provendo a todas as emergências que dela se derivaram com um acerto nunca desmentido.



A entrega da praça teve lugar em 23 de abril de 1829.

Volvido à corte, foi logo nomeado comandante das armas da província de Santa Catarina, donde foi removido para a do Pará, a fim de ali exercer idêntico lugar, para que fora nomeado em janeiro de 1830.

Havendo deixado em Santa Catarina batalhões disciplinados, que com ele tinham feito a campanha do Sul e suportado todas as fadigas e privações inerentes aos combates e às marchas por caminhos inóspitos, foi encontrar no Pará corpos insubordinados, soldadesca infrene pronta a servir às paixões dos amotinadores, que já preparavam as cenas de desoluição de que foi teatro essa vasta porção do território brasileiro.

Tinha o general Andréia de chamar ao dever esses desvairados, de fazer abortar os germens de uma revolta iminente. Apoiado no concurso de cidadãos prestantes, apercebia-se para a execução de fim tão justo, quando foi destituído do comando em 22 de abril de 1831.

Regressando à corte, ficou desempregado e malvisto do governo de então.

Nenhuma estranheza deve causar este ato de ingratidão, precursor de outros de que foi vítima o general Andréia.

Quem folheia a história sabe da sorte dos Temístocles e Milcíades, dos Camilos e Cipiões. Os varões ilustres não passam à posteridade sem provar o fel da injustiça contemporânea, e sentir a falta de reconhecimento, se não do país, daqueles de cuja segurança foram muitas vezes os sustentáculos e de cuja fazenda a mais decidida garantia.

Os serviços do general Andréia não o preservaram do ostracismo, que, se alguma desculpa merece, é porque hoje os ânimos desapaixonados o consideram como consequência das vertigens e lutas dos partidos políticos que nesses tempos anômalos se debatiam em desfavor da ordem pública, pugnando mais pelo triunfo de pessoas do que pela realização de idéias. Neste estado enfermo da sociedade os princípios de justiça e os deveres da gratidão calaram-se em presença do alarido das paixões do momento.

Foi pois o general Andréia mandado para Santos, por aviso de 9 de março de 1832, à disposição do presidente de S. Paulo, que lhe ordenou partisse para a capital da província, e logo depois que seguisse para Porto Feliz, sem entrar na capital, datando a primeira ordem de 24 e a segunda de 29 do referido mês.

Por motivo de moléstia não pôde seguir o destino que se lhe indicava, nem arredar-se de Santos, aonde granjeou a afeição de muitas pessoas respeitáveis, que lhe ofereceram meios de retirar-se dali, convic-tas como estavam de que era vítima de perseguição, meios dos quais se não quis aproveitar por julgá-los desnecessários.

À vista de documentos transmitidos pela Câmara dos Deputados, em 9 de abril daquele ano baixou ordem para que respondesse a conselho de guerra pelo fato de haver mandado prender, quando comandante de armas no Pará, a Jacinto José Lopes, tenente de milícias, que havia desrespeitado o anterior comandante das armas.

O conselho de guerra, que se não deixou levar da subserviên-cia a manejos de perseguição, proferiu a sua sentença, declarando que "visto não ter o acusado cometido transgressão de lei, e havendo pelo contrário procedido em ordem a manter a disciplina e subordinação mili-tar, o absolvia". Essa sentença é datada de 19 de junho do ano acima, e, sendo enviada ao Conselho Supremo Militar e de Justiça, foi reformada em 31 de julho do mesmo ano "por ter sido o processo organizado em juízo incompetente", e por isso remetidos os autos à secretaria da guerra, a fim de que se lhes desse o devido destino.

Basta um exame perfunctório para reconhecer-se que o móvel de semelhante processo era o desejo de arredar do Pará o general An-drêia; e, tanto assim é que, tendo esse processo ido à relação do distrito, não foi possível encontrá-lo quando o ilustre general, presidindo aquela província, solicitamente o procurou para fazê-lo passar pelos últimos trâmites. Estava conseguido o fim; era inútil prosseguir nos meios, visto como não tinham sido eles curiais nem abonavam aqueles que os haviam posto em prática. Seria mesmo luxo de perseguição, alardo de injustiça, continuar esse padrão de vingança, contra um funcionário distinto a tan-tos respeitos, e que nunca soube cumprimentar os caprichos de quantos naqueles tempos de exaltamento e utopias mercadejavam com a desor-dem e desmantelamento da sociedade brasileira.

Era preciso que a atividade do brioso general fosse entretida com alguma comissão; mas sendo ele membro da Sociedade Militar esta-belecida nesta corte, e indigitado como restaurador proeminente, fora impolítico empregá-lo.

O que fazer pois para não correr o perigo de conservar desocupada uma inteligência fecunda e diligente? O que se fez aconselhado pela política da estratégia e das insídias: foi convidado para a exploração do rio Doce no intuito de que se recusasse a partir e assim abrisse espaço a novas perseguições e saciedade de ódios.

Mas o nobre general não era tão notável na arte dos partidos que não adivinhasse o *anguis in herbis* de semelhante convite, de tão bem urdida cilada. Respondeu que estava pronto e disposto a seguir, uma vez que se lhe comunicasse a respectiva ordem e lhe fossem expedidas as necessárias instruções.

Tais instruções e ordens nunca as recebeu, nem mais se falou na imaginária comissão.

Na madrugada de 14 de dezembro de 1833 recebeu o general ordem, datada da véspera à meia-noite, para incontinenti dirigir-se ao quartel-general; e, aí sendo, foi detido e mandado recolher a bordo da *Presiganga*, onde, de parceria com outros presos, foi metido no porão e ali conservado até que o inspetor do arsenal de marinha, o chefe de divisão Francisco Bibiano de Castro, mandasse preparar as precisas acomodações. A 27 do mesmo mês comunicou-lhe ordem de soltura, "*devendo ser conduzido por um coronel a bordo do brigue Rio-Grandense, no qual seguiria para a província de S. Pedro do Sul*".

Rezavam as instruções, que lhe foram dadas – criar na província um arquivo; dar o plano para todos os depósitos militares, defesa da fronteira, melhoramento do porto e planta da província.

Parecia sobremaneira importante tal comissão, e tanto mais considerável quanto para o seu desempenho, além do elemento de confiança, fazia-se necessário no comissionado grande soma de conhecimentos profissionais.

Se foi real ou ilusória a criação desta comissão é o que não está averiguado; o que é certo é que o general Andréia foi dela dispensado em 25 de janeiro de 1834, e a 17 de fevereiro do mesmo ano "transferido para a vila de S. José do Norte, onde deveria conservar-se até nova ordem da regência".

Presidia então a província o sr. desembargador José Mariani, a quem foram expedidas as ordens em questão.

Caráter nobre e circunspecto, não se decidiu este digno funcionário a agir no interesse dos inimigos e perseguidores do ilustre general; pelo contrário tanto quanto pôde mitigou-lhe os dissabores do exílio por meio de atos de urbanidade e cavalheirismo.

Chegado ao lugar do seu degredo, não quis passar a vida enervando-se no ócio. Levantou diversas plantas, fez o projeto de arreamento da cidade do Rio Grande, que foi adotado com algumas modificações na execução. Obteve excelente acolhimento dos habitantes da vila, entre os quais viveu, recebendo constantes provas de consideração.

Posto em liberdade por ordem da presidência, datada de 17 de novembro do citado ano, foi, sem perda de tempo, encarregado da construção do farol da barra, em que se conservou até que, por aviso de 5 de março de 1835, foi chamado à corte, aonde demorou-se desempregado, sendo em princípios de novembro daquele ano nomeado presidente e comandante das armas do Pará, que estava sendo abrasado nas lavas do vulcão revolucionário.

Os membros do governo, que acordaram nesta nomeação eram os mesmos que o haviam feito tragar até às fezes o cálix da adversidade e das provações do exílio!

Outro cidadão, menos zeloso e mais ressentido, houvera declinado a nomeação no intuito de criar embaraços, de crivar de estorvos a marcha administrativa daqueles que com tanta desatenção, e quiçá crueldade, o haviam tratado; mas o clamor partia do país, a nação exigia os serviços dos seus sustentáculos, o Império arreceava-se de ver eclipsar-se uma das mais brilhantes estrelas de sua constelação. O que em tal conjuntura devera fazer o general Andréia?

Pospor à honra os desejos de uma vingança mesquinha e inoportuna. Foi o que fez e o que sempre se aplaudiu de ter feito.

Antes de seguir ao seu afanoso destino fez-se preceder de reforços de tropa e embarcações, a fim de não encontrar o teatro das operações sem os recursos com que devesse contar para o êxito feliz da causa que ia defender.

A 2 de janeiro de 1836 partiu para onde o chamava o dever de soldado e de cidadão. Ei-lo mar em fora do Rio de Janeiro a ir arcar com as dificuldades, os perigos, as vicissitudes, as pretensões, os caprichos, os ódios profundos de uma revolução difundida por toda uma província de

extenso território, dominada então por um pugilo de ambiciosos sedentos de mando e riquezas, e apoiada na massa de uma população, pela maior parte composta de semi-selvagens, saídos das virgens matas que bordam a imensidão das águas do Amazonas.

Considerada a província sob este aspecto, não era a pacificação de uma revolta o que ia operar o general Andréia, era uma verdadeira conquista, para a realização da qual estava munido de poderes, tais como o de promover em certos casos; mas não tinha os meios materiais indispensáveis porque o estado dos cofres públicos não comportava larga aquisição deles, e por haver necessidade de dividir os existentes pela província do Rio Grande, aonde já lavrava a lava revolucionária que a trouxe em combustão pelo espaço de dez anos.

Releva notar que o general Andréia, antes de partir para o Pará, ofereceu-se a desempenhar igual missão no Rio Grande do Sul, ponderando judiciosamente que, estando aquela província quase toda em poder dos rebeldes, e esta no começo da revolta, convinha tratar com antecedência da pacificação da última fazendo para ela convergir todos os esforços do Império, visto que pouco prejudicava à primeira ser pacificada depois, em ocasião em que a hidra da rebelião pudesse ser de pronto debelada.

Debatida esta questão difícil de resolver, decidiu-se por fim o governo a abrir mão dela, e o general Andréia seguiu seu destino, fazendo escala pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, onde desembarcara a fim de apressar a remessa dos contingentes de tropa que essas províncias deviam fornecer, os quais, somados com as praças idas do Rio de Janeiro, não chegaram ao cômputo de 2.000.

Chegado ao Pará, verificou que da província apenas obedeciam ao governo legal a pequena ilha de Tatuoca, em que se haviam refugiado os habitantes da capital, Cametá, Vigia, Macapá, Abaeté e Muaná; em todos os outros municípios lavrava a revolta com intenso vigor.

Foi este o estado em que recebeu das mãos do corajoso e dedicado marechal Manuel Jorge Rodrigues a administração da província para a conservação da qual, com os fraquíssimos recursos de que dispunha, fez esse veterano do exército tudo quanto lhe sugeriu a sua reconhecida bravura, sofrendo privações de todos os gêneros, contrariedades de todos os quilates.

À memória do digno general barão de Taquari deve o estado subido reconhecimento.

Logo que o novo presidente entrou em exercício, tratou de prover aos meios eficazes de melhorar a sorte dos habitantes de Tatuoca; mandou escolher posição azada ao estabelecimento de uma povoação na ilha de Urapiranga, e deu princípio ao movimento das forças sob seu comando, estabelecendo um cerrado bloqueio na cidade de Belém.

A cidade, assim privada de comunicar-se com os outros centros da rebelião, e carecida de alimentos, não pôde resistir por muito tempo. Um mês depois estava em poder das forças legais.

Os poucos habitantes que não conseguiram subtrair-se às depredações dos rebeldes durante a posse da cidade por eles tomada, foram encontrados em perfeito estado de penúria. Vítimas de toda a casta de violências, de atos de feroz canibalismo, esses miseros oprimidos agradeceram a Deus e ao governo imperial o remédio a seus males, que lhes foi ministrado pelo ilustre general a quem se confiara a província.

Era um bom feito de armas a tomada da capital; com ela, além de um triunfo de grande alcance moral, haviam-se obtido vantagens materiais de muita importância, mas ainda restava bastante a empreender e demasiado a executar.

Internar forças pouco disciplinadas por uma província cortada de imensos rios, crivada de florestas densas, aonde os agentes da guerra civil ruminavam os meios de brandir, com esperança de resultado, as armas do fratricídio e o brandão do incendiário; conter soldados eivados de espírito de insubordinação apascentado nos motins populares do Rio de Janeiro em abril e setembro, soldados muitos deles saídos das prisões de Fernando de Noronha; suavizar a miséria, que, pálida e mirrada, se encontrava por toda a parte; reduzir ao domínio das leis assim os seduzidos como os sedutores, fazer enfim parar o carro da rebelião, que ainda não tinha sido ferida mortalmente, embora já um tanto depauperada de sangue – era o que restava fazer e curava de conseguir o infatigável presidente Andréia.

Os homens talhados para as grandes lutas não se deixam assoberbar pelas dificuldades que as eriçam; envidam esforços, e, sempre de ânimo feito aos perigos, raras vezes sucumbem.

Não era o general Andréia homem de esmorecer e de recuar ante os estorvos que se opusessem à marcha de seus deveres – estudava-os para combatê-los, combatia-os para destruí-los.

Depois de tomada a capital, continuou na perseguição dos rebeldes, alcançando constantes e decisivas vantagens sobre eles. Capturou-lhes o chefe; apoderou-se da ilha de Marajó e de vários pontos do Amazonas, com o que desembarçou com o comércio e a navegação dos obstáculos que até ali haviam encontrado.

Abertas à fruição do povo estas duas fontes de abastecimento de gêneros necessários aos usos da vida, principiou a abundância a substituir gradualmente a geral carestia.

O exército, desde a abdicação do Sr. D. Pedro I, não tinha sido distinguido com uma só promoção por classes; apenas dos corpos científicos alguns oficiais haviam sido promovidos.

Coube ao general Andréia a glória de fazer uma promoção em todas as armas, autorizado como estava a fazê-la e obrigado como se via pelo dever de retribuir os trabalhos de seus irmãos de armas, de recompensar os serviços daqueles que o estavam auxiliando na grande obra de restituir ao país uma das melhores partes do seu território.

Aos oficiais, que não pôde promover por estarem fora da alçada a que estava circunscrito, não deixou em esquecimento; recomendou-os ao governo imperial, abonando o muito que haviam feito.

Os recursos pecuniários de que podia socorrer-se o general a fim de pagar à tropa, como aos empregados públicos, eram de notória escassez e formavam uma das mais graves dificuldades com que lutava a administração a seu cargo. Os suprimentos que recebia do governo eram diminutos, porque nessa época nem às finanças do estado se podia conferir o epíteto de prósperas, nem as complicações que lhe estagnavam algumas de suas principais fontes davam lugar que a província do Pará obtivesse as quantias regulares para o pagamento das despesas certas e das extraordinárias que, como é de prever, exigiam as circunstâncias excepcionais em que ela se achava.

Entretanto cumpria pagar com alguma regularidade os soldos da tropa e cuidar de sua alimentação em ordem a não excitar justos queixumes.

Ainda desta vez o general Andréia mostrou-se sobranceiro às dificuldades; lançou mão de medidas adequadas, e os soldos, se não foram pagos em dia, em compensação nunca faltou aos soldados a necessária alimentação.

Em 17 de outubro de 1836 foi promovido à efetividade do posto de brigadeiro, passando a marechal graduado em 18 de fevereiro do ano seguinte e a efetivo a 1<sup>a</sup> de março de 1839.

A província do Pará não podia, no vórtice em que estava colocada, ser administrada *ad instar* do que se pratica em tempos normais; reclamava uma administração especial apoiada em alguma força indispensável a garantir a ordem e segurança pública. Foi por isso que o previdente administrador sujeitou-a a uma organização militar.

Deu a cada povoação um comandante militar escolhido dentre os cidadãos que mais se haviam pronunciado em favor do restabelecimento da ordem e em prol dela feito serviços.

Assim, era comandante militar de Cameté o padre Prudêncio; em Moju comandava as forças que cercaram o caudilho Eduardo o padre Martel que, sem embargo de ser entrevado e precisar de transportar-se em rede carregado por índios, tinha muita resolução e boa vontade.

A guarda nacional, que não chegou a ser criada, foi suprida por corpos denominados policiais, por companhias de trabalhadores; os primeiros, formados de funcionários públicos, de gente do comércio e de proprietários; os segundos, de indígenas destinados ao custeio da navegação fluvial, oferecendo destarte as seguranças precisas, assim aos donos das embarcações como às respectivas equipagens.

São de público conhecimento os proficuos resultados auferidos destas criações aconselhadas pela lei da necessidade, e de tanto préstimo foram julgadas, que, não existindo as causas que as originaram continuaram por muito tempo no pé em que foram estabelecidas.

Vagando apenas pelos sertões da província alguns grupos de rebeldes, e esses mesmos desmoralizados e desprovidos dos meios de prejudicar, podia considerar-se o Pará pacificado e restituído à comunhão brasileira.

Era tempo de pôr em execução as leis gerais do Império, que nem todas puderam estar em vigor durante o estado excepcional da província.



Foram nomeadas autoridades civis que entraram em exercício; procedeu-se à eleição de deputados e convocou-se a assembléia provincial que funcionou regularmente.

Restabelecido assim o domínio da lei, aniquilada a anarquia e por toda a parte plantada a ordem, tratou o ilustre general de realizar alguns melhoramentos materiais de que a província se achava carecida.

Ordenou a escolha de lugar nas Salinas para levantar um farol; dispôs os meios de construí-lo; cuidou da navegação do Amazonas, acooroando os negociantes e capitalistas, a fim de que incorporassem uma companhia que fizesse efetiva essa idéa de tantas esperanças, para cuja execução já haviam alguns fundos.

Infatigável no cumprimento de seus deveres, o ilustrado presidente não vacilava, não recuava em presença de embaraços. De ânimo deliberado a concluir com glória e proveito do país a missão de que se encarregara, nem a enfermidade lhe tolheu os passos na senda que trilhava, nem a carência de recursos que sofria lhe entibiou a coragem e lhe embotou o espírito empreendedor com que asselava os atos de sua vida tão fecunda em acontecimentos notáveis.

Cabe aqui fazer menção de um fato comprobatório do quanto era capaz a energia do nobre general, que até à dor física não sabia ceder.

Na ocasião em que tinha de partir um pacote fraturou um braço. Compareceram médicos para reduzir a fratura; mas, enquanto eles aprestavam os aparelhos, o ativo general assinava officios e escrevia outros de seu próprio punho, com o fim de não tardar a saída do pacote. É de crer que dores lacerantes o afligissem, mas a vontade tenaz, a consciência do dever sobrepujaram a dor!

Antes de levar a efeito os melhoramentos que deixamos apontados, estabeleceu o corte de madeiras. Foi um meio salutar de que se socorreu para corrigir pelo trabalho a desmoralização a que tinham tocado os índios.

Quando se tratou de eleger o deputado que dava a província, não quis ser eleito, abnegação que muito o honra, visto como nessas eras, e mesmo ulteriormente, poucos foram os presidentes de províncias que deixaram de solicitar o mandato do povo. Entretanto obteve votos que o fizeram suplente.

Ao general Andréia já pouco restava a fazer na província do Pará.

Exonerado da presidência e do comando das armas no 1<sup>o</sup> de março de 1833, a 8 de abril entregou a administração da província ao novo presidente.

Nessa ocasião leu o relatório que escreveu, dando conta do estado da província, sendo ele o primeiro que fez a leitura de tal peça oficial, então não usada nem lembrada por nenhum presidente tanto daquela como de outras províncias, e hoje indispensável e obrigada por lei na entrega de administrações. É mais um melhoramento do ramo administrativo devido ao tino e ao acerto do general Andréia.

Oito dias depois da leitura dessa peça oficial, seguia para a corte o ilustre ex-presidente coberto de serviços da maior importância, da ordem mais transcendental, que a voz da injustiça e da ingratidão procuraram afanosamente desabonar, mal cuidosa de que a posteridade, que já começou, os havia de aquilatar e entesourá-los em uma das melhores páginas da história do único Império americano.

Felizmente o general Andréia possuía grande cabedal de bom senso, tinha proveitosa lição da história de outros países, e não se deixou arrastar e inutilizar pelo clamor e pelos ferros de inimigos gratuitos, que contra os atos de sua administração com tão grandes descomedimentos se pronunciavam.

Fez bem; não se encantonou, e a ulterioridade de outros graves acontecimentos em que tomou parte, de outros perigos que venceu em proveito do Império e de sua integridade tantas vezes assaltada pela sanha das rebeliões, veio cabalmente provar que o país carecia de sua espada, e mais ainda de sua perícia na administração.

A 6 de junho do ano citado tomou assento na câmara quatrienal, onde foi recebido como o Átila, o Gengis-cã, cruel, tirano, devastador da província do Pará. E a província do Pará, entregue ao regime da ordem, fruindo os resultados da paz, lá estava no meio do seu Amazonas protestando contra tantos impropérios e ominosos baldões.

O ilustre acusado não era um Demóstenes, um Cícero, um Mirabeau, mas nem por isso estava na alheação dos recursos oratórios. Falava como escrevia. Incisivo, vigoroso, era o exemplo da regra de

Boileau – o que se compreende claramente se enuncia. Enérgico, resolutivo, era mais uma prova da verdade de Buffon – o estilo é o homem.

Tomou a palavra por diferentes vezes, e com a franqueza do soldado, e a lealdade que se adquire nos combates, açaimou a loquacidade de seus adversários, pulverizando as acusações e triunfando como merecia.

A província de S. Pedro do Sul continuava a arder no fogo da revolta, e a de Santa Catarina, sua limítrofe, tinha sido invadida por um troço das forças rebeldes.

Era indeclinável a necessidade da pacificação de ambos, e o general Andréia foi encarregado de pacificar a última.

A nomeação foi impugnada na Câmara dos Deputados por forte oposição.

Parece que esses eleitos do povo queriam tornar imprestável o homem provado nos misteres para que era escolhido; mas o governo, surdo às roncadas de tão cerebrino patriotismo, fez partir o general que tomou posse da presidência e do comando das armas a 18 de agosto de 1839.

Estavam os habitantes da cidade do Desterro espavoridos, amedrontados das forças rebeldes que se lhes acercavam; reinava entre eles grande desconfiança, pendiam sobre pessoas gradas acusações de co-participação nas vistas dos revoltosos vizinhos, e uma extensa relação de indigitados co-rebeldes foi apresentada ao presidente.

Nesta ocasião, como em outras o havia feito, o general Andréia deu prova de não vulgar habilidade. Travou da lista em presença de muitas testemunhas, e em lê-la queimou-a, desarmando assim a intriga e nulificando os manejos de que se pudera servir em detrimento dos denunciados e da marcha administrativa do presidente.

Por ação idêntica os historiadores romanos encheram de gabos o vencedor de Farsália que não quis devassar os papéis achados na tenda do infeliz rival desbaratado.

A força de que o general podia lançar mão era pequena, mas não obstante colocou-se logo na ofensiva, dando o comando dessa força, que orçava por um batalhão, ao tenente-coronel Fernandes (atualmente tenente-general reformado).

Organizou mais dois batalhões recrutados na província; recebeu outro de soldados paraenses, cujo comandante e oficiais haviam servido no Pará, e quatro canhoneiras de S. Pedro do Sul.

Em presença deste movimento os rebeldes retrocederam até à Laguna, onde parece se queriam fortificar.

Continuando o ataque e combinada a força naval ao mando do capitão-de-mar-e-guerra Mariath, que varou a barra, com a força de terra, que avançava a marcha forçada, foi tomada a vila da Laguna, e desassombrada das tropas rebeldes, que poucos dias depois desalojaram-se da província.

Fiel ao sistema de dotar as províncias que administrava com melhoramentos materiais, não deixou que a de Santa Catarina ficasse sem a dívida de reconhecimento de que em todas se fez credor. Além de outras medidas que ali pôs em prática, cuidou de preservar das incursões dos índios a parte do continente aonde haviam fazendas de plantação, e tratou seriamente dos trabalhos de estradas.

Estando ocupado nestas providências e em outras que planejava, recebeu o oferecimento da presidência e comando do exército da província de S. Pedro do Sul. Zeloso, porém, da própria dignidade, não desprezava a alheia; por isso respondeu ao brigadeiro Salvador José Maciel, emissário do oferecimento, que não desejava ocasionar, aceitando essa oferta, o desgosto do prestante general Manuel Jorge, incumbido de dirigir as operações das forças legais naquela província.

Subindo o referido brigadeiro ao Ministério da Guerra, recebeu então ordem de partir para a dita província. Era forçoso obedecer, e os hábitos de disciplina do nobre general não opunham relutância às intimações do governo.

Obedecendo à ordem, entregou a presidência e comando das armas de Santa Catarina em 26 de junho de 1840, e poucos dias depois seguiu para o Rio Grande de S. Pedro do Sul a continuar a série dos serviços que tanto o nobilitaram na carreira das armas.

Temporais que sobrevieram obrigaram o vapor em que ia a arribar, e demorando-se ainda em Santa Catarina alguns dias, à espera de monção, seguiu viagem e tomou posse da presidência a 27 de julho.

Apenas empossado do comando do exército, operou as manobras que julgou mais convenientes.

Eram poucas as forças de que dispunha para fazer as evoluções rápidas de que tinha necessidade. Por isso requisitou mais dois mil homens e dois vapores, os quais não lhe puderam ser enviados.

Não obstante um tal transtorno conseguiu que os rebeldes marchassem em retirada até à Serra em que se refugiaram, conservando guarnecida a linha de Taquari, que seu antecessor tinha sustentado.

Expediu gente pelo Botucaraí para o Passo Fundo que protegesse, caso fosse preciso, a retirada do general Labatut, que havia marchado de S. Paulo à frente de tropa com artilharia.

O ter obrigado os revoltosos a se abrigarem na Serra, faltos de munições, era já uma grande vantagem que fora precursora de outras de não menor importância, à vista dos movimentos que o presidente general pretendia efetuar e com os quais esperava dar o golpe mortal na rebelião.

Enquanto se realizavam estas operações de guerra e combinações estratégicas, mudanças políticas se davam na corte.

Houve mudança de ministério, e para a província foi enviado o deputado Álvares Machado em missão especial com os fins de chamar os revolucionários a uma solução pacífica.

Este acontecimento, que pertence à história coeva, e no qual figuraram alguns personagens que ainda vivem, não pode passar pela fieira de uma análise calma e imparcial, não deve mesmo ser discutido dentro dos limites de uma biografia do varão ilustre cujos restos mortais ainda não foram consumidos pelos vermes do jaziço em que dorme o sono da eternidade. Deixemo-lo em herança aos vindouros. Eles, com a razão fria e o ânimo estreme de preconceitos, que o julguem e lhe assinalem o mérito.

Não apareciam os reforços pedidos pelo general.

Cansado de esperar, dirigiu ao ministro da Guerra o ofício datado de 12 de setembro de 1840, dando conta do estado de coisas da província, terminando-o pelas seguintes palavras:

"Mande-me V. Ex<sup>a</sup> pelo menos mais dois mil homens de infantaria, mande-me esses oficiais que estão pela corte e pelas províncias ganhando postos sem se incomodarem, mande-me os barcos de vapor que tenho pedido, e mande-me tudo depressa; e, se nada disto tem de vir, se a província tem de ser perdida, então peço que se deixe a outro essa tarefa; não seja eu que a enterre."

Exonerado da presidência e do comando das armas por decreto de 14 de novembro de 1840, repeliu as manifestações que a tropa e os habitantes de Porto Alegre queriam fazer em ordem a provar que confiavam em sua administração, opondo-se outrossim à posse do novo presidente. Era

um passo imprudente que se pretendia dar, era um precedente de desastroso alcance que se ia estabelecer, e, quando mesmo assim não fosse, a consideração única de que a tolerância desse ato poderia produzir crença de que o ex-presidente o havia preparado, o fez com todo o esforço despersuadir os entusiastas, e o deputado Álvares Machado assumiu as rédeas da administração sem o mais pequeno embaraço.

Presidiu o general Andréia por espaço de quatro meses a província de S. Pedro do Sul, e na estação menos própria a mover o exército, que deixou cheio de espírito de disciplina e adestrado para as operações de campanha.

Chegado à corte, tomou de novo assento na Câmara dos Deputados a 5 de maio de 1841.

Foi nesta ocasião que contra o ilustre general apareceu uma acusação relativa a abusos que lhe atribuíram como presidente da província do Pará.

Fundava-se a acusação:

1<sup>a</sup> Que o ex-presidente da província do Pará infringira o art. 15, § 17, da Constituição, arrogando-se as atribuições do corpo legislativo, porque, segundo constava do seu officio de 29 de julho de 1837, autorizara alguns negociantes a estabelecer uma caixa de emissão de bilhetes impressos com o valor de 100 e 500 réis para troco das notas legais, com ágio de 1 a 3%, fazendo-o circular como moeda e como tais receber nas repartições fiscaes, tudo sob pretexto de cada vez ser mais gravosa a falta de trocos miúdos.

2<sup>a</sup> Que com o fundamento de ser instado pela necessidade de pagar à tropa e aos empregados públicos a grande soma da dívida atrasada, e de não lhe ser possível obter letras sobre a tesouraria do Maranhão para realizar os 25:000\$000 mensais que o Tesouro Público Nacional destinara em suprimento à do Pará, o ex-presidente lançara não arbitrariamente de três expedientes, todos, como o anterior, atentatórios das atribuições do Poder Legislativo, conforme a doutrina do referido art. 15, §§ 13, 14 e 17, e estava provado nos officios do mesmo ex-presidente de 1<sup>a</sup> e 13 de outubro de 1838 e 28 de fevereiro de 1839 sob n<sup>os</sup> 2, 3 e 4, e do officio com documentos do inspetor da tesouraria da província sob n<sup>o</sup> 3, de 1839.

Os três expedientes averbados de ilegais eram:

1<sup>a</sup> Empregar nessa despesa por uma vez 56:500\$000 e 43:500\$000 por outra de moeda de cobre punçada que, por ordem do tesouro público devia ter sido remetida para o resgate e substituição, e que ainda circulava na província, desviando assim essa moeda do único e privativo fim a que era destinada, e praticando em consequência uma emissão extraordinária e ilegal.

2<sup>a</sup> Aplicar à mesma despesa 42:012\$825 em notas do novo padrão, que restavam da última operação do resgate do papel e cobre, operando por este modo outra emissão de moeda, que não era legal, por isso que na circulação não entrava pelo meio designado na lei, isto é, em substituição do que se resgatava e recolhia.

3<sup>a</sup> Tomar do cofre da renda provincial, a título de empréstimo para as despesas gerais, a quantia de 92:162\$700 por meio de vales assinados pelo inspetor da tesouraria e por ele rubricados, com inteira preterição de todas as formalidades essencialmente precisas para regular a contabilidade, administração e fiscalização dos dinheiros públicos, pois que, além de não ser bem demonstrada a urgência de tal medida extraordinária e excedente de suas atribuições, ela foi posta em prática por ordens simplesmente verbais, e nenhuma escrituração se fez em qualquer das tesourarias tanto da entrada como da saída da quantia tomada que, por falta das exigidas solenidades, pôde mais facilmente ser consumida e extraviada, sendo empregada em vastas negociações, como firma o documento nº 6.

O simples enunciado destas acusações revelam a *prima facie*, que elas foram produzidas no recinto da representação nacional na intenção de fazer vingar despeitos impotentes, que se serviram da irresponsabilidade da tribuna para nodoar a honradez do ilustre general, que salvou das garras da anarquia e restituiu ao Império uma de suas mais opulentas províncias.

O prestante general Andréia foi acusado no Parlamento brasileiro; no da Inglaterra nunca o seria, e, quando o fosse porque estivessem averiguados os pontos das acusações, um *bill de indenidade* seria votado. Os atos de ilegalidade imputados ao pacificador do Pará o não desdoura, e, a serem tais quais os figuraram, ainda assim se justificariam com a falta de recursos pedidos e a necessidade de prover de remédio às imperiosas ocorrências do momento.

A defesa do nobre acusado corre impressa.

É um documento precioso, um belo capítulo de sua biografia, que há de ser compulsado quando a história dos tempos que foram e são tiver de apreciar a rebelião do Pará, como todas aquelas para a aniquilação das quais se recorreu aos préstimos e perícia administrativa do general Andréia.

Nessa defesa, não obstante o ilustre general reconhecer que – *veritas odium parit* –, diz-se a verdade sem os atavios de quem solicita favores, senão com a dignidade de quem clama por justiça.

Ali menciona-se o escândalo com que se obrigou a um alto funcionário e comprometido a depor contra o ex-presidente do Pará mediante a promessa de consentir que partisse para o Amazonas a negociar com parte dos bens já seqüestrados e o oferecimento de solver aos poucos a grossa quantia, a cuja indenização era forçado. Deu-se aberta a duas imoralidades para emprestar a uma outra a aparência de zelo pelos dinheiros públicos e pela punição da autoridade com excessos! Este e outros fatos, aduzidos na defesa provam a malignidade da acusação e a importância política que se lhe ligava.

Mas a nosso ver o que mais argumenta e conclui em defesa do honrado general é a nobre abnegação com que ele, deputado à assembléa geral, prescindiu do julgamento de seus pares preferindo o dos tribunais.

Tanta dignidade não ficou sem galardão. O Supremo Tribunal de Justiça absolveu-o.

É uma sentença que honra os propectos da magistratura brasileira.

Passada esta crise foi de novo empregado em comissões a par de suas não vulgares habilitações.

Em 1841 o governo incumbiu-o de formular o projeto da organização do quadro do Exército e de qualificar os oficiais que dele deveriam fazer parte. Em 11 de outubro de 1842 foi nomeado comandante do corpo de engenheiros.

A província do Rio de Janeiro deu ao ilustre general uma grande prova do elevado conceito em que o tinha elegendo-o seu representante à assembléa geral nas eleições de 1842, sem que para essa manifestação de apreço concorresse ele com o menor contingente de pedidos



e promessas dos que em tempos eleitorais soem fazer aqueles que almejam os favores da urna. A sua candidatura não foi imposta; foi ato espontâneo do corpo eleitoral da corte e província, então como sempre composto em sua maioria de cidadãos grados e vistos nos negócios públicos, para a gestão dos quais tinham muito onde escolher.

Em desempenho de tão importante mandato tomou assento na Câmara dos Deputados.

Em 20 de fevereiro de 1843 foi nomeado presidente da província de Minas Gerais, e a 4 do mês seguinte comandante das forças da mesma província.

As chamas revolucionárias, que a pouco se haviam difundido pela província, estavam extintas, mas às cinzas que produziram ainda restava grande soma de calor.

As prisões regurgitavam de réus políticos, muito diferentes dos do Pará, porque aqueles eram quase todos homens inteligentes e civilizados sem nódoas de atrocidades, e estes, em grande maioria, semi-selvagens e cobertos de crimes de todas as espécies.

Rancores inveterados, vinganças adiadas, estremecimento geral, oprimidos e opressores, era o quadro desanimador que oferecia a província de Minas, o Ofir do Brasil. Pode-se dizer sem receio de errar que as duas metades dela se votavam recíproco ódio; eram como se fossem dois acampamentos, o de Etéocles e o de Polínicés, prontos a darem farto cevo as iras fraticidas que lhes tolhiam o uso da razão.

Presidir uma província neste estado de demência social era cometer empresa de arriscadíssimo êxito, arrostar dificuldades previstas e por prever.

O presidente, indócil a sugestões dos vencedores, podia sentir falta de apoio, e constituído o instrumento de suas paixões, posto à mercê de seus caprichos e veleidades, podia agravar a sorte dos comprometidos, que aguardavam nos cárceres a ação da justiça.

Dava maior relevo a estes graves embaraços a fama que na província havia precedido o general Andréia.

Reputado excessivamente rigoroso, indigitado hostil às idéias de liberalismo, e tido mesmo por cruel, fazia-se-lhe mister primeiro que tudo mostrar a exageração de um tal conceito, ofuscar essa impressão tão desfavorável.

Semelhante cuidado não escapou ao ilustre general que, dotado de um discernimento admirável, reconheceu logo que a sua norma de proceder devia ser a que sempre se impôs – não dispensar na lei, mas distribuir justiça a todos, cerrando os ouvidos a quaisquer insinuações, partissem elas de onde partissem.

Não ficaram sem demonstrações muito sensíveis estas louváveis disposições de ânimo em que se achava. As nomeações que fez foram a melhor pedra de toque que aferiu a imparcialidade de seus atos; elas recaíram em pessoas habilitadas e das quais obtinha boas informações, embora algumas lhe fossem apresentadas como solidárias com as idéias do partido decaído.

Não aspirando às honras de homem político, como soem ser aqueles que tudo sacrificam à posse de uma tal representação, contentando-se em bem merecer do país, deixando das comissões que desempenhava resultados benéficos e indeléveis, que são os mais significativos atestados dos préstimos do homem público, depois de curar dos males morais da província, e ainda durante esse trabalho, que o honra, ocupou-se da abertura e melhoramento de estradas.

Sendo seu parecer que o meio mais eficaz, se não o único, de utilizar os ricos sertões do Brasil, é comunicá-los com o litoral, curou muito particularmente de comunicar a província com a do Espírito Santo, de estabelecer um ramal entre Caeté e a mesma província, de ligar por outra estrada aquele município ao de Joanésia, franqueando o comércio com a comarca da Serra e de abrir mais uma que partisse do lugar denominado "Quartel do Piauí" a encontrar a margem esquerda do rio Mucuri.

A estes trabalhos, por si sós de suma importância e de interesse vital para a província, associaram-se mais alguns da mesma natureza, tais como: princípios de outras estradas em diversas direções; projetos de pontes, confecção de orçamentos, tudo em desempenho das vistas de um vasto plano de vias de comunicação que pretendia pôr em prática na bela província que administrava.

O ilustrado monarca, a quem felizmente estão entregues os destinos do Brasil, galardoou ainda por esta vez os importantes serviços do infatigável presidente de Minas. Condecorou-o em 11 de setembro de 1843 com a grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz.

A 4 de maio do ano seguinte foi exonerado da presidência daquela província, cuja administração entregou a seu sucessor no 1º de julho desse ano.

Voltando à corte, a fim de partir para a província da Bahia, de que tinha sido nomeado presidente, só pôde seguir viagem em dezembro de 1845, e a 10 desse mês tomar posse daquele cargo e do comando das armas.

Conquanto a província da Bahia gozasse de tranqüillidade, não era todavia tão completa que não precisasse de algumas medidas de vigor que contivessem duas famílias que no interior se guerreavam.

Alguns destacamentos já tinham sido expedidos com o fim de pôr cobro a esses excessos.

O novo presidente mandou reforçar esses destacamentos; e, sabendo que um dos chefes das famílias em luta tão renhida estava na capital, procurou habilmente persuadi-lo a pôr termo a essas desavenças, perante as quais a autoridade não devia cruzar os braços.

Volvida a província ao seu estado normal, não era possível que o general Andréia não encontrasse nela com que alimentar os seus desejos de aproveitar ao país, que o distinguia com empregos de laboriosa gestão, e que jamais ele deixou de desempenhar com zelo e dedicação exemplares.

Organizou a repartição das obras públicas, deu andamento às que achou paradas, mandou fazer outras de que a província mais carecia, provendo também a muitos melhoramentos na capital.

Ativo como era, diligente e decidido no cumprimento de seus deveres, justiceiro como convinha, tratou seriamente da repressão do crime, que há tanto tempo, mais do que nas grandes povoações, se abriga no interior de todas as províncias do Império, entregando ao arcabuz e às pontas dos punhais o desenlace de questões em que a justiça só deve intervir, a solução de ódios e vinganças que a civilização e o catolicismo altamente condenam.

Entretanto os criminosos freqüentemente depararam assim refúgio como proteção; e, apaniguados nos redutos dos régulos de aldeia, zombam da ação da lei e acoroçoam outros atentados.

A exatidão do que fica dito levou o general Andréia a envidar esforços no interesse de fazer capturar e punir muitos malfeitores que erravam pelos sertões da província.

A fiscalização severa dos dinheiros públicos também absorveu grande parte da sua atenção.

Os descontentes bramiam, vociferavam; mas o zeloso presidente, surdo a seus queixumes e desmando de linguagem, ia por diante, só tendo em vista o bem público e o desempenho de sua missão em benefício da importante província que administrava.

A 27 de julho de 1846 foi exonerado daquela presidência, tendo sido cinco dias antes nomeado conselheiro de guerra. No ano anterior tinha sido condecorado com a comenda da Ordem da Rosa.

De volta à corte, reassumiu o comando do corpo de engenheiros, do qual pediu e obteve demissão para não ficar sujeito ao comandante das armas, que lhe era inferior em patente.

Em 18 de março de 1848 foi nomeado presidente e comandante do exército da província de S. Pedro do Sul, para a qual seguiu a empossar-se destes lugares, que pela segunda vez ia exercer.

Dominava então em Buenos Aires, com todo o peso infenso da prepotência, o ditador Rosas.

Esse homem *sui generis*, que governava pelo terror, fazia sentir ao Estado Oriental o ominoso do seu mando, e os brasileiros ali residentes sofriam todas as sortes de vexações.

Seus justos clamores ecoavam pela província do Rio Grande, e iam fomentando desejos de represália.

Este estado de coisas era ainda agravado pela presença de emigrados, contra os quais reclamava o ditador, e que fora crueldade entregralhos, o que efetivamente não aconteceu.

Estudando esta situação, o general resolveu acautelar a província de prováveis agressões dos seus inquietos vizinhos, preparando-a para qualquer eventualidade de guerra.

Mandou cobrir a cidade do Rio Grande com um entrincheiramento; escolheu e determinou posições para acampamento de grandes forças, cobrindo certas zonas de terreno donde se pudesse procurar da fronteira o ponto que fosse mister; destinou Caçapava para depósito central de um material suficiente à força de vinte mil homens; indicou

nas imediações da vila lugar apropriado à construção de uma fortaleza com capacidade indispensável ao desempenho do fim que tinha em vista, isto é, no caso de qualquer revés de nosso exército, ter ele onde abrigar-se e socorrer-se fora da ação da cavalaria inimiga, que ali não podia manobrar pela natureza do terreno montanhoso; mandou projetar em Uruguaiana um quartel fortificado e um arsenal de marinha, mandando ao mesmo tempo armar uma força naval adequada ao rio em que tinha de navegar.

Releva notar que, pelo que se observa hoje, estes planos tão bem delineados e combinados não foram executados, maiormente no que diz respeito a Caçapava. Talvez que as vistas do general, cujo alcance penetrava muito pelo futuro, não fossem as mesmas de quem ultimamente executou essas fortificações.

Ao passo que o ilustrado general empreendia estes trabalhos puramente militares, ocupava-se dos outros ramos da administração com tanto zelo e fervor como se neles sós estivesse absorvido.

Empregou também os seus cuidados no melhoramento e aformoseamento da capital da província.

Deu começo aos edifícios da cadeia e ao teatro.

Conhecendo praticamente algumas localidades da campanha, e visitando outras de que não tinha pleno conhecimento, ia-lhes estudando as necessidades, que procurava prover de remédio.

Tendo notícias da resolução que alguns brasileiros haviam formado de passar ao Estado Oriental em demanda de gado, que o governo de lá não permitia saísse do seu território, e constando-lhe que alguém se fizera cargo de persuadir a esses inconsiderados que semelhante passo achava apoio no presidente da província, não somente tentou providenciar com o fim do Estado vizinho não sofrer a mais pequena agressão, como dispôs-se a seguir para a fronteira, passando pelo Rio Grande, aonde se lhe fazia mister deixar algumas instruções para o bom andamento do serviço.

Quando porém se apercebia para levar a efeito esta diligência, conveniente ao arrefecimento da exaltação que descobria na gente da campanha, soube por um navio de vela, entrado do Rio de Janeiro, que tinha de ser substituído.

Previdente como era em todos os atos de sua vida, regressou à capital a preparar-se para entregar a administração a quem o viesse suceder.

Findam aqui os trabalhos e valiosos serviços do ilustre general Andréia, prestados como presidente de províncias. Seis vezes foi investido desses cargos, na gestão dos quais houve-se com aptidão invejável, aliando às qualidades políticas do administrador, que não se reduz a manivela de partidos, os predicados do funcionário que, prescindindo de assessorias, tudo vê, tudo examina por si para conseguir marchar com segurança e certeza de eficiência das medidas que emprega.

Logo que chegou à corte foi nomeado membro da comissão de revisão da legislação e presidente da de propostas de promoção no exército.

Ocupando estes lugares, pediu e obteve reforma no posto de marechal do exército.

O Brasil tinha acabado de entabular tratados com as repúblicas vizinhas, sendo talvez o de ordem mais momentosa o que dizia respeito à demarcação de limites.

Por mui pouca que seja a lição que se tenha de negócios públicos, compreende-se qual a gravidade destas questões e o interesse que a elas ligam os estados.

A história da diplomacia regurgita destes fatos, e se geralmente são eles de difícil trato, no caso peculiar do Brasil a dificuldade subia de ponto, porque os vizinhos do Sul do Império, ávidos de concessões, que requerem, desconfiados e meticulosos, nunca se dispõem a mutuar a generosidade e galhardia com que são tratados pelo governo imperial. A desconfiança é o seu sistema, e a fé púnica o seu alvo.

Convinha pois um homem de ânimo feito a arrostar as exigências de nossos vizinhos.

Esse homem, o governo imperial deparou-o no general Andréia.

Íamos omitindo um fato que nos parece digno de menção, porque refere-se a uma bela obra que está sendo executada, e cujo histórico cumpre-nos esboçar.

Em fins do ano de 1851 o ilustrado marechal do exército foi convidado para, com uma comissão que presidiu, e que ficou composta

do brigadeiro Antônio Joaquim de Sousa, do coronel Ricardo Gomes Jardim, do capitão do porto chefe de esquadra Pedro Ferreira, e do engenheiro civil Fernando Halfeld, propor o alinhamento do novo cais da alfândega da corte e o melhor plano de sua construção.

A comissão, assim composta, começou a funcionar muito antes da expedição do aviso que a nomeava, datado de 28 de janeiro de 1852.

Em ofícios de 14 e 17 de fevereiro do citado ano apresentou o marechal Andréia os pareceres relativos aos planos elaborados pela comissão.

A estes ofícios respondeu o Sr. visconde Itaboraí, então ministro da Fazenda, com o aviso de 22 de abril daquele ano, declarando que S.M.I. a cuja presença tinha feito subir os trabalhos da comissão, a mandava louvar pelo zelo com que os havia desempenhado.

A descrição do projeto do cais e das docas foi pelo marechal remetida ao Instituto Histórico, no arquivo do qual poderá sem dúvida ser examinada.

Reproduzimos este fato com o intento único de pôr a bom recado a reputação científica do ilustre marechal e dignos membros da comissão que presidiu, e com o fim mesmo de não haver aí alguém que diga que para execução de uma obra importante como é a do cais e bacias da alfândega não havia no país engenheiros de que se pudesse lançar mão.

Naturalmente estes motivos, e não os do despeito e da inveja, que nunca denegriu as qualidades cívicas do nobre marechal, compeli-ram-no a enviar ao Instituto a descrição aludida, estando já então na fronteira de S. Pedro do Sul a trabalhar na comissão de limites.

A lealdade que desenvolveu nos preparatórios desta árdua missão, a imparcialidade com que se houve, demonstrando ao comissário oriental que às intenções do governo imperial não dominava o desejo de adquirir terreno; o zelo e a diligência que pôs em prática, apesar da idade avançada que os devera arrefecer, são da maior notoriedade e dispensam comentários.

Era o principal *desideratum* do marechal Andréia estabelecer uma fronteira que impedisse toda e qualquer reclamação futura da parte do estado vizinho, e foi por isso que, sem quebra do andamento da demarcação de limites, tratou de criar uma base para a carta do Império, cuja falta é sobremodo sensível. Levantou plantas de zonas de terreno

em distâncias da fronteira e tomou todos os apontamentos que julgou indispensáveis ao bom resultado do seu plano.

Veio interrompê-lo nestas fadigas a notícia da enfermidade grave de que se achava acometida sua respeitável consorte. O médico que a tratava e acompanhava o movimento da moléstia, instava-o a que viesse talvez assistir ao passamento dessa virtuosa senhora.

Bom cidadão, ótimo funcionário, como excelente pai de família, não pôde resistir à necessidade de seguir para a corte, onde desembarcou em fevereiro de 1855.

Pouco dias depois dava a alma ao Criador a virtuosa esposa, que pelo espaço de quase meio século participou das glórias e sofrimentos de que foi iriada a vida laboriosíssima de seu ilustre marido.

Da volta inopinada do marechal quiseram tirar partido alguns que não sabiam graduar a importância dos seus serviços; mas embalde, porque o magnânimo príncipe, que empunha o cetro da monarquia americana, ainda por esta vez distinguiu o seu dedicado súdito e assíduo servidor do estado, conferindo-lhe o título de barão de Caçapava.

Estes atos dos soberanos justiceiros, pelos quais os povos concluem das qualidades brilhantes do seu espírito e coração, ao passo que realçam os méritos do dispensador de graças e os préstimos dos agraciados, servem eficazmente a punir o antagonismo dos caluniadores e a maledicência dos pessimistas, que só e meramente no alheio acham fértil pasto para as declamações de que usam e abusam.

Sem o tempo necessário à cicatrização das profundas feridas do coração; premado pelo dever que sabia antepor aos cômodos da vida, voltou o ilustrado comissário do governo imperial a reatar o fio de sua missão que pretendia concluir em proveito do Império e satisfação da Banda Oriental.

Superadas não pequenas dificuldades, já relativas à natureza do trabalho material, já inerentes a conferências e debates diplomáticos, estava a demarcação de limites fixada, restando apenas alguns acessórios e últimas demãos, que à atividade proverbial do ilustre barão não causava abalo. Eram os remates de uma grande obra, mas o insigne arquiteto dela já os havia previsto e ia executá-los.



A morte, porém, a exatora do tributo a que nos condena a culpa original, apercebeu-se a receber o feudo daquele que por tanto tempo lhe havia disputado.

O barão de Caçapava dispunha de uma constituição atlética, gozava de saúde robusta e tão vigorosa que resistiu às fadigas de campanhas, a marchas forçadas, a climas insalubres, a privações e sofrimentos morais provenientes de alguns contratempos de sua vida pública e inerentes aos trabalhos próprios da arma científica em que tanto se distinguiu.

Mas a comissão de limites, encontrando-o no ocaso da existência e dependendo de movimento constante em campos amplísimos que não podiam oferecer os cômodos da vida das cidades ou das povoações providas do necessário a uma subsistência regular; a importância bem merecida que ele ligava a esse encargo de honra e confiança, absorvendo-lhe grande atenção e obrigando-o a exames minuciosos e freqüentes; os esforços do ânimo e do corpo que despendia sem cessar para levar ao cabo essa empresa momentosa, foram-lhe desenvolvendo os germes da enfermidade de que veio a sucumbir.

Adoeceu por diferentes vezes, sendo constrangido a ficar de cama.

Reconhecia então o dever de medicar-se, e não obstante a consciência que tinha da sua natureza privilegiada que o fez atravessar tantos perigos e percorrer incólume um longo estádio, aceitou com toda a docilidade os cuidados de seus filhos que sempre lhe dedicaram respeito e profundo amor.

Tratou-se pois com as cautelas que a gravidade do mal requeria, e ao acurado tratamento parecia que a doença tinha de ceder. Melhoras iam-se manifestando, e presumia-se próximo o restabelecimento.

Um transtorno, porém, que não podia prever-se, nem coube à sua família prevenir, uma contrariedade relativa à comissão que geria, agiu de modo tal sobre a sua enervação suscetível, que todas as melhoras obtidas esvaeceram-se dando aberta à recrudescência da moléstia que então zombou dos recursos da medicina e da vigilância do amor filial. Emissária da morte, incumbida de provar que não há naturezas indestrutíveis, quando soa o clangor da trombeta do extermínio, a enfermidade resolveu-se a não dar trégua, decidiu-se a combater até levantar o troféu da vitória e dotar a necrópole de S. José do Norte de mais um cadáver, o nada de um grande vulto, o invólucro de uma alma nobre, o símbolo de uma inteligência superior.

Caiu o enfermo em profundo abatimento.

As faculdades intellectivas, que a moléstia nunca alterou, deram-lhe a conhecer que ia morrer para o mundo e viver para a eternidade. Como filósofo e cristão aguardou esse momento, que os espiritos fracos e demasiadamente mundanos esperam transidos de terror, miserros que entendem ser inesgotável a fonte de gozos deste mundo caduco desde a queda do primeiro homem.

O antigo guerreiro e veterano dos exércitos do Brasil preparou-se para a agonia, para o último estertor de moribundo. Sua fronte calma e serena, seu olhar límpido e expressivo, davam-lhe a attitude do romeiro que, recostado ao derradeiro marco miliário de uma extensa peregrinação, estivesse repousando das fadigas e remembering os feitos que praticara na romaria.

Assim esperou a morte; sua alma, como o incenso que fumeja ante as aras do Deus vivo, desprendeuse dos liames da Terra e voou rápido à mansão dos justos a auferir os gozos da bem-aventurança.

Que espetáculo digno de contemplação!

Esta lamentável morte teve lugar a 2 de outubro de 1858.

O prestante cidadão barão de Caçapava viveu para o país e morreu pelo país. Principiando a servir no reinado de el-rei D. João VI, a quem o Brasil deve avultada soma de beneficios, continuou a enobrecer-se na carreira das armas durante todo o reinado do magnânimo fundador do Império, e, dedicado como nenhum outro à pessoa do ilustrado e generoso príncipe o Sr. D. Pedro II, de quem contemplou as faixas infantis, a quem viu crescer e vigorar para glória do seu povo, não recuou uma só vez ante o apelo do mesmo augusto soberano, quando se tratava de comissões árduas e de embaraço desempenho.

Serviu a três excelentes monarcas, foi por eles remunerado; e, morrendo no último posto de honra que lhe confiou o neto do magnânimo D. João VI e filho do herói Pedro I, teve a felicidade de exalar o alento final pela prosperidade da única monarquia do continente americano.

O cadete de 1797 não foi desmentido pelo marechal do exército de 1858.

Seu corpo, a que foram tributadas todas as honras militares, jaz no cemitério de S. José do Norte, aonde o acompanharam as pessoas mais gradas do lugar, e outras que vieram do Rio Grande.

Uma humilde sepultura guarda os restos de um dos maiores vultos de nossos tempos. Sobre a lousa que os cobre têm rolado as ardentés lágrimas de seus filhos, dos seus amigos e camaradas, que lamentam a falta do pai extremoso e afável, do amigo leal e desinteressado, do general grave quando o serviço assim o requeria, mas ameno e jovial quando na barraca ou no lar da família descingia a espada do comando, emblema da disciplina, e trajava os hábitos do homem particular. Belo epítáfio, que não se insculpe em mármore, senão na memória dos muitos que conheceram o barão de Caçapava e dão testemunho da excelência de seu caráter e da magnitude dos serviços que prestou.

Eis o homem de que nos ocupamos.

Não lhe celebramos condignamente os nobres feitos, porque, para cometer tamanha empresa, fora mister que nossa capacidade estivesse na altura do assunto proposto.

Felizmente por todo o Brasil ecoa o mérito do que ele fez em prol da sua integridade e do seu engrandecimento, e, se o louvor nacional carecesse de auxílio do louvor estrangeiro, pudéramos aduzir ao que fica dito bem lisonjeiras palavras proferidas e impressas por um hábil escritor francês.

Deixou um filho e uma filha, que herdaram, não fortuna, que a não soube acumular, mas um nome recomendável à geração presente e aos vindouros. Ambos vivem com a nobre altivez dessa herança, que conservaram como um palácio de honradez e dignidade para ser entregue à guarda e vigilância dos filhos de seu filho.



J.J. PECHERO DE VASCONCELLOS

*Joaquim José Pechero de Vasconcellos*

.....  
*Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos*

**S** a França gaba os seus d'Aguesseau, os seus Molé, os seus L'Hopital, o Brasil pode apresentar na magistratura nomes que com esses emparelhem, para quem o dever seja uma religião, e que bem compreendam toda a majestade do cargo social que têm de desempenhar: administrar justiça. Entre esses nomes um dos que com mais ufania podemos designar é decerto o do atual presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Ex<sup>mo</sup> Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos.

Nasceu ele na ilha de Santo Antônio da província da Bahia em 4 de setembro de 1788, foram seus pais o Sr. José Pinheiro dos Santos e a Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> D. Maria Joaquina do Amor Divino e Vasconcelos.

Na família aprendeu pelo exemplo e pela prática as virtudes austeras que nunca desmentiu: destinado à carreira de magistratura, nas aulas da capital da província entregou-se aos estudos preparatórios para ser admitido no curso jurídico da Universidade de Coimbra; fê-lo com assiduidade e aproveitamento que lhe granjearam a estima dos seus mestres, como a simpática afeição dos seus colegas.

Formando em 1818, foi logo em 1819 despachado juiz de fora de Santo Amaro e S. Francisco: aí conservou-se por espaço de seis anos. Em 1827 entrou para a Relação da Bahia, teve ocasião de exercer quase todas as varas, prestando no exercício delas valiosíssimos serviços,

mantendo e cada vez mais confirmando a reputação de ilustrado, e de integérrimo.

Em 1849 foi nomeado presidente dessa mesma relação, cargo que exerceu até 1854. Então a antiguidade o trouxe ao Supremo Tribunal de Justiça, a cuja presidência foi chamado em outubro de 1857.

Entre os serviços que como magistrado prestou, não podemos deixar de mencionar a constância com que, na qualidade de ouvidor do crime, perseguiu e fez processar os moedeiros falsos, cuja atroz indústria tão fatal foi, e ainda mais fatal ia sendo àquela província e ao Império. Outro crime o achou igualmente severo, o tráfico de africanos; mas na repressão deste não é o magistrado, é o administrador político que aparece, e por ora só falamos do magistrado.

A confiança que sua inteireza inspirava, deu-lhe meios de exercer a mais benéfica intervenção nas contestações particulares, já decidindo-as como árbitro por ambas as partes nomeado e aceito, já conciliando-as e fazendo-lhes ver a justiça e a razão que seus contrários podiam ter, e assim fazendo terminar por amigáveis composições importantes litígios, próprios para alimentar ódios e inimizades, tanto mais implacáveis quanto acarretam consideráveis sacrifícios e despesas.

Essa alta probidade do magistrado em uma época como a que acaba de passar-se, nos primeiros tempos da nossa existência política, era uma recomendação que não podia ser posta em olvido, e que por diversas vezes obrigariam o juiz a despir a toga para tomar a farda do administrador político.

Logo no começo da sua carreira, ainda juiz de fora de Santo Amaro, o patriotismo o veio chamar. Eram os dias gloriosos da independência, e se em quase todo o Império tinha-se ela realizado sem contestações, no meio de vivas e aplausos, na Bahia devia custar sangue e impor heroísmos. O general Madeira com as tropas lusitanas estava senhor da capital: cumpria expeli-lo; mas para isso era indispensável criar forças, fazer aparecer recursos, organizar um governo, centralizar a ação e a resistência. Uma junta provisória organizou-se, e o voto popular, esclarecido pelo patriotismo, guiado pela confiança que a ilustração e a inteireza inspiram, para ela deputou o juiz de fora Pinheiro de Vasconcelos. Compreende-se quão importante, e quão difícil era a missão dessa junta; não bastava vencer e repelir o inimigo, cumpria-lhe conter os ex-

cessos, reprimir as exagerações, as pretensões desregradas dos aliados, dos amigos.

Na junta provisória o exímio patriota foi digno dessa missão, foi incansável de atividade e de firmeza: excessos não mancharam a mais justa e santa das causas.

Tão relevantes foram achados os serviços então prestados pelo Dr. Pinheiro de Vasconcelos, que as graças da monarquia os procuraram galardoar. Já em 1823, apenas instituída a Ordem do Cruzeiro, recebia ele a mercê de dignitário dela!

Por mais que se arrendasse da vida pública, por mais que fugisse às honras e às dignidades, por mais modesto que fosse, e despedido de ambição, quem assim começava não podia ser esquecido. Ei-lo pois em 1829 chamado à presidência de Pernambuco, lá fica quase dois anos, e se regressa à sua relação, é para de novo em 1832 ser dela arrancado, de novo voltar à vida de administrador político.

Corriam dias fatais, o triunfo de abril tinha posto em fermentação todas as paixões revolucionárias, a autoridade estava desorganizada, e a força pública, que devia dar-lhe o seu apoio contra o motim, estava insubornada e era o maior perigo de então. Especialmente em Pernambuco esse perigo avultava: cerca de 1.500 soldados de primeira linha amotinados sublevaram-se. Pinheiro de Vasconcelos, sempre dominado pela consciência do dever, em frente do perigo que ameaça a sua existência, não desacoroça, não deserta da posição que lhe é confiada: fica em palácio, com a sua família: os amotinados podem vir... mas não hão de eles chegar, pois há patriotismo na população pernambucana, na mocidade que freqüenta o curso jurídico; há presença de espírito, e prudência na presidência: as medidas mais acertadas e oportunas vencem, desarmam os sediciosos, a legalidade triunfa! Somente a vitória custou sangue, cento e trinta vítimas pagaram os desatinos revolucionários!

Inflexível e severo contra o crime, o presidente de Pernambuco, se o coíbe enérgico, contra o criminoso vencido não acha mais senão benignidade e brandura: seja desafrontada a lei, seja salva a sociedade; mas também não gema a humanidade, não imperem os ressentimentos e as paixões no que não é do seu domínio.

O Sr. Pinheiro de Vasconcelos foi também diversas vezes presidente da sua província natal, foi de 1832 a 1834, e de 1841 a 1844; foi-o

de novo em 1848, e a província agradecida, sem que ele houvesse solicitado os seus votos, sem que ao menos houvesse declarado a algum amigo que os desejava sem a menor cabala sua, ou de amigos por ele autorizados, o apresentou duas vezes à escolha da Coroa para senador do Império. Quando tantos pedem, instam, enredam, esses votos espontâneos são a mais doce das recompensas.

Em 1850 o monarca o nomeou viador da casa imperial.

Honras pois não faltaram ao digno brasileiro, honras não solicitadas, talvez nem desejadas pela sua modéstia, mas recompensa devida aos serviços que teve a fortuna de prestar.

Entre esses serviços omitimos os que na justa repressão do tráfico de africanos prestou, quando presidente da província da Bahia. Todos os meios de que podia dispor, ele os empregou, fez aprisionar, condenar muitas embarcações, processar os donos e tripulações delas, distribuir os serviços e a tutela dos africanos que traziam pelas repartições públicas, pelos estabelecimentos de caridade. Nem de outra sorte podia ser: Pinheiro de Vasconcelos aprendera como magistrado a não iludir a lei, a não pactuar com o crime, e o tráfico era crime aos olhos da lei.

Onde porém teve o ilustre brasileiro o melhor galardão do seu procedimento foi no lar doméstico: as doçuras da família lhe foram prodigalizadas. Casado com a Exma. Sra. D. Maria Francisca de Campos Pinheiro, teve a ventura de viver quarenta anos com ela, sem que nesse tempo o mais leve desgosto lhes anuviasse a pureza do horizonte. Desvelado na educação de seus filhos, acha no amor deles a única consolação da amargurada perda da companheira fiel, como acha nas recordações da sua vida, onde não há uma lembrança que lhe doa, acha na íntima consciência de que, sempre fiel ao dever, nunca prejudicou a um só cidadão a melhor, a mais apetecível das satisfações.





ANASTÁCIO DE MELO BARBOZA

*Anastácio de Melo Barboza*

.....

*Sebastião do Rego Barros*

O

conselheiro Sebastião do Rego Barros nasceu em 18 de agosto de 1803, em Pernambuco, sendo seu pai o coronel Francisco do Rego Barros, e sua mãe a Exma. Sra. D. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Destinado à carreira militar, sentou praça de cadete em setembro de 1817 depois da revolução que naquela província anunciou os primeiros impulsos da independência nacional e da liberdade, que em breve teriam de triunfar.

Foram eles porém então, por prematuros e mal dirigidos, facilmente abafados, e o jovem militar teve logo em 1818 de marchar para o interior da província acompanhando a força que ia restabelecer a ordem aí perturbada. Nessa ocasião teve o seu valor a consagração do sangue; foi ferido.

Em 1819 passou a servir às ordens do tenente-coronel Francisco de Albuquerque Melo, ocupado nas obras públicas. Partidário da Constituição, então proclamada em Portugal e já concebendo o movimento da liberdade e de engrandecimento da pátria que dela tinha de sair, o jovem brasileiro incorreu no desagrado do governo suspeito daquelas eras, e foi pelo capitão-general Luís do Rego Barreto preso e mandado para Lisboa em 1821.

Depois de ficar algum tempo no Castelo, foi solto e obteve licença para seguir, na Universidade de Coimbra, o curso de ciências matemáticas e filosóficas. Mas em 1823 as contestações e rixas entre os estudantes portugueses e brasileiros, repercussão necessária da independência proclamada nos campos do Ipiranga, obrigaram-no a interromper os seus estudos, indo então pedir à França o complemento deles. Em 1825 fez uma viagem à Alemanha, e na universidade de Gotingem em 1826 recebeu o grau de bacharel em matemáticas; na universidade de Paris frequenta a escola do estado-maior, e completados assim seus estudos acadêmicos, volta à pátria para trazer-lhe o tributo de sua aplicação.

De Pernambuco, a que chega em dezembro de 1826, parte logo para o Rio de Janeiro, obtém passagem do corpo de caçadores para o de engenheiros, e na patente de capitão vai servir em sua província. Jovem de 26 anos, é por ela eleito deputado, e vem em abril de 1830 tomar assento no Parlamento.

Era época de luta renhida entre o poder que não conhecia a liberdade e dela se arreceava, e a liberdade que não conhecia o poder, e o via hostil ao país. Os espíritos se agitavam: jovem, e votado à liberdade, Sebastião do Rego Barros tomou posição entre os adversários do poder, e por seu esforço conseguiu que fossem dissolvidos os batalhões estrangeiros, que inconstitucionalmente existiam.

Percebendo a aproximação da crise necessária dessa luta, o jovem deputado pressente que seus serviços talvez sejam necessários na corte; aqui fica pois no intervalo das sessões. A revolução aparece: D. Pedro I vai à Europa; está no trono o Sr. D. Pedro II... Mas a ordem fortemente abalada ameaça a ruína social; cumpre restabelecer, enquanto não se restabelece a paz nos espíritos, pelo menos a ordem nas ruas, a segurança pessoal e de propriedade.

O exército, indisciplinado pela cooperação na revolta vencedora, havia sido licenciado; a lei ainda não havia criado a guarda nacional; foi necessário improvisar uma força pública. Sebastião do Rego Barros, que não havia querido aceitar a pasta da Marinha, é nomeado pela regência comandante-geral dos guardas municipais da corte; mas logo que o primeiro perigo, o que impõe todos os sacrifícios, estava passado, por desinteligências com o ministro da Justiça, pediu a sua exoneração.

Então começou para ele uma vida tão excepcional entre nós, que ainda não tem nome na nossa língua; os franceses lhe chamam vida de *touriste*. Sempre reeleito, até os dias fatais do predomínio da autoridade reactiva, Sebastião do Rego Barros, ao passo que no Parlamento ocupava a posição de honra de deputado independente, amigo da liberdade que é liberdade, isto é, que se consorcia com a ordem, e considera a autoridade sua aliada, coibindo-lhe todavia os desregramentos, aproveitava o intervalo das sessões para viajar. Montevideú o viu em 1822, Buenos Aires em 1834; de volta, vê e estuda as províncias do Rio Grande e de Santa Catarina, para onde havia seguido por terra.

No fim da sessão volta para sua província; desembarca porém na da Bahia, e segue por terra, atravessando as de Sergipe e de Alagoas.

O intervalo da seguinte sessão é aproveitado para viajar nas províncias de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro. No fim da sessão de 1836, voltando por mar para Pernambuco, sofre uma péssima viagem depois de sessenta dias de perigos e de privações, arribando o barco no rio São Francisco, desembarca ele, e segue por terra.

No fim da sessão de 1837 graves acontecimentos políticos o chamam ao Ministério. A luta entre o poder executivo e o poder parlamentar, luta das mais brilhantes dos nossos annos, chegara ao seu termo, o regente Feijó deixara o poder; os homens da reorganização e do futuro foram com o Sr. Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda, regente interino, chamados ao governo, o Sebastião do Rego Barros estreou aí a sua carreira administrativa, tomando conta da pasta da Guerra no sempre lembrado Gabinete de 19 de setembro.

Não pequena era sua tarefa: todos os serviços militares estavam desorganizados, não havia exército, nem armas, nem provisões bélicas, especialmente não havia soldados, e o recrutamento tão antipático ao gênio brasileiro, tão difícil em época de lutas de partidos encarniçados, embaraçado aliás pela prerrogativa assegurada à guarda nacional, e que com razão receava-se que quisesse ela sustentar, mesmo pela sedição armada, contra o decreto do Poder Legislativo, só morosos resultados poderia dar. Ora, as circunstâncias não consentiam morosidade. Rio Grande via essa fatal revolta que durou dez anos talar-lhe os campos; Bahia via a sua capital proclamar a república, e armar-se. O novo Ministro da Guerra achou recursos na sua actividade; a Bahia foi logo restituída

ao império da lei; outro tanto aconteceu ao Maranhão, onde o espírito da revolta havia erguido a cabeça nos últimos tempos do Ministério de 19 de setembro, e se no Rio Grande igual fortuna não coroou os esforços da legalidade, não lhe foram eles poupados: o próprio ministro quis ver por seus olhos, dar oportunamente e com a necessária presteza as necessárias providências; foi pois pessoalmente ao Rio Grande; sua presença animou o exército, que ele acompanhou até além do rio Piratininga.

De volta para a corte, por aproximar-se a abertura do Parlamento, achou dissolvido o Ministério, e por mais instâncias que lhe fossem feitas para continuar na sua pasta, nada o pôde demover de acompanhar os seus colegas, logo depois de apresentar às câmaras o relatório da sua repartição.

No fim da sessão, enfermo e cansado, volta à sua província; aí recebe do regente, com o hábito da Ordem de Aviz, a efetividade do posto de capitão, em que até então tinha graduado.

Agravando-se as suas enfermidades, parte em princípio de 1840 para a Europa: as duas grandes capitais, Londres e Paris; a Escócia, a Irlanda, a Itália, não menos que a França e a Inglaterra, são por ele visitadas. Tendo percorrido toda a Itália sem faltar-lhe nem mesmo essa amostrinha de república de San Marino, atravessa os Alpes pelo Monte Genis, vê a Sabóia, máxima parte dos cantões suíços; admira a famosa queda do Reno em Schaffouse; embarca em Basileia para descer o Reno, vê todas as lindas cidades das suas margens, atravessa-o em Colônia, chega à Bélgica, aí demora-se algum tempo em Bruxelas, segue para a Holanda, onde chega a tempo de assistir à grande patriótica solenidade da inauguração da estátua do célebre almirante Ruiter.

Essa longa digressão, vem-na ele terminar em Paris; daí, em março de 1842, vai a Liverpool, e volta para Pernambuco.

Aí sabe da dissolução da câmara que havia sido eleita no meio das reacções e violências de 1840: na pátria, pois, descansa até que a nova eleição o mande outra vez ao Rio de Janeiro para a sessão de 1843.

Em fevereiro de 1844 há uma mudança ministerial: em Pernambuco recebe o Sr. Sebastião do Rego Barros convite e instância para aceitar uma pasta. O novo Gabinete ainda não se havia desenhado em sentido reator contra os princípios a que aderira, e os homens a que andara unido o Sr. Rego Barros, recusa ele porém mais uma vez a pasta, e

embora declarasse explicitamente não ser a isso levado por vistas de antagonismo político, o novo Ministério atribui a recusa à malquerença ou à desconfiança.

Os fatos se precipitam. Instalada a câmara, o Ministério divorcia-se da sua maioria, e a dissolve: a reação prevista realiza-se. Pernambuco é uma das províncias em que mais implacável se faz ela sentir.

Todavia não tem ela tempo de executar tão completamente a sua obra, que a eleição não dê triunfo ao Sr. Sebastião do Rego Barros e aos seus amigos. Mas contra esses enganos da urna aí estava a ação e o voto da câmara na verificação de poderes. Quando chegou à corte, o deputado pernambucano achou-se, com os seus colegas, excluído do Parlamento.

Deixemos debaixo de um véu os tempos que correram desde esse dia até setembro de 1848. Apenas digamos que, sendo já tenente-coronel, o Sr. Rego Barros não quis continuar no Exército, e pediu a sua reforma.

O partido que estivera no poder até setembro de 1848 não quis abandoná-lo, sem tentar os recursos extremos e as armas da revolta: Pernambuco viu correr o nobre sangue de seus filhos. O Sr. Rego Barros não podia negar então à pátria os seus serviços. Nomeado pelo presidente da província comandante de um corpo de voluntários, reuniu-se aos bravos que em 2 de fevereiro de 1849 salvaram, com a cidade do Recife, talvez as instituições do Império.

Uma nova eleição manda o Sr. Sebastião do Rego Barros à Câmara, e em outubro de 1850 o governo que se preparava para a gloriosa guerra contra Rosas confia-lhe comissão delicada e importante na Europa.

As câmaras tinham autorizado o contrato de tropas estrangeiras: o Sr. Sebastião do Rego Barros foi encarregado de realizá-lo.

Então percorre ele diversos estados, entende-se com seus governos, e em julho de 1851 já estavam contratados, já remetidos para o Brasil, e dirigidos para o Rio Grande dois mil homens de boa tropa, infantaria, artilharia, e pontoneiros, prontos para entrar em ação.

O sr. Rego Barros aproveita a sua estada na Europa para visitar o Norte dela; Suécia, Noruega, Rússia são, depois dos ducados da Alemanha setentrional, por ele visitadas. A mísera capital da Polônia não podia deixar de chamar a atenção do viajante brasileiro.

Era a esse tempo a exposição universal de Londres; o Sr. Rego Barros não podia perder essa ocasião de admirar, reunidos pelo gênio da

indústria, os primores da riqueza e trabalho de todos os povos. Partiu pois para Londres, e teve a fortuna de lá chegar oito dias antes do encerramento da grandiosa solenidade.

Daí vai a Paris querendo lá passar o inverno, e assiste ao famoso golpe de estado de 2 de dezembro que mudou as condições do regime parlamentar na França e no mundo.

Em fevereiro seguiu por terra à Espanha, demora-se algum tempo em Madri, visita as mais belas cidades desse reino, Granada, Sevilha, Cádiz, onde embarca e segue para Lisboa.

Em agosto estava de volta ao Rio de Janeiro, onde se demora para dar conta de sua comissão.

Reeleito para a câmara de 1853, faz parte da fração da antiga maioria, que tomou o nome de partido parlamentar, e trouxe o enfraquecimento e a modificação do gabinete, subida ao poder do Ministério Paraná, e esse regime político que de então até hoje se tem desenvolvido.

Convidado para tomar parte nesse Ministério, não anuiu ao convite, mas em prova da sua adesão ao gabinete, aceitou a presidência da província da Pará, de que tomou posse a 16 de outubro.

Ativo e diligente, em província que tanto carece da ação do governo que auxilie e provoque o seu desenvolvimento, o Sr. Rego Barros visitou esses imensos rios, Amazonas, Tocantins, cujos segredos de opulência mal podem hoje ser calculados, e só o futuro revelará. Não lhe faltaram amarguras na sua administração, não que lhas predispusesse a opinião provincial, mas sim de um lado os *flibusteiros* americanos, sequiosos da invasão do Amazonas, do outro as pretensões arrogantes e a ignorância dos cônsules inglês e francês com quem teve de lutar.

Estava de volta ao Rio de Janeiro, e preparava-se para, no intervalo das sessões, seguir viagem para os Estados Unidos, quando o Ministério exigiu dele que aceitasse a delicadíssima presidência do Rio Grande do Sul. Repelindo o convite, mas querendo provar que a repulsa não era ditada por má vontade, aceitou voltar ao Pará, e continuar na sua administração.

Era o tempo em que o cólera-morbo assolava a população, sabe-se que de cuidados, que de atividade, que de providências sanitárias foram indispensáveis nesses dias fatais.

Enfim, em maio de 1856 entrega a presidência ao sucessor que lhe é dado, o tenente-coronel Baurepaire-Rohan.

Uma última excursão em 1857 o leva primeiro aos Estados Unidos, depois ao mundo asiático. Chega a Nova Iorque em 30 de dezembro, demora-se em Washington, onde tem ocasião, achando reunido o Congresso, de poder conhecer todos os homens notáveis dessa república-prodígio; percorre as margens do Mississípi e os recentes estados que aí florescem. Em fevereiro de 1858 está em Cuba: filho de província cuja indústria é essencialmente a produção do açúcar, não perde essa ocasião de estudar o seu fabrico na opulenta rainha das Antilhas.

Volta aos Estados Unidos; segue pelos do Norte estendendo as suas excursões até o Canadá, achando a cada momento ocasião de admirar a atividade, o arrojo do espírito humano, lançado desimpedidamente nas vias de prosperidade material.

Volta então à Europa, quer seguir caminho da Terra Santa; vai à Baviera, único estado alemão que ainda não tinha visitado. Desce o Danúbio: em setembro estava em Constantinopla.

Esmirna, Rodes, Chipre, Beirute, Damasco, ruínas de Balbeck, cedros do Líbano, Jafa, Jerusalém, Jordão, Belém, tudo isso que a história, a tradição, a poesia tanto nos têm feito admirar, tudo isso a que se prendem tantas recordações, umas de grandeza humana, outras de bondade e majestade divina, o viajante brasileiro visitou. De volta ao Egito, à cidade de Alexandre, o Cairo, todas as maravilhas da terra dos faraós e dos Ptolomeus, pôde-as ele admirar. Atravessa o istmo de Suez em estrada de ferro, chega ao mar Vermelho, e pode ver o lugar em que Moisés com os descendentes de Jacó atravessou esse mar, aberto miraculosamente na sua presença.

De Alexandria a Malta, daí a Grécia. O Pireu, Atenas, Salamina, Maratona.

Daí vai às ilhas Jônias, e em Corfu reconhece a reação do povo contra a opressora proteção inglesa.

Não se esquece da bela Sicília. Daí a Nápoles: na sua primeira viagem a essa cidade o Vesúvio estava coberto de neve, agora o acha vomitando fogo.

Nenhum brasileiro viu mais terras, sentiu pois mais fortes e mais variadas impressões do que o Sr. Rego Barros. De tudo quanto viu



achamos notícia em livros de viajantes, de políticos, de historiadores, de poetas; são porém todos eles estrangeiros.

As impressões de um brasileiro, de um filho de nossa América meridional devem ser curiosíssimas, sendo tão diversos os pontos de partida e os termos de comparação.

Para terminar a sua vida de viajante havia o Sr. Rego Barros assentado visitar no fim da sessão de 1859 algumas províncias do Brasil, ver a famosa catarata de Paulo Afonso, compará-la com a tão gabada do Niágara. Mas, nos fins da sessão, uma mudança ministerial o obriga a tomar conta dessa pasta da Guerra que tantas vezes havia rejeitado. Às exigências da política cede a sua resolução: hoje S. Ex<sup>a</sup> é ministro, e assim ao cabo de 21 anos prende o seu presente ao seu passado.

OS CONTEMPORANEOS



MIGUEL DE FUCA Y VASQUEZCELLOS

*Miguel de Fuca y Vasquezcellos*

.....  
*Miguel de Frias e Vasconcelos*

**M**

iguel de Frias e Vasconcelos nasceu a 15 de outubro de 1805. Filho de um militar (o tenente-coronel Joaquim de Frias Vasconcelos), seguiu a carreira de seu pai e assentou praça como cadete no 1<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria aos 15 anos de idade. Oficial de artilharia daí a três anos, ele procurou logo ilustrar o seu espírito e seguir o curso da Escola Militar. Merecendo distinção pelos seus progressos e atividades, adiantou-se seguidamente nos postos até o de major graduado.

Estava ele encarregado da repartição do quartel-mestre general quando se deram os acontecimentos de março de 1831. Não temos de fazer neste momento uma apreciação histórica daqueles acontecimentos, nem o desfecho material de uma relação que estava feita nos espíritos. Sabe-se o procedimento sensato e verdadeiramente nacional que teve o exército naquela quadra. Só diremos que o oficial mandado em 6 de abril a São Cristóvão pelo general Francisco de Lima ao Imperador D. Pedro I representar-lhe sobre a situação foi Miguel de Frias, e que a resposta que lhe deu o Imperador foi entregar-lhe o seu decreto de abdicação e proferir estas palavras: "Diga aos brasileiros que estimarei que sejam muito felizes".

O homem, que ouviu as últimas palavras que D. Pedro soltou como Imperador do Brasil, compreendeu desde então a fragilidade das

posições elevadas e tomou consigo o compromisso de viver pelo povo e com o povo.

O que ele fez por essa idéa, se nem sempre foi justificado pela razão calma, pode-se assegurar que partiu das inspirações ardentes de seu generoso caráter.

Afrontando o perigo e a morte, ele era o primeiro que se expunha quando se tratava de combater por um princípio que lhe merecia assentimento.

Uma vez (a história o refere largamente) ele chegou a encontrar-se só: então pagou com o exílio a sua coragem; e depois, não podendo estar longe da pátria, veio submeter-se a um julgamento militar.

Na sua carreira militar Miguel de Frias foi um dos mais valentes pacificadores da revolta dos soldados estrangeiros em 1828: serviu com grande distinção no Rio Grande do Sul de 1842 a 1844, e na campanha do Estado Oriental, sob as ordens do general marquês de Caxias, que o requisitou para chefe do estado-maior.

Como homem de ciência, esteve em várias comissões, e em todas elas adquiriu um nome honroso. Foi diretor do Arsenal de Guerra, presidente da comissão de melhoramentos do material do exército e diretor das obras públicas desta corte, quer civis, quer militares.

O povo desta capital recorda-se com gratidão que os esforços de Miguel de Frias, auxiliado pela franca coadjuvação do Ministro do Império marquês de Mont'Algre, devemos o encanamento das águas de Maracanã, que libertou-nos das grandes calamidades por que passávamos em certo período dos anos anteriores, e tornou esta cidade a mais notável do mundo a este respeito.

Também nunca cidadão algum obteve uma prova de tanta simpatia e consideração como Miguel de Frias do povo desta capital. Em 1852, procedendo-se à eleição municipal, foi ele eleito presidente da Câmara com 4.451 votos, principalmente das freguesias da cidade; e, tendo o governo anulado essa eleição, maior número de votos concorreu às urnas em favor daquele nome, que ficou de novo colocado no primeiro lugar dos vereadores.

Passou então a tomar a iniciativa em muitas medidas que até ali só pudera aconselhar ou indicar. O povo, sempre com os olhos nele, foi acompanhando e aplaudindo todos os seus passos, todo o seu em-

penho em dotá-lo com os melhoramentos que as forças e recursos da municipalidade permitiam.

Pode-se dizer de Miguel de Frias que foi o último homem verdadeiramente popular nesta corte. Nos derradeiros dias de sua vida, já angustiado pela moléstia e condenado pelos médicos, era ele procurado como o conselheiro e o protetor dos desvalidos.

Inteligências elevadas iam praticar com o enfermo, porque no contato com o seu nobre caráter sentiam-se mais fortes para resistir ao egoísmo que nos tem invadido.

Suas virtudes eram simples e sem aparato; suas aspirações pessoais modestas; seu patriotismo ilimitado.

Depois de ter sido útil ao seu país, como militar e como engenheiro, mostrou que, para seu grande coração, beneficiar a sua pátria no horizonte que lhe fora circunscrito, não era bastante; votara-se também à educação da infância desvalida; entrara no horizonte da humanidade.

Zeloso pela educação dos meninos pobres, era desde muitos anos o presidente da Sociedade Amante de Instrução, que, recolhida ao silêncio da modéstia, tem feito serviços da maior utilidade. Para que essa benéfica instituição se firmasse em uma base sólida, Miguel de Frias, por esforço de probidade e economia (e esse louvor cabe também aos seus companheiros da direção), acumulou um capital de 100.000\$, que assegura o futuro das escolas da sociedade.

Esses dotes especiais que não pudera manifestar no comércio dos homens, e nas lides de sua afanosa vida de militar e engenheiro, mostrou auxiliando e empregando a maior solicitude por uma instituição dessa ordem.

Graças a ele, essa instituição prosperou tanto, que pôde assegurar asilo e educação aos que são lançados no mundo só para sentir todo o abandono e isolamento.

Fiel representante das virtudes dos belos tempos da independência, tinha todo o patriotismo dos grandes vultos que neles figuraram, e toda a honradez, toda a simplicidade de costumes que tornam o homem venerado pelas massas.

O brigadeiro Miguel de Frias mostrou que a classe militar pode ilustrar-se por mais de um título. Como militar, sua espada representava o valor; como homem de ciência, ganhou renome ao mesmo

tempo o reconhecimento e elevadas simpatias do nosso público; como homem de caráter, toda a sua vida é um belo exemplo a seguir.

Foi por todos esses títulos que ele se ergueu tanto, e gravou seu nome no coração do povo.

No meio deste ele parecia um desses tributos moderados que outrora inspiravam-lhe amor e dedicação à pátria. Não se elevara senão por seu atos; se as circunstâncias o tivessem revelado mais cedo, melhor teria sido julgado; o povo compreenderia desde logo tudo que havia nele de digno e de nobre.

Nas lutas intestinas, na última luta com o estrangeiro, Miguel de Frias prestou relevantíssimos serviços. Tão modesto como patriota, entendia que cumprindo, ou indo mesmo além de seus deveres, nada fazia que merecesse tantos sinais de estima e distinção da parte de todos aqueles que, não pertencendo ao povo, o julgavam sem prevenção e sem inveja.

O nome de Miguel de Frias e Vasconcelos não se inscreverá ao lado dos que deixam as notabilidades políticas do nosso país; porém terá uma memória não menos duradoura: existirá na nossa história militar e na história dos melhoramentos de nossa capital; existirá sobretudo no coração do povo.

Se lhe faltassem outros títulos de recomendação à saudade dos homens de bem, bastar-lhe-ia esta singela inscrição no túmulo: "Foi o protetor da infância desvalida".

O distinto fluminense, brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcelos, faleceu no dia 25 de maio de 1859.



VISCONDE DE JIQUIRIÇOMBA.

*Visconde de Jiquiriçomba*

.....

*Visconde de Jequitinhonha*

**E**scrivendo o esboço histórico de Washington disse o Sr. Guizot: "Duas coisas grandes e difíceis são de dever para o homem, e podem fazer a sua glória: suportar a desgraça, e a ela resignar-se com firmeza; crer no bem, e nele confiar com perseverança".

Nestas poucas palavras do célebre literato político eu vejo resumida toda a grande existência do homem público, cuja biografia pretendo escrever com a exatidão e a verdade que a história me impõe.

Os grandes combatentes na arena política da Europa, e dos Estados Unidos da América, não se podem comparar com os nossos, quando consideramos as dificuldades com que se luta num país em que as populações são disseminadas, os interesses desligados, e as idéias políticas mal compreendidas. A política na Europa é manobrada com todos os recursos dos governos representativos, o homem político tem só uma grande necessidade – o merecimento grande. Orador, fala às turbas imensas e unidas por interesse e sentimentos iguais, arrasta-as e vence. Não é assim no Brasil. Não temos o hábito das grandes assembléias do povo, nem a educação política. O tempo consumido em mil distrações e na ociosidade dos povos tropicais mal chega para o arranjo dos negócios particulares. A política é um acidente neste país. É verdade que presentemente se começa uma revolução moral no espirito público no sentido de preocupá-lo com as soluções políticas, pois que nestes últimos anos



ainda os mais indiferentes sofreram a sanção de seu abandono sendo comprometidos nos seus mais avultados interesses.

É preciso ter uma resignação inesgotável e uma coragem inteira para o sofrimento, se se quer sustentar o peso da nossa política, que força o homem público a discutir, e persuadir indivíduo por indivíduo, e animar a uns, e a atrair a outros. Estes trabalhos minuciosos consomem o tempo, e afadigam os espíritos ainda os mais robustos, e os distraem dos estudos.

Nos grandes povos os partidos combatem com grandes exércitos, de maneira que os ódios e os ciúmes particulares não se apresentam, ou pelo menos se não fazem sentir. Entre nós não se verificou essa identidade de crenças e sentimentos. O homem político tem muitas vezes necessidade de defender-se, e repelir as injúrias e as calúnias individuais que não interessam ao povo, de maneira que ele também se julga ofendido. Na Europa os homens políticos defendem e repelem as injúrias e as calúnias lançadas por um partido a outro; e essas defesas e ataques são verdadeiros acontecimentos públicos.

Remonte-se o leitor ao ano de 1822 no Brasil, no teatro da guerra a mais gloriosa e a mais cruel em ódios e ressentimentos – à província da Bahia – e compreenda quanta resignação não foi mister desenvolver aquele que tinha concebido o pensamento imenso da independência.

A causa da independência do Brasil é uma das mais justas que se têm pleiteado, nós tínhamos o direito de sermos tratados como irmãos, e a metrópole pretendeu reduzir-nos de novo a colonos. Mas esta intenção reservada da metrópole não era compreendida por todos. Foi preciso pois convencer os brasileiros da Bahia do plano liberticida das Cortes portuguesas e de suas idéias infensas ao Brasil. Apareceu a imprensa habilmente manejada pelo homem, que depois se colocou à frente do movimento da independência. O publicista se fez conhecer e admirar. Entretanto não era bastante discutir, cumpria apaixonar – convocaram-se os clubes – o orador veemente apareceu e dominou.

Porém, antes que a idéia da emancipação política conquistasse decididos combatentes, e se formasse um grande partido capaz da execução, quantos perigos não correu o grande brasileiro que ousou concebê-la, pregá-la, e levá-la a combate na mais temível praça de armas

portuguesas? Quantas decepções sofridas, tentativas malogradas, quantos casos tristes e imprevistos, sem falarmos de ciúmes e perfídias cruéis?

Tudo sofreu com a maior coragem o cidadão Francisco Jê Acaiaba de Montezuma.

Eis o primeiro esboço deste grande ser, que a vitória da independência e a gloriosa deportação pela dissolução da Constituinte, deu a conhecer em todo o Império, e cuja glória tem de passar à posteridade, embora vibora da inveja mais de uma vez acesa em cólera o tenha acometido. Não há baba, por mais impura, que nodoe o livro da história da liberdade do Brasil.

Nasceu na cidade da Bahia no dia 23 de março de 1794, sendo seus pais Manuel Gomes Brandão Montezuma e D. Narcisa Teresa de Jesus Barreto, ambos filhos daquela província e nela casados.

Destinou-o o seu pai para religioso da ordem seráfica dos franciscanos descalços, para a qual entrou no dia 4 de outubro de 1808.

Não tendo ainda completado 15 anos de idade, consentiu o provincial que morasse no convento da Bahia, vestido de secular, até os completar, e entrar então para o noviciado.

Sentindo-se porém com pouca vocação para a vida claustral, sete meses depois saiu do convento contra a vontade de seu pai.

Quis assentar praça no regimento de artilharia daquela província, do qual era capitão o célebre Manuel Pedro: ao que decididamente se opuseram seus pais.

Depois de ser aluno da primeira escola de medicina da Bahia, e em menos de três anos, fez os respectivos exames, foi em 1816 para a Universidade de Coimbra, onde se formou em leis, sendo premiado no 3º ano.

Tendo lugar naquele reino os sucessos de 24 de agosto de 1820, quando ainda sangravam as feridas abertas em todos os corações brasileiros pela revolução de 6 de março de 1817 em Pernambuco, concebeu o projeto da independência do Brasil, e nele mais se fortificou quando, repercutindo no Brasil aqueles sucessos de 1820, chegou a Portugal a notícia de que a Bahia se desligara do reino do Brasil para unir-se a Portugal, e dele receber imediatas ordens: notícia que por tal modo revoltou a todos os brasileiros, que nenhum deles obedeceu ao edital da Câmara Municipal de Coimbra, que ordenou três dias de luminárias; e isto praticaram espontaneamente, sem que houvesse antecipado ajuste.

Para deixar em Portugal amigos, e trazer para o Brasil um vínculo prestigioso que não parecesse obra do momento, criou logo em Coimbra uma sociedade política com o nome grego de Keporática, ou dos Jardineiros, com o fim ostensivo de promover e sustentar a liberdade do povo português. As cores desta sociedade eram a verde e amarela, cores que ao depois, por uma mui notável coincidência, foram e são as do Brasil, o que atestaram todos que foram dela membros.

Chegando à Bahia em setembro de 1821, procurou ao vice-presidente da junta provisória de governo a quem antes de ir para Coimbra estava no hábito de prestar uma veneração sem limites pelo seu saber, e patrióticos sentimentos; e expôs-lhe com fraqueza o seu projeto, que foi por ele ardentemente reprovado, dizendo: que necessitávamos ainda de bons dez anos para nos prepararmos para tão ousado feito, e que qualquer tentativa atrasaria muito o Brasil e o passo que aliás ele e todos os brasileiros tanto desejavam dar.

Era um moço, e outro velho, não se raciocina com a alma heróica. Estas razões não o puderam convencer. Despediu-se, pedindo-lhe licença para daquele dia em diante nunca mais o visitar, e fazer ao seu governo a oposição que pudesse. A religião do patriotismo tem seus sacrifícios.

Respondeu-lhe com emoção: tentou ainda demover o jovem patriota de seu propósito; mas em vão; abraçou-o e despediram-se com sensíveis demonstrações de amizade. Nunca mais se viram senão aqui no Rio de Janeiro, visitando o vice-presidente da junta provisória ao Sr. Montezuma quando voltou do seu degredo. Bela vingança do conselheiro desobedecido!

Instalou logo a Sociedade dos Jardineiros. Existindo na Bahia uma folha com o título de *Diário Constitucional*, propôs ao seu editor, de nome Corte Real, depois Corte Imperial, brasileiro honrado e de grande constância e coragem, ser o seu redator, com a condição de nada publicar com referência à política, salvo escrito por ele. E concordando começou a escrever no mês de outubro seguinte.

Tratar imediatamente da grande questão, a independência, quando não havia ainda um centro comum, e nem se sabia o que queriam as outras províncias, era dar asas a que teorias opostas sobre a forma de governo aparecessem, e malograssem a gloriosa causa cujo triunfo tinha a peito.

A união portanto com o Rio de Janeiro sob o governo do príncipe regente o Sr. D. Pedro foi o alvo de todos os seus esforços, a despeito da comissão de censura que existia.

A junta provisória de governo que todos os dias pedia forças a Portugal era o principal obstáculo. A tropa brasileira, ofendida no seu patriotismo e abatida nos seus bríos pela lusitana, detestava a junta.

Para melhor levar ao cabo o seu projeto reuniram-se em conselho militar no forte de São Pedro oficiais de diferentes patentes e armas, e convidaram-no para o presidir.

Compareceu, e depois de discutir-se o estado de degradação em que estava a província, e os erros da junta, propôs que, para maior liberdade de voto, dar-lhe-ia cada um dos oficiais em segredo a sua opinião quanto ao remédio com que cumpria atalhar o mal; e que manifestaria fielmente o da maioria do conselho. Assim se resolveu. Foi opinião unânime que marchasse toda a tropa brasileira para o campo da Piedade e se intimasse à junta a sua deposição, armando-se todos os cidadãos que se lhe quisessem unir. Depois tratou-se de marcar o dia, e assentou-se que fosse na madrugada do dia 3 de novembro seguinte.

Assim aconteceu; mas a inconstância, se não a traição, ou porventura ambas, detiveram em seus quartéis no prazo dado alguns dos corpos conjurados, sendo o resultado malograr-se a tentativa, ser o governo vitorioso, prender os oficiais mais denodados, embarcá-los e remetê-los para Lisboa, em cuja barra se lançou ao mar o distinto e ilustrado brigadeiro Boccaciari.

Se até então era a tropa brasileira perseguida, e perseguidos todos de cuja adesão a Portugal a junta suspeitava tomando-os por amigos da união com o Rio de Janeiro, daquele dia em diante a junta não conheceu mais limites à sua vingança.

Felizmente chegou o decreto das Cortes que regulava a eleição das juntas permanentes de governo.

A eleição teve lugar no último dia de janeiro. Os membros da junta provisória e os lusitanos esforçaram-se pela reeleição. Não o conseguiram. Foi completo o triunfo dos amigos da união, se não já da independência. Cidadãos conspícuos pelo seu saber e riqueza foram os nomeados. O medo porém era a qualidade proeminente da nova junta.

O medo a matou, e transformou, depois de horríveis sofrimentos, em aberta e forçosa revolução os desejos ainda mal traçados do patriotismo.

Côncio das boas intenções do governo, e mais porque o seu primeiro ato foi abolir a comissão de censura, não só o *Diário Constitucional* nunca o agrediu, senão que torneou sempre por ele, combatendo pelo seu crédito, e honra, que os lusitanos nunca cessaram de querer deslustrar; salvo quando na sustentação da causa da pátria era de todo indispensável censurar a dubiedade ou fraqueza de seu sistema político-administrativo para não enfraquecer ou desanimar os espíritos.

Todos, porém, lastimavam que a junta não se prevalecesse do grande prestígio, de que gozava, para abafar o orgulho, e estorvar a insolência dos lusitanos, elevando os ânimos abatidos dos seus concidadãos; o que era fácil, visto como era ainda comandante das armas o brigadeiro Manuel Pedro, baiano de grande popularidade.

Em tais circunstâncias ancorou em 11 de fevereiro nas águas da Bahia o navio *Danúbio*, trazendo a notícia de ter sido nomeado o brigadeiro Madeira, oficial lusitano, comandante das armas da Bahia.

A entrevinda de uma tal notícia era fatal à união, e assim o entendeu o povo. Dias depois recebeu ele por outro navio a carta régia que o nomeava. E logo de si mesmo empossou-se, e oficiando ao general Manuel Pedro exigiu dos oficiais juramento de obediência.

O povo dirigiu imediatamente uma representação à Câmara municipal que tinha de insinuar a carta, segundo o disposto no regulamento dos governadores do 1<sup>o</sup> de julho de 1678.

No dia 18 foi nomeado o Sr. Montezuma por alvará da Mesa do Desembargo do Paço, vereador, e mais outros.

Reunidos, e examinada aquela carta régia, acharam: 1<sup>o</sup>, que na forma do estilo não a precedera participação à câmara respectiva, sendo regra que, sempre que el-rei queria que se desse posse independente de participação por carta régia dirigida à câmara, o declarava na mesma carta régia de nomeação como aconteceu com o conde de Palma e outros; 2<sup>o</sup>, que sendo necessária patente registrada na contadoria geral da corte, como é expresso no § 1<sup>o</sup> daquele regimento, o brigadeiro Madeira não havia feito o indicado registro; 3<sup>o</sup>, que a carta régia não se achava referendada pelo ministro de estado de repartição competente, como determinava a lei de 11 de julho de 1821. Assim que negou-se a insinuação,

e comunicou-se à junta de governo. Assim o ardente patriota combatia os inimigos da independência com a lei portuguesa.

A junta, em vez de apoiar a jurídica decisão da câmara, apoderou-se de timidez, e reuniu em palácio a câmara e mais cidadãos; convidou o brigadeiro Madeira e o general Manuel Pedro. As tropas de ambos tinham tomado posições, e, quando o conselho se ocupava em discutir, batiam-se elas. Qual primeiro rompeu o fogo não foi bem verificado.

Dali seguiram-se os horrorosos atentados cometidos pelas tropas lusitanas, que foram as vencedoras, nos nefandos e sangrentos dias 18, 19 e 20 de fevereiro.

Afugentada desde então a concórdia do seio da sociedade e até das famílias, cujos membros eram uns brasileiros, e outros portugueses, a revolução estava feita; o mais era questão de tempo, que aliás corria rápido.

O *Diário Constitucional*, que jamais deixou de ser a sentinela da união, aproveitava todos os fatos, que a podiam servir e provocar.

Publicou a felicitação que os baianos residentes na corte dirigiram ao príncipe regente, e o ofício deste à Câmara ordenando-lhe que promovesse por todos os meios a concórdia e união das províncias e dos brasileiros.

Irritado, o general Madeira espalhou que no dia 15 de junho a Câmara ia proclamar a união com o Rio de Janeiro, e tentou prender a Câmara, e ao Sr. Montezuma principalmente. Para isto das oito para as nove horas da manhã postou soldados nas imediações da Câmara; mas esta não se reuniu, e não foi avante a ousada tentativa.

Ainda indecisos os espíritos brasileiros pelas conseqüências que soem seguir-se de uma revolução, bem que convencidos que era ela inevitável, olhados como estavam pelo prisma caliginoso da malevolência e ódio lusitano; para os decidir comunicou o Sr. Montezuma como certo ao distinto médico baiano José Alves do Amaral, indo visitá-lo ao lugar onde se achava escondido, que as tropas lusitanas haviam resolvido em um dos costumados clubes o reconhecimento do governo do príncipe regente, no dia de São Pedro, 29 de junho; não só porque assim se reconciliavam com o herdeiro da Coroa, e evitavam o desagrado do monarca, que nunca levaria a bem que eles ofendesse, senão que sendo inevitável, aquele sucesso convinha que dele não tivessem a glória os

brasileiros, e tanto mais que só assim se poderia ainda evitar a independência total do Brasil.

E lastimando o Sr. Montezuma com energia que assim tomassem sempre os lusitanos a dianteira aos brasileiros, respondeu-lhe o Dr. Amaral que, se julgava conveniente, tinha naquele mesmo dia portador para o Recôncavo, e passava a comunicar tudo ao Bulcão (o mais rico senhor-de-engenho do distrito da vila de São Francisco, e onde estavam acoutadas grande parte das praças brasileiras desertadas da cidade) para que avisasse ao coronel Rodrigo Brandão, na Cachoeira, que proclamasse a união, visto como o referido coronel Brandão se havia comprometido como Bulcão a romper a revolução no momento por este indicado.

Assim aconteceu: e no dia 24 de junho, quando ninguém esperava, rebentou a revolução, na Cachoeira e vila de São Francisco, e dias depois na de Santo Amaro, todas limítrofes. Foi pois aquela inventada notícia o verdadeiro morrão que pôs fogo ao canhão da revolução, e fez desaparecer a indecisão que tantas vezes tem baldado gloriosos acontecimentos.

A província ainda não estava preparada para a guerra. Censuraram depois ao Sr. Montezuma, mas o Madeira também não estava. Pedia a Portugal constantemente reforços, respondia-lhe ele.

E que gênero de guerra se tinha que fazer? Que preparativos poder-se-ia realizar, de posse os lusitanos da capital? A revolução pelo contrário apurava os ânimos e as intenções; e desde logo contava-se com o auxílio do príncipe imortal, que se havia posto à frente da causa brasileira. Todavia os tímidos não cessaram de censurar a ousadia do jovem, e ao imortal Bulcão, ao depois barão de São Francisco, cuja imensa fortuna pôs à disposição da revolução. Iguais censuras sofreu com igual resignação o general Washington na libertação dos Estados Unidos.

Isto feito, fugiu o Sr. Montezuma para o Recôncavo. O modo como o fez, os perigos que correu, a traça com que harmonizou um conselho militar que achou reunido no convento da vila de São Francisco na noite em que chegou e conciliou os dois distintos coronéis Felisberto Caldeira e Antônio Maria da Silva Torres, aquele brasileiro, este português, e não menos honrado, ilustrado, e ardentemente dedicado à causa brasileira, ambos porém profundamente rivais nos planos de defesa que sustentavam; rivalidade que mal extinta naquela época originaria

grandes dificuldades e lançaria em iminente perigo a causa da revolução; e finalmente a influência que teve na organização do governo provisório; tudo isto deverá ser publicado desenvolvidamente na história biográfica do Sr. Montezuma, que breve pretendemos dar a público.

Adotado o plano de governo, foi nomeado membro pela vila da Cachoeira e igualmente felicitado pelos habitantes da de São Francisco, o que tudo se certifica com documentos existentes.

Instalado no dia 6 de setembro de 1822 com o título de conselheiro interino de governo, foi nomeado secretário, e depois membro da comissão que o mesmo governo, ou conselho, mandou ao Rio de Janeiro felicitar o príncipe regente, e expor-lhe as necessidades mais urgentes da província, atento o estado revoluconário em que estava. As instruções dadas pelo conselho aos membros da deputação constam de documentos que temos em presença.

Veio por terra até os Ilhéus, e daí por mar até o Rio de Janeiro, em uma pequena lancha pertencente ao engenho dos Ilhéus, do general Brant, dirigida por um preto. Quase perdidos antes de montar o Cabo Frio, por supor o mestre ser ali a barra do Rio de Janeiro, desembarcou na corte no dia 14 de novembro, e achou a notícia de ter sido aclamado imperador do Brasil o príncipe regente, e proclama a independência.

Fez sem auxílio ou ajuda de custo do governo toda esta viagem!

Os portugueses espalharam logo depois da chegada que vinha fugido, e que os lusitanos haviam suplantado a revolução. S.M.I. ordenou ao Sr. Montezuma que escrevesse alguma coisa para desmentir essa falsidade e confundir tais intrigantes. Escreveu um folheto com o título de *Manifesto*, que foi impresso na tipografia nacional. Desgraçadamente o ilustre patriota não nos pôde dar um exemplar desse seu trabalho, dizendo-nos que quase todos os seus escritos dessa época foram perdidos com a sua prisão e degredo depois da dissolução da Constituinte.

No dia seguinte à sua chegada foi apresentando a S.M.I. pelo ministro dos Negócios do Império, o Exm<sup>o</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, de eterna memória. O que ocorreu nesta audiência privada é assunto antes de uma memória. Dignando-se S.M.I. marcar o dia da audiência pública, nela compareceu na casa da câmara municipal desta



corde, e acompanhado por ela, e por muitos cidadãos, dirigiram-se ao paço da cidade, onde, rodeado de toda sua corte, houve por bem S.M.I. receber a deputação. O eloqüente discurso que o Sr. Montezuma proferiu acha-se impresso no 2º tomo das *Memórias* do Sr. Acióli. Aproximava-se o dia da coroação, e houve por bem S.M.I. mandar o Sr. Antônio Teles, hoje marquês de Resende, seu camarista, comunicar ao Sr. Montezuma a graça do título de barão da Cachoeira, e que por ela o felicitasse.

Depois de agradecer tão honrosa visita e felicitação, despedindo-se o sr. Antônio Teles, partiu logo para a casa do Sr. José Bonifácio. Expôs-lhe o que havia ocorrido, e pediu-lhe com a mais viva instância que fazendo-lhe a honra de pôr na presença de S.M.I. os sentimentos do seu mais profundo e reverente agradecimento, houvesse por bem revogar o despacho; pois uma tal nomeação lhe faria perder todo prestígio na província, quer para com os liberais exaltados, quer para com os monarquistas: aqueles, vendo-o elevado a uma classe que julgam repugnante ao princípio de igualdade, de que se dão por únicos defensores; estes, visto não pertencer o agraciado às famílias ricas e poderosas da província. No que não convindo S. Ex.<sup>a</sup> a princípio, por fim prometeu-lhe ir a S.M. Imperial.

E com efeito no dia seguinte, visitando-o para saber da resposta, S. Exa. o Sr. José Bonifácio informou-o que S.M.I. se dignara anuir ao pedido, louvando muito os patrióticos sentimentos do resignatário, mas que por isso mesmo havia graciosamente resolvido nomeá-lo dignitário da ordem que se ia criar, a do Cruzeiro. Ainda insistiu em que não tivesse lugar esta última graça, pois a revolução ainda não estava terminada. Ao que impôs-lhe S. Ex.<sup>a</sup> silêncio, dizendo que uma tal recusa faria crê-lo republicano.

É fato porém que o ter sido então nomeado dignitário causou-lhe, quando chegou à província, gravíssimos desgostos, e valeu-lhe poderosos inimigos. Todos se julgavam com direito de serem dignitários, e acreditavam que requerera para si e não para eles.

Fez-lhe a honra S.M.I. de o convidar para jantar em sua augusta mesa. Para dar uma prova de consideração à deputação da Bahia, convidou-o também para assistir a um grande exercício de toda a força existente na corte, e por ele comandada no campo de São Cristóvão.

No dia 7 de dezembro foi recebido membro da nobre ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, sociedade secreta criada pelo Imperador, e regida por um conselho com o nome de Apostolado, cujo chefe era S.M.I. Nessa mesma sessão, que S.M.I. presidiu em pessoa, foi nomeado caudel e encarregado da criação de uma palestra na província da Bahia, o que cumpriu, e grandes serviços fez à causa pública. O documento que temos em mão prova o que fica referido; e nele se vêem as letras iniciais do nome de S.M.I. -- P.D.A. -- e adiante Rômulo, que era o nome simbólico por S.M.I. adotado. Tudo escrito de seu próprio punho.

No dia 10 de dezembro partiu o Sr. Montezuma para a Bahia em uma galera francesa, que ia para Pernambuco, e levava o coronel José Joaquim de Almeida para comandante das armas.

Levou consigo uma imprensa e tipos, além de munições de guerra.

Chegando à altura dos Ilhéus e sabendo que a esquadra lusitana cruzava naquelas paragens, ambos deixaram a galera, embarcaram em botes do navio, e seguiram por terra para Cachoeira.

Ao chegar principiou a escrever um periódico com o título de *Independente Constitucional*. Soube então da questão agitada entre o conselho de governo e o general Labatut sobre o dinheiro por este achado no engenho dos portugueses Teixeira, que haviam fugido para a cidade alistados no partido lusitano.

Tomando conta da secretaria cuidou de conciliar o general Labatut, e para isso foi por ordem do governo conferenciar com ele no seu quartel-general. Preocupado com a idéia de ser aquele dinheiro, como disse *primi capientis*, o reputava seu.

Moderou por algum tempo um pouco a linguagem dos seus officios dirigidos ao conselho; entregou-lhe 120:000\$; por fim, eram tão imperiosas e mordentes as suas invectivas, tão desleais as suas queixas, tão despidas de fundamento as suas acusações, que mais pareciam inspiradas pelo ódio do que pelo amor à causa que em comum defendiam ambas as autoridades.

O governo nunca aceitou, nem recusou o conflito; mas era do seu imperioso dever expor fielmente ao governo de S.M.I. o estado real dos negócios da província; e formular perante ele suas queixas, não pelo valor delas em relação ao caráter público do mesmo governo, senão pela

influência que poderiam ter no êxito da causa, e na sorte daqueles que haviam consagrado com seus atos e extremos morrer antes do que sujeitarem-se mais ao jugo lusitano.

As queixas do conselho constam dos seus officios dirigidos ao governo imperial, e arquivados na secretaria do Império.

Entre elas, algumas fundadas em atos praticados pelo general, e na sua indolência para com o inimigo, inteiramente afetavam o seu carácter como general, e tinha, por si, a convicção geral e profunda de todo o exército, que diariamente se desmoralizava e decimava pela inação, enfermidades, a ponto de ser opinião de toda a província que não se entraria na cidade, nem seriam expulsos os lusitanos enquanto comandasse ele o exército, convicção corroborada com o que declarava ao conselho de governo o próprio general. Descrevia-lhe o conselho o estado crítico e deplorável da província, e lhe pedia instantemente que desse pressa ao ataque geral: respondia-lhe o general que não era possível, e que melhor do que o conselho sabia ele o que cumpria fazer: convicção que fez brotar e ser bem-sucedida a sublevação do exército, que o prendeu, e deu o comando ao general José Joaquim de Lima, ao depois conselheiro de estado e barão de Magé. E na verdade poucos dias foram suficientes para que este general atacasse em toda a linha os lusitanos e entrasse na cidade, e os obrigasse a embarcar! Esta vitória assinalada, coroando de louros o exército do Recôncavo, mais confirmou no espírito da província a opinião já expressada.

A ata respectiva, assinada pelo general Labatut, pelo conselho de governo e por grande número de cidadãos na vila da Cachoeira, mostra qual foi o resultado da insultuosa ida do general à vila da Cachoeira para depor o Sr. Montezuma, e prendê-lo no dia 20 de fevereiro de 1823. Sem exageração se pode dizer que foi tal o excitamento popular que foi o agredido que salvou a vida do agressor.

Ele partiu para o seu quartel-general alta noite, e fugitivo!

Para animar o povo, e tornar bem sensível o ressentimento baiano contra os lusitanos, grande número das pessoas mais conspícuas da província e patriotas tiraram de seus nomes os apelidos portugueses, e adotaram em seu lugar nomes de árvores, rios e lugares brasileiros. Foi então que trocou o de Francisco Gomes Brandão Montezuma pelo de Francisco Jé Acaiaba de Montezuma. Jé é uma tribo de caboclos, e

Acaiaba uma das árvores mais belas do interior da América, como descreve Southey na sua *História do Brasil*.

Levou consigo as instruções para a eleição dos deputados pela Bahia à assembléa constituinte. Esta se fez antes da expulsão dos lusitanos, sendo o Sr. Montezuma um dos escolhidos com muito menor votação do que era de esperar da popularidade que gozava antes de vir para o Rio de Janeiro. Este fato deve-se atribuir à desconfiança de uns e à inveja de outros, sugeridas e motivadas pela graciosa recepção com que o honrou S.M.I. Tal é a fraqueza dos homens!

O grande apuro em que se achava a província, pela demora do ataque e boatos que corriam, obrigou o conselho a fazer partir imediatamente o Sr. Montezuma para o Rio, antes de se terminar a eleição, com officios documentados, concernentes ao estado em que achava o exército.

Fez esta viagem, como a primeira, inteiramente à sua custa, por Minas, subindo ao Rio Pardo, daí ao Tejuco, vila do Príncipe, Cocais, Mariana, Ouro Preto, Queluz, Barbacena, até o Rio de Janeiro, onde chegou em fins de junho de 1823, gastando na viagem setenta e cinco dias. Falhou poucos dias, e em mui poucos andou menos de dez léguas!

Foi logo beijar a mão a S.M.I., que se achava enfermo de uma queda que dera.

O que ocorreu nesta primeira visita que teve a honra de fazer a S.M.I. é mais próprio de uma memória, e por isso se omite, sendo suficiente mencionar: 1º, que tendo assentado praça em um dos corpos que se organizaram na Cachoeira, e fazendo serviço sempre que lho permitiam os trabalhos do conselho, foi de farda beijar a mão a S.M.I., e depois pediu-lhe que lhe fizesse a graça de mandar dar-lhe baixa. Ao que respondeu muito benignamente que não, e que, pelo contrário se, por ser o Sr. Montezuma formado em leis, não queria servir nos corpos de linha, dar-lhe-ia um posto nas milícias. Ainda pediu-lhe licença para instar pela sua baixa: respondeu-lhe o mesmo rindo-se. De sorte que é de crer que o Sr. Montezuma ainda tem praça; 2º, que recebendo, ao chegar aqui no Rio de Janeiro, officio da junta do governo, de que era ainda membro, no qual lhe comunicava ter recebido do governo do Imperador ordem para o enviar para a corte, e que achando-se nela se apresentasse imediatamente ao mesmo governo; ao visitar S.M.I. e achando-se

presentes dois ministros da Coroa deu parte a S.M.I. da ordem que havia recebido, e conformemente a ela pediu a S.M.I. que lhe indicasse a prisão onde se devera recolher! S.M.I. declarou maravilhado ignorar tal ordem e interrogou os ministros presentes a este respeito, e declarando eles que também não tinham dela conhecimento, dirigiu-lhe então S.M.I. expressões mui benévolas e graciosas, dizendo-lhe por fim que fosse tranquilo para casa. Ainda hoje é de crer que fosse apócrifa aquela ordem. Não declaramos os nomes dos ministros presentes para evitar juízos temerários.

Tomou assento na assembléa constituinte, no dia 21 de julho de 1823, e só fez opposição ao Ministro da Guerra, motor principal, no nosso conceito, da perigosa e fatal reação manifestada nos atos do Governo.

Opôs-se, é verdade, ao título de Marquês do Maranhão dado a Lorde Cochrane; não porque ele o desmerecesse, mas sim porque julgava inoportuna e inconstitucional tal nomeação enquanto se não promulgasse a Constituição que então se discutia, pertencendo a ela o declarar se haveria nobreza, e como, em que consistiria. O que se praticava em Portugal não podia dizer-se vigente no Brasil depois de sua inde-

---

\* Na sessão de 2 de outubro, comunicou o Governo à assembléa que pelo bergantim *Maria*, chegado do Maranhão com 43 dias de viagem, comunicara o 1<sup>o</sup> Almirante Lorde Cochrane a notícia de haver feito com que aquela província proclamasse em 28 de julho a sua independência política, adesão ao Império brasileiro e governo do Imperador. O Sr. Ribeiro de Andrada propôs que se oficiasse ao 1<sup>o</sup> almirante reconhecendo os serviços que acabara de fazer à causa do Império, promovendo a reunião da província ao Império, e declarando que a nação jamais os esqueceria... O Sr. Vergueiro propôs o seguinte aditamento: "Que igualmente se dêem os agradecimentos às tropas de mar e terra e aos cidadãos que concorreram para a liberdade e união da província e capital do Maranhão". O Sr. Silva Lisboa propôs que se suprimisse – que a nação jamais os esquecerá. Opôs-se à indicação e ao aditamento: primeiro, porque tudo isso pertencia ao Poder Executivo, e não à assembléa; segundo, porque a assembléa havia negado iguais demonstrações à Bahia quando chegou a notícia de sua restauração e expulsão dos portugueses, quando aliás ali é que se tinha verdadeiramente conquistado a independência...

Esta discussão tomou um caráter extremamente caloroso, crendo-se insultado pelo Deputado Sr. Pedro José da Costa Barros.

pendência, visto como tratávamos de nos constituir. E assim o entendeu depois a assembléia constituinte, promulgando a Lei de 20 de outubro de 1823; porquanto, se para terem vigor entre nós as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgados pelos reis de Portugal, e pelos quais o Brasil se governara até o dia 25 de abril de 1821, em que o senhor Rei D. João VI foi para Portugal, foi mister um artigo do Poder Legislativo constituinte brasileiro; pela mesma razão e fundamento, se não maior, à nomeação dos titulares devera preceder uma lei que ou autorizasse o que tinha lugar na monarquia portuguesa, da qual se havia separado o Brasil, ou criasse uma nobreza nova com atribuições políticas ou sem elas.

Estes argumentos e princípios constam dos dois discursos que sobre este assunto proferiu; e julgando-se insultado nesta ocasião por um distinto orador, o Sr. Pedro José da Costa Barros terminou o seu segundo discurso, dizendo que pelo que respeitava às expressões ofensivas do ilustre preopinante (era assim que se dirigiam reciprocamente então os oradores), ele lhe daria a necessária satisfação em lugar competente. Nessa mesma noite, o tenente-coronel Antônio Martins, que ainda vive, e mora nesta corte, filho da Bahia, hoje reformado, teve a bondade de se encarregar do cartel para o dito seu colega, o qual deu tão judiciosa e plena satisfação por escrito, que nada daí resultou, sendo para notar que, no mesmo dia em que esperava resposta do dito seu colega, esperava também a do mal agourado pedido que havia feito da mão da virtuosa Sra. D. Mariana Angélica de Toledo Marcondes, com quem casou no dia 7 de outubro de 1823.

O que se passou entre ele e o seu colega, o bispo diocesano, que o honrava com a sua amizade, quando lhe foi pedir dispensa dos pregões, pertence a uma memória, e por isso também se omitirá nesta ocasião.

Antes que fosse nomeado Ministro da Justiça, o desembargador do paço, Clemente Ferreira França, comunicou-se-lhe que S.M.I. havia por bem nomeá-lo corregedor do cível, em atenção aos serviços por ele prestados até então. Imediatamente procurou a S. Ex<sup>a</sup> e disse-lhe ingenuamente que não tinha habilidade para ser juiz, pois ser-lhe-ia de grande dificuldade presenciar impassível uma parte cavilosa quando a lei lhe não dava o meio eficaz de pôr termos à cavilação. Respondeu-lhe

que fosse dizer isso mesmo ao Imperador. Foi, disse-lhe, riu-se muito S.M.I., e a nomeação não teve lugar.

A assembléa constituinte foi dissolvida no dia 12 de novembro do mesmo ano. Foi um dos deputados presos ao sair pela única porta que as tropas que cercavam a assembléa deixaram aberta do lado do paço da cidade. No meio de uma escolta, iam com seus companheiros de exílio, a pé, tomando o lado do paço e Rua Direita para o arsenal da marinha, quando uma ordem expedida do paço, onde se achava S.M.I., os fez retrogradar. Embarcaram em um escaler, que os dirigiu ao dito arsenal de marinha, donde foram levados à fortaleza da Laje, e chegaram às 11 horas da noite. Encarcerado e incomunicável em uma das abóbadas subterrâneas da fortaleza, cuja imundície de todas as espécies seria impossível descrever, aí começou o martírio particular a que o condenara uma política meticulosa, se não retrógrada, ou ambas as coisas.

O que ocorrera na assembléa enquanto esteve em sessão permanente e no dia da dissolução; o que teve lugar quando chegaram os exilados alta noite à fortaleza, e nos dias que lá estiveram até embarcarem no dia 20 de novembro no transporte *Luônia* com destino ao Havre, para onde lhes deram passaportes; e o que ocorreu na viagem até Vigo, e daí até a França, tudo isto julgamos assunto antes de uma memória, com exceção apenas dos seguintes fatos:

1) Foram os exilados generosa e humanamente tratados pelo comandante da fortaleza da Laje, o qual do rigor que se lhe ordenara só executou o que era absolutamente indispensável para livrar-se do risco que corria em uma total relaxação das ordens do Governo.

2) Logo depois da saída em mar grosso, disse o comandante da *Luônia* ao imediato, segundo este referiu ao Deputado José Joaquim da Rocha, que a viagem para o Havre era mui perigosa, pois que iam chegar ao canal na força do inverno; que seria melhor arribar a Lisboa, ou alguma das ilhas dos Açores; ao que respondera o imediato que, proibindo as instruções arribar aos portos do Brasil ou de Portugal, não poderia jamais anuir à arribada proposta. Então indicou o comandante o porto de Vigo em caso de necessidade.

3) Quando o comandante se julgou na altura dos Açores, ordenou ao seu imediato que à noite se pusesse à capa, porque temia um baixio naquelas alturas. Sabendo, porém, o imediato que tal baixa não

existia, e que o fim daquela ordem era ver se aparecia por ali algum vaso de guerra português, dos que costumavam cruzar naquela paragem, que os apresasse; quando entrava de quarto fazia navegar o navio com pouco pano, mas em rumo oposto, pondo-o inteiramente à capa quando tinha de entregar o quarto.

4) Na altura do golfo da Biscaia, próximo a Bordéus, caiu um temporal no dia 30 de janeiro, que causou sérias avarias. O comandante arribou a Vigo, em vez de o fazer para os portos da França, gastando para chegar a Vigo 13 dias.

5) Logo que deram fundo na baía de Vigo, vieram a bordo em uma barqueta o capitão do porto e outro sujeito; este, logo que se aproximou do navio, perguntou se não era a charrua *Lucônia*, como se a esperasse. Depois soubemos que aquele sujeito era o cônsul português Mendes.

6) Falecendo no dia em que fundearam o cirurgião do navio, prevaleceu-se desta circunstância o governo de Vigo para os pôr em quarentena rigorosa de quarenta dias, a despeito de saber que o cirurgião morrera de excesso de bebidas alcoólicas.

7) Na tarde do dia 28 de fevereiro, entraram pela barra a corveta *Lealdade* e um brigue de guerra português, e fundearam detrás das ilhas que ficam à entrada. O comandante foi à terra e solicitou a entrega dos proscritos, ao que, não anuindo o governador Eguia, saíram e cruzaram fora mandando oficiais pela baía de Mariú, por terra, a Vigo indagar o que se dizia, ou se pretendia fazer a respeito dos patriotas exilados.

8) Findos os quarenta dias de quarentena, e não desimpedido o navio, os deportados Martim Francisco e padre Belchior desembarcaram e, apresentando-se ao governador Eguia, instaram para que o navio fosse posto à livre prática. Respondeu o governador que, havendo reclamações do governo português, pendia a sua solução do governo supremo; e voltaram aqueles deportados para bordo escoltados pelo capitão do porto e outro oficial, os quais retirando-se de bordo levaram consigo o escaler e a lancha do navio, e no dia seguinte mandou o governador tirar-lhe o leme, e ficaram desde então prisioneiros a bordo.

9) Pelo intermédio do Sr. Lapeyre, vice-cônsul de França em Vigo, e do Sr. Lagoanere, cônsul-geral na Corunha, levaram ao governo espanhol uma representação contra as violências que sofriam,



mostrando que o artigo do Tratado de Utrecht que permitia a extradição não se podia considerar em vigor depois de declarada a guerra entre Portugal e a Espanha, não tendo depois de feita a paz renovado as duas nações aquela estipulação. O marquês de Talaru, embaixador francês então junto a S.M.C., apoiou a representação perante o Conde d'Ofália, ministro dos Negócios Estrangeiros na Espanha.

10) Devemos aos bons e generosos ofícios daquele distinto diplomata uma ordem para poderem sair de Vigo em navio neutro, sendo-lhes absolutamente impossível executar sem risco esta ordem, visto que, desacoroçoado o governo português da extradição que pretendia, mandou pela fragata *Lealdade* e um brigue cruzar na barra de Vigo! Representaram de novo, e se lhes mandou a permissão de irem por terra atravessando a Espanha escoteiros.

11) Estiveram em Vigo incomunicáveis desde 12 de fevereiro em que ali chegaram até 30 de abril, em que se permitiu aos deportados o conselheiro José Bonifácio de Andrada e a seu irmão Martim Francisco, por doentes, o irem para terra. Aproveitou-se o Sr. Montezuma dessa permissão, e foi com eles.

12) O comandante do referido transporte *Luônia*, na véspera da sua partida era o oficial de marinha Antônio dos Santos Cruz, nascido no Brasil. Foi demitido, e nomeado em seu lugar o português Joaquim Estanislau Barbosa, capitão-tenente honorário da marinha de Goa: posto que se lhe fez efetivo posto na armada quando regressou a esta corte.

13) Se não todos, mais de duas terças partes da tripulação da *Luônia*, que se compunha de 99 praças, haviam sido marinheiros aprisionados na Bahia, não só da esquadra lusitana comandada por João Félix, como de outras presas.

14) Estando os deportados em Vigo, e com a fragata *Lealdade* quase no lado, sublevaram-se os marinheiros, armaram-se de achas de lenha e garrafas cheias de água, pretextando haver deles o pagamento de suas soldadas; tudo porém fazia crer que o fim era prendê-los; e querendo o comandante, ou antes o seu imediato, defendê-los, foi à praça de armas, e só achou seis espingardas e essas completamente inutilizadas. Defenderam-se com o escuro da noite, e com as armas que cada um tinha levado! Até que implorando socorro da força espanhola, que vigiava o navio, esta deu parte

ao governador de Vigo, o general Eguia, e este nobremente ordenou que saltasse tropa dentro dele e sufocasse a rebelião.

15) No dia seguinte instaram, e mais os oficiais, para que se procedesse a uma devassa. Por ela conheceu-se que o fim era entregar os deportados à fragata *Lealdade*. Os cabeças foram presos; mas o comandante os mandou para terra, e o cônsul português os recebeu, e nunca constou que houvesse punição!

16) A incerteza em que estavam do êxito da representação, contando apenas com a promessa dos bons officios do cônsul francês Lapeyre, sem um procurador em Madri que os escudasse com o seu zelo e dedicada solícitude, ao passo que apuravam o horror da situação dos deportados, de um lado o estado anárquico em que se achava a Espanha, e de outro os sucessos de Vila Franca, cujas consequências difficil lhes era calcular, ainda que revogadas fossem; feito assim o juízo de todos em mil voltas, arrastou-se o Sr. Montezuma a oferecer-se para ir disfarçado a Madri solicitar o deferimento da representação. Para fugir de bordo resolveu-se: 1<sup>o</sup>, que o faria em noite de chuva ou cerração, e meia hora antes da mudança dos guardas da noite, cujos barcos se aproximavam mais do navio do que os que o guardavam de dia; 2<sup>o</sup>, que nessa noite iriam jogar com o comandante os deportados José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco, a fim de o entreterem. Despedido de sua mulher e acompanhado do deportado o padre Belchior, falecido vigário de Pitanguí, em Minas, dirigiu-se o Sr. Montezuma às janelas da popa, único lugar onde era possível lançar-se ao mar. No ponto em que ia fazê-lo chegaram as barcas, e tão próximas, que com muita difficuldade pôde encobrir-se delas. Dias depois atiraram sobre dois marinheiros que fugiam a nado!

Igualmente omitiremos, como mais própria de uma memória, os meios que empregou o Sr. Montezuma para conseguir, depois de chegar à Corunha, e ter deixado em Vigo sua graciosa mulher, o vir buscá-la; o que ocorreu com um mal sim mandado vigiá-lo pelo governo durante essa arriscada jornada; o que teve lugar em Santander, com ordem de prisão, que lhes foi intimada pela policia como portuguezes que não tinham passaporte com o visto do cônsul português com *exequatur* do governo espanhol; o modo por que foi iludida esta prisão: as cenas horrorosas que se passaram em Plencia; o logro que lhes quis pregar o

arraiz, justo para levá-los à Socoa, primeiro porto da França, e os demais dissabores por que passaram até que chegaram a Orleans. Mas não podemos omitir o modo por que ao ilustre exilado receberam as autoridades francesas, já prevenidas pelo diplomata brasileiro, ali residente! Logo que chegou a Baiona, achando-se sua mulher ainda enferma, conseqüência do mau sucesso que tivera a bordo da *Lucônia*, pediu passaporte para o Havre, onde esperava achar cartas do Brasil e alguma ordem para receber dinheiro, visto como a pensão que se deu era paga no Rio!

Respondeu o subprefeito que ia consultar o ministro; e no fim de onze dias, pouco mais ou menos, mandou-o chamar, e disse-lhe que não podia residir nem em departamento fronteiro do mar ou de terra, nem no departamento do Rhône, nem onde existisse residência real, e que só lhe dava cinco dias para aprontar-se e partir. E que nestes termos, não podendo dar-lhe passaportes para o Havre, escolhesse residência no interior.

Espantado de tal cominação, disse o Sr. Montezuma que os seus companheiros residiam, uns em Paris e outros em Bordéus; e que por isso lhe era impossível compreender os motivos de tal exceção!

Esta ordem não foi revogada, e teve de escolher a cidade de Orleans, para onde partiu, acompanhado de sua mulher, com um passaporte, no qual, à imitação das cartas de guia dadas aos presos ou galés, ia apontando o caminho ou itinerário que havia de levar, e se ordenava às autoridades que o prendessem no caso de encontrarem desviado do referido itinerário, o que sendo o visto em Angoulême pelos passageiros com quem ia na diligência, deu motivo a manifestações exprobradoras de tal procedimento da policia, mormente vendo-se acompanhado de uma jovem esposa, que apenas contava dezesseis anos incompletos!

Em Orleans viveu apertadamente vigiado por espiões de policia, como consta do *Livro Negro*, obra oficial publicada depois da elevação ao trono da casa de Orleans em 1830; deveu a Mr. du Briche, então subprefeito daquele departamento, mil officios de amizade, com os quais atenuou o furor e adoçou quanto pôde o azedume da perseguição. Depois de entreter uma muito desagradável correspondência com o nosso ministro em Paris, reclamando a revogação de tais ordens, e a permissão de sair de Orleans, que se lhe havia dado por homenagem, e nada obtendo, o mesmo subprefeito tomou sobre si o permitir-lhe ir a Paris.

Entendendo que viveria ali mais comodamente em sua casa do que em hotéis, e receando sempre nova perseguição ou a sua continuação, deixou sua mulher, e escoteiro partiu!

Quatro dias foram suficientes para que o ministro brasileiro soubesse e a polícia o obrigasse a voltar a Orleans. Perdeu então toda a paciência. E daí em diante ditava a desesperação, e com o fel o mais amargo escreveu as cartas com que não cessou de mortificar o nosso ministro em Paris. Os lisonjeiros são piores que os abutres, pois que estes devoram os cadáveres, e aqueles os vivos!

Cansado, se não envergonhado por fim o governo francês, de prestar-se a ser cúmplice nos vexames e gratuita perseguição de que era vítima o patriota exilado, expediu ordem às autoridades de Orleans para que fosse levantada a homenagem. Foi então de todo para Paris.

Chegando ali um cunhado seu, pediu passaporte para a Suíça, a fim de o meter em Berne no célebre colégio de Mr. Fellenberg. Não foi possível obter passaporte, dizendo-lhe a polícia: "traga o visto do seu ministro". Este sempre lhe negava. Resignado, matriculou seu cunhado no Colégio Morin, em Fontenay-aux-Roses. Faleceu! Sofreu o Sr. Montezuma um horrível ataque de reumatismo três dias depois de sua morte.

Melhorou com os banhos sulfúricos d'Enghien, e resolveu sair de Paris, qualquer que fosse o meio. Todos os sacrifícios, exceto este, estava pronto a fazer para expiar a culpa de haver servido ao seu país e não apoiado a infame política do dia.

Dirigiu-se à polícia: deu-lhe a costumada resposta. Procurou o general Lafaiete e Mr. Benjamin Constant: contou-lhes o seu caso, e pediu-lhes que se encarregassem de um requerimento seu à Câmara dos Deputados, se não o deixassem sair de França. Isto feito foi ao prefeito da polícia, e disse-lhe: "que não queria mais continuar a ser prisioneiro em França, pois a falta do visto do seu ministro não podia obrigar o governo francês a ser carcereiro do governo brasileiro! E que tinha já o requerimento, e o ia entregar a um daqueles senhores, para ver este ponto de direito público internacional decidido".

Respondeu-lhe que voltasse no outro dia. Voltou, e disse o prefeito que podia sair de França com um passaporte à imitação dos que tiram os franceses: isto é, por meio de uma justificação perante o comissário de polícia do quarteirão onde morava; e à vista dela se lhe daria

passaporte, declarando-se nele que não era francês, e o motivo por que se lhe dava o passaporte daquela espécie. Assim executou-se. O conde de Tasher, par de França, seu íntimo amigo a quem comunicou isto na véspera e que morava no mesmo quarteirão, rua de St-Guillaume, nº 3, paralela à de Saint-Pères, quis honrar esta justificação jurando nela, e mais o barão de Ferussac, editor do célebre *Boletim Universal de Ciências*. À casa de ambos foi o comissário de polícia tomar o juramento. E foi assim que partiu para a Inglaterra, onde chegou em julho de 1828.

A célebre Sociedade de Geografia de Paris, sendo presidente o Sr. Jomard, nomeou o ilustre proscrito seu membro, e mais outra Sociedade de Ciências Morais e Políticas, e de História, e a sociedade dos Antiquários do Norte (na Suécia), e o Instituto dos Advogados em Paris.

A antiga Sociedade dos Templários, sendo grão-mestre o Sr. Palaprat, havia feito por ocasião da guerra que sustentamos com as repúblicas do Prata uma proposta ao Imperador para assisti-lo com um certo número de homens na referida guerra, contanto que reconhecesse S. M. I. a sociedade publicamente no Império, e se dignasse ser o seu chefe, pois ele abdicaria.

Veio ao Rio de Janeiro trazer a proposta Mr. du Back, coronel francês. S. M. I. não aceitou, segundo aquele grão-mestre comunicou ao Sr. Montezuma na ocasião de o receber cavaleiro, cujo diploma é escrito em latim.

Na França ocupou-se sempre em estudar, como a única vingança que lhe restava, freqüentou um curso de botânica no jardim deste nome, sendo professor o célebre e venerando Mr. Desfontaines, e de física médica na escola de medicina de Mr. Pelletan, e o de frenologia de Mr. Gall no Ateneu.

Não escreveu coisa alguma na França relativamente aos negócios do Brasil, à exceção de um artigo assinado pelo próprio nome, e dirigido a uma folha de Lião, que censurou nomeadamente o seu comportamento na Assembléa Constituinte em relação à opinião que sustentou sobre o título de marquês do Maranhão, e outras. Justificou-se, e o jornal pareceu ficar satisfeito, e elogiou-o.

Chegando a Londres, o passaporte que trouxe causou admiração na repartição policial ao apresentá-lo e declarar onde ia morar, o que então se fazia naquele país.

Viveu em Londres, como na França, freqüentando os tribunais do júri e cíveis. Visitou Manchester, Birmingham e Liverpool: examinou suas fábricas, manufaturas e minas, com cartas de negociantes de Londres, que lhas deu o sr. Freese, atualmente diretor de um excelente colégio no Morro Queimado. Foi à Escócia e Irlanda: demorou-se principalmente em Edimburgo, Glasgow, Belfast, Dublin e no condado de Londonderry.

Depois voltou à França, e não podendo ir à Itália, em consequência do terrível inverno desse ano, passou à Bélgica, daí aos Países-Baixos: demorou-se o que pôde em Haia, Roterdã e Amsterdã.

Tendo já dois filhos nascidos em Londres; não se tendo prazo marcado para o seu degredo achou já funcionando a assembléia-geral legislativa, e não tendo um só membro dela pedido informações ao governo sobre o seu desterro, nem proposto coisa alguma que tendesse ao menos a fixar-lhe um termo; recebendo da Bahia a notícia que na eleição dos deputados à segunda legislatura era primeiro suplente; e reunida esta, pedindo, e obtendo o Sr. Miguel Calmon, hoje marquês de Abrantes, deputado por aquela província, licença por um ano para fazer uma viagem à Europa, entendeu que era azada ocasião de partir para o Rio de Janeiro, a despeito de lhe negar legação o competente passaporte; e, por uma destas coincidências inexplicáveis na vida humana, fez-se de vela de Falmout no paquete no dia 7 de abril de 1831!

Chegou ao Rio de Janeiro com longa viagem. O magno acontecimento político daquele dia, e o caliginoso estado em que se achava esta capital o aterraram.

No dia seguinte ao de sua chegada, indicou na câmara o Sr. padre José Custódio, deputado por Minas, que fosse convidado para tomar assento em lugar do deputado o Sr. Miguel Calmon. Assim se deliberou.

No dia 31 de maio tomou assento, e mais de uma vez temos ouvido dele a sincera confissão de que não sentiu prazer em ver-se livre do desterro, na sua pátria e no meio dos representantes da nação.

O estado em que se achava o seu espírito, entrevado na escuridão de um futuro para o qual não havia concorrido e que não podia descortinar, levou-o a adotar na câmara uma posição neutral, não sendo ministerial nem oposicionista.

Eis que no dia 4 de junho aparece na câmara o ministro da Fazenda com uma proposta para se suspender por cinco anos o pagamento dos juros e amortização dos empréstimos externos. A oposição que fez a tal proposta foi ardentíssima, principiando logo por propor, assim que o ministro saiu, a nomeação de uma comissão especial. O que se adotou, e foi ele um dos membros.

Desde então submeteu-se de bom ou de malgrado às difíceis e penosas condições de um deputado quase isolado dos seus colegas por suas idéias e princípios.

Nomeada a regência permanente, fez-lhe a honra o sr. regente José da Costa Carvalho, hoje marquês de Mont'Algre, de ir à Rua das Violas, onde morava, às 7 horas da noite, convidá-lo para membro do primeiro Ministério da regência.

Depois de sincera e cordialmente agradecer-lhe a grande prova de sua confiança, expôs-lhe que tendo estado na Europa perto de oito anos, e não pertencendo por isso mesmo ao partido que dera nascimento à atualidade, não podia julgar-se habilitado para ganhar o seu conceito e confiança, sem o que impossível era contar com aquela necessária estabilidade. A conversação durou até perto de onze horas da noite, e no fim dela teve o prazer de ficar convencido que S. Ex.<sup>a</sup> o regente aceitara benevolmente a sua recusação. O modo por que se comportou nas variadas crises dessa época parlamentar consta das atas e dos jornais que publicaram os debates.

Foi seu principal intento arrancar o Governo das garras dos turbulentos e dos sicofantas, defendendo os princípios monárquico-representativos, ameaçados seriamente pelas exagerações da época anormal em que estava o país. Para o conseguir, defendeu com energia os ministros acusados e os brasileiros adotivos: declarou-se na tribuna contra os projetos de lei: 1.<sup>o</sup> que autorizava o governo a demitir e aposentar os empregados que julgasse suspeitos; 2.<sup>o</sup>, que extinguíam os títulos e ordens, até a do Cruzeiro; 3.<sup>o</sup>, que propunham reformas à Constituição; 4.<sup>o</sup>, que em 30 de julho de 1832 convertia a Câmara dos Deputados em assembléia nacional; e o que bania o Imperador Pedro I.

Em 5 de agosto de 1831, talvez o primeiro deputado que teve a coragem de o fazer, requereu na Câmara que se tomassem medidas legislativas contra a importação de escravos, expondo que se fazia no Brasil um

grande contrabando em fraude da lei e dos tratados, prometendo até declarar os nomes dos contrabandistas da Bahia; tendo aliás na Constituinte energicamente se declarado contra o princípio de se abolir o tráfico por uma estipulação diplomática, era de opinião que o fosse por uma lei nacional, a fim de evitarmos dificuldades futuras e a vergonha de darmos este passo na carreira da civilização, como que forçados pela necessidade de termos reconhecida a nossa independência pela Inglaterra.

Convencido da urgentíssima necessidade de fomentar a nossa indústria e comércio, o que modificaria muito a agitação pública, propôs que se nomeasse uma comissão especial para oferecer à assembléia-geral um projeto de banco nacional. A câmara assim resolveu, e, sendo nomeado membro da comissão, foi oferecido o projeto, que passou; mas teve emendas no senado, as quais em assembléia-geral não foram aprovadas; e passou o projeto a ser a lei de 8 de outubro de 1833.

Da Bahia, preveniram-lhe os cidadãos influentes da época que, se votasse contra as reformas, não seria reeleito. Respondeu: *que havia passado o Rubicão, e repugnava o andar de costas!* Não foi reeleito, apenas obteve 36 votos em toda a província!!

Foi nessa época que a imprensa do honrado Nicolau Lobo Vianna publicou um célebre folheto *A liberdade das repúblicas*, escrito pelo Sr. Montezuma, o qual tinha por fim pôr barreira ao predomínio das idéias federativas e norte-americanas, que então eram muito acreditadas no país. Uma publicação da Europa (em França) de grande vulto respondeu a esse folheto monarquista com seu espírito republicano. Ah! se o Sr. Montezuma fosse homem de calcular seus interesses, teria, como fizeram outros, adotado as idéias do dia; e ele, que tinha trazido da Europa o prestígio da deportação, com facilidade dominaria o país, embora depois se convertesse. Ele não é desses.

Foi usar das letras a que lhe dava o direito o título acadêmico e a sua poderosa inteligência e conhecimentos jurídicos experimentados tantas vezes. Como advogado freqüentes vezes sentou-se na tribuna judiciária, e com tal êxito que todos os réus por ele defendidos saíram absolvidos.

No mês de abril de 1837 foi convidado pelo regente para ter uma conferência com S. Ex<sup>ã</sup> em casa de João Silveira Pilar. Ai, depois de lhe expor o regente miudamente o estado político do país, perguntou-lhe



se, à vista do quadro que acabava de bosquejar com toda a lealdade, aceitava ele o ser seu ministro.

Tendo acusado na Câmara de 1831 o regente quando ministro da Justiça, julgou do seu dever corresponder à exímia prova de confiança que nesta ocasião lhe dava com a outra não menos sincera; e respondeu afirmativamente, pedindo-lhe porém que anuísse às seguintes cláusulas: 1<sup>ª</sup>, que S. Ex<sup>a</sup> não iria para São Paulo por motivo de suas enfermidades, como lhe havia anunciado, antes do dia 2 de dezembro; 2<sup>ª</sup>, que o Ministério ficaria completamente livre em sua ação político-administrativa até o mês de março, época marcada por S. Ex<sup>a</sup> para a sua volta; 3<sup>ª</sup>, que, se S. Ex<sup>a</sup> achasse o estado político-administrativo do país a seu contento, o Ministério continuaria. S. Ex<sup>a</sup> anuiu ao que expusera; e entrou para o Ministério o Sr. Montezuma em 16 de maio do ano dito, poucos dias depois de uma reunião em casa do regente, expressamente convocada para tratar do estado do país, atenta a oposição que se manifestava já às questões que absorviam então toda a atenção pública e constituíam a principal alavanca da oposição eram a confirmação do bispo eleito para a diocese do Rio de Janeiro e as nossas relações com Montevidéu, atenta a guerra civil que lavrava e devastava a província do Rio Grande do Sul. O patriotismo e a religião eram pois os dois pedestais ou apoios em que descansava e assentava o poderoso motor oposicionista. Logo, era mister e urgente dar uma solução pronta a estas questões. Como ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, delas se ocupou imediatamente.

Enquanto à 1<sup>a</sup> ofereceu a monsenhor Fabrini, então delegado do papa nesta corte, um projeto de concordata, e a elevação a arcebispo da diocese do Rio de Janeiro, nomeando-se para ela um arcebispo, que seria outro que não o bispo eleito Moura, o qual seria confirmado bispo *in partibus*. O Sr. Fabrini, transbordando de verdadeira satisfação, aprovou o indicado expediente, dizendo "que era assim que se encarava a questão em grande, e não mesquinamente como o havia sido: que estava certo que S. Santidade conviria, porque deste modo não só ficavam satisfeitos os seus escrúpulos de consciência e a dignidade da Coroa imperial, como que era uma medida eminentemente útil à Igreja brasileira, visto como por este plano ficava o Império dividido em duas metrópoles, a da Bahia para o Norte e a do Rio de Janeiro para o Sul, divisão reclamada pela grande extensão do país".

Não transcrevemos aqui os artigos da concordata, por ser isso mais próprio de uma memória, e constarem eles dos respectivos documentos existentes na Secretaria dos Negócios Estrangeiros.

Enquanto à 2ª, escreveu logo ao general Manuel Oribe, Presidente da República Oriental, de quem era amigo, sobre o assunto; e aquele general, acedendo da melhor vontade, respondeu-lhe: que, em prova da consideração e confiança que lhe merecia o atual Ministério, ia com prontidão fazer partir um encarregado de negócios para esta corte. E na verdade aqui chegou pouco tempo depois o Sr. Villademoros naquele caráter.

A enfermidade, porém, do regente aumentava diariamente, e resolveu dar a sua demissão. o que ocorreu antes dela, e depois, é mais próprio de uma memória.

Esteve portanto o Sr. Montezuma quatro meses no Ministério; dentro deles era impossível terminar o que havia encetado.

Em 1837 foi nomeado deputado pela Bahia, e tendo lugar a maioria do Imperador em 1840, para a qual votou, e pugnou como necessária, não só pelas circunstâncias em que se achava o país, como porque não era conveniente, sem ter ela lugar, cuidar do casamento das princesas suas augustas irmãs, nomeou-o o Ministério da Maioridade enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo britânico, e deu-lhe a carta de conselho. Exerceu aquele lugar até 24 de agosto de 1841, tendo tomado posse dele a 5 de dezembro do ano anterior.

Fez ali um importantíssimo serviço, e foi o de providenciar o pagamento em abril do juro da dívida pública externa, não concorrendo para isso a agência do Brasil, e sem que o tesouro público sofresse os prejuízos que de uma tal situação soem seguir-se.

Chegando de volta ao Brasil, continuou a advogar. Foi membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro durante duas legislaturas, e teve a honra de ser seu presidente.

Criou o Instituto dos Advogados e o presidiu desde sua instalação em 7 de agosto de 1843 até que, sendo em 14 de setembro de 1850 nomeado conselheiro de estado extraordinário, deu a sua demissão, por julgar este lugar incompatível com o exercício da profissão de advogado, segundo expôs em um discurso que proferiu em sessão pública

e solene, na qual o mesmo Instituto, aceitando com pesar a demissão do seu sócio fundador, o nomeou seu presidente honorário.\*

A Associação dos Advogados de Lisboa, memorando os serviços por ele prestados à ordem em geral dos advogados, nomeou-o membro correspondente.

É um dos mais antigos membros das sociedades literárias do Rio de Janeiro, Auxiliadora da Indústria Nacional, de Estatística, e da de 2 de Julho da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico, e membro honorário da Academia de Belas-Artes.

Três vezes foi apresentado à Coroa em lista tríplice para senador: duas pela Bahia e uma pelo Rio de Janeiro. Por carta imperial do 1º de maio de 1851 foi nomeado senador. O grau de ardente entusiasmo com que lhe deram os seus votos quase unânimes, os seus conci-

---

\* Obteve do governo imperial o decreto de 23 de novembro de 1844, pelo qual se concedeu aos membros do Instituto o uso de veste talar, barrete e outros privilégios. Propôs no Senado e passou um projeto de lei constituindo definitivamente a Ordem dos Advogados. Na Câmara dos Deputados nunca se lhe deu andamento. E assim ficou a profissão honrosa e de público interesse sem unidade, sem prestígio, e inteiramente sujeita aos caprichos e paixões dos litigantes. Reduzida a advocacia a uma mera indústria privada, cresceram as *quotas lites*, caindo em declínio o estudo da jurisprudência clássica e as práticas de severa moralidade. Sem disciplina a advocacia tem seguido às pressas o caminho da licença, quicá da ganância. Ante os nossos tribunais não há pretensão, por mais desarrazoada, que não tenha patrocínio. Dando-se um mal-entendido desenvolvimento às imunidades dos advogados, assumiram estes violentamente o poder de defender e acusar contra suas próprias consciências. Especialmente no júri é raro encontrar um patrono que não peça a absolvição do crime o mais provado. A argúcia e o mais grosseiro sofisma são manobrados com a arte do chicanista para ilaquear a boa-fé ou a ingenuidade dos cidadãos jurados. Ora, quando o advogado não respeita a lei, a sua consciência, e principalmente a honra de seu grau acadêmico, como exigir do resto do povo esse respeito e veneração, que por si sós fazem a fortuna política e social da Inglaterra? Talvez aconteça grande resistência e se ofereça dificuldade maior em reformar o estado presente, quando o abuso à força de praticar-se tenha como que constituído um direito consuetudinário, ou uma posse, ainda que de má fé. Entretanto é certo que o Sr. Montezuma conheceu o mal, e tê-lo-ia curado, se em vez de estar na posição de propor pudesse decidir.

dadãos de todos os partidos, consta das folhas da época da cidade da Bahia, onde se acharão descritas e transcritas as festas e felicitações das câmaras municipais e dos povos dos lugares por onde passou.

Em 2 de dezembro de 1854, havendo por bem S. M. I. agradecer com um título a cada um dos seus conselheiros de estado, foi nomeado visconde de Jequitinhonha, com grandeza.

Teve sempre a maior simpatia pela armada nacional, e desejando ter oficiais hábeis de marinha na sua família pediu ao governo para solicitar da Grã-Bretanha a permissão de entrarem para a armada inglesa dois filhos seus, um de nome Artur Leão Marcondes de Montezuma, e outro Leônidas Marcondes de Montezuma, na qualidade de aspirantes. O governo britânico consentiu. Deus, porém, malogrou a vontade do homem. O primeiro faleceu no naufrágio do brigue a vapor inglês *Avenger*. O segundo, depois de estudar ali sete anos, fazer seus exames, ser aprovado com grande louvor, foi uma das vítimas de uma epidemia que apareceu a bordo, e por fim ficou cego. Referimos isto unicamente para explicar a razão por que é o Sr. Montezuma comendador da ordem portuguesa de Nossa Senhora de Vila Viçosa, e vem a ser: o primeiro de seus filhos achou-se a bordo da fragata inglesa, que foi ao Porto em defesa do governo português contra os rebeldes, cujo chefe era o conde das Antas. Ali prestou serviços que mereceram a atenção do governo português, o qual, em correspondência com o nosso ministro em Lisboa, declarou que oferecia ao pai a prova de consideração que devia ao filho falecido. Que maior glória pode alcançar um pai neste mundo do que a de ser galardoado por uma nação estrangeira, como para convencê-lo e à sociedade em que vive das virtudes e do merecimento do filho! Só uma homenagem tal e tão solene poderia dar ao quadro das tristezas do pai um belo claro. Dizem os moralistas que o amor desce do pai para o filho; entendemos porém que as honras deviam subir do filho para o pai.

Por decreto de 20 de agosto de 1859 foi nomeado conselheiro de estado ordinário, e tomou cadeira na seção da Fazenda.

O visconde de Jequitinhonha conta 66 anos de idade, e apesar das grandes provações por que tem passado, correndo todos os perigos das crises as mais extraordinárias do país, nas quais figurou principalmente; apesar dos profundos golpes que seu coração de pai e de esposo tem

suportado, perdendo um filho no fundo do mar, vítima de horrível naufrágio, e recordando-se todos os dias da desgraça daquele para quem a luz não existe, apesar da luta de gigante que teve necessidade de sustentar contra seus adversários políticos, em que mais de uma vez foi acometido pelas costas e nas trevas; apesar de seus porfiados combates oratórios, ainda tem esta robustez de espírito e generosidade do coração, que fazem invejar os mais novéis. Dotado de memória pronta, de argumentação lógica sem asperidade, de palavra altiva e dominadora; preparado para todas as questões, pois sem quebra do merecimento alheio se pode dizer que é a mais vasta inteligência queorna o Senado brasileiro: – razão clara, força de vontade capaz de conceber e de executar, e com um nome ilustre, porque está escrito nos livros das vitórias da liberdade brasileira; parece que a Providência, conservando-lhe a vida, depois de haver chamado aos destinos de além-túmulo a maior parte de seus companheiros da independência, o reserva para novas, se não mais gloriosas épocas.

A paixão da política, como uma chama ardente, se apoderou da sua alma desde a tenra mocidade de acadêmico em Coimbra, e ainda não conseguiu consumir esta natureza secular. Desde 1822 que ele sofre as conseqüências de uma política versátil e exclusivista, e se um ou outro dia se anunciarão belas auroras, durarão pouco tempo, e se transformarão em noites negras.

Sem riquezas materiais, foi de mister multiplicar esforços e sacrifícios, para sair triunfante dos odientos combates de uma política estreita e mesquinha. Quantas vezes os príncipes do dinheiro o esperaram no desfiladeiro da necessidade para o seduzir, e depois atraí-lo; quantas vezes o quiseram vexar alardeando compromissos, que o trabalho honesto e assíduo solveu real por real, sem que o caráter perdesse nem sequer as feições de sua independência elevada até o heroísmo.

Luta antiga tem sido esta entre os príncipes do ouro, e os do entendimento, que a ganância de uns e o espírito de submissão de outros tem de perpetuar.

O visconde de Jequitinhonha é uma inteligência forte, cheia de recursos, e uma atividade que se não gasta. No meio das mais desencadeadas procelas políticas – advogava extensamente – falava quase toda a sessão da Câmara dos Deputados – escrevia para a imprensa, assistia

aos clubes, sustentava uma correspondência imensa – e estudava. O trabalho e a economia constituíram-no inteiramente independente.

Como todos os grandes oradores, suas orações fizeram vítimas, que nunca lhe perdoarão o martírio, pelo que incorreu em excomunhões maiores, e o baniram do parlamento de 1840 até 1850, afora os oitos anos de desterro!

Dentro dos acanhados limites de uma biografia não é possível comemorar todos os grandes triunfos deste célebre orador brasileiro, que começou seus combates na larga e gloriosa arena da Constituinte, que os sustentou nas tormentosas discussões do período regencial, e os tem renovado no Segundo Reinado. Há discursos seus, que são verdadeiros acontecimentos políticos.

Como advogado criminal patrocinou as mais belas causas que se têm julgado no país. Defendeu José Bonifácio de Andrada, o patriarca da Independência. Esta brilhante oração perdeu-se; entretanto tal foi a impressão que causou no espírito público desta capital, que ainda são eloqüentes e comovedores os trechos truncados que os cidadãos daqueles tempos recitam de cor, trêmulos de entusiasmo.

Advogou as causas de seus amigos políticos que se arriscaram contra os seus conselhos em revoluções armadas, e de escritores políticos ardentes, que o governo mandou responsabilizar, os quais depois de absolvidos entraram em felizes carreiras, e finalmente envergaram a farda de ministros da Coroa. Salvou do cadafalso um ilustre militar, que veio depois a prestar relevantes serviços ao município da corte e à mocidade desventurada.

Há na sua coroa de glórias um florão de preço inestimável. O Imperador, mal aconselhado, escreveu seu nome nas tábuas da proscição; quis o destino que o próprio Imperador abdicasse o trono, e que contra ele se propusesse no parlamento a lei do banimento. O visconde de Jequitinhonha, comprometendo sua popularidade, e afrontando o poste da calúnia, opôs-se com toda a eloqüência à lei de banimento que tinha de pesar sobre a fronte do imperador decaído. A generosidade é tanto mais memorável quanto ela se produziu quando a vítima da dissolução da Constituinte apenas tocava em terras da pátria depois de oito compridos anos de desterro e esquecimento. Grandes e inexplicáveis sentenças do Céu, – no dia em que o Imperador assinava no paço de S. Cristóvão o

ato da abdicação, nesse mesmo dia o Visconde de Jequitinhonha embarcava em um dos portos da Inglaterra com destino ao Brasil; e quando um rei sem trono corria o mar, buscando a terra do desterro, o banido de 1823 demandava as praias da pátria, onde o esperava a tribuna do parlamento para defender o Imperador.

Com a consciência do que vale, e capaz de representar um país e uma época inteira, teve a coragem de dizer a verdade nua e crua até nos degraus do Trono. Assim falou ao ex-imperador, quando o felicitou pelo triunfo da causa da Independência, sobressaindo estas vigorosas palavras: "Nem nos perturbará a demagógica ambição, instabilidade das repúblicas, *nem nos definhará a tirania e prepotência das monarquias absolutas*. Uma prudente e bem equilibrada divisão dos poderes públicos, guardada a inviolabilidade e mais direitos próprios da majestade, e defendido o sacrossanto do cidadão, constituirá para sempre a prosperidade, grandeza e segurança do rico Império do Brasil."

Era esta a genuína vontade de todo o império, e o visconde de Jequitinhonha não trepidou em exibi-la nos paços imperiais.

Este discurso eloqüente, além de ser um rasgo de independência do cidadão que sabe ser livre, é um largo programa político, que ainda hoje pudera ser a bandeira de um grande partido político.

Como todos os notáveis oradores, o visconde de Jequitinhonha deve ser ouvido para ser devidamente apreciado. O discurso lido perde a maior parte de seu valor. Uma fronte larga, digna sede de um entendimento ilustrado, olhos vivazes, e que parecem perscrutar mistérios, gesto nobre, rosto expressivo, uma presença imponente, voz com todas as cadências, ele figura ao vivo todos os grandes sentimentos, e sobre as suas palavras as idéias tomam corpo e tudo se anima. Convence a uns, castiga a outros, e debela os adversários com todos os recursos das assembléias, principalmente com a estratégia parlamentar em que é invencível. Quem teve a fortuna de o ouvir no período tormentoso da regência afirma que o estadista tem apagado os clarões do orador. Entretanto ainda se pode considerar esta palavra eloqüente como um poder que se teme quando ataca, e que se ama quando defende.

Os seus contrários têm-no averbado de versátil, olhando a sua vida política pelo prisma dos partidos, sem se recordarem que o homem da independência tomou perante sua consciência e a posteridade o com-

promisso de ser cidadão antes que correligionário. Aquele que arriscou sua vida pela liberdade de um país, que assistiu, e tomou parte ativa e gloriosa na sua formação, assumiu deveres paternos, que não pode nem deve sacrificar aos interesses especiais de partidos, que lutam, e desobedecem a seus conselhos. O visconde de Jequitinhonha tem um pensamento único, e fixo, mas não acompanha um partido em todas as suas transformações, ou em suas crises apaixonadas. Os seus princípios de 1822 conserva-os com o entusiasmo de um crente convicto.

Ele, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que Deus chamou à sua glória, são os dois homens públicos da nossa pátria, que mais sofreram pela liberdade brasileira. A mais estreita amizade os uniu durante a vida; e, como duas águias, sempre que a tempestade se anunciou voaram do ninho do repouso, e afrontaram-na no meio do espaço.

A posteridade os julgará com justiça, o que não consente o ciúme dos contemporâneos, e os sofrimentos durante a vida serão compensados pelas honras póstumas prestadas com sublime espontaneidade pela geração que há de vir.





JOÃO MARCELINO DE SALES, VISconde de SALES.

*João Paulo dos Santos Barreto*

.....

*João Paulo dos Santos Barreto*

O

Marechal do Exército João Paulo dos Santos Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1788. Aos 19 anos de idade assentou praça no regimento de artilharia da corte, e encetou essa carreira brilhante, rápida e tão cheia de serviços notáveis, que hoje o tornam um dos vultos mais proeminentes e mais veneráveis do Exército brasileiro. Seu talento e serviços o fizeram percorrer com rapidez todos os postos da carreira a que se dedicara, sendo que desde o posto de sargento, que ocupou dois dias depois de assentar praça, até o de 1º tenente, foi sempre promovido por exame de oposição, como então se usava; aos 30 era capitão do corpo de engenheiros; aos 33 major; aos 35 tenente-coronel; aos 38 coronel do estado-maior.

Desde o começo de sua carreira, exerceu cargos os mais honrosos e de mui várias naturezas, e desempenhou comissões da mais subida importância.

Apenas voltava em 1818 dessa expedição, que fora a Pernambuco debelar uma tentativa de emancipação precoce e imprudente, era logo nomeado por decreto de 6 de fevereiro do mesmo ano lente substituto da Academia Militar; logo depois, em 1819, toma parte em uma importante comissão, confiada ao general Stokler, com o fim de estudar um sistema de fortificações marítimas e terrestres para a província do

Rio de Janeiro; em 1821 é mandado à ilha Terceira para examinar de perto e reformar os estudos matemáticos e militares da escola daquela ilha; daí é mandado a Lisboa em diligência, donde depois parte para a França incumbido de fazer estudos práticos de engenharia e hidráulica. Assim os mais belos anos do jovem oficial foram consagrados todos ao serviço público.

Chegou a época da independência; e Santos Barreto voltou para a terra natal onde seu mérito, em um país que apenas começava a organizar-se, não podia deixar de ser aproveitado. Pedro I, que acabava de proclamar a emancipação política do Brasil, e que procurava rodear-se de todos os homens de mérito e distinção, chamou para junto de si o jovem e ilustrado oficial, e o fez secretário de seu conselho militar privado por poder militar na qualidade de comandante das armas. Santos Barreto estava na primeira plana por sua ilustração e serviços, e pois não podia deixar de ser aproveitado. Posto que a época fosse reacionária e de irritação de espírito, o caráter moderado e brando, a ilustração e o prestígio do nome de Santos Barreto foram bastantes para garantir a ordem e tranquilidade da província.

Apenas largava as rédeas daquela importante presidência, por ter sido eleito deputado geral pelo Rio de Janeiro, foi convidado a tomar assento nos conselhos da Coroa em 22 de maio de 1846, como ministro da Guerra. Foi então que pôde melhor desenvolver em prol da repartição a seu cargo os recursos de sua inteligência, ilustração e consumada experiência. As páginas da coleção legislativa dessa época estão cheias de numerosas e acertadas medidas, de sábias providências e regulamentos tendentes a organizar o exército, e a regular e melhorar tudo que diz respeito ao serviço militar. Pode-se asseverar, sem receio de errar, que Santos Barreto é um dos generais que entre nós mais tem contribuído para a melhor organização do exército.

Em 1848, foi de novo chamado para a pasta da Guerra, e a ocupou por quatro meses.

Dessa data em diante, apesar de sua avançada idade, Santos Barreto não tem cessado de servir ao país em numerosas e importantes comissões que fora longo enumerar. Deixando de parte outras muitas, só faremos menção das seguintes, que nos parecem mais importantes: em 1849 presidiu a comissão encarregada de examinar o estado da

fábrica de pólvora, e propor as reformas convenientes, comissão que desempenhou, e levou a seu termo de modo satisfatório. No mesmo ano foi nomeado presidente da comissão de prática de artilharia, e no ano de 1850 presidente da comissão de melhoramentos do material do exército. A ele se deve a construção dos canhões obuses de que hoje se servem os corpos de artilharia. Em 1851, foi membro da comissão encarregada da revisão da legislação do Supremo Conselho Militar.

Em 1852 presidiu a difícil e delicada comissão de exame do arsenal de guerra da corte, e nesse mesmo ano foi encarregado de rever e corrigir as instruções elaboradas pelo general Pardal para uso dos corpos de artilharia montada.

Por decreto de 24 de outubro de 1855 foi nomeado conselheiro de estado extranumerário.

Em todas essas laboriosas comissões de que era continuamente encarregado, Santos Barreto desenvolveu zelo, inteligência e atividade e aquelas, de que não foi desviado para exercer outros cargos ou por outro qualquer motivo a todas desempenhou do modo o mais satisfatório, como aconteceu com o governo das armas da província do Pará desde 1826 até dezembro de 1830, e o comando do batalhão de oficiais voluntários.

Por isso, por duas vezes foi mandado louvar pelo Governo Imperial, e se lhe agradeceu, já a parte que teve na organização do exército, já o bom desempenho das comissões de que encarregara. Santos Barreto também foi honrado por vezes com o sufrágio popular. Foi por duas vezes deputado da assembléia provincial da província do Rio de Janeiro; em 1844 a mesma província lhe deu um assento na assembléia geral legislativa.

Poucos homens se poderão contar entre nós que possam apresentar uma tão larga soma de serviços prestados com honradez, inteligência e dedicação, como o marechal Santos Barreto. Por sua ilustração e por seus longos serviços, é um dos mais belos ornamentos do exército brasileiro. Além de ser profundamente versado nas matérias profissionais de sua especialidade, possui variada instrução em outros ramos dos conhecimentos humanos.

Conta hoje 72 anos, e 53 de não interrompidos serviços; ainda está robusto e bem disposto; conserva todo o vigor de suas faculdades; é

franco, jovial e afável no trato; é notável pela amenidade de sua conversação, sempre instrutiva.

É doutor em ciências matemáticas e físicas, tem o título do conselho, é fidalgo cavaleiro, marechal do exército, conselheiro de estado e de guerra, grã-cruz da ordem de Aviz, oficial da do Cruzeiro, viador da casa imperial, lente jubilado da Academia Militar e membro de diversas sociedades científicas, nacionais e estrangeiras.



MARQUEZ DE CARVAJAL

*Agustín Barrio*

.....  
*Marquês de Caravelas*

**J**osé Joaquim Carneiro de Campos nasceu a 4 de março de 1768, na cidade de S. Salvador da província da Bahia, filho legítimo de piedosos me pais, D. Custódia Maria do Sacramento, natural da mesma cidade, e de José Carneiro de Campos, natural da província do Douro e Minho em Portugal, negociante matriculado da praça da Bahia. Desde os seus primeiros anos estes o educaram com o propósito de o destinarem à vida eclesiástica, e para este fim o fizeram entrar no mosteiro de S. Bento daquela cidade, onde completou seus estudos até tomar ordens e poder ser monge beneditino; mas, não sendo essa a sua vocação, obteve de seus pais faculdade para ir ao reino de Portugal cursar as aulas de direito na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel.

Completo seus estudos, voltou para Lisboa, capital do reino, e aí adquiriu a amizade do muito distinto e benemérito D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, amigo e protetor dos talentos e merecimentos de todos os brasileiros que iam àquele reino.

O conde de Linhares, apreciador do merecimento de José Joaquim Carneiro de Campos, o convidou para mestre de seus filhos, encargo que desempenhou com o maior esmero.

Foi nomeado para oficial da secretaria de estado da Fazenda daquele reino, lugar que serviu até a partida do Sr. D. João VI para o

Brasil, para onde foi chamado pelo dito conde, e mandado servir na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, criada no Rio de Janeiro, sede do governo português.

Vagando o lugar de oficial-maior, era tal o distinto merecimento de José Joaquim Carneiro de Campos, que foi imediatamente para ele nomeado. Os seus serviços foram sempre louvados pelo Sr. D. João VI da maneira a mais pública; porquanto o condecorou com a comenda da ordem de Cristo, com o hábito de cavaleiro de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e com o título de conselho, tendo além disso recebido do imperador d'Áustria Francisco I a comenda da ordem da Coroa de Ferro, por haver lavrado o auto dos esponsais da virtuosa e magnânima imperatriz do Brasil a Sr<sup>a</sup> D. Leopoldina, de saudosa memória, com S. A. R. o Sr. D. Pedro, príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Voltando S. M. el-rei D. João VI para Portugal, foi servido este augusto monarca nomeá-lo conselheiro da Fazenda, tribunal então existente na capital do Reino Unido, cargo que exerceu então até à nova ordem política que surgiu no Império.

Foi eleito pela província de seu nascimento deputado à Assembléia Constituinte convocada pelo Sr. D. Pedro I. Na tribuna parlamentar ele fez aparecer a vasta cópia de conhecimentos políticos que causaram admiração geral e o colocaram no número dos brasileiros mais doutos.

Chamado ao Ministério do império, encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros, desempenhou com zelo e acerto as árduas funções destes cargos, até que pediu a sua demissão antes da dissolução da Assembléia Constituinte em 11 de novembro de 1823.

Nomeado conselheiro de estado logo depois daquele ato, teve a subida honra de que o Imperador o Sr. D. Pedro I, de gloriosa memória, tendo prometido uma Constituição mais liberal do que a que se discutia na referida assembléia, dignou-se entregar-lhe um projeto da nova Constituição por ele redigido, com o qual cumpria religiosamente a sua imperial palavra; mas com a bondade que o caracterizava, pediu a José Joaquim Carneiro de Campos que aproveitasse do mesmo projeto tudo aquilo que julgasse conveniente a bem do país. Era tal o empenho que ele tinha de ver concluída esta difícil e grandiosa obra, que dirigiu-se



várias vezes para aquele fim à sua casa. Existem ainda contemporâneos que podem asseverar este fato.

Tendo José Joaquim Carneiro de Campos conferenciado com os outros conselheiros de estado, trabalhou com toda a atividade e esmero durante oito dias no projeto da nova Constituição, que sendo aprovado pelo Imperador o Sr. D. Pedro I e oferecido às câmaras municipais do Brasil que o aceitaram, foi jurado em 25 de março de 1826 como a Constituição do império, que felizmente ainda subsiste, sendo a causa principal da união, tranqüilidade e prosperidade do Brasil. Sábios estrangeiros a têm louvado, reputando-a como uma das melhores que existem.

Bastava este incomensurável serviço para recomendar o nome de José Joaquim Carneiro de Campos à mais remota posteridade; mas a Providência nos seus importantes desígnios o reservava para ainda torná-lo benemérito da pátria.

Sendo eleito senador pela província da Bahia, sua pátria, continuou a fazer brilhar sua vastíssima erudição nos discursos que proferiu sobre as mais graves matérias, apresentando a sua opinião com franqueza e sem contemplações humanas; visto como José Joaquim Carneiro de Campos era um daqueles que estava firme na regra de que cada um deve preencher o seu dever sem se embarçar com o resultado. Este nobre procedimento não podia deixar de merecer todo o respeito e contemplação; e por isso, quando o Sr. D. Pedro I abdicou a coroa do Brasil em seu augusto filho, foi ele por votação especial e quase unânime da assembléia geral dos representantes da nação, nomeado membro da regência provisória. Esta nomeação foi recebida com geral aplauso, e muito contribuiu para tranqüilizar os ânimos então mui agitados.

Condecorado com a insígnia de dignitário da imperial ordem do Cruzeiro pelo Sr. D. Pedro I, foi também elevado aos títulos de visconde e marquês de Caravelas. Faleceu na corte do Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1836, de idade de 68 anos, 6 meses e 4 dias, não deixando fortuna alguma, porque, rígido observador dos deveres da honra, contentou-se com os honorários de conselheiro de estado e senador, que apenas chegavam para uma decente subsistência.

A sua afabilidade e bondade de alma lhe granjearam as simpatias de todos que tiveram a fortuna de freqüentá-lo. Seus parentes e amigos prantearam com a mais acerba dor tão irreparável perda.

Pode-se-lhe bem aplicar o que disse o insigne historiador Tácito do seu sogro Agrícola: *Bonum virum facili crederes, magnum libenter.*



MARQUEZ DE LAZARIS

*Marques de Lazaris*

.....

*Marquês de Lajes*

**L**igado ao nome dos contemporâneos ilustres do Brasil, caminhando em iguais categorias, carregado igualmente de serviços, quer no campo da batalha, quer no gabinete da administração, quer no seio da representação nacional, se nos apresenta o marquês de Lajes.

Não é dado ao homem o poder atavessar quatro reinados e uma tempestuosa menoridade, ficar sereno, sobre as ruínas de uma administração a que pertenceu, atravessar incólume por entre as armas e as po-cemas frenéticas das revoluções, e dias depois reabilitar-se nos seus altos graus da administração sem que se tenham grandes convicções e provas de haver bem-servido, e de estar perfeitamente preparado para exercer tão altos cargos.

O marquês de Lajes serviu à rainha, ao rei, ao fundador do Império, às regências em nome do imperador, e ao Sr. D. Pedro II. Nesta viagem política e militar através de quatro monarquias e de uma menoridade de três regências e de três diferentes épocas, este nobre soldado fez sempre uma marcha progressiva, uma ascensão triunfal, como passo a enumerar com a maior brevidade. Cada ano de sua vida lhe granjeava um posto, uma maior dignidade.

João Vieira de Carvalho, que de soldado se elevou à patente de tenente-general e de cidadão a marquês, nasceu no ano de 1781 em Olivença, então pertencente a Portugal; era filho do coronel João Vieira

de Carvalho e de D. Vicência da Silva Nogueira. Assentou praça de soldado em 1786, de 5 anos de idade, e, sendo reconhecido cadete, foi alferes em 1801, ajudante do 2º regimento de Olivença em 1805.

Estudou no colégio dos nobres, e foi sucessivamente premiado durante o seu curso matemático, como provam os honrosos documentos que possui a sua ilustre família.

Na invasão francesa militou na Península, mas não quis servir às armas do conquistador. Deu-se por incapaz de serviço; e, socorrido pelo marquês de Alorna, veio para o Brasil oferecer ao rei seus talentos e serviços.

No posto de sargento-mor de engenheiros fez as campanhas do Sul dos anos de 1811 a 1812 e de 1816 a 1817. Serviu debaixo das ordens do general Manuel Marques de Sousa, e dos capitães-generais D. Diogo de Sousa e marquês de Alegrete. O seu valor e perícia lhe granjearam lisonjeiras ordens do dia; e na batalha de Catalão foi tal o seu comportamento, que por distinção teve o posto de tenente-coronel: a carta régia de 26 de julho de 1817 é um documento que muito honra a sua memória.

Comportou-se sempre salientemente naqueles rigorosos invernos em que caíram dedos aos soldados, já nos trabalhos das fortificações que dirigia, já nas terríveis viagens que empreendia através do inimigo, atravessando rios caudalosos, perigosos tremedais, e passando da Lagoa Mirim ao Uruguai com uma atividade e zelo que abonam sua coragem e perícia, e que se tornam respeitáveis pelas assinaturas de tantos guerreiros ilustres.

Em 1821 foi o ilustre marquês nomeado comandante militar e diretor da colônia de Nova Friburgo, onde prestou valiosos serviços, e cujo desenvolvimento a ele é devido. Em 1823 foi nomeado fidalgo cavaleiro; em 1824 brigadeiro e oficial do Cruzeiro; em 1825 barão com grandeza; em 1826 conselheiro de estado; em 1827 marechal efetivo; em 1828 conde; em 1829 senador do Império, cuja cadeira ocupou dezoito anos completos, tendo nesse respeitável corpo colhido a honra de se assentar na eminência presidencial.

Todas as vezes que saía do ministério, recebia, apesar de sua demissão, uma nova graça do soberano. Seis vezes foi ministro, das quais, uma ministro interino do Império a 20 de janeiro de 1826; e cinco

da Guerra, em 28 de outubro de 1822, 3 de agosto de 1824, 5 de abril de 1831, 1º de novembro de 1836, e 16 de maio de 1839. Homem votado ao país, nunca se negou a servir, uma vez que lhe era ordenado em nome do soberano, cuja protetora amizade se revelava bem distintamente, não só em público, como em correspondências particulares, cujos autógrafos a família do finado marquês conserva, como provas de subido conceito e merecida estima que lhe pordigalizava o monarca o Sr. D. Pedro I.

Na feliz aclamação e sagração do nosso atual Imperador, teve o conde de Lajes a honra de servir de alferes-mor; foi por S. M. I. elevado a grão-cruz de Aviz em 18 de julho de 1841, e a marquês de Lajes em 9 de abril de 1845. Quão difícil é o atravessar este mundo com um nome isento das manchas da calúnia e dos dardos da inveja!

Felizmente para a família deste honrado servidor do estado, existem incontestáveis documentos de sua inteireza e das suas sinceras intenções. Admira a franqueza, a liberalidade e o brasileiroismo com que falava ao fundador do Império nos seus pareceres e consultas. De outra parte, se vêem à margem das petições e das propostas, pela própria letra do Sr. D. Pedro I, a sua vigilante proteção e justiça, e os cuidados que ele empregava para que não houvessem preterições.

O marquês de Lajes foi o fundador da escola dos menores no arsenal do exército, e dessa companhia de artífices donde têm saído tão hábeis oficiais de officio, e tanto amparo aos filhos desvalidos.

Foi ele que reorganizou a fábrica da pólvora e a mandou para a Estrela; foi quem fez da fortaleza de S. João um asilo para os inválidos.

Todas as acusações que pesaram sobre sua memória, de haver concorrido para se intentar uma restauração do governo absoluto, caem diante dos documentos que possui sua nobre família, dos documentos que o colocam na situação mais honrosa, porque o conservam no posto constitucional que havia jurado manter.

Morreu o nobre marquês em 1º de abril de 1847, com 66 anos de idade, deixando à sua família um nome honroso e o exemplo de uma carreira gloriosa e de uma alta posição adquirida pelo trabalho e pela fidelidade.



MARQUÊZ DE MARIÇÁ

*Marquês de Maricá*

.....

*Marquês de Maricá*

**M**

ariano José Pereira da Fonseca, marquês de Maricá, grã-cruz da ordem do Cruzeiro, conselheiro de estado, senador do Império, signatário da Constituição, e autor de um livro que viverá enquanto o mundo prezar as verdades que ele encerra: falo das suas *Máximas e Pensamentos*.

A máxima é a expressão de uma verdade singela, ou o extrato de uma grande verdade emaranhada no turbilhão dos acontecimentos. A verdade é singela quando a razão a atrai e a precipita no coração, onde ela se dilui e se identifica com o nosso instinto moral. A verdade extraída dos acontecimentos é o resultado de um problema humanitário, é uma conquista preciosa para o homem e para o estadista, mas difícil na aplicação; porque o passado quando se renova traz sempre um cortejo diferente, e circunstâncias que o modificam.

A máxima moral, aquela que é filha da verdade eterna, é um monumento que pede outro monumento em recompensa. Entre as 3.169 máximas que o marquês de Maricá tirou à luz da imprensa, se encontram algumas cujos pensamentos estão elaborados por formas diferentes, e que só pedem um coordenador; mas entre elas se acha uma grande quantidade de verdades formuladas por uma maneira original, e que encerram, além do seu mérito intrínseco, aquelas virtudes de um es-



tilo admirável, cuja ordem e movimento nas idéias é tecida por uma cadeia mágica, que as torna pequenos monumentos de beleza e concisão.

Para compensar da minha insuficiência neste lugar, e na ocasião em que sou obrigado a falar de um brasileiro tão distinto, passarei a um índice dos principais fatos da sua vida: é um documento sagrado, é um legado público, que ele confiou alguns meses antes de sua morte: é o marquês de Maricá quem vai falar, é ele mesmo que dita as principais frases de uma vida que foi toda consagrada à pátria, e à sociedade.

"Mariano José Pereira da Fonseca, hoje marquês de Maricá, nasceu no Rio de Janeiro em 18 de maio de 1773, filho legítimo do negociante Domingos Pereira da Fonseca, natural de Portugal, e sua mulher Teresa Maria de Jesus, natural do Rio de Janeiro.

"Na idade de onze anos para doze foi mandado por seu pai para Portugal, e no ano de 1785 entrou colegial no real colégio de Mafra, onde residiu três anos, e estudou gramática latina, retórica, lógica e as duas línguas grega e francesa.

"Em outubro de 1788 entrou na Universidade de Coimbra, onde, tendo feito os exames preparatórios para o curso jurídico, não pôde ser matriculado no seu primeiro ano por falta de idade, não tendo ainda os dezesseis requeridos pelos estatutos, o que o determinou a matricular-se no primeiro ano da faculdade de matemáticas e filosofia, e nesta tomou o grau simplesmente de bacharel, por haver morrido seu pai no ano de 1772, quando se destinava a ir estudar medicina, em Edimburgo, sendo-lhe forçoso vir ao Brasil para arrecadar a herança de seu pai.

"Chegou ao Rio de Janeiro no princípio do ano de 1794, e tinha aberto casa de negócio quando foi preso em 4 de dezembro do mesmo ano; e foi retido incomunicável por dois anos, sete meses e quinze dias, e solto por efeito de um aviso, estranhando ao vice-rei conde de Resende a sua prisão e a dos seus companheiros por tanto tempo sem sentença, e se lhe ordenou que no caso de serem criminosos fossem remetidos presos para Lisboa, com seus processos, o que não teve efeito, por serem imediatamente soltos.

"Os processos desapareceram, e consta que o conde de Resende os levou consigo.

"*Lugares e empregos que ocupou o marquês de Maricá desde que entrou na vida pública em 1802, e outras lembranças.*

"Deputado de agricultura da mesa da inspeção do Rio de Janeiro, nomeado por aviso da secretaria de Ultramar, deputado da junta do comércio na sua criação pela extinção da mesa da inspeção, serviu até que entrou em ministro de estado da Fazenda em 1823, em 13 de novembro; diretor-tesoureiro da real imprensa, sem ordenado, e havendo emprestado, sem prêmio, para montar a fábrica, perto de 5:000\$000. Obteve a sua demissão deste emprego por morte do conde de Linhares. Administrador-tesoureiro da fábrica da pólvora, promoveu a extração do salitre em Minas Gerais com tal eficácia, que, produzindo no primeiro ano 150 arrobas, no terceiro excedeu a 10.000 arrobas, como se pode ver da escrituração respectiva, que deve achar-se no cartório do arsenal de guerra.

"Criado o tribunal do arsenal do exército, foi nomeado deputado tesoureiro; ficando abolido o emprego de administrador-tesoureiro da fábrica da pólvora. Serviu o dito lugar por alguns anos, e pediu instantemente a demissão, que lhe foi concedida.

"Serviu de censor régio por provisão do Desembargo do Paço, por mais de dois anos, e terminou este encargo com a liberdade da imprensa em 1821.

"Serviu de deputado secretário da junta provisória em 1821, e teve ele só todo o trabalho desta criação.

"Foi nomeado ministro da Fazenda em 13 de novembro de 1823, e obteve a sua demissão em 23 de novembro de 1825.

"Foi um dos primeiros conselheiros de estado, segundo a Constituição, e um dos redatores dela. Deixou de servir este emprego pela extinção do conselho de estado em 1834, ficando com as honras e ordenados.

"Foi eleito senador do Império pelo Rio de Janeiro, e tem servido este emprego de 1826 por diante.

"Foi ouvido em diversas conferências com a assistência dos ministros de Estado no reinado do Sr. D. João VI.

"Não entrou nem foi membro de clube algum, nem pedreiro-livre: o seu clube foram: sua família e a sua livreria.

"Subiu aos maiores empregos da sua pátria sem intrigas, cabalas, partidos, nem adulações, mas somente pela proteção divina, alguma inteligência, muita probidade, e especialmente por efeito das circunstâncias.

"Casou-se a 30 de junho de 1800 com D. Maria Barbosa Rosa do Sacramento, filha legítima do capitão Julião Martins da Costa, natural de Portugal, e negociante, e de D. Maria Rita Quitéria, natural de Minas Gerais: teve dela um filho e quatro filhas.

"Faleceu sua mulher em 23 de abril de 1840, dama da imperatriz e marquesa de Maricá: foi senhora de garbo, modelo de fidelidade conjugal e amor materno, e honra do seu sexo.

"Começou a escrever as suas *Máximas* na idade de 60 anos, quando chegou à de 70 havia publicado e feito distribuir grátis quatro volumes delas com 3.169 artigos, monumento da sua glória literária, e que mesmo honra a literatura brasileira.

"Os bens da fortuna que possuí é trigo sem joio do diabo, é produto da pingue legítima de seu pai, do seu comércio por perto de vinte anos como negociante, do favor divino, da sua economia, ordem, trabalho e inteligência. Na sua vida pública não teve outro rendimento que o de seus ordenados: a sua integridade pode ser proverbial."

O marquês de Maricá era um homem de estatura mediana, de modesta aparência, de uma fisionomia grave, e de um caráter austero; a natureza e a sociedade haviam estampado no seu aspecto fisionômico os traços característicos do pensador e do magistrado, do filósofo e do diplomata, do tribuno e do burguês. Amava a conversação, a música, e a leitura; e era difícil acompanhá-lo todas as vezes que se entranhava nas grandes abstrações filosóficas: a volubilidade das suas palavras, a agudeza do seu espírito, e o seu gênio um tanto sarcástico, o tornavam extremamente agradável. Era apaixonado pela poesia italiana, e havia decorado os melhores pedaços do imortal Torquato. Escreveu algumas odes anacreônicas, que foram postas em música pelo padre José Maurício; e era um destes velhos que amam a mocidade como a representante do futuro.

O caráter das poesias do marquês de Maricá, no pouco que delas vimos, é o da época em que começou a metrificar: a sua musa, como a de seus contemporâneos, trasfoleava as suas inspirações sobre os cantos do paganismo: presa às colunas do Partenon, só via no universo o Olimpo e o Parnaso, para povoar a natureza do novo mundo com as divindades de Homero, criar uma existência anacrônica, filha do mau preceito da imitação servil.

Homem progressivo, o vimos abraçar-se com a escola de Chateaubriand e aplaudir a nova era da poesia brasileira na aparição dos *Suspiros Poéticos* do Sr. Magalhães.

No seu livro de *Máximas* está fundada a sua glória: as grandes verdades são como clarão celeste, que ofusca os lumes da Terra.

O marquês de Maricá faleceu no dia 16 de setembro de 1848.



*Uphalen King*

*John Brown*

ES LA ILAS SERT SINDRELAS DE LAVEL E HANCOLETA.

.....  
*As augustas e sereníssimas Princesas Imperiais*  
*Senhoras D. Isabel e D. Leopoldina*

Salve as princesas do brasileiro Império!  
Mimosos dons de Supernal favor,  
Salve da pátria as filhas mais prezadas;  
Seu encanto, esperança, glória, amor!

São do afeto o mais puro doces prendas,  
Dois tesouros dos pais e da nação;  
Dos pais augustos, do Brasil que as amam  
Têm dois tronos de amor no coração.

De inocência e pureza anjos queridos,  
Brilham na infância cândidas e belas,  
Como em límpido céu claro e sereno  
Duas brilhantes, fúlgidas estrelas.

E já em graças mil que os anos crescem  
Anunciam o sol da mocidade,  
Como auroras que auguram pulcros dias  
De imensa esplandecente majestade.

São dos pais e da pátria as mais suaves  
Esperanças que vão se completando,  
Como flores que dos botões galantes  
Já rescendentes vêm desabrochando.

Salve as princesas do brasileiro Império!  
Mimosos dons de supernal favor;  
Salve da pátria as filhas mais queridas,  
Seu encanto, esperança, glória, amor!...

Salve as princesas, que no berço augusto,  
Inda pra mais fulgor da majestade,  
Ao som dormiram de ferventes hinos  
Cantados em louvor da liberdade!

Têm dos pais o exemplo das virtudes,  
Da pátria têm dedicação e ardor;  
Salve de Pedro e de Teresa as filhas!  
Salve as prendas de tão ínclito amor!...

Sempre na vida afortunadas sejam!  
E não de sê-lo; que Deus as abençoe:  
Felizes sempre brilharão viçosas  
As duas flores de brasileira c'roa!

Sempre, sempre! que em seu destino e vida  
Terão ditosas por escudos seus  
O amor dos pais e do Brasil inteiro,  
E além do amor a proteção de Deus.



VISCONTI DE S. LEOPOLDO

*Vienna del Regno.*



.....  
*Visconde de S. Leopoldo*

**J**osé Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde S. Leopoldo, nasceu na antiga vila, hoje cidade de Santos, província de S. Paulo, aos 9 de maio de 1774, sendo seus pais o coronel de milícias José Fernandes Martins, e sua mulher D. Teresa de Jesus Pinheiro. Concluída a instrução primária, passou ao estudo da língua latina sob a direção do hábil professor régio José Luis de Melo, que distinguia o jovem estudante pela perseverança com que buscava superar as dificuldades do idioma de Virgílio, ganhando em aplicação o que lhe faltava em brilhantismo de talento. Sempre ávido de saber, alcançou de seu padrinho de crisma, o Dr. José Xavier de Toledo, vigário de Santos, que lhe desse algumas noções do francês, cujo conhecimento era sumamente raro nessa época: e com esse cabedal literário dirigiu-se à Universidade de Coimbra, na idade de dezoito anos. Em 1798 recebeu o grau de bacharel em cânones, cujo curso seguira por aquiescência aos desejos de sua piedosa mãe, sem que por forma alguma chamasse-o a sua vocação para o estado eclesiástico. Habilitando-o a formatura em cânones para seguir a carreira da magistratura preferiu José Feliciano tomar essa direção, obtida a necessária vênia paterna, e havendo cessado pelo falecimento de sua mãe os motivos que o haviam encaminhado para o santuário.

Por largo tempo ficaria o moço bacharel confundido na turba dos pretendentes que afluíam às audiências do ministro do Ultramar sem a valiosa intervenção de seu parente Diogo de Toledo Lara Ordonhes, que gozava da privança de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Apresentado a este ilustrado estadista, foi José Feliciano despachado para o estabelecimento literário do Arco do Cego, dirigido pelo sábio autor da *Flora Fluminense*, Fr. José Mariano da Conceição Veloso. Durante três anos que aí esteve empregado deu exuberantes provas de sua capacidade, em várias traduções da língua inglesa, de que fora incumbido, bem como numa ótima compilação que apareceu com o título *História Nova e Completa d'América*.

Feito o seu tirocínio, muito a aprazimento do governo, recebeu em recompensa a nomeação de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul, por carta régia de 15 de julho de 1800, fazendo-se depender a elevação à capitania geral dos rendimentos das referidas alfândegas. De tal modo desempenhou o seu honroso e difícil encargo, que mereceu os elogios os mais unânimes e espontâneos do próprio corpo do comércio, cujos interesses eram lesados com a criação dessas repartições fiscais.

Passando pelo Rio de Janeiro, onde devera apresentar ao vice-rei, que então era D. Fernando José de Portugal (depois marquês d'Aguiar), a sua patente de auditor geral de todos os regimentos do Rio Grande do Sul, passada em 19 de setembro de 1801, foi nomeado para o laborioso cargo de auditor da esquadra encarregada da defesa do Brasil. Da maneira satisfatória por que desempenhou esta comissão dá testemunho o honroso atestado do vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres, comandante da esquadra no impedimento do chefe de divisão Donald Campbell, datado de 5 de novembro de 1818.

Tornou nesse mesmo ano de 1801 ao seu país natal, e passando alguns meses no seio de sua família, de quem tão saudoso estava, embarcou-se para Porto Alegre, onde chegou em meados de 1802. Numerosos obstáculos impediram-lhe a imediata criação das alfândegas de que vinha incumbido, que só começaram a funcionar em 1804. Com a elevação à capitania geral gozou o Rio Grande das vantagens de que estavam de posse as suas co-irmãs, tendo por conseguinte uma junta da fazenda, onde José Feliciano serviu de procurador da Coroa, reunindo

outrossim os cargos de juiz conservador dos contratos do quinto e dizimo ao inspetor do papel selado.

Com o título de governador administrava a capitania do Rio Grande do Sul o chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama, condecorado mais tarde com o título de barão de Bagé, e tão estreitas relações travou com o moço juiz, e tão subido conceito formava de sua sisudez e inteligência que consultava-o nos negócios os mais árduos da governança, dizendo em um documento que temos presente com data de 30 de junho de 1805 "que pela sua prudência e acertadas medidas aplacara a fermentação com que a princípio pareceu estranhar o corpo do comércio a fundação das alfândegas."

Na qualidade de auditor geral prestou por espaço de vinte anos os mais relevantes serviços, merecendo por isso ser sucessivamente graduado nos postos de tenente-coronel por decreto de 13 de setembro de 1810, e no de coronel pelo de 19 de outubro de 1811, vencendo soldo dobrado de capitão de infantaria. Acompanhou em 1812 o exército pacificador em sua marcha até Montevideú, e tão bom conceito dele fazia o austero d. Diogo de Sousa capitão-general do Rio Grande e comandante do mencionado exército pacificador, que propô-lo para vogal da comissão militar, instalada por carta régia de 17 de setembro de 1813, na qual deveriam ser julgados numa só instância os implicados nos crimes de deserção, sedição, etc. Tão proverbial tornou-se a sua retidão que por carta régia de 19 de junho de 1816 foi escolhido para vogal permanente da junta de justiça, mandada organizar na capitania do Rio Grande do Sul, para processar numerosos réus que apinhavam as prisões.

Receando Fernandes Pinheiro que as honrosas comissões de que era incumbido o desviassem inteiramente da sua carreira de magistrado, requereu ao governo uma compensação que lhe foi concedida por decreto de 29 de junho de 1808 com o predicamento da correição ordinária, e mais tarde pelo de 17 de dezembro de 1811, com as honras de desembargador, e o predicamento do primeiro banco.

Proclamado o governo representativo foi Fernandes Pinheiro eleito deputado ao congresso constituinte de Lisboa pela província de S. Paulo, donde, como vimos, se achava a muitos anos ausente, e onde não lhe restava influência de família. Correm pelas mãos de todos os *Diários das Cortes*, e fácil é averiguar qual a conduta do deputado paulistano, que

se não desamparou o seu posto antes do tempo, como muitos de seus colegas, foi pela íntima convicção que o seu mandato não havia expirado, devendo, como rezavam as suas instruções, propugnar pela *integridade e indivisibilidade do reino unido*. Logo porém que, pela aclamação do primeiro Imperador, conhecida lhe foi a vontade dos seus constituintes, apressou-se a regressar ao Brasil dentro do prazo que lhe fora marcado.

De volta à pátria, achou-se eleito por duas províncias (a de S. Paulo e Rio Grande do Sul) para deputado à assembléia-geral legislativa constituinte, concorrendo com as suas luzes e experiência para elaboração de alguns projetos de máxima e pública utilidade.

Sendo dissolvida a primeira assembléia brasileira por causas que nos cumpre examinar, foi nomeado primeiro presidente da província do Rio Grande do Sul, por carta imperial de 25 de novembro de 1823. Em prol da sua administração falam altamente a criação da colônia de S. Leopoldo, fundada à margem do rio dos Sinos, e a cinco léguas de distância da capital, e ainda hoje o mais florescente dos nossos núcleos coloniais, a da primeira tipografia que possuiu a província, e a inauguração da casa de caridade, que com toda a pompa teve lugar no dia 1<sup>o</sup> de janeiro de 1825. "Toda a cidade de Porto Alegre (diz um ilustre poeta) o viu, cheio d'unção, com a sua farda doirada carregando às costas um doente deitado numa rede, e dando esse exemplo de humildade evangélica que foi por todos seguido."

Apreciador do mérito, não podia o Sr. D. Pedro I deixar de remunerar os serviços que a bem do seu nascente império prestava Fernandes Pinheiro; assim pois galardoou-o com as honras de conselheiro por carta imperial de 13 de outubro de 1825, elevando-o a 21 de novembro desse mesmo ano ao subido cargo de ministro do império.

No Ministério, bem como na presidência de uma província, deu Fernandes Pinheiro infinitas provas do seu gênio criador, e a ele se deve o desenvolvimento da Academia das Belas-Artes, que se achava em embrião, a dos cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda, cuja idéia iniciou na assembléia constituinte em sessão de 14 de junho de 1823, acompanhando-a

---

\* O Sr. M. de Araújo Porto Alegre, *Elogio dos membros falecidos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

em suas diversas peripécias até a final promulgação da lei de 11 de agosto de 1827, que teve a satisfação de referendar. Reformou a escola médico-cirúrgica dando-lhe melhor organização, e promoveu quanto em si coube o progresso das letras e artes no país. Na viagem que fez o primeiro Imperador ao teatro da guerra do sul foi Fernandes Pinheiro o ministro escolhido pra acompanhá-lo, acrescendo-se-lhe, como sói acontecer em tais ocasiões, o expediente de todas as secretarias.

Desenfreada oposição movia-se ao fundador do Império, e o espírito demagógico não poupava apodos aos conselheiros da Coroa. Fernandes Pinheiro, já então visconde de S. Leopoldo, desgostou-se de ver-se alvo de calúnias, "*não podendo, como ele próprio se expressa, continuar no ministério sem manifestar de uma maneira expressa que preferia os interesses e as honras do emprego à sua reputação e dignidade pessoal.*" Pediu e obteve a sua demissão, sendo-lhe no decreto de 20 de novembro de 1827 louvados o *zelo e probidade com que havia desempenhado as funções desse emprego, e assegurando-lhe que ficavam na imperial lembrança as serviços nele prestados.*

Na criação do Senado foi eleito pela província de seu nascimento, sendo pouco depois elevado à eminente dignidade de conselheiro de estado por decreto de 18 de maio de 1827, fazendo o Imperador seleção dele para secretário do conselho, lugar de imensa responsabilidade e grande ônus.

O zelo e conhecimentos do visconde de S. Leopoldo foram vantajosamente aproveitados no primeiro imperado, cabendo-lhe mui delicadas missões, como v.g. a de negociar a convenção de paz entre o Brasil e a República Argentina, datada de 24 de maio de 1827; o tratado de amizade, navegação e comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha de 17 de agosto do mesmo ano bem como idêntico tratado com a Prússia, baseado na mais perfeita igualdade.

Agravando-se as suas enfermidades com a longa residência na capital do Império, e saudoso do seu retiro, requereu dispensa do emprego de conselheiro de estado, que lhe foi concedida por decreto de 9 de março de 1830, sendo-lhe conservadas todas as honras e preeminências anexas ao referido cargo.

Gozava das doçuras do lar doméstico em companhia da Exm<sup>a</sup> Sra. D. Maria Elisa Júlia de Lima, com quem se ligara pelos vínculos ma-

trimoniais desde o ano de 1819; esmerava-se na educação de seus filhos quando rebentou o furacão revolucionário de 1831, que abalou até os alicerces o nosso edifício social. Eram por todos conhecidos os princípios políticos do visconde de S. Leopoldo e sua inteira adesão à dinastia reinante, assim pois a revolução de 20 de setembro de 1835 não podia deixar de causar-lhe terrores e inquietação pela sorte da sua família. Cuidadosamente vigiado pelos rebeldes, viu-se recluso em sua casa durante os nove meses em que os republicanos de Piratinim dominaram na capital da província. Quando porém despontou a heróica reação de 15 de junho de 1836, foi o visconde lembrado para aconselhar e dirigir a contra-revolução. Temos presente os depoimentos que em uma justificação de seus serviços prestaram os dois marechais João de Deus Mena Barreto, Francisco das Chagas Santos, em que confessam que as razões do ilustrado visconde foram as que mais os demoveram a afrontar os riscos de uma reação para a qual mui poucos elementos haviam combinados. O que seria feito do velho monarquista se nos dois assaltos dados com forças combinadas de terra e mar conseguissem os rebeldes entrar na cidade, mal resguardada por um tapume de tábuas singelas, e por pouco mais de duzentos defensores entre velhos, paisanos e moços bisonhos?

Vindo ao Rio de Janeiro assistir à sessão legislativa de 1837, foi nomeado pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. A. P. Maciel Monteiro, para presidente de uma comissão que devera determinar quais os limites que podem ser considerados como naturais com relação às localidades e topografia do país. De tal modo preencheu o visconde de S. Leopoldo o que dele se esperava, que o referido ministro declarou em uma das sessões da Câmara dos Deputados do ano de 1838 que os resultados dos trabalhos apresentados pelo benemérito estadista *lhe haviam sido mui úteis e proveitosos*.

Apenas de posse das suas funções majestáticas, quis o Sr. D. Pedro II dar um testemunho do apreço que lhe mereciam os serviços do antigo ministro de seu augusto pai, ligando-o mais inteiramente à sua família na qualidade de viador das sereníssimas princesas, lugar que desempenhou com zelo e dedicação que o caracterizava.

Já dissemos que o visconde de S. Leopoldo estreara a sua carreira como literato; resta-nos mostrar como jamais esqueceu-se ele dos seus princípios, nem renegou, como muitos outros, o culto da ciência

pelas fascinações da política e pela magia das grandezas humanas. Manuseando com summa despesa os importantes documentos depositados nos arquivos do Rio Grande do Sul, escreveu os *Anais* da dita província, cujo primeiro volume foi publicado nesta capital no ano de 1819, o segundo em Lisboa em 1822. Posteriores estudos fizeram-lhe modificar o primitivo plano da sua obra, e levaram-no a dar-lhe nova edição que saiu dos prelos de Paris em 1839. Julgada está pela posteridade semelhante obra, e todos os escritores nacionais e estrangeiros que se hão ocupado com a nossa história rendem homenagem à sua profunda erudição e justeza de raciocínios combinados com a mais pura e castiça linguagem. Devemos ainda à sua douta pena alguns outros trabalhos que, posto que de menores dimensões não são menos importantes: referimo-nos à sua *Memória sobre os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil*, lida na sessão do Instituto de 16 de fevereiro de 1839; a *Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão, e seu irmão Bartolomeu Lourenço de Gusmão*, publicada em 1839 nas memórias do mesmo Instituto, assim como a *Resposta às Breves Anotações* que sobre a sua memória relativa aos limites do Brasil escrevera o conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá. Em desenvolvimento de um programa que fora dado para a discussão escreveu o visconde um erudito trabalho em que demonstrou que *o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era o representante das idéias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente*, cujo trabalho se acha inserto no tomo 1<sup>o</sup> da *Revista* do mesmo Instituto.

A propósito de Instituto releva não esquecer que o visconde de S. Leopoldo com o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa foram os videntes que no ano de 1838 previram que da fundação dessa associação proviria ao Brasil grande honra e proveito. Testemunhas seus consórcios do interesse que manifestava pelo desenvolvimento intelectual do país, e prestando preito à sua vastíssima ilustração, elevaram-no à cadeira presidencial enquanto vivo fosse. Sensível a todas essas demonstrações de estima e consideração, trabalhava o visconde na composição de uma *História Geral do Brasil* quando surpreendeu-o a morte no dia 6 de junho de 1847 na cidade de Porto Alegre, sendo sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

Era o visconde de S. Leopoldo de amenas e delicadas maneiras, instrutiva conversação, e de raríssima modéstia, que mais brilho dava ao seu reconhecido merecimento. Confessavam seus adversários políticos (únicos que em sua longa existência contou) que acorvadava-os a sua extrema polidez, fazendo-lhes perder terreno o seu finíssimo trato. Mais homem de gabinete do que de tribuna, melhor sabia servir-se da pena do que da palavra, e quando violentamente agredido preferia calar-se a repetir insulto por insulto.

Atravessou o oceano a fama das suas muitas luzes, e diversas academias e sociedades estrangeiras, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, a dos Amigos Naturalistas de Berlim, o Instituto Histórico de França, a Sociedade de Agricultura de Carlsruhe, a Filomática de Paris, lhe enviaram diplomas, e honraram-se de contá-lo no número de seus sócios.

Na vida particular era o visconde o complexo de todas as virtudes que se desejam encontrar num homem, e ainda hoje é sua memória abençoada por todos que tiveram a ventura de conhecê-lo.





BRANCA, TOME DE BRANCA.

*Paul de Branca*

.....  
*Rafael Tobias de Aguiar*

**E**ntre os grandes vultos da história política da província de S. Paulo, se destaca o vulto grandioso do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. A tenacidade e a constância desses homens que, vencendo montanhas e atravessando rios caudalosos, foram levar até o Peru a fama do nome paulista, parece haver-se consubstanciado no caráter e nas ações do distinto paulista, cuja vida vamos esboçar em largos traços.

Soldado constante de uma idéia, defensor inabalável da causa liberal, ante todos os vaivéns, e a instabilidade da sua longa carreira, aquela alma espartana nunca recuou ante os golpes da fortuna, e mais de uma vez, como o velho romano, preferiu a causa dos vencidos à causa dos vencedores.

Rafael Tobias de Aguiar nasceu na cidade de Sorocaba, na província de S. Paulo, aos 4 de outubro do ano de 1795. Fruto abençoado de legítima união entre o coronel Antônio Francisco de Aguiar e D. Gertrudes Eufrosina de Aguiar, viu escoar-se a infância e despontar-se a mocidade entre as tradições de um passado feliz; pois que sua família era uma das mais gradas e ricas do país; visto que seu pai um dos mais abastados fazendeiros da província. O pai de Tobias de Aguiar não pertencia ao número dessas almas ignaras e orgulhosas que acreditam que o ouro é o rei do universo, e dispensa a virtude. Dele recebeu o seu filho as mais sãs lições de moral; deveu-lhe a mais cuidadosa educação intelectual,

aquela que pelo menos comportavam as dificuldades do regime pouco adestrado à que sujeitava o Brasil à metrópole portuguesa.

Tobias de Aguiar estudou todas as humanidades e teve a ventura de estudar algumas delas com o seu parente e amigo o ilustre Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Por morte de seu pai, foi investido da direção da avultada fortuna de sua casa, e conduziu-se com tanta prudência, que não só a fez prosperar como apresentar avultados lucros.

Começou ele a sua vida política servindo no regimento de milícias, da cidade de Sorocaba, seguindo gradualmente os postos até o de coronel comandante do mesmo, sendo incansável em promover a sua disciplina e brilhantismo, para consecução do que não poupou despesas e sacrifícios.

Tinha ele apenas 26 anos e já o sacro fogo do patriotismo lhe ardia intenso no peito magnânimo. Foi nessa idade que iniciou e armou, a expensas suas, cento e tantos homens, para enviá-los ao Rio de Janeiro a debelar as tropas de Avilez que pretendiam entorpecer os pródromos de nossa independência política. Quando o Augusto Fundador do Império, desafiando mil perigos, tomou a resolução de ficar no Brasil, e de arrostar as iras de nossos antigos dominadores, Rafael Tobias de Aguiar, com aquela fé no futuro do país que sempre tiveram os paulistas dos tempos gloriosos, empenhou todas as suas forças em auxiliar o nosso libertador na sublime tarefa que encetara.

Não só concorreu com avultados donativos para esse fim, como promoveu uma subscrição entre os seus patrícios da cidade de Sorocaba, e a pedido do governo aditou a quantia de doze contos de réis para esse fim. Sempre que se tratava de auxiliar com sua fortuna e com os seus esforços a prosperidade do Império, Rafael Tobias de Aguiar era o primeiro a entrar no páreo e alcançar a meta desejada. É assim que sem exigir juro algum ao estrear seus trabalhos na fábrica de ferro de São João de Ipanema, ele emprestou avultada quantia para esse fim, e fê-lo em ocasião em que o governo da província não tinha nem sequer o preciso para pagar os vencimentos dos empregados públicos, e só depois de longos anos de espera é que foi embolsado da quantia adiantada.

Quando o povo sorocabano, refratário aos melhoramentos materiais de sua localidade, opondo-se com todas as forças à abertura de novas ruas, ameaçava o governo da província com uma sedição, Tobias

de Aguiar, com suas imensas relações, com sua vontade enérgica e suas palavras persuasivas, conseguiu chamar os espíritos a sentimentos mais ordeiros, manter a paz e prestígio da autoridade.

Tobias de Aguiar era um dos homens mais populares da província de São Paulo, e as simpatias profundas que por ele nutria o povo paulista o habilitaram, como membro do conselho do governo e dos conselhos gerais, a prestar relevantes serviços à província que o vira nascer.

Chegada a época que decorreu de 1831 a 1834, foi-lhe confiado o importante cargo de presidente da província de São Paulo, e apesar dos exaltamentos de uma revolução que havia triunfado e da relutância dos vencidos, soube conservar a ordem sem que uma gota de sangue fosse derramada. Tobias de Aguiar teve a honra de ser por muitas vezes eleito deputado à assembléia geral legislativa e assembléia provincial de São Paulo, tendo presidido por duas vezes a esta distinta corporação.

Quando a alta inteligência que preside os destinos do Império assumiu as rédeas do poder, houve por bem nomear R. T. de Aguiar presidente da província de São Paulo; e o distinto paulista soube corresponder satisfatoriamente a esta prova de confiança da Coroa.

A estrada da Maioridade, progresso notável no sistema de viação, é um padrão de glória dessa presidência. Sempre generoso, sempre solícito pelos interesses da província de São Paulo, Tobias de Aguiar recusou sempre receber seu ordenado de presidente, e o fez aplicar em obras públicas, e em prol dos institutos de instrução que a província estabeleceu para as classes necessitadas. A Deus não praza que, levantando o véu do esquecimento que a vontade soberana lançou sobre os acontecimentos de 1842, venhamos dar a lume recriminações sobre os tempos que já foram, e despertar as angústias de um passado ainda tão próximo; outro é o nosso fim. Sem examinar as causas que acarretaram os movimentos armados que se deram no ano de 1842 nas províncias de São Paulo e Minas, seja-nos lícito restituir aos atos do distinto paulista, cuja vida esboçamos, sua verdade histórica.

Suspeito de favorecer o movimento revolucionário que o governo então receava, Tobias de Aguiar, avisado por um amigo devotado de que ia ser preso, retirou-se da capital com direção às suas fazendas até que serenassem tais suspeitas e que se lhe fizesse justiça.

Chegado a Sorocaba, amigos sinceros, porém ardentes, o haviam imprudentemente comprometido, e disseram-lhe que só com um movimento geral podiam ser salvos. O nosso amigo compreendeu perfeitamente que um movimento realizado por massas populares, quase desarmadas e sem disciplina, seria infalivelmente debelado pelas forças do governo; mas, para salvar seus amigos, arriscou sua vida e sua fortuna. Foi um erro talvez, mas um desses erros que só praticam os corações magnânimos, e que só podem compreender as almas nobres.

A província de São Paulo, que bem conhecia o distinto caráter e virtudes cívicas que adornavam o brigadeiro R. T. de Aguiar, mais de uma vez o incluiu em listas senatoriais. O governo do Brasil, reconhecendo seus serviços, entre outras condecorações o distinguiu com a comenda de Cristo e com a dignitária da Rosa, e lhe concedeu o posto de brigadeiro do nosso exército.

A avultada riqueza de R. Tobias não era por ele aferrolhada em férreos cofres. Na sua primeira presidência emprestou ele à fazenda pública a quantia de 30:000\$000; e na segunda presidência a de 20:000\$000,00, sem exigir juro algum. Os cofres da província, que na época de 1840 lhe tinham sido entregues esgotados a ponto de ser preciso que ele emprestasse dinheiro para se pagar empregados públicos, foram por ele entregues ao seu sucessor com avultado saldo.

Nunca a miséria bateu à porta de R. T. de Aguiar, que o pranto da angústia que derramava não se lhe tornasse em lágrima de pura alegria. Não esperava ele que seus amigos lhe pedissem aquilo que desejavam; fazia mais, advinhava-lhes o desejo.

Quando seu velho mestre, o respeitável André da Silva, viu-se exposto a perder o teto que o abrigava, T. de Aguiar, sem ostentação que torna pesada a esmola àquele que a recebe, comprou a casa em que ele residia, deu-lhe o usufruto da mesma, e depois dele à sua enteada.

Como político, o homem cuja vida esboçamos era uma dessas almas cunhadas no molde esparciata, um desses homens de antes quebrar que torcer, de que nos fala Sá de Miranda. O estandarte de suas crenças hasteara ele nos arraiais do partido liberal, e novo Leônidas morreria antes nessas novas Termópilas, do que renunciaria as crenças sinceras de seu coração, a causa nobre e santa que havia esposado apenas lhe despontara a bela inteligência. Além de suas crenças inabaláveis, tinha

ele uma qualidade bem rara no tempo do sórdido egoísmo em que vivemos – era – o sincero interesse, a mais íntima devoção pelos seus amigos. Um só fato é mais eloqüente que todas as palavras. Poucas horas antes de morrer no meio das mais acerbas torturas, ele ainda escrevia em prol da eleição de um de seus mais íntimos amigos, e dirigiu ao mesmo palavras que revelavam que nele a amizade sobrepujava à dor.

Rafael Tobias de Aguiar, o chefe mais popular do partido liberal paulista, faleceu em viagem da cidade de Santos para a capital do Império, a bordo do vapor *Piratininga*, no dia 7 de outubro de 1857, vítima de uma moléstia acerba. A província de São Paulo inteira pranteou a morte de um de seus mais distintos filhos. Rafael Tobias de Aguiar era homem, teve, como outro qualquer, erros em sua vida, mas os fatos dela nos apontam uma soma tal de atos virtuosos e de serviços prestados ao estado, que o historiador imparcial pode contá-los sem receio entre os vultos mais notáveis da história pátria.



BARÃO DE MOMBUCA

*B. de Almeida*

.....

*Barão de Muritiba*

**N**oticiando-se a um liberal extremo que o Sr. Barão de Muritiba havia tido um incômodo de cabeça, disse ele com sincero pesar: "Se morresse, perderíamos um grande cidadão".

Estas palavras demonstravam vivamente quão real é o mérito daquele que buscamos esboçar. Na verdade, como particular é o Sr. de Muritiba um exemplo digno e raro; e se nos fosse dado levantar esse véu atrás do qual se passam as mais belas cenas da família, os irmãos, os maridos, os pais colheriam nobres lições. No Sr. de Muritiba acha-se um complexo de qualidades eminentes. Homem de vontade firme, escravo de dever por amor do dever, estudioso, devotado à sua gente, ele não cede senão convencido, não faz senão o que a consciência lhe diz ser um bem. Muitos são os serviços prestados ao Brasil por esse, um de seus mais preclaros filhos; e quando a história pátria memorar os seus homens então limpos da baba da colônia, o busto do Sr. de Muritiba sobressairá radiante e magnífico.

Manuel Vieira Tosta nasceu na cidade da Cachoeira, província da Bahia, correndo o ano de 1807. Seus pais, honrados fazendeiros, tendo em vista dá-lo à carreira das letras, buscaram para ele os melhores mestres daquela cidade, e depois o mandaram para a capital da província a terminar o estudo de humanidades, sendo que no ano de 1824 o fizeram seguir para a Universidade de Coimbra a alcançar formatura em direito.



Foi durante o seu curso de estudos, no qual tinha por condiscípulos o Sr. Visconde do Uruguai, que apareceu a rebelião do Marquês de Chaves, e então Vieira Tosta, como outros muitos brasileiros, alistou-se no batalhão acadêmico em defesa da carta constitucional outorgada por D. Pedro IV.

Sabem todos de quanta dedicação deu provas aquela mocidade cheia de entusiasmo e de heroísmo.

Sem que se houvesse envolvido nos acontecimentos do reino no ano de 1828, quando teve lugar a usurpação de D. Miguel, o Sr. Tosta foi obrigado a retirar-se de Portugal, faltando-lhe um ano para completar os seus estudos. Seguiu ele para a França, e aí, recebendo a notícia de se achar riscado do número dos alunos de Coimbra como um dos voluntários do batalhão acadêmico, resolveu-se a tirar proveito científico da sua estada em Paris, e por isso tornou-se assistente das lições dos professores da escola de Direito, e também das de Economia Política ensinada no Conservatório das Artes pelo célebre João Batista Say.

Em 1830 voltou à Bahia; e porque se houvessem aberto os dois cursos jurídicos, obteve matricular-se no de São Paulo, onde em outubro de 1831 alcançou diploma de bacharel formado, e o que mais é — um dos dois prêmios nos que então foram dados.

Despachado logo juiz de fora do termo de Cabo Frio e Macaé, serviu até 1833, quando se pôs em execução o Código de Processo Criminal. Ainda hoje a gente daqueles lugares e daquele tempo fala com respeito e simpatia no nome do seu juiz de fora.

Depois de ser nomeado para diversos lugares de juiz de direito, foi o bacharel Tosta mandado ocupar o da Cachoeira, onde teve logo ocasião de prestar relevante serviço, pondo em pessoa termo à sublevação da vila da Pedra Branca, que é situada nos confins da comarca.

Os votos de seus provincianos, por ocasião das primeiras eleições para as assembleias provinciais, vieram dar-lhe prêmio, pois que o fizeram deputado efetivo.

Achava-se o Sr. Vieira Tosta com licença, quando rebentou a revolução de 7 de novembro de 1837, e logo desprezando o favor, e tornando a seu posto, como chefe de polícia da Cachoeira deu as mais enérgicas providências, pondo a força policial e a Guarda Nacional em pé de fazerem frente a qualquer agressão por aqueles lados, e evitando o

contágio do mal. Acéfala a província pela retirada do presidente e outras autoridades, nem por isso esmoreceu o Sr. Tosta, e antes, mostrando que é homem para as ocasiões arriscadas, arranjou armas, munições e gente – quase 1.000 homens – que mandou em auxílio dos que sitiavam os revoltosos na capital; e para embarcar os passos dos mal-intencionados que se dirigiam para a vila da Feira de Santa Ana, fez marchar seu próprio irmão o coronel Jerônimo Vieira, à testa de voluntários e guardas nacionais, enquanto ele, seus outros parentes e amigos ficavam velando em armas na Cachoeira.

Foi juiz tal no lugar do seu nascimento, cercado de parentes, e amigos, que levou um magistrado a dizer que só ele, Tosta, era capaz de exercer jurisdição em seu ninho sem excitar queixas, nem murmúrios.

Em 1838 veio tomar assento na Câmara temporária como um dos eleitos pela Bahia, e então sustentou com a sua palavra e voto o Gabinete de 19 de setembro, patenteando os seus princípios conservadores, dos quais nunca se arredou, por entender que o progresso não consiste em mudar, mas em mudar com proveito real indicado pela verdadeira experiência.

Promulgada a lei que criou os juizes dos feitos da fazenda, foi o Sr. Vieira Tosta escolhido para a vara da Bahia, vara em cujo exercício esteve de 1842 a 1843. Neste ano o elevou o governo a um dos lugares de desembargador da Relação de Pernambuco, achando-se então ele com assento na assembléa provincial, em virtude de terceira reeleição. Do tribunal de Pernambuco foi passado para o da Bahia; e sendo nomeado chefe de polícia daquela província não chegou a tomar posse do cargo, porque teve de seguir para Sergipe na qualidade de presidente, lugar este que ocupou até julho de 1854, tornando então para a relação da sua província onde se conservou em exercício até 1848. Foi durante este exercício em 1846 que teve lugar o assassinato em que tanto falaram os jornais da época, assassinato perpetrado na pessoa de uma interessante moça em sua própria casa, nos braços de sua mãe.

Ouvia o Sr. Tosta que da casa pediam socorro, e não obstante achar-se desarmado acudiu logo; sendo certo que, se não pôde impedir o tiro que matou a donzela, conseguiu com risco de vida que o malvado não contasse mais uma vítima na pessoa da mãe da infeliz, pois que, atirando-se ao ferro que se dirigia àquele fraco peito, quebrou-lhe a lâmina,

ficando com a mão ferida, na qual ainda hoje se observam os sinais de sua abnegação e humanidade. Se belo foi o seu ato, belo foi o prêmio que então recebeu, pois logo correram à sua casa inúmeros pais de família a louvá-lo e felicitá-lo cordialmente.

No ano de 1848 veio o Sr. Tosta para a Câmara dos Deputados como um dos eleitos pela Bahia, e colocou-se no seu lugar de oposicionista.

Subindo o Gabinete de 29 de setembro, escolheu o Sr. Tosta para a presidência do Maranhão; mas ele respeitadamente recusou o honroso cargo, declarando entretanto que estaria pronto a obedecer ao governo quando este julgasse indispensáveis os seus serviços.

Aparecendo então o desgraçado movimento de Pernambuco, foi o Sr. Manuel Vieira Tosta, instado para que seguisse sem perda de tempo a tomar o governo da província. Recuar seria fraqueza, seria pôr-se em desacordo com os seus princípios, e faltar à promessa feita ao governo; por isso o Sr. Tosta, aceitando a arriscada missão, partiu. Ninguém ignora que principalmente a ele, à sua energia e critério se deve a sufocação do terrível movimento, durante o qual pôs mil vezes em risco a sua própria vida. Não nos demoremos porém sobre estes fatos que deverão ser apreciados com mais justiça pelos vindouros; digamos somente que o Sr. Tosta foi escravo do seu dever, da sua consciência, e que era incapaz de olhar com prazer para o sangue de seus patricios, porque tem um coração elevado e unicamente brasileiro.

Substituído a seu pedido na presidência pelo Marquês de Paraná, o Sr. Manuel Vieira Tosta veio encarregar-se da pasta dos negócios da Marinha, pasta que conservou até 1852, servindo algum tempo igualmente na da Guerra, mas não podendo tomar conta da da Justiça, para a qual fora chamado, porque o atacou então a febre amarela, dando lugar a que fosse ele próprio substituído.

Digamos que a esse ministério do Sr. Tosta se acham ligadas as glórias do Tonelero, pois foi o Sr. Tosta o ministro que preparou a nossa armada expedicionária, no que mostrou a sua perícia administrativa casada com o seu zelo pelos dinheiros públicos.

Em 1851, apresentado por mais de dois terços de votos dos eleitores da Bahia em lista sêxtupla, havia sido escolhido senador.

Em 1853 passou a ter exercício de desembargador na Relação da corte; e em 1855 foi mandado na qualidade de presidente para a província do Rio Grande do Sul.

Regressava então do Estado Oriental o exército auxiliador, e o novo presidente teve logo de providenciar para que a retirada das tropas se efetuasse sem maior incômodo, e sem os riscos a que então as consideravam expostas. Os negócios por aqueles lados não corriam bem, e foi por isso mesmo que se julgou necessária a presença de um homem como o sr. Tosta, o qual, não obstante deixar gravemente enferma uma filha querida, só ouviu o chamado do país.

Foi durante essa presidência que o cólera-morbo invadiu a província. O zeloso administrador teve mais uma ocasião, e bem terrível, de mostrar a sua dedicação à humanidade. Tudo quanto podia fazer como governo e como homem o Sr. Tosta fez para ocorrer às necessidades da ocasião. Para ele não havia noite nem dia, não havia lugar, não havia descanso dando com o seu exemplo força aos que eram fracos, e mostrando, como sempre, que acima de tudo põe a sua consciência.

Sendo exonerado a instâncias suas, regressou para a corte em 1856. No ano de 1858 foi nomeado, pelo marquês de Olinda, presidente da Associação Central de Colonização, lugar que aceitou a rogos do mesmo marquês, e por lhe parecer que nada tinha com a política. Nesse lugar, que deixou para tomar parte como Ministro da Justiça no gabinete de 21 de março de 1859, o sr. Tosta também deu as mais claras provas do quanto se interessa por tudo aquilo de que se acha encarregado.

Seria uma falta se não disséssemos que como magistrado o Sr. Manuel Vieira Tosta foi sempre um modelo, segundo confessam todos lastimando a sua aposentadoria.

Outra falta seria se não declarássemos que como legislador toma o Sr. Tosta sempre parte conscienciosa nas importantes questões, oferecendo também interessantes projetos sobre as nossas coisas civis e criminais, que ele ainda hoje estuda com ardor juvenil.

Não quis o Sr. Tosta ultimamente aceitar o lugar de consultor do Ministério da Justiça, lugar para o qual foi escolhido, e nisto mostrou mais uma vez que o não move o interesse, e sim o dever.

Foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo em 1841, com a dignitária do Cruzeiro, e carta de conselho em 1849, com a

comenda da Rosa em 1858, e finalmente, com o título de barão com grandeza em 14 de março de 1855.

Devemos crer que o Sr. barão de Muritiba aprecia essas provas da munificência imperial, visto como as tem merecido; mas também cremos que o senhor barão não liga menor preço à estima pública que ele tanto acata, e da qual se há tornado verdadeiramente digno.



PEDRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

*Pedro Teixeira de Oliveira*

.....  
*Pedro Ferreira de Oliveira*

**O** estudo da História é uma das principais fontes de todo o bem de um povo.

A lição da vida de seus maiores, ilustrando-o, fá-lo compreender o seu modo e meios de ser e os trâmites por onde realizará os altos benefícios reservados às sociedades sabiamente constituídas.

É esta a mais bela e sublime missão da racionalidade.

Mas, para que não se desvaire o espírito, e se atinja tão precioso fim, cumpre que a História seja zelosa de si mesma; que, depurada ou sublimada no cadinho da verdade, seja santa como um pensamento do Céu.

Seria criminoso de traição a Deus e à posteridade o historiador que temendo comprometimentos, para evitá-los, manchasse a candidez da verdade na exposição dos fatos, ou por qualquer modo retrocedesse ante pueris ou serôdias conveniências.

Se o espírito de justiça e verdade não presidir a dedução dos fatos, por maior que seja a eloquência com que se deslizem aos olhos do leitor, tudo poderão eles constituir, menos a História, menos uma fonte de bens e um conselheiro fiel; serão, sim, uma boceta de Pândora, sempre aberta, manando somente males.

A todo transe deve-se a verdade a Deus e à posteridade.

Mas não é nosso fim dissertar nem escrever a História nacional: desejamos apenas esboçar uma parte dela, escrever, embora tosca-mente, a biografia de um cidadão ilustre, sobre quem pesaram os efeitos da obediência militar e das conveniências políticas.

A História de uma nação não é, em grande parte, mais do que o conjunto das biografias de seus homens políticos.

Pedro Ferreira de Oliveira nasceu na freguesia do Pilar, província do Rio de Janeiro, aos 19 de fevereiro de 1801. Era filho legítimo do honrado comerciante Pedro Ferreira de Oliveira e de D. Ermelinda Maria do Amor Divino.

Entre os carinhos de uma mãe extremosa e os afagos de um pai solícito, recebeu a mais completa educação moral e a primária instrução.

A inteligência e o caráter nobre e elevado, que revelou desde a mais tenra puerícia, prendiam as simpatias de quantos o conheciam, e derramavam torrentes de ventura no coração paterno.

Cuidadoso do seu futuro, seu pai o enviou para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de dedicar-se à carreira comercial. Encetou-a como caixeiro na casa de Luís Paulo aos dez anos de idade.

Sua alma nobre e impressionável, cheia de aspirações que o comércio não comporta nem pode satisfazer, revelou desde logo a repugnância que ele lhe inspirava. Mas, tão jovem como era, possuía já Pedro Ferreira de Oliveira a virtude da resignação. Submeteu-se pois à vontade paterna.

Estudioso e inclinado à meditação, empregava as horas que lhe eram concedidas para o repouso na aquisição de conhecimentos, que mais tarde lhe facilitaram o ingresso na Academia de Marinha, carreira que lhe embalava o coração e formava o seu belo ideal.

Chegava-se entretanto ao ano de 1817, em que o brandão da revolução incendiou a província de Pernambuco, e, sendo mister enviar forças da capital, sorteou-se um certo número de praças de cada batalhão miliciano dela, e com essas praças se organizou um corpo de voluntários destinado à companhia em que se ia entrar.

A sorte designou o jovem Pedro Ferreira de Oliveira, que então contava dezesseis anos de idade, como um dos milicianos do batalhão da Candelária que deviam tomar parte em tão perigosa empresa.



Marchando para o seu destino, foi ali reconhecido segundo-cadete, por seu pai capitão-de-milícias, e o merecimento que revelou procurou a vantagem de ser empregado pelo general em sua secretaria.

Voltando de Pernambuco, onde a sua verdadeira vocação robusteceu-se e desenvolveu-se por modo irresistível, não se demorou em entrar para a Academia de Marinha. Matriculou-se como paisano, porque então só podiam ser aspirantes a guardas-marinhas os filhos de coronéis e patentes superiores a esta.

Efetuou em 3 de março de 1818 a sua primeira matrícula; cursou todas as aulas, que formavam os três anos da antiga academia, seguidamente e sem perda de um só ano, obteve em todas as matérias a primeira aprovação que então se podia conceder; e, pelo seu procedimento exemplar, aplicação e inteligência, alcançou as mais distintas classificações e as mais honrosas informações de seus lentes e superiores. Tudo isso consta dos livros da academia e lhe valeu, como justa recompensa de mérito comprovado, a praça de guarda-marinha extraordinário, que lhe foi concedida em 1<sup>a</sup> de fevereiro de 1821 e em que foi reconhecido no 1<sup>a</sup> de março do mesmo ano.

Poucos dias depois desse reconhecimento, a 10 do mesmo mês de março, embarcou na corveta *Voador* e partiu para Lisboa em companhia da frota que conduzia ao rei D. João VI. Por este fato obteve, como os seus camaradas, o hábito da Ordem de Cristo.

Servia Pedro Ferreira naquele país com distinção, estimado e bem-visto de todos os seus camaradas, quando inopinadamente repercutiu em todo o Portugal o Grito do Ipiranga. Expediu-se logo ordem para que a corveta *Voador* se aprontasse e fizesse de vela para Pernambuco.

Apenas esta ordem foi conhecida a bordo, dirigiu-se Pedro Ferreira ao seu comandante e lhe declarou que não lhe era mais permitido continuar a fazer parte da guarnição da corveta; que, sendo brasileiro e aderindo com todo o entusiasmo à independência do seu país, julgava do seu rigoroso dever dar a sua demissão, para o que pedia licença a fim de ir à terra depositar nas mãos do ministro seu requerimento.

Pouco mais de vinte anos contava então. Se se atender às circunstâncias da ocasião, e especialmente a de achar-se rodeado somente de portugueses, todos irritados pelo inesperado golpe que acabavam de receber, não se deixará de reconhecer em seu procedimento muita honra,

nobreza, coragem e dedicação ao seu país. Não escapou em princípio aos sarcasmos do comandante e oficiais, mas estes mesmos afinal reconheceram que o homem, que tão lealmente procedia, era digno de respeito e atenção. Foi-lhe concedida a licença.

A demora do despacho, pedido ao ministro português, agravava a triste posição do esforçado solicitante, que, achando-se em país estranho e sem recursos próprios, apenas encontrava alívio a uma parte dos seus sofrimentos na parca e mui limitada proteção que lhe prestava um tio, ali residente, que era eclesiástico e pobre. Urgindo as circunstâncias, e querendo saber sem mais delonga a sorte que o aguardava, pediu com viva instância para falar ao ministro e por fim o conseguiu.

O Conde de Linhares o recebeu em seu gabinete, e, ao entregá-lo o decreto de demissão e um passaporte para Inglaterra, dirigiu-lhe as seguintes palavras: "Vá para o Brasil, Sr. Ferreira, e com este proceder mostre àqueles que lá ficaram e aderiram à independência do Império, o que é um militar de honra em cujo peito bate um coração patriota".

Sucedia isto em janeiro de 1823, e em abril do mesmo ano, chegado ao Brasil, apresentava-se Pedro Ferreira de Oliveira ao comandante dos guardas-marinhas. Alguns, a quem não agradava o seu procedimento, fingiam crer que pelo fato de haver pedido demissão perdera ele o direito de ser reconhecido oficial da nascente marinha imperial. Mas Pedro Ferreira recorreu ao Imperador D. Pedro I, e S. M., apreciando o seu procedimento, o despachou segundo-tenente aos 21 de maio. Em julho embarcou o jovem oficial no brigue *Cacique*, e daí a um ano foi promovido ao posto de primeiro-tenente por consulta e resolução do Conselho Supremo Militar.

Em 1824, ano de provações para o país, rompeu de novo a guerra civil em Pernambuco. Organizou-se para operar ali uma divisão naval, tendo o comando em chefe dela o oficial-general Davi Jevret, que sabia escolher oficiais. Seguiu nessa divisão o primeiro-tenente Pedro Ferreira de Oliveira.

Era o seu batismo de fogo.

Cumpria combinar com o General Lima, comandante do exército legal que sitiava a cidade, um plano de ataque por mar e terra. Essa comissão, extremamente delicada, espinhosa e de difícil execução, não podia deixar de ser confiada a um oficial de inteligência, vista

penetrante e sangue-frio. A honra de desempenhá-la coube a Pedro Ferreira de Oliveira. Ele a preencheu como era de esperar-se. Julgue-se dos perigos que afrontou e do valor que desenvolveu por este fato: dezesseis homens o acompanharam, e deles só voltou com vida *um marinheiro!*

Os serviços que prestou nessa conjuntura, o peso e o valor de suas reflexões criaram-lhe uma reputação indestrutível, e captaram a amizade e o respeito dos dois generais, como consta da correspondência íntima dos mesmos e das ordens do dia.

A execução do plano de ataque deu em resultado a tomada da cidade.

A previdência e o denodo do jovem oficial foram galardoados com o comando do brigue *Independência ou Morte*, e com uma das doze medalhas com que o Imperador distinguiu os mais valentes, e na qual de um lado se vê a effigie de D. Pedro I, e do outro lê-se: *Aos mais bravos*.

Um ano depois achava-se Pedro Ferreira de Oliveira na Bahia. Tendo ali chegado a nau *Pedro I*, comandada por Jevret, a fim de animar o espírito público, tomado de apreensões e receios, talvez infundados, e devendo aquele general da armada deixar o comando do seu navio por ter sido chamado à corte, por acordo entre ele e o presidente da província, foi-lhe esse comando confiado, não obstante haver oficiais mais graduados e antigos.

A nau *Pedro I* como todos os navios que Pedro Ferreira comandou, foram sempre apresentados como modelos de asseio, de ordem e de disciplina. A sua fé de officio a este respeito narra muitas ordens do dia em que o quartel-general o louvava e lhe dava agradecimentos por ordem do ministro da Marinha.

São ainda os documentos officiais que nos revelam a série de relevantes serviços prestados por Pedro Ferreira de Oliveira no comando do brigue *Pampeira*, por ocasião da campanha de 1828 entre o Império e as províncias confederadas do rio da Prata, quer em relação às vezes que o canhão brasileiro teve de troar em desafronta do pendão auriverde, quer na perseverante e solícita proteção que prestou ao comércio, ou na defesa e guarda das costas em que fora muitas vezes empregado, quando a comissão era arriscada e exigia um oficial ativo e desvelado.

O posto de capitão-tenente que então obteve, quando ainda não contava bem sete anos de serviço na armada nacional, foi uma recompensa justa e devida ao seu bem provado mérito, e ninguém mais

mercedamente colocou sobre o peito a medalha de honra dessa campanha que também obteve.

Tinha então vinte e seis anos de idade, era capitão-tenente em uma época em que o elemento estrangeiro dominava exclusivamente a corporação da marinha e em que tudo indicava o firme desejo de que esse estado de coisas se perpetuasse. Era sem dúvida preciso que possuísse muito merecimento!

Cumpra ainda que a História registre um fato que lhe pertence, praticado pelo capitão-tenente Oliveira quando ainda se achava no seu brilhante comando do brigue *Pampeiro*.

Tendo saído a cruzar, avista um possante brigue de guerra; dá-lhe este um tiro de pólvora seca com fim de que mostrasse o *Pampeiro* a sua nacionalidade, sem aliás firmar primeiro sua bandeira, como era do seu dever segundo a cortesia e usos marítimos. O *Pampeiro* não se deu por entendido, continuou placidamente no bordo que seguia, aproximando-se sempre do orgulhoso colega. Uma segunda detonação e o sibilo de uma bala férrea fizeram-se ouvir no *Pampeiro*, que ao mesmo tempo distinguiu no penol da mezena do seu antagonista as cores do leopardo britânico. Então, sim, estavam preenchidas as formalidades, satisfeitas todas as conveniências, e o *Pampeiro* não era menos cavalheiro para fazer esperar a devida saudação a tão obsequioso cumprimento. O pendão nacional foi imediatamente firmado com um tiro de bala, que, passando por entre os mastros do brigue inglês, cortou-lhe alguns ligeiros cabos. Desprendeu-se dos turcos desse brigue um escaler que, convenientemente tripulado, se encaminhou para o *Pampeiro*. Atravessou este logo a fim de receber a visita que lhe queria fazer a urbanidade britânica. Era porém uma satisfação que exigia o comandante inglês, o qual se julgava ofendido pela bala do canhão brasileiro, sem querer recordar-se de que fora ele quem dera o exemplo da saudação militar. O capitão-tenente Pedro Ferreira respondeu ao agente do comandante inglês em termos peremptórios e enérgicos: – que não tinha satisfações a dar; que, pelo contrário, era ele quem as devia receber, por ter recebido provocações bruscas de um navio de guerra que bem conhecia o *Pampeiro* e sabia qual a comissão que desempenhava; que cortava toda ulterior discussão de palavras e estava resolvido a correr todas as eventualidades de seu ato. E manobrando continuou na mesma direção. O brigue inglês fez

o mesmo, porém demandando a barra do Rio de Janeiro, onde à sua chegada pediu o comandante satisfação ao governo brasileiro. Voltando Pedro Ferreira da sua comissão, foi ouvido, e, dada a sua resposta, foi o seu belo procedimento elogiado pelo Ministro da Marinha, o general da Armada Diogo Jorge de Brito.

Depois do *Pampeiro*, passou Pedro Ferreira de Oliveira a comandar os navios de maior força da esquadra nacional, como as corvetas *Defensora* e *Regeneração*, as fragatas *Piranga*, *Campista*, *Paraguaçu*, *Príncipe Imperial*, etc.

O arsenal e intendência da província da Bahia necessitavam de um homem inteligente, probo e criador: Pedro Ferreira foi o escolhido para o respectivo encargo.

Seu caráter sisudo e austera probidade, seu trato lhano, franco e sem pretensões em breve captaram o respeito e a estima dos baianos, que disso lhe deram repetidas provas. Por eles foi eleito mais de uma vez deputado à assembléia provincial e suplente à geral, sempre eleitor, tesoureiro e presidente da caixa econômica, membro da comissão encarregada de render a homenagem do amor e adesão da província à pessoa do Imperador e de representar a mesma província no ato da coroação.

Os serviços que prestou na Bahia foram reconhecidos e premiados com a promoção ao posto de capitão-de-fragata.

Nesse lugar e com esse posto o surpreendeu a revolução que rebentou em 1837.

Chamado por nomeação do presidente a tomar o comando da fragata *Constituição*, capitânia da força naval em operações naquela província, e assumindo-o em conseqüência de terem adoecido vários comandantes, tão vivamente se fez sentir a sua ação nesse posto, onde sempre se encontrou nas horas de grave perigo, que, estabelecido e rigorosamente apertado o bloqueio, pode-se dizer que aos seus esforços foi devida, em máxima parte, a terminação da revolução que pouco depois se conseguiu.

Aí foram eminentes os seus serviços. Mais de uma vez cobriu-se de glória. Foi ele quem dirigiu o ataque de abordagem, dado por quatro escaleres com 60 homens a uma escuna dos rebeldes, perfeitamente tripulada e armada, que foi tomada a ferro frio.

Pouco antes de terminada a revolução, chegando ao Rio de Janeiro o capitão-de-mar-e-guerra Raposo, a quem, como mais graduado, competia o comando da força naval, entregou-lhe Pedro Ferreira de Oliveira. Eis o que a seu respeito escreveu nessa ocasião aquele bravo e honrado militar: "Tomando conta da divisão, e informado minuciosamente, com aquele zelo, inteligência e dedicação que distinguem o capitão-de-fragata Pedro Ferreira, dos resultados das operações efetuadas, e ciente das projetadas, cumpre-me declarar que achei a divisão no mais belo pé de ordem e disciplina, e entre os seus navios uma canhoneira tomada por abordagem aos rebeldes e arrancada do ancoradouro da cidade e debaixo de suas baterias pelo referido capitão-de-fragata".

Restituído o sossego à província e ocupando Pedro Ferreira outra vez o seu emprego de intendente, galardoado pelo governo com o oficialato da Ordem do Cruzeiro, não tardou a parte sensata da população em dar-lhe as provas do seu reconhecimento elegendo-o deputado à assembléa provincial e 1.<sup>o</sup> suplente à geral.

Os que conhecem o provincialismo baiano por certo aquilatarão devidamente essas provas da afeição consagrada à pessoa de Pedro Ferreira de Oliveira.

Terminado o seu mandato à assembléa, regressou para a corte e apresentou-se ao quartel-general.

Por aviso de 3 de fevereiro de 1842 foi nomeado para examinar a barra da Guaratiba, e por outro de 22 do mesmo mês e ano comandante do corpo de imperiais marinheiros e da fragata *Paraguacu*.

Este ano de 1842 foi assinalado por novas comoções intestinas, e foram teatro delas as províncias de Minas e São Paulo. Favorecendo a sorte das armas aos homens que se achavam ao leme da nau do estado, permitiu-lhes que alijassem às praias estrangeiras os vencidos, ou antes alguns personagens ligados ao partido que ousara reagir contra a pressão que se pretendia exercer.

Pedro Ferreira de Oliveira foi designado para conduzir os exilados às margens do Tejo na fragata do seu comando. Ao desempenho dos seus deveres oficiais, reuniu, sem prejuízo deles, tanta urbanidade e cavalheirismo, minorou tanto os penosos inconvenientes da posição dos seus hospedes, que a sua comissão, apesar de difícil e desagradável, conquistou-lhe a sincera e constante amizade de todos eles.

Regressando da Europa, e sendo, por decreto de 23 de julho, promovido ao posto de capitão-de-mar-e-guerra, tomou o comando da corveta *Dois de Julho* por ter este navio de fazer parte da esquadra destinada a conduzir de Nápoles ao Rio de Janeiro a adorada princesa que faz hoje a ventura do Império de Santa Cruz.

Por esse motivo foi condecorado pelo rei das Duas Sicílias com o hábito de cavaleiro da Ordem de S. Fernando.

A 9 de fevereiro de 1844 foi nomeado para comandar a divisão naval do Sul, e por aviso de 26 de março elogiado em ordem geral do dia pelo estado de ordem, disciplina e asseio em que os navios do seu comando foram achados pelo ministro da Marinha, indo S. Ex<sup>a</sup> ali inesperadamente.

Em 10 de julho do mesmo ano foi nomeado membro da comissão encarregada do melhoramento das armas da repartição da Marinha.

Temos até aqui percorrido rapidamente as páginas brilhantes da vida deste ilustre marinheiro; temo-lo visto sempre firme no seu posto de honra nos momentos de perigo, e inabalável nos cataclismas por que tem passado o país: chegamos agora a uma das fases da sua carreira onde melhor se pode estudar e conhecer o seu caráter e as elevadas qualidades que o ornavam.

O comando em chefe da estação naval do rio da Prata era então a mais honrosa e difícil comissão militar. Foi escolhido para ele o homem que fora capitão-tenente aos 26 anos, que nesse posto e nessa idade comandara fragatas, e no posto anterior e aos 24 anos nau e corvetas; o homem que havia servido ao país com tanta honra durante vinte e três anos como oficial de marinha em trinta vasos de guerra; aquele, enfim, cujos honrosos precedentes eram atestados por comandos constantes, elogios, promoções e condecorações.

Nomeado para esse comando por decreto imperial de 17 de janeiro de 1845, partiu para o seu destino em 5 de fevereiro, e poucos dias depois avorou a sua ~~insígnia~~ na capitânia da divisão.

A época era difícil para as repúblicas do Prata.

O déspota sanguinário, que escravizara a república Argentina e a continha sob seus pés na mais abjeta prostração e ignorância, pretendendo submeter ao mesmo tempo a pequena República Oriental do Uruguai, auxiliava ostensivamente com seus soldados ao caudilho que

nela queria exercer a ditadura, e que mais tarde, se alcançasse, seria o fiel executor das vontades e das ordens de sangue e extermínio do Nero americano. Essa horda, composta de argentinos e orientais, capitaneada pelo General Oribe, sitiava a cidade de Montevideú, colocando as forças militares das potências ali representadas em posição mui difícil. Para nenhuma nação era essa posição tão delicada e afanosa como para o Brasil, pelas circunstâncias gerais, pelas que nasciam dos imensos interesses de súditos brasileiros sujeitos ao arbítrio dos beligerantes e pelas dificuldades nascidas da rigorosa neutralidade adotada pelo Império e dos antigos ódios de raça.

Como se tudo isso não bastasse, veio mais tarde a intervenção anglo-francesa tornar mais espinhosa a tarefa dos agentes brasileiros.

A situação exigia do comandante da nossa força naval tanta gravidade, penetração, providência, energia e perseverança, que parece difícil pudesse um só homem reunir tais qualidades e desenvolvê-las por largo espaço de tempo sem a menor contrariedade: porquanto o menor desvio do procedimento que lhe estava traçado na observância da política imperial, e na manutenção dos legítimos interesses brasileiros, poderia causar ao governo do país acerbos desgostos.

Durante cinco anos mostrou-se o chefe brasileiro sempre pronto para obrar em qualquer sentido enérgica e decisivamente. Sempre calmo, os seus movimentos, embora calculados, nunca deixaram de ser livres e desassombrados.

Uma só vez não foram desmentidas as suas combinações.

Apesar das contrariedades e dificuldades em que se achou em tão largo espaço de tempo, teve a fortuna de captar a respeitosa estima não só dos beligerantes, como dos agentes diplomáticos estrangeiros e do governo imperial. A alta satisfação deste lhe foi assegurada por duas promoções por merecimento e pela profusão de elogios que se lêem nos despachos dos ministérios da Marinha e de Estrangeiros. O reiterado pedido de informações políticas, a instância com que se lhe rogava que não deixasse a comissão que lhe estava confiada, as expressões sumamente lisonjeiras que caracterizavam às comunicações que lhe eram dirigidas, bastariam para entumecer de orgulho o coração de homem menos forte e menos filósofo.



Nesta parte tão importante da vida de Pedro Ferreira de Oliveira não podemos deixar de narrar com alguma minuciosidade três fatos que bem o caracterizam.

O primeiro, que mostra de quanta serenidade dispunha nas ocasiões de extremo perigo, é o seguinte.

Indo o fiel da corveta *Dois de Julho* ao paiol dos mantimentos buscar a ração de aguardente para a marinhagem, quase cheia a celha, caiu nela a vela da lanterna que por descuido estava aberta, e, incendiando-se o líquido, pensou o fiel evitar o mal derramando-o no chão. Pelo estado de perturbação em que se achava esqueceu-se de chegar o batoque à torneira da pipa, de modo que, correndo dela aguardente, ia encontrar a que estava inflamada e assim alimentava o incêndio que já se estendia por toda a parte.

O paiol da pólvora era contíguo ao da aguardente.

Pedro Ferreira, que se achava em sua câmara, ouvindo ruído fora do natural, saiu para informar-se.

O oficial do quarto, apenas o avistou, bradou-lhe: há fogo no paiol de pólvora! *É impossível*, respondeu o general imediatamente, e sem a mais leve alteração, *porque, se assim tivesse acontecido, nem o senhor teria tempo para pronunciar essas palavras.*

Mas ouçamo-lo e atenda-se bem ao modo como ele referiu o acontecimento.

"Desci ao lugar da desgraça, e então reconheci toda a extensão do perigo; cumpria subir para fazer executar as minhas ordens; mas ao pôr o pé no primeiro degrau refleti que logo que me visse a guarnição encaminhar-me para a tolda pensaria que eu fugia do perigo por julgá-lo impossível de vencer, e então conseqüentemente ela se lançaria ao mar como único meio possível de salvação. Contive-me, pois, e, chamando o oficial de quarto, dei-lhe a seguinte ordem: 'Mande tocar a postos, e a toda a pressa que se deite água por esta escotilha até alargar completamente este paiol. Não se recebe auxílio de pessoa alguma: bastamos nós para vencer a dificuldade.' E descendo, dirigi pessoalmente os trabalhos, que se concluíram em menos de meia hora, sem termos de lamentar outra qualquer desgraça."

Durante os trabalhos apareceu um escaler de um brigue francês, que estava fundeado junto à corveta, inquirindo do perigo e

oferecendo os seus serviços: respondeu-se-lhe que havia fogo a bordo, mas que se lhe agradecia sua obsequiosidade.

Como não há desgraça que não tenha o seu lado bom, serviu este acontecimento para firmar a reputação de excelente disciplina de que gozava a divisão naval brasileira; porque o Almirante Lainé, informado do que ocorria assistiu de seu bordo, armado de óculo, a toda a faina, e nesse mesmo dia à tarde, achando-se em casa do cônsul de Espanha, onde igualmente estavam o ministro brasileiro, e outros cavalheiros, enunciou-se por este modo: "A corveta *Dois de Julho* teve hoje um incêndio a bordo, e a sua tripulação houve-se por modo tão admirável no trabalho da extinção, que mais parecia haver exercício geral a bordo do que tão grande e iminente perigo".

O segundo fato passou-se do modo que se segue.

Em razão das enfermidades que, trazidas de terra, se desenvolveram a bordo dos navios do seu comando, entendeu Pedro Ferreira conveniente estabelecer um hospital em terra, e, com o fim de pôr igualmente a coberto da arbitrariedade oriental uma propriedade brasileira, escolheu o terreno, aliás muito apropriado ao objeto principal, em que existia encravada a charqueada do súdito brasileiro Manuel Gonçalves, situado no litoral do Cerro em frente de Montevidéu.

Para proceder em regra, como era seu costume, e como se previsse acontecimentos que depois mostraram o acerto do seu procedimento, procurou, por intermédio da legação imperial, obter do governo da praça a adesão necessária, bem como que fosse considerado neutro aquele território enquanto o ocupasse o hospital brasileiro. Igual acordo obteve do outro beligerante, o General Oribe. Assim ambos os beligerantes sancionaram a ocupação.

Estabelecendo o hospital, ia todos os dias um escaler levar o necessário para os doentes e empregados. De tudo isso estavam informados os almirantes das esquadras interventoras, a francesa e a inglesa.

Foi entretanto substituído o almirante inglês pelo Sr. A. Ingfield. Por exigência da legação imperial, foi necessário mandar-se alguém ao acampamento de Oribe, e, sendo o almirante inglês o bloqueador, a ele se dirigiu Pedro Ferreira, requisitando a competente autorização para despachar um escaler para Ponta d'Éguas. Respondeu-lhe o almirante que só depois de falar ao francês e aos agentes diplomáticos das duas

nações, a fim de que elles resolvessem, poderia dar uma resposta definitiva.

Entramos nestes pormenores para fazer conhecer a razão por que Inglifield caiu no equívoco de supor que Pedro Ferreira, sem aguardar a resposta prometida, tentara violar o bloqueio, despachando um escaler ao litoral do Cerro, onde se achava o hospital.

No dia seguinte, como era costume, dirigiu-se o escaler ao hospital, que também servia de depósito de sobressalentes, e voltando com um mastaréu a reboque, foi detido em caminho por um escaler inglês que pretendia conduzi-lo à sua capitânia.

Sendo Pedro Ferreira informado de que um escaler inglês se dirigira ao brasileiro, despachou um outro para saber de que se tratava e para conduzir o nosso a seu bordo.

O almirante inglês, vendo partir esse segundo escaler, despachou três com gente armada e logo depois uma grande lancha tendo à proa uma peça.

Pedro Ferreira fez immediatamente largar mais três escaleres bem armados e comandados por um official bravo, com a seguinte ordem: trazer a todo o transe o escaler brasileiro ou irem para bordo de Inglifield somente cadáveres. Fez ao mesmo tempo sinal aos outros navios da divisão ordenando-lhes que aprontassem seus escaleres.

Neste estado de excitação ouviu-se um tiro partido da capitânia inglesa, e viu-se no penol o sinal chamando os escaleres a bordo.

O almirante tinha refletido, e, como cavalheiro valente e humano, pesado bem as conseqüências do seu ato; e tendo consciência da sua superioridade em força material, retrocedeu, porque o podia fazer sem desonra. Apreciou devidamente a valentia do chefe brasileiro e fez a devida justiça ao seu honroso procedimento.

Assim terminou de modo satisfatório um incidente que se apresentara com caráter tão grave e cujas conseqüências podiam ter sido mui funestas. Retiraram-se os escaleres de ambas as partes e seguiram-se as explicações entre os dois chefes, reconhecendo o inglês o seu equívoco pelo que não duvidou dar as mais completas explicações.

Indo Pedro Ferreira para terra, foi recebido por uma multidão de pessoas que o esperavam para cumprimentá-lo, e entre ellas se achou o ministro brasileiro Silva Pontes.

Desde esse momento estreitaram-se de modo notável as relações entre o chefe brasileiro e o almirante inglês.

O governo imperial não se demorou em aprovar a briosa conduta do comandante da nossa estação naval, e não foi parco nos louvores que lhe dirigiu, como consta da correspondência oficial.

O terceiro fato foi mais complicado e revelou em todo o seu brilho os sentimentos patrióticos e os bríos militares de Pedro Ferreira de Oliveira.

O almirante francês Le Predour, chegando a Montevideú para comandar a força naval da sua nação, acompanhado de alguns navios com tropa na qual se manifestara uma epidemia, pediu ao governo que lhe designasse local para estabelecer um hospital, e o governo, animado talvez pelo desejo de humilhar aos brasileiros, desprezando as razões a favor deles apresentadas pelos médicos da junta de higiene, designou a charqueada do súdito brasileiro Manuel Gonçalves. Era para isso necessário que se retirasse o hospital brasileiro onde diariamente se arvorava o nosso pavilhão, e que havia sido estabelecido em terreno neutralizado e por acordo entre a legação imperial e os dois beligerantes.

De conformidade com a sua resolução, dirigiu o governo de Montevideú uma nota à legação imperial pedindo que fosse desalojado o hospital brasileiro a fim de se estabelecer no mesmo local o da esquadra francesa, cujo governo era seu aliado.

O conselheiro Silva Pontes, informando a Pedro Ferreira dessa exigência, declarou-lhe que era sua opinião que cedesse para evitar complicações.

O chefe brasileiro respondeu, repelindo semelhante resolução e declarando categoricamente que o hospital só sairia a tiro de canhão e depois de ter ele perdido o seu último marinheiro ou de ter queimado a última escorva.

Silva Pontes insistiu, declarando que assumia perante o governo imperial a responsabilidade do ato, mas o chefe retorquiu dizendo firmemente que não subscreveria a ato tão humilhante enquanto tivesse vida, e cortou toda ulterior correspondência com o ministro a esse respeito.

Firme no seu propósito, passou a dar todas as providências para não ser surpreendido, mandando colocar, no dia marcado pelo governo oriental para o desalojamento, nas proximidades do hospital, a

corveta *União*, o brigue *Capiberibe* e os mais navios que puderam mudar de ancoradouro e colocar-se em posição vantajosa, e ordenou que todos estivessem prontos para o combate, ao primeiro sinal, quer viesse de terra, quer do mar, de bordo dos navios franceses.

Vendo o governo da praça e o almirante francês a atitude assumida pelo chefe brasileiro, e fazendo a legação conhecer que estava em desacordo com ele, começaram as explicações.

O almirante declarou que não tinha exigido aquele local e não o queria desde que se achava ocupado por outro; e o governo da praça dirigiu imediatamente uma nota à legação imperial dizendo que não insistia no seu propósito, que não fora sua intenção ofender o chefe brasileiro nem obter à força o desalojamento, e que, apenas indicara o lugar na hipótese de querer o mesmo chefe cedê-lo.

O governo imperial, informado do ocorrido por ambos os seus empregados, aprovou, como era de justiça, o procedimento do chefe da estação naval.

Este incidente não alterou as relações que ligavam esses dois empregados; fortificou-se, pelo contrário, a sua amizade, e cresceu o apreço em que o conselheiro Silva Pontes tinha a Pedro Ferreira. Prova-o um ofício que o mesmo conselheiro lhe dirigiu quando, pedindo ele uma licença para vir à corte, deixou o seu comando.

Eis o que se lê nesse ofício:

"Depois de agradecer a V. S<sup>a</sup> tanto a participação [da retirada] como o conhecimento que me dá das indicadas instruções [são as que o general deixava ao oficial que o ficava substituindo] nas quais não é possível deixar de encontrar aquele espírito de patriotismo, aquela justa imparcialidade, aqueles sentimentos de humanidade e aquele tino e discernimento que tão preciosa tornam a cooperação de V. S<sup>a</sup> nada me resta mais do que fazer votos ao Céu pelo pronto regresso de V. S<sup>a</sup>, principalmente se o governo imperial apesar de minhas súplicas continua a conservar-me em uma posição, que se tornará muito mais difícil para mim, dado o caso de que eu tenha de perder absolutamente a valiosa coadjuvação de V. S<sup>a</sup> Tal é o meu pensamento como empregado público, sinceramente interessado no melhor serviço do nosso augusto soberano. Como homem particular V. S<sup>a</sup> conhece a consideração, estima e amizade que lhe consagro. Deus guarde a V. S<sup>a</sup>. Legação do Brasil em

Montevideú, 4 de dezembro de 1849. – Ilm<sup>o</sup> Sr. Pedro Ferreira de Oliveira etc. – [assinado] o encarregado de negócios, *Rodrigo de Sousa da Silva Pontes*."

Chegou Pedro Ferreira ao Rio de Janeiro a 18 de dezembro, mas apenas pôde gozar de menos de um mês de licença. Foi constrangido a regressar para Montevideú por serem ali precisos os seus serviços. Partiu a 15 de janeiro de 1850.

Colocado outra vez no posto, entregou-se como antes ao serviço do seu país, prestando eficaz proteção ao comércio, que à sua retirada para a presidência da província do Rio Grande do Sul lhe endereçou a mais lisonjeira e cordial manifestação dos seus sentimentos de gratidão.

A época em que Pedro Ferreira de Oliveira foi nomeado para presidir a província do Rio Grande do Sul era difícil e cheia de perigos; mas ele se houve com tanto tino e prudência, que conseguiu acalmar as paixões políticas, conciliar os homens, dispor e preparar o espírito público para a guerra gloriosa, que depois foi empreendida pelo Brasil contra o sanguinário déspota da Confederação Argentina, reunindo o pessoal e material de guerra espalhado por toda a província, promovendo a prosperidade dela e distribuindo a justiça, de modo que saiu estimado e abençoado por todos.

Precipitando-se os acontecimentos políticos, e convindo que o general, comandante-em-chefe do exército de operações fosse ao mesmo tempo presidente da província, foi exonerado da presidência e substituído pelo mais digno sucessor que se lhe podia dar, pelo mais hábil general do Império, por um dos mais distintos servidores da nação, o Marquês de Caxias.

Durante a sua residência no Rio Grande, foi nomeado comendador da Ordem de Aviz, e logo que chegou à corte recebeu a nomeação de capitão do porto do Rio de Janeiro, lugar que, para lhe ser dado, de propósito se criou então, separando-o da inspeção do arsenal.

Em janeiro de 1852 foi honrado pelo Ministério da Fazenda com a nomeação de membro de uma comissão especial para o alinhamento e construção do cais da alfândega do Rio de Janeiro, e pelo Ministério da Marinha foi nomeado membro da comissão científica encarregada do exame das derrotas dos navios da Armada, e incumbido

especialmente de recolher as observações indicadas nas cartas de Mr. Maury, diretor do observatório de Washington.

Chegamos a uma época da vida de Pedro Ferreira de Oliveira, em que a justiça, devida mais aos mortos do que aos vivos, porque estes podem defender-se e aqueles legam a sua defesa à posteridade, exigia que entrássemos em uma completa exposição de fatos e razões a fim de remover até a última sombra das censuras que tanto amarguraram os últimos anos da existência do ilustre finado. Mas o homem, que foi em vida um exemplo de patriotismo e abnegação, não será depois de morto obstáculo à conclusão daqueles mesmos negócios, para cujo favorável arranjo empenhou a sua experiência, a sua inteligência e a sua subordinação como militar.

Ainda não está resolvida a mais importante das questões, que originaram a expedição mandada em 1855 ao Paraguai e a comissão diplomática que, com o comando em chefe dessa expedição, foi pelo governo imperial confiada a Pedro Ferreira de Oliveira.

Quando a História, desembaraçada das conveniências políticas e das considerações que a elas se prendem, puder emitir juízo imparcial sobre todas as circunstâncias daquela dupla comissão, confiamos que a biografia do ilustre chefe-de-esquadra oferecerá o raro exemplo de uma longa existência, igual constante sucessão de serviços, na importância deles, e no desempenho de espinhosos deveres espontaneamente assumidos ou impostos pela posição oficial e pela subordinação militar.

Três foram os objetos da missão de que se trata.

1<sup>o</sup> Reclamar uma satisfação pela ofensa feita ao Império na pessoa do seu encarregado de negócios, o Sr. Filipe José Pereira Leal.

2<sup>o</sup> Reclamar que o simples trânsito pelos rios Paraguai e Paraná, na parte em que suas águas pertencem à República, fosse franqueado aos navios e súditos brasileiros, como se acha estipulado no art. 3<sup>o</sup> do tratado de 25 de dezembro de 1850.

3<sup>o</sup> Celebrar, se o governo da República a isso se prestasse, os ajustes concernentes aos limites e à navegação e comércio entre os dois países em conformidade do art. 15 do mesmo tratado.

A primeira questão foi resolvida de uma maneira honrosa para o Brasil.

Quanto às outras celebrou o plenipotenciário brasileiro duas convenções que o governo imperial julgou não dever ratificar.

Em consequência disso foi Pedro Ferreira de Oliveira exonerado do comando da divisão naval.

Eis o que a esse respeito se lê na sua fé de ofício:

"Por aviso de 4 de junho de 1855 foi exonerado do comando da divisão naval do rio da Prata, e mandado recolher imediatamente a esta corte para dar conta do seu procedimento como plenipotenciário no ajuste das questões pendentes entre o Império e a República do Paraguai."

Essa ordem foi logo executada. Pedro Ferreira de Oliveira recolheu-se ao Rio de Janeiro; mas, apesar de achar-se pronto para dar contas do seu procedimento como vivamente desejava, não teve a satisfação de ver realizada essa segunda parte da resolução do governo.

Dois anos depois de concluída a sua missão, por decreto de 11 de abril de 1857 foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar; em 18 de dezembro do ano seguinte conselheiro de guerra; e em 16 de abril de 1859 diretor da Escola de Marinha.

Foram os últimos cargos que desempenhou.

Faleceu em 11 de março de 1860.

Ainda algumas palavras, e teremos concluído a nossa missão.

Pedro Ferreira de Oliveira, de estatura menos que ordinária, de formas delicadas, bem conformado e proporcionado, de frente ampla e levemente inclinada para trás, feições simpáticas, olhar sereno e investigador, boca pequena, tinha um defeito físico que não lhe permitia enunciar-se com facilidade, pelo que adquirira o hábito de falar com muita lentidão. Sem possuir ampla e variada instrução literária, possuía a necessária para bem desempenhar, como mais de uma vez mostrou, todas as posições da vida pública, e toda quanta ciência era de mister à sua profissão, na qual era realmente ilustrado; dotado de muita inteligência e feliz penetração, era fácil em atingir as relações das idéias; de caráter ameno e leal, nunca fez mal a alguém intencionalmente; e se no desempenho de suas obrigações contrariou alguma pretensão, ou fez aplicação severa da lei, foi isso o resultado de ponderosas exigências do dever. Não menos virtuoso nas relações da família, do que como cidadão, foi



esposo e pai extremoso. De uma probidade e inteireza a toda prova, legou à sua família um nome sem mancha, mas nenhuma fortuna, nem um óbolo para o seu saimento. O governo imperial o reconheceu concedendo uma pensão à sua viúva e a uma filha menor.

OS CONTEMPORANEOS



JOSÉ MANUEL BUSTAMANTE

*José Manuel Bustamante*

.....  
*João Manuel Pereira da Silva*

**N**ão se trata nesta biografia de um homem político somente, trata-se também de um literato. João Manuel Pereira da Silva nasceu na vila de Iguaçú, província do Rio de Janeiro, no ano de 1818. Era seu pai um negociante, que adotara o Brasil por sua pátria, e que servira na corte os cargos de juiz de paz de almotacé, e sua mãe procedia de uma excelente e numerosa família daquele tempo.

Muito moço seguiu para Paris a completar seus estudos, começados no Rio de Janeiro.

Na Faculdade de Direito formou-se e defendeu tese em 1838, tendo por seu presidente o infeliz Conde Rossi, que foi assassinado em Roma, ocupando o lugar de ministro do papa Pio IX.

Voltando para a sua pátria, preferiu Pereira da Silva a carreira livre e independente de advogado a qualquer emprego público.

No ano de 1840 entrou para a Assembléa Legislativa da província do Rio de Janeiro. No de 1843, tomou assento na Câmara dos Deputados, como suplente.

Esta legislatura porém pouco tempo durou, porque foi dissolvida em maio de 1844, pelo Ministério Macaé e Alves Branco, que, vencendo as eleições, a que fizera proceder em todo o império, expelindo do corpo legislativo a todos os seus adversários, foi neste número incluído

João Manuel Pereira da Silva, que, desde que chegou da Europa, se dedicara ao Partido Conservador.

Continuou a advogar, e ao mesmo tempo pelos seus escritos, e artigos de periódicos, e na assembleia provincial, na qual teve sempre assento, continuou a servir as idéias e interesses do seu partido, até que nas eleições gerais de 1847 conseguiu ser um dos poucos conservadores, que foram eleitos para a Câmara dos Deputados, e que, aí, na sessão de 1848, formava um núcleo de oposição governamental, que trouxe a queda do poder do Partido Liberal, que se conservara na administração desde 1844.

Dissolvida esta Câmara em setembro de 1848 pelo ministério conservador presidido pelo marquês de Monte Alegre, foi de novo reeleito João Manuel Pereira da Silva e voltou para a Câmara em 1850.

Nesta época findou a sua carreira de advogado que deixou, achando-se com uma fortuna independente.

Muitas causas célebres defendeu quer perante o tribunal do júri, quer por escrito no foro civil, que mereceram as honras da publicação nos periódicos do tempo.

Não se esqueceu nunca da literatura pela qual professava particular predileção. Romances, críticas literárias, alguns versos, que publicou durante esse período e que se acham nas coleções de jornais e revistas, levaram-no a empreender estudos sérios e mais de fôlego, e entre-gou-se às investigações sobre a história de seu país.

Publicou um esboço literário sobre a literatura brasileira para introdução do *Novo Parnaso Brasileiro*: um estudo sobre a influência inglesa em Portugal, e a vida dos poetas Tomás Antônio Gonzaga, e frei Francisco de S. Carlos. Em 1847 imprimiu sob o título de *Plutarco Brasileiro*, em 2 volumes em 8<sup>o</sup> francês, uma coleção de biografias e críticas, que teve aceitação, apesar de muitos defeitos que se lhe notavam.

Na Câmara dos Deputados de 1850 a 1856 foi sem dúvida um dos oradores mais estimados e dos membros de comissões mais trabalhadores e ativos. Quase que não houve questão importante em que não tomasse parte. Foi um dos estrênuos defensores da política estrangeira do Visconde do Uruguai, que ocupava a pasta dos Negócios Exteriores. As questões do rio da Prata tão entremeadas de lutas e ódios, as diversas peripécias por que passaram as nossas relações internacionais com a

Inglaterra e França, e as tentativas do governo brasileiro para ajustar com os estados americanos confrontantes os seus limites territoriais, e para negociar tratados de navegação, comércio e extradição de criminosos, acharam no deputado pelo Rio de Janeiro um sustentador acérrimo e decidido. A colonização européia foi por ele tratada na sessão de 1853 de uma maneira notável.

A reforma hipotecária, que pretendeu inaugurar no Brasil o Ministério de 1854, obteve dele um luminoso relatório, como relator da comissão especial que a Câmara dos Deputados nomeou. Os negócios da guerra e marinha ocuparam a sua atenção e cuidados, e pertenceu durante algumas sessões à comissão de marinha e guerra.

A convenção da moeda falsa, que se negociou com o governo português, para o fim de terminar este cancro, que envergonhava as duas nações e só servia para ilicitamente enriquecer alguns indivíduos, foi por ele sustentada, e mereceu esse seu comportamento, e a sua posição de relator da comissão diplomática, encarregada do exame e parecer sobre tal assunto, a comenda da Ordem de Aviz, que enviou-lhe el-rei de Portugal. Por fim, a reforma da lei de eleições, que acabou com os deputados por províncias e organizou os representantes de pequenos círculos, teve nele um campeão, que a primeira vez que foi executada o tornou uma das suas vítimas mais ilustres.

Ainda depois desta derrota, presidiu por alguns meses a província do Rio de Janeiro, em cujo governo adquiriu geral simpatia pela sua atividade, conhecimentos especiais e zelo como administrador.

Descido da presidência, partiu para a Europa, e lá, cumpre dizer com verdade, não fez menores serviços ao seu país com os seus escritos.

Foi um deles notável a publicação que fez na língua francesa na *Revista dos Dois Mundos* de 15 de abril de 1858, a respeito do Império do Brasil durante o governo do Sr. D. Pedro II.

É um trabalho, se bem que conciso, completo; política, comércio, indústria, finanças, recursos e forças do Brasil, tudo ali se descreve com a maior exatidão. Em resposta a quanto se publicara na Europa a respeito de sua pátria, mostrou ele ao mundo, e por uma publicação lida por número enorme de gente, e gente habilitada, o que era o Brasil, e o futuro que o devia esperar.

Este trabalho foi publicado em traduções alemãs e inglesas e causou sensação na Europa. Traduzido também em português, foi publicado em Lisboa e no Rio de Janeiro.

Outra publicação, que fez na Europa, foi a da obra *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, em 2 volumes em 8<sup>o</sup> francês. É a recompilação dos trabalhos históricos e literários do autor sobre o Brasil. Acrescentou-lhe grande massa de novidade, e formou um livro, que teve traduções parciais em revistas francesas, e foi elogiado pelos jornais e revistas francesas, inglesas, alemãs e italianas, e por conhecidos e abalizados escritores.

Estas publicações causaram no Brasil agradável sensação. Muitos adversários políticos seus mudaram seus ressentimentos em estima. Quando João Manuel Pereira da Silva chegou ao Rio de Janeiro, de volta de sua excursão, achou-se membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro e presidente por unanimidade de votos.

Tem-se conservado neste posto: tem servido em várias comissões de nomeação do governo, como a de presidente da inspeção da casa de correção e de membro da reformadora da lei de câmaras municipais e da lei da guarda nacional; tem servido de consultor do Ministério do Império, e, além da comenda de Cristo, obteve também ultimamente da munificência imperial a grande dignitária da Ordem da Rosa.

João Manuel Pereira da Silva é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde sua fundação, do Instituto dos Advogados, do Instituto Histórico de França e várias outras associações científicas e literárias.



NEAQUITES DE S. JOÃO DA TRINHA

*Marguez del Pui da Valua*

.....  
*Marquês de S. João de Palma*

**D**

om Francisco de Assis Mascarenhas nasceu na cidade de Lisboa a 30 de setembro de 1779. Foram seus pais D. José de Assis Mascarenhas, conde de Óbidos, Sabugal e Palma, e D. Helena de Lima, condessa dos mesmos títulos, filha dos marqueses de Ponte de Lima. Os filhos das famílias nobres de Portugal, em geral preferiam a carreira das armas à das letras. A nobreza desse reino, assim como de toda a Europa, repousava sobre a tradição da glória militar. As guerras de África, os feitos d'armas mais recentes e mais brilhantes ainda da conquista das Índias Orientais conservavam entre a nobreza portuguesa muito vivaz o amor à carreira militar.

Apesar de pertencer a uma das famílias mais nobres e antigas do reino de Portugal, família que segundo geralmente se dizia tinha relações de parentesco com a dinastia reinante, o jovem D. Francisco já por sua vocação natural às letras, já pelo amor que seus nobres pais votavam a todas as profissões liberais, foi mandado à Universidade de Coimbra para aí freqüentar o curso de Direito.

Feitos os seus estudos preparatórios com notável aproveitamento, o jovem D. Francisco matriculou-se no curso de leis, que freqüentou até o 2º ano. Seu talento provado nas lidas escolásticas, sua aptidão



para o manejo dos negócios públicos, fizeram com que seu pai o retirasse cedo da escola para dedicá-lo ao serviço do rei.

Há muito tempo o Brasil era o teatro onde se exercitavam os talentos da nobreza portuguesa. Para aqui mandavam os reis de Portugal filhos das principais famílias do reino com cargos mais ou menos importantes.

Ainda bem jovem D. Francisco de Assis Mascarenhas foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Goiás.

Embora fosse muito remota, de escassa população, e de minúsculos recursos a capitania de Goiás, o novo capitão-general houve-se com tal prudência, revelou tanto tino administrativo no seu governo, que o Sr. D. João VI, que com sua corte havia passado para o Brasil, quis aproveitar seus talentos, e ao mesmo tempo recompensar seu zelo e dedicação pelo serviço público, nomeando-o governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais.

De todas as terras de Portugal era então a capitania de Minas a que mais atenção merecia aos reis de Portugal. Sua grande extensão, a avultada população que já então encerrava em seu seio, sua adiantada civilização, os imensos interesses ligados às suas riquíssimas minas de ouro, a importante repartição da intendência dos diamantes, que eram explorados por conta do estado, tudo concorria para tornar o governo dessa capitania muito cobiçado mesmo por homens do maior merecimento.

A nomeação para esse elevado cargo ordinariamente não recaía senão em homens de uma grande reputação, de talentos superiores, de aptidão administrativa já experimentada. O Sr. D. João VI, escolhendo para esse importante lugar a D. Francisco de Assis Mascarenhas, demonstrava de um modo solene o grande apreço em que tinha suas luzes, seus talentos, seu patriotismo.

Bem depressa o novo governador de Minas provou que, embora muito moço, ninguém melhor do que ele poderia desempenhar as árduas funções de seu emprego. Apenas tomou posse, em 5 de fevereiro de 1810, aplicou-se com todo o ardor a estudar as necessidades da capitania, e a tomar as medidas que estavam nas faculdades de um capitão-general.

É sabido que a mudança da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro não foi um fato indiferente ao Brasil. O rei, vendo com seus próprios olhos a magnificência da terra de Santa Cruz, tratou de dar-lhe

todo o impulso, de desenvolver todos os germes de riqueza que encerrava. Não só na corte como em algumas províncias promoviam-se grandes melhoramentos, muitos dos quais infelizmente não puderam ser levados a efeito.

Aos cuidados do governador de Minas confiou o Sr. D. João VI muitos projetos de grande vantagem para aquela província. Cometeu-lhe o trabalho de organização de um sistema bem combinado de presídios militares que servissem não só para evitar que os selvagens perturbassem os pacíficos habitantes das matas, como também para chamá-los ao grêmio da civilização. Já há muito existiam, é verdade, as divisões das matas do rio Doce, porém foi só então que pensou-se em dar-lhes uma organização salutar.

A navegação do rio Doce, assunto que preocupou bastante o governo do Sr. D. João VI e também do Sr. D. Pedro I, foi recomendada com todo e empenho ao governador de Minas. Em uma carta régia de 21 de agosto de 1810, que temos à vista, o príncipe regente insiste com o general sobre as vantagens dessa navegação, e recomenda-a muito particularmente ao seu reconhecido zelo e dedicação.

As expressões cheias de cordialidade, de que o Sr. D. João VI se servia quando escrevia a D. Francisco de Assis Mascarenhas, demonstram de um modo inequívoco que era ele um administrador que sabia dedicar-se aos interesses dos países que eram confiados aos seus talentos.

Homem ativo, administrador consciencioso, não se poupava a trabalhos, quando se tratava do interesse público. É assim que visitava os pontos mais importantes das capitânias que governava, para pessoalmente conhecer suas necessidades e provê-las de remédio.

Através de caminhos ingratos percorreu toda a distância que separa Vila Rica, hoje cidade do Ouro Preto, do arraial do Tijucu, hoje cidade de Diamantina, para por si mesmo examinar o estado em que se achava a intendência dos diamantes, estabelecida naquele arraial.

Em reconhecimento dos bons serviços prestados em Goiás e em Minas no primeiro ano de sua administração, o príncipe regente fez-lhe mercê do título de conde de Palma.

A carreira administrativa de D. Francisco de Assis Mascarenhas foi das mais longas. Seu governo em Minas prolongou-se até 11 de

abril de 1814. Logo depois passou a administrar a capitania de São Paulo e finalmente a da Bahia.

O modo por que se houve em todas essas administrações granjeou-lhe na corte tal reputação que o rei não duvidou nomeá-lo para o importante lugar de vice-rei da Índia portuguesa, emprego que não aceitou.

Por esse tempo foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de Cristo e nomeado presidente do Desembargo do Paço, regedor da justiça e conselheiro de estado.

Por ocasião da nossa emancipação política D. Francisco de Assis Mascarenhas não trepidou um só momento em abraçar a causa do Brasil em cujo serviço tinha gasto toda a sua mocidade.

No reinado do Sr. D. Pedro I não lhe faltaram honras e distinções, nem tampouco resfriou-se o seu zelo e dedicação pelo serviço público.

Foi então agraciado com o título de marquês de S. João de Palma, nomeado mordomo-mor do imperador e grã-cruz efetivo da imperial Ordem da Rosa.

Assistiu à coroação do Sr. D. Pedro I como condestável.

Com a nova ordem de coisas o nome do marquês de S. João de Palma não perdeu o prestígio que havia adquirido nos tempos do regime absoluto.

Pelo contrário bem depressa teve ele uma prova irrecusável da confiança que inspirava geralmente.

Na eleição dos primeiros senadores em 1826, seu nome foi apresentado à escolha imperial por quatro províncias. O Sr. Pedro I escolheu-o membro pela província de São Paulo.

Três anos depois, em 1829, o Imperador confiou-lhe uma missão especial na Europa.

O marquês de S. João de Palma uniu-se em casamento à D. Joana Bernardina do Nascimento Reis, filha legítima do coronel Joaquim Vicente dos Reis, abastado fazendeiro da Vila de Goitacases, hoje cidade de Campos.

Dotado de um coração cheio de bondade, animado sempre da mais cordial benevolência para com todos, cavalheiro, generoso, de um

desinteresse pouco comum, o marquês de S. João de Palma fazia-se estimar de todos quantos tinham ocasião de tratá-lo. Seu gênio afável conquistou-lhe a simpatia dos povos de todas as capitanias que governou.

Aos 6 de março de 1843, contando 64 anos de idade, o marquês de S. João de Palma terminou sua carreira neste mundo, deixando um nome digno da nobre família a que pertencia.



JOSÉ JOAQUÍN DE LA BOGELA

*José Joaquín de la Bodega*

.....  
*José Joaquim da Rocha*

O

Capitão-mor José Joaquim da Rocha, do conselho de Sua Majestade o Imperador, dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, nasceu na cidade de Mariana, antiga capital da província de Minas Gerais, em 19 de outubro de 1777; ali fez seus estudos e com tanto aproveitamento, que com 16 anos de idade, por escolha de seu mestre o padre Pascoal Bernardino de Matos, que foi mestre dos marqueses de Queluz, Barbacena e Sabará, dos conselheiros Lúcio Soares Teixeira de Gouveia e Francisco de Paula Pereira Duarte, regeu a aula de latim de que o mesmo era professor; casou-se em 25 de abril de 1798, por cujo motivo deixou de seguir para a Universidade de Coimbra, para se formar em Direito; serviu vários cargos da governança e ofícios de justiça, únicos empregos que então havia em sua cidade natal, e com tal perícia e bom comportamento se houve que mereceu a estima não só dos juizes com quem serviu, como do reverendo bispo que então regia a diocese de Mariana, do capitão-geral e de outros funcionários públicos da capital; foi oficial do regimento de milicias da cidade e capitão de ordenanças de um distrito próximo a ela, para cujo posto foi escolhido para com sua prudência e tino fazer cessar as dissensões que existiam entre diversos possuidores de terras auríferas do lugar, o que conseguiu sem estrépito de armas, ou de injustiça, por cujo serviço, e por outros prestados depois, foi pro-

movido ao posto de capitão-mor agregado, e de efetivo por morte do que o era. Em 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, veio ele procurar algum emprego que estivesse a par de seus conhecimentos; aqui se fixou, e, ainda que não formado em Direito, estabeleceu banca de advocacia; nessa carreira se houve com tanta inteligência, que era tido como um dos mais hábeis advogados de seu tempo, tanto no cível como no eclesiástico, o seu ministério foi sempre prestado gratuitamente aos homens do foro, aos pobres, e às viúvas desvalidas; e aos ricos mesmo só exigia o pagamento de seu trabalho antes pelo valor da causa do que pelo valor do mesmo trabalho.

Achando-se a administração dos hospitais militares em muita confusão, principalmente na parte relativa à despesa com a sua manutenção, foi ela reorganizada; instituindo-se uma junta com o título de junta médico-cirúrgica e administrativa dos hospitais militares, o capitão-mor Rocha foi escolhido pelo seu zelo e pureza para contador fiscal dela, tendo debaixo de sua inspeção a compra de todos os objetos necessários ao hospital militar e da marinha da corte, e do que se remetia para os das províncias.

Em 1821, quando se proclamou no Rio de Janeiro a Constituição de Portugal, o capitão-mor Rocha aderiu a ela como o meio mais seguro de manter-se a união das províncias do Brasil, que por vezes tinham dado mostras de quererem-se separar uma das outras; nas primeiras reuniões para a escolha dos eleitores que deviam nomear os deputados às Cortes Constituintes de Portugal foi ele sempre contemplado; já para promissário paroquial, já para eleitor de comarca, e já para eleitor de província; a província de Minas o elegeu deputado suplente às Cortes de Portugal.

Quando em dezembro de 1821 chegaram ao Rio de Janeiro os decretos das Cortes de Portugal, de 29 de setembro do mesmo ano, um que, destituindo o Brasil da categoria de reino a que fora elevado pela carta de lei de 16 de dezembro de 1815, dava nova forma ao governo das províncias, e outro que mandava retirar-se do Brasil, para viajar pela Europa, ao Sr. D. Pedro de Alcântara, príncipe real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, que aqui ficara como regente e lugar-tenente de seu augusto pai o Sr. D. João VI, o capitão-mor Rocha foi o

primeiro que teve a lembrança de pedir-se ao príncipe regente que suspendesse a sua partida até que às Cortes de Portugal fossem dirigidas representações dos povos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e outras províncias do Brasil, e de combinação com seu irmão o tenente-coronel Joaquim José de Almeida, do batalhão de caçadores, assentaram em mandar-se emissários aos governos de São Paulo e Minas, convidando-os para este fim; e escrevendo aos seus amigos que faziam parte deles, com efeito partiu para São Paulo o capitão Pedro Dias de Macedo Pais Leme, depois marquês de Quixeramobim, e para Minas o tenente Paulo Barbosa da Silva, hoje brigadeiro, conselheiro e mordomo da casa imperial, para, além das cartas de que se encarregaram para fazer entrega, pessoalmente instruírem aos governos das ditas províncias dos acontecimentos do dia e pedir-lhe suas coadjuvações, e, graças ao zelo que os ditos emissários empregaram, conseguiram o que desejavam, vindo deputações dos ditos governos a solicitarem do príncipe a suspensão de sua viagem e a sua permanência no Brasil; foi o capitão-mor Rocha que teve a iniciativa da representação do povo da cidade do Rio de Janeiro, e coadjuvado pelo dr. José Mariano de Azevedo Coutinho e Fr. Francisco de S. Paio, religioso franciscano do convento da corte, redigiram a que o senado da Câmara dirigiu ao príncipe regente em 9 de junho de 1822, fazendo assinar a representação pelas estações públicas e por casas particulares, por seu filho Inocêncio da Rocha Maciel, e seu amigo Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, hoje conselheiro, e depois abrindo as portas de sua casa de dia e de noite para ali serem elas assinadas pelas pessoas que o desejavam fazer, sem receio das ameaças que diariamente eram feitas pelos soldados e oficiais da divisão portuguesa que aqui se achavam, e que com tenacidade exigiam a saída do príncipe; o testemunho d'isto está bem patente no que o tenente-general Jorge d'Avilez, que foi comandante das armas da corte e depois da dita divisão, disse no relatório que fez ao governo de Portugal\* sobre os motivos que deram causa à retirada dela para aquele reino, datado do navio que conduziu Sua Excelência em 21 de maio de 1822; entre outras coisas disse

---

\* *Participação e documentos dirigidos ao governo pelo general comandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa, pág. 11.*



aquele general "que a *barca de vapor* tinha partido para a capitania de Santos com deputados a todas as câmaras da costa, a solicitá-la para fazerem causa comum com o Rio de Janeiro, e que este negócio era manejado pelo *insigne rábula Rocha*, em cuja casa havia uma subscrição de assinaturas, tendentes a este fim".

Apresentada a representação do povo do Rio de Janeiro pelo senado da Câmara ao príncipe regente, e declarando este que anuía ao voto do povo, e que não partia para a Europa, amotinou-se a tropa portuguesa, e o capitão-mor Rocha foi indicado como o principal causador dos acontecimentos, e sua casa na Rua da Ajuda, Canto do Beco do Propósito, foi marcada como uma das que deviam ser arrasadas, e tanto que, quando a tropa portuguesa pegou em armas na noite de 11 de janeiro de 1822 foi colocada no morro do Castelo, junto ao convento dos Barbadinhos, uma peça de artilharia apontada para a dita casa, a qual só foi retirada na tarde do dia 12, quando a tropa embarcou para a Praia Grande; e o capitão-mor só teve notícia deste acontecimento à noite, quando voltou do quartel do campo de Santa Ana, para onde tinha marchado com seus filhos e irmãos a pegar em armas contra a referida tropa.

Durante o tempo que mediou entre a saída da tropa portuguesa, e a volta da resposta das Cortes às representações do povo, o capitão-mor Rocha fez com que os deputados de Minas, em cujo número era ele contemplado como suplente, suspendessem sua partida para Lisboa; sua casa ficou sempre como o ponto de reunião dos que desejavam a residência do Príncipe Regente no Brasil, foi ele quem, à vista dos acontecimentos que se davam, lembrou-se de escrever às pessoas influentes das diversas vilas e cidades da província de Minas, para aclamarem Imperador do Brasil ao príncipe regente, e tão acertadas foram as medidas que tomou, que a idéia foi logo abraçada pelas câmaras das ditas vilas e cidades, tanto que quando chegou a Barbacena o padre Januário da Cunha Barbosa, emissário mandado à província de Minas para o dito fim, já achou lavrada a ata em que a câmara e povo daquela (então) vila tinha tomado a deliberação de fazer a aclamação no dia 12 de outubro de 1822.

Em atenção aos serviços prestados ao país pelo capitão-mor Rocha, foi ele agraciado pelo novo imperador com a insígnia de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, criada no dia 1<sup>o</sup> de dezembro do mesmo ano, e escolhido pela província de Minas como representante

dela na Assembléa Geral Constituinte, que se devia reunir no dia 3 de maio de 1823: teve sempre idéias monárquico-constitucionais, opondo-se às de absolutismo ou republicanismos.

Dissolvida a Assembléa Constituinte em novembro de 1823, foi o capitão-mor Rocha, e seus dois filhos, Inocência e Juvência, presos e deportados para a França, assim como o foram os irmãos Andrade, Montezuma, e o padre Belchior. Residiu em Paris até princípios de 1830, quando regressou para sua casa, e aí continuou na sua profissão de advogado, até que houve a revolução de 7 de abril de 1831, que chamou ao trono o Sr. D. Pedro II, e fez retirar-se para a Europa o Sr. D. Pedro I: foi o capitão-mor Rocha nomeado pela regência provisória em nome do Sr. D. Pedro II, em 12 do dito mês, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do império em Paris; nesta missão se houve com tanto tino, que teve as boas graças do rei Luís Filipe, da rainha, e da família real; em seu caráter de ministro foi chamado pelo Sr. D. Pedro I, duque de Bragança, para assistir ao parto da Imperatriz Amélia, que teve lugar em Paris, a 1<sup>a</sup> de dezembro de 1831; comparecendo no palácio do duque, aí se conservou até verificar-se o nascimento da princesa D. Maria Amélia, e lavar-se o auto de verificação da identidade de sua pessoa, e com este passo deu ocasião não só a que o duque de Bragança fosse no dia 2 do dito mês à legação do Brasil em Paris cumprimentá-lo por ocasião dos anos do Sr. D. Pedro II, como a fazer que cessassem as desconfianças que haviam de que o mesmo duque pretendia reclamar a abdicação que havia feito da coroa do Brasil, como asseveraram outros membros do corpo diplomático.

Achando-se complicado em Roma o negócio da confirmação da nomeação do Dr. Antônio Maria de Moura para bispo do Rio de Janeiro, foi o capitão-mor Rocha mandado pela regência no mesmo caráter de ministro plenipotenciário junto da Santa Sé, por carta credencial de 28 de fevereiro de 1834, e aí também se houve com tanta prudência e tino que alcançou da Santa Sé a favor do Dr. Moura dispensas de impedimentos até então negadas, fazendo ele apenas uma protestação de fé em lugar da retratação até aí exigida, feito o que seriam expedidas as bulas de confirmação e sagração, o que se não realizou por causa da resposta que o Dr. Moura deu ao governo, em que declarava que se recusaria a fazer tal protestação de fé: dada por finda esta missão, voltou o

capitão-mor Rocha segunda vez para sua banca de advogado com uma dívida maior de 4:000\$000, contraída nas duas missões, e que pagou com o seu trabalho.

Por ocasião da sagração do Sr. D. Pedro II, foi o capitão-mor Rocha agraciado com título do conselho.

Estragada sua vista e saúde com o assíduo trabalho obteve por prêmio de todos os seus serviços uma pensão de 1:200\$000 com sobrevivência à sua mulher e filhas, a qual só estas participaram, por ter ele falecido em 16 de julho de 1848, antes de ser ela aprovada pelo corpo legislativo: o imperador tendo notícia de sua morte ordenou que as despesas do funeral fossem pagas à custa de seu bolsinho, e apesar disso foi feito com a necessária decência e parcimônia; quando se anunciou seu passamento todos os jornais do dia lhe fizeram a devida justiça, e na ocasião de dar-se à sepultura o seu corpo, o Sr. M. A. Porto Alegre, orador do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil de que ele era membro, pronunciou o discurso seguinte:

"Foi igual na modéstia, e amor pátrio!

"No ânimo contristado de todos os amigos, que vêm dar o último adeus aos restos mortais do venerando conselheiro José Joaquim da Rocha, se manifesta um grande pensamento, que se abraça com duas idéias sublimes: se pensamos na pátria – a gratidão; se no homem que foi – uma inextinguível saudade; este pensamento, que revela um mundo e um varão ilustre, abre no coração brasileiro um templo de emoções sagradas, e o sublima até onde é possível; até os términos da mais acrisolada virtude; este pensamento, brasileiros, que agora borbulha em vossos peitos, que neste momento enflorece os vossos lábios, e como um eco da consciência, e como um voto ungado pela fé e pelo amor, voa a depositar-se respeitosamente sobre este esquife, é aquele mesmo que realizou a palavra do Ipiranga: é o *fiat* da independência.

"É a independência da nossa pátria, é o sonho do modesto Espártaco, realizado à sombra augusta, plácida e paternal da monarquia, é a independência sem lagos de sangue, sem os horrores da anarquia, sem as monstruosidades da guerra civil e sem essas incalculáveis peripécias que sagram o carrasco, exterminam todas as virtudes, e plantam o gérmen da crueldade e da barbárie.

"É a independência tal qual a concebeu José Joaquim da Rocha, e tal qual a realizaram os brasileiros, o monumento de glória que ilustrará eternamente a memória desta ilustre vítima de uma inqualificável modéstia, em uma época em que se pede o prêmio antes da vitória, e o salário antes do trabalho.

"A vida do conselheiro Rocha se assemelha a esses rios caudalosos que rebentam à flor da terra, e que depois de fertilizarem vastíssimas regiões se aprofundam de novo e se perdem nas areias do oceano; foi uma vida missiva, que resplandeceu em uma fase de glória, e que foi coroada com a palma do martírio: o dia do seu nascimento, e o dia do seu consórcio, têm alguma misteriosa coincidência com os destinos do Brasil: há neles a expressão da monarquia e da liberdade, há neles uma profética harmonia, uma revelação dos futuros acontecimentos.

.....

..

"Na época da independência, a casa do capitão-mor Rocha teve a honra de possuir, durante a estada de Avilez no Castelo, uma peça de artilharia constantemente assestada e para ela apontada.

"Foi membro da assembléia constituinte, e compartilhou a sorte dos ilustres Andradas.

O Sr. Pedro I, no dia 1º de dezembro de 1831, antes do nascimento da Sra. D. Amélia, diante dos príncipes da França, dos membros do governo, de todo o corpo diplomático e de alguns brasileiros, disse-lhe, abraçando-o, que ele era um perfeito cavalheiro: era então o conselheiro Rocha enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à corte de Luís Filipe.

"O rei dos franceses e sua virtuosa esposa o estimavam ao ponto de o convidarem para assistir às reuniões de família e a esses festejos domésticos, onde só ele se achava, sem seus colegas do corpo diplomático.

"Mandado a Roma, recebeu do santo padre Gregório XVI provas não equívocas de uma particular afeição: o conselheiro Rocha possuía o segredo de se tornar amado, e de se fazer respeitar debaixo das aparências de sua modéstia proverbial.

"O Instituto Histórico não nos manda aqui para com tristes recordações aumentarmos a dor geral; os pobres perderam no pobre e

laborioso conselheiro Rocha um grande amparo, e sua honrada família um verdadeiro pai, o modelo de todas as virtudes patriarcais.

"Um trabalho insano e excessivo para sua idade e forças abreviou seus dias, e muito concorreu para o seu total aniquilamento a perda progressiva de sua tão preciosa vista.

"Sua Majestade o Sr. D. Pedro II tratou sempre com particular estima o conselheiro Rocha: deu-lhe uma pensão com sobrevivência à sua consorte e duas filhas, e para mais autenticar a sua munificente proteção, mandou-lhe fazer este funeral.

"Quando estive em Roma, e lá recebi os benefícios do conselheiro Rocha ouvi-o dizer ao maior poeta do Brasil estas memoráveis palavras: 'Dou por bem empregado todos os sacrifícios e perdas enormes que tive de 1822 a 1830, se uma voz se levantar na minha sepultura e pronunciar estas palavras – Independência ou Morte – *porque nestas palavras se encerram os dias maiores e os mais felizes da minha vida*'; e o conselheiro Rocha chorou!

"Sejam, pois, cumpridos os seus desejos de uma maneira solene e patriótica, e receba o conselheiro José Joaquim da Rocha esta coroa de *Brasil* em nome da pátria, em nome da História, que lhe oferta o Instituto, Instituto Histórico, que guardará sempre a mais grata recordação do seu finado sócio honorário, do benemérito José Joaquim da Rocha, que foi o primeiro motor da nossa independência.

"Independência ou Morte."



J. I. SILVEIRA DA MATTÁ

*José Lourenço Silveira da Matta*

.....

*José Inácio Silveira da Mota*

O

conselheiro José Inácio Silveira da Mota, nasceu a 15 de fevereiro de 1811 na capital da província de Goiás, sendo aí ouvidor da comarca seu falecido pai o conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Em agosto de 1823 foi enviado por seus pais para Lisboa onde fez seus estudos clássicos, que havia começado na Bahia: destinava-o seu pai a estudar na Universidade de Coimbra o curso de Direito. Para essa Universidade foi ele mandado em 1828, mas as dissensões políticas dessa época naquele reino interromperam os trabalhos da Universidade. Nessas dissensões tomaram parte muitos brasileiros; o Sr. Silveira da Mota compreendeu que, brasileiro, devia abster-se de toda a intervenção pessoal, quaisquer que fossem as suas idéias e simpatias. Voltando para Lisboa, soube que se tinham criado os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda; embarcou pois imediatamente para o Rio de Janeiro, e daqui seguiu para São Paulo a tempo de poder matricular-se no ano de 1829. Concluiu os seus estudos escolares em novembro de 1833, tomando o grau de bacharel.

Nesse mesmo ano apresentou teses para o grau de doutor, e o obteve; e estando vagas duas cadeiras de substitutos do curso jurídico, concorreu para uma dessas cadeiras, com outros quatro candidatos, e obteve não só a aprovação, como também as mais honrosas votações relativas, de onde resultou ser nomeado substituto para uma das cadeiras vagas pela regência permanente.

Muito se deve gloriar o Sr. Silveira da Mota do brilhante começo de sua carreira literária e pública. Tendo perdido seu pai na idade de 21 anos, quando ainda era estudante do 4º ano, não tendo herdado senão o nome e a honradez do velho magistrado, ficou arrimo de numerosa família e destituído de todos os bens da fortuna. Mas conseguiu vencer o apuro dessas circunstâncias; os seus já então reconhecidos talentos, as suas ótimas qualidades lhe granjearam amigos entre as notabilidades da província em que residia; entre estas ufanar-se-á de contar os Paula Sosas, os Costas Carvalhos, os Feijós, e os Vicentes Pires da Mota.

Os seus primeiros títulos de glória literária foram exibidos na cadeira de Direito Criminal, que regeu por 4 anos; dela passou para a teoria de processo, ultimamente para a de Direito Administrativo, que lecionou por poucos dias.

O júri lhe abriu campo para o talento de orador que depois demonstrou na tribuna das câmaras legislativas. No júri de São Paulo ficou memória de algumas de suas defesas, distinguindo-se especialmente as que era obrigado a improvisar por ser na ocasião mesma do julgamento convidado pelos juizes de direito para defender réus desvalidos. Entre esses improvisos citaremos o discurso em defesa de um réu escravo condenado à morte – o discurso em defesa do tenente-coronel Lacerda, acusado como autor da rebelião de 1842, da qual o Sr. Silveira da Mota fora, aliás, franco adversário.

A essas lidas do professorado e da advocacia ficou entregue desde 1834 até 1842, estranho ao movimento político da província, fortificando e enriquecendo o seu espírito pelo estudo e pela reflexão.

Em 1842, sendo deputado provincial, tomou a parte mais importante nas discussões tempestuosas dessa assembléa, sendo o único orador que se opunha aos homens notáveis que então nela tinham assento, e tomavam parte nos debates, Paula Sousa, Vergueiro, Antônio Carlos, Martim Francisco, Álvares Machado, Rodrigues dos Santos, etc.

Em 1842, porém, os debates não deviam circunscrever-se às assembléas políticas: os adversários do governo conspiraram à subversão da ordem pública, e fizeram aparecer o movimento revolucionário.

Homem de ação tanto como homem de estudo e de gabinete, o Sr. Silveira da Mota, ao lado do general hoje marquês de Caxias, prestou à pacificação da província serviços importantes; se porém o guiava o



entusiasmo, não o cegava o fanatismo, e os próprios adversários políticos acharam nele, quando vencidos, um protetor desvelado.

Em 1849 a província de São Paulo o mandou à Câmara dos Deputados, e reelegeu-o em 1853. Em posição mais elevada, melhor pôde então o Dr. Silveira da Mota mostrar todo o seu merecimento. Fiel à idéia política que sempre abraçara, e que nunca desmentiu, o digno brasileiro fez-se especialmente notável nas grandes questões sociais que se prendem ao cativo. Depois de importantes interpelações dirigidas ao ministro de Estrangeiros acerca das violências que estavam sendo praticadas pelo cruzeiro inglês nos nossos portos e litorais, e que mostrou a justa indignação do patriotismo, apresentou ele, expôs e defendeu um projeto tendente a excluir lentamente das cidades e concentrar no campo a população escrava, pelos meios indiretos de um imposto progressivo.

Apresentado em 1853 pela província do seu nascimento em lista tríplice para senador, foi por carta imperial de abril desse ano escolhido, e o senador continuou a obra do deputado.

Em oposição às medidas financeiras do Ministério Sousa Franco, fez importantes discursos sobre os saques com que o ministro, querendo acudir a perigos fantásticos, expôs seriamente o crédito do país. Não acompanharemos a vida parlamentar do nobre goiano, apenas mencionaremos os dois belos e progressivos projetos de um liberalismo prático que ele apresentou este ano, já proibindo os leilões e praças de escravos, já concedendo aos escravos o direito da família, e vedando a venda de filhos separados de seus pais e de suas mães.

O Sr. conselheiro Silveira da Mota é advogado do foro fluminense, e nele goza da consideração devida a um belo talento unido a um belo caráter.



ALEXANDRE JOAQUIM DE SEQUEIRA.

*Alexandre Joaquim de Sequeira*

.....

*Alexandre Joaquim de Siqueira*

**N**asceu o Sr. Alexandre Joaquim de Siqueira aos 19 de dezembro e 1814, no sítio de Coboró, termo da cidade de Niterói, província do Rio de Janeiro.

Foi o quinto filho de Joaquim José de Siqueira, e de sua esposa D. Alexandrina Maria de Siqueira.

Formado em Direito aos 21 anos, ao regressar de São Paulo em 1835 exerceu por pouco tempo o lugar de promotor público da corte.

No ano de 1836 estabeleceu a sua residência na Vila de Vassouras, onde advogou até 1842, em que foi nomeado juiz municipal e de órfãos daquela Vila.

Tendo rebentado a rebelião de Minas, Siqueira empregou todos os meios com que as leis o habilitavam e a influência de que dispunha, para debelá-la; fazendo marchar a guarda nacional de Vassouras para aquela província, e promovendo uma subscrição, para a qual também contribuiu de sua bolsa, a fim de serem sustentadas as tropas imperiais.

Em fins de 1842 foi nomeado juiz de direito da comarca de Cabo Frio, e em 1843 tomou assento como membro da assembléa provincial do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano foi nomeado presidente da província do Piauí, tendo enfermado gravemente em viagem teve de regressar da Bahia, sem que chegasse ao lugar de seu destino.

Em 1844 recusou o lugar de chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, e uma cadeira no Parlamento, que o Sr. Aurelino, presidente daquela província, lhe oferecera, porque não podia servir com lealdade o governo sem renegar os princípios políticos, que sempre professara.

Este seu procedimento foi devidamente punido, sendo pouco depois removido da comarca de Cabo Frio para a do Rio Grande do Sul, e logo depois para a de Belém no Pará.

Excluídos do Parlamento os membros do Partido Conservador, o Sr. Siqueira defendeu na assembléa provincial os princípios de seu partido e os seus correligionários perseguidos com esforço e constância.

Nomeado juiz de direito da comarca de Vassoura pelo Ministério do Senhor Eusébio, em 1848, promoveu na cidade daquele nome a edificação da casa da câmara, a cadeia e hospital de caridade.

Em 1850 foi nomeado presidente da província de Minas, e ali obteve da assembléa provincial a revogação das leis inconstitucionais e anárquicas, que a anterior assembléa decretara. Acometido de uma grave oftalmia, em 12 de maio oficiou ao governo pedindo demissão; no dia 14 passou a administração ao terceiro vice-presidente da província, e tendo este recusado aceitá-la, passou-a no dia 8 de junho ao quarto vice-presidente, o coronel Romualdo José Monteiro de Barros. De posse do ofício, que este lhe dirigiu com data de 10 de junho comunicando ter assumido a vice-presidência da província, o Sr. Siqueira retirou-se de Ouro Preto, e veio esperar no município do Rio Preto, da província de Minas, que se lhe desse sucessor, e ao mesmo tempo procurar clima mais apropriado ao seu estado de saúde.

Tendo-lhe sido nomeado o sucessor em 17 de junho, recolheu-se o Sr. Siqueira à sua casa. Posto que esta seja a verdade dos fatos, constantes dos documentos oficiais, que temos à vista, o Sr. Siqueira foi acusado pelo espírito de partido de ter abandonado a presidência, e deixado acéfala a província!

Apesar de sua enfermidade, e de estar sangrado no dia 23 de maio, sufocou o Sr. Siqueira um motim militar no Ouro Preto,

apresentando-se na praça pública, e mandando prender os cabeças dele, os capitães Paca e Livramento.

Nos quatro meses de sua administração o tempo foi pouco para que o Sr. Siqueira tomasse conhecimento dos muitos e variados assuntos do governo; ainda assim a ele deve a província de Minas a idéia do convênio por esta feito com o Rio de Janeiro para cobrança dos impostos que lhe são devidos na entrada da fronteira, e a iniciativa da idéia da exploração e navegação a vapor do rio São Francisco.

Nomeado chefe de polícia da corte em abril de 1853, exerceu aquele cargo até março de 1854, em que foi aposentado por ter adoecido gravemente.

Durante a sua administração não se perpetrou crime, cujo autor não fosse descoberto e preso.

À força de vigilância e de energia o Sr. Siqueira acabou com os *capoeiras*, quadrilha de assassinos que infestava a capital do império, e que matava pelo prazer de matar.

Estabeleceu o depósito dos cadáveres achados, e deu o regulamento conveniente para se descobrirem as causas que tinham produzido a morte, e conhecer-se a pessoa do morto.

Convencido da inutilidade do corpo municipal, como auxiliar da polícia, criou a companhia de pedestres e deu-lhe regimento.

A prostituição é um mal das sociedades civilizadas, que, se não pode ser curado radicalmente, deve ser atenuado e refreado. Para este fim o Sr. Siqueira expediu um regulamento, que até hoje pende da aprovação da câmara municipal. Nele atendia à moralidade e salubridade públicas.

Desta pende também a aprovação de outros dois regulamentos por aquele senhor expedidos e concernentes a hospedarias, estalagens e casas de dar dinheiro sobre penhores, estas, no estado atual, antros da usura, e aquelas valhacoutos de ladrões e assassinos.

O Sr. Siqueira publicou o regulamento para as carruagens e outros veículos de condução, fundou a albergaria de mendigos inválidos, extinguiu o uso bárbaro do entrudo e o monopólio das carnes verdes com que uma vasta associação esfaimava a população da capital.

Nomeado diretor da estrada de ferro de D. Pedro II, em 1855, exerceu aquele emprego até março de 1859, em que deu a sua demissão por não concordar com o presidente da diretoria sobre o sistema

da administração, que este queria, e por não aprovar o modo imperfeito por que eram executadas pelos empreiteiros, apoiados sobre aquele presidente as obras da 2ª seção.

Eleito em 1856 vereador da câmara municipal da corte, e deputado por esta à assembléa geral legislativa, muito poucas vezes pôde o Sr. Siqueira concorrer às sessões, porque esteve enfermo durante quase todo o quadriênio.

Membro do partido conservador progressista, o Sr. Siqueira apoiou, com reservas, o Ministério Olinda-Sousa Franco.

Em opposição ao Ministério Abaeté-Sales, foi um dos seis deputados que, na sessão de 1860, continuaram em opposição ao Ministério Ferraz, o continuador da política do seu antecessor.

Em 1848 foi o Sr. Siqueira agraciado com o hábito de Cristo; em 1853 foi nomeado desembargador honorário; em 1855 comendador da Ordem de Cristo e em 1858 oficial da imperial Ordem da Rosa.



JOSÉ MARIA DA SILVA HEYRIGHEIT

*José Maria da Silva Heyrigoit*

.....  
*José Maria da Silva Bitancourt*

**A** melhor biografia de um general é a sua fé de ofício. Homem de abnegação, cidadão dos sacrifícios, o militar, desde que assenta praça, constitui-se *ipso facto* o agente moral e ativo da mais gloriosa missão humana – a do severo cumprimento do dever.

Ora, no cumprimento do dever é que reside a força, a nobreza e a glória da personalidade humana.

*Le seul grand homme ici bas*, diz um distinto escritor francês, *c'est l'honnête homme*.

Se, pois, o homem honesto é aquele que, através de todas as vicissitudes da vida, acata a religião do dever e cumpre à risca as prescrições de seu destino social, onde ir buscar melhor tipo para a dignidade humana, melhor exemplo da supremacia individual do que no soldado disciplinado e nobre que na sua fé de ofício tem o atestado oficial, e por assim dizer diário, de todos os atos de sua vida concernentes à prática do seu dever?

Demais, no mundo da justiça social, as glórias não se repartem na proporção das forças. O maior prêmio deve sem dúvida corresponder ao maior esforço, mas este está ou deve estar menos na razão direta da capacidade do que na dos sacrifícios.

Fazer, custa pouco a quem o pode. Fazer, porém, contrariando os instintos naturais, e subordinando as leis gerais da natureza ao poder da vontade, à pura ação da consciência, violentando a própria



fraqueza, martirizando o coração em honra de um princípio abstrato, nisso, sim, há grandeza, há mérito individual superior.

Ainda sob este ponto de vista, que esforço há aí comparável a do militar brioso, que desde os cômodos domésticos até à própria conservação, desde a família e as mais caras e poderosas afeições humanas até à renúncia voluntária da existência, tudo, tudo sacrifica à religião do patriotismo, à fidelidade do dever?

O tenente-general Bitancourt está neste caso. Sua vida tem sido uma cadeia ininterrompida de serviços, trabalhos, e dedicação. Cinquenta e três anos de continuado labor, atesta-no de sobejo. E essa prova material de sua importância desaparece ante a magnitude das variadas comissões científicas e militares de que há sido sempre encarregado.

Filho legítimo do tenente-coronel Elesbão José da Silva Bitancourt e de D. Teresa José da Silva Bitancourt, desde tenra idade deliberou-se a seguir a árdua carreira de seu digno progenitor, sentando praça a 13 de janeiro de 1808, e tendo apenas de idade 13 anos. Sua primeira comissão foi marchar para as fortificações e defesa da 2ª linha da barra desta capital, quando se fecharam os portos aos ingleses. Foi ao regressar dessa comissão que o jovem cadete, desejoso de instruir-se, matriculou-se na escola militar, encetando o curso completo de sua arma e das ciências naturais e matemáticas de que mais tarde, em 1859, lhe foi conferido o grau de bacharel.

Infatigável de braço como de pensamento, mesmo durante o curso da escola, continuou a servir como soldado de seu país. Foi daí, e sempre como um estímulo à sua vocação, e um prêmio a seus serviços, que sucessivamente galgou os postos superiores.

Cadete de 1ª classe em 1808; 2º tenente em 1813; 1º tenente em 1818; capitão em 1820; major graduado em 1822 e efetivo em 1824; tenente-coronel em 1827; coronel graduado em 1829 e efetivo em 1830; brigadeiro graduado em 1839 e efetivo em 1842; marechal-de-campo graduado em 1849 e efetivo em 1852; tenente-general graduado em 1858 e, finalmente, integrado na efetividade desse alto posto em 1860, durante esse longo período de tempo grandes serviços e graves responsabilidades foram pelo tenente-general Bitancourt realizados e assumidos com dedicação e êxito.

Forte de corpo como de espírito, ao general Bitancourt não houve nunca empresa que o faticasse ou comissão que o quebrantasse

de ânimo. O Rio de Janeiro, o Pará, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul são testemunhas de seus esforços. Mais ou menos, poucos palmos do solo pátrio deixaram de ter pegadas do militar distinto cujos serviços rememoramos aqui. Onde houve necessidade de um sacrifício, precisão de um esforço, direção de engenho e ação de soldado, lá se achou sempre o general Bitancourt com o compasso ou com a espada, com o plano ou com a execução, auxiliando, promovendo, dirigindo e realizando as obras requeridas pela defesa da pátria ou pela exigência dos superiores, e sempre merecendo destes a estima e os louvores de que fazem dignas as individualidades notáveis. A independência nacional; a instrução do exército, como disciplina ou como ciência; a artilharia de terra e mar; as fortificações permanentes e volantes; os trens bélicos; o fabrico da pólvora; o arquivo geográfico; a estatística; as escolas militares; a engenharia; a administração civil e militar; finalmente instituições de beneficência e socorro à pobreza devem-lhe grandes serviços.

Sua inteligência e sua espada alternaram sempre no trabalho. Importantes relatórios sobre todas as especialidades que acima indicamos atestam suficientemente o alto mérito do general Bitancourt. Nem de seus serviços foi o menor aquele que prestou como lente de matemática e artilharia do 1<sup>o</sup> corpo da artilharia de posição.

No entanto, todos esses longos serviços, todo esse período glorioso de alternativas de perigos e privações, de trabalhos e de aplicação, foram em um dia postos à prova do sofrimento e da amargura. Uma hora de indiscrição ou de má-fé pôde, para punição da fraqueza humana, levantar sobre tantos troféus de dedicação e probidade o crepe de uma suspeita indigna.

Diretor do arsenal de guerra da corte durante o Ministério de 19 de setembro e acusado o ministro da repartição da guerra nesse tempo, o Sr. conselheiro Manuel Felizardo, por alguns deputados da oposição parlamentar, o chefe que não soube, ou não quis defender-se como um ministro constitucional das prevaricações e dilapidações de que acusavam o seu ministério, entendeu achar mais fácil evasão fazendo recair o peso das censuras sobre os inferiores que foram assim vítimas expiatórias de erros ou de crimes que não cometeram.

Entre essas vítimas achou-se o general Bitancourt. Demitido do melindroso cargo que ocupava, primeiro passo do militar brioso,

ofendido em seus créditos de homem, de cidadão e de empregado público, foi requerer imediatamente conselho de investigação e de guerra para justificar sua conduta e confirmar o inabalável conceito em que sempre fora tido pelo país.

A opinião pública não precisava dessa investigação, mas os escrúpulos da consciência pura prevaleceram justamente sobre o legítimo orgulho da inocência. O general Bitancourt defendeu-se brilhantemente, e uma sentença *unânime* declarou-o inculpado das faltas que lhe atribuíam. Costumado a baratear seu sangue e sua vida, doía ao general Bitancourt ver baratearem-lhe os créditos. Repeliu, pois, a injúria da suspeita esmagando coma a sentença de um tribunal solene a calúnia que tentara manchá-lo em sua honra.

O general Bitancourt ficou, pois, o que sempre fora; um homem probo e pronto para dedicar-se ao serviço de seu país, ainda com sacrifício. O mais notável desse episódio é que o próprio diretor do arsenal de guerra, demitido e caluniado, foi o incumbido, pouco tempo depois, pelo governo imperial de ir ele próprio ao arsenal instaurar processo de verificação sobre abusos dessa repartição!

Terminaremos esta notícia com mais alguns leves detalhes.

Como homem particular, o general Bitancourt é um cavalheiro completo. Nobres qualidades o recomendam à estima de que goza.

Foi casado com a Sra. D. Maria Joana de Gusmão Bitancourt, filha legítima do major Manuel Álvares de Gusmão e de D. Francisca Rosa de Gusmão. Deste consórcio teve 12 filhos, dos quais vivem 4 que são Elebão Maria da Silva Bitancourt, capitão do estado-maior da 1ª classe, Conrado Maria da Silva Bitancourt, capitão de artilharia do exército, D. Maria Teresa da Silva Bitancourt e D. Maria Amália da Silva Bitancourt. Estes filhos formam hoje a maior ventura do general Bitancourt. Todos eles dignos e estimáveis, em nada desmentiram a origem que tiveram.

Chefe de numerosa família, seu exemplo é uma virtude prática e inspiradora.

Entendimento claro; inteligência cultivada; idéias adiantadas e generosas; espírito vivo e animado: conversação amena, trato urbano, sisudez de caráter, familiaridade não hipócrita, gênio bilioso, mas refletido, ardente e impetuoso no entusiasmo ou na cólera, lhano e cortês

sempre, são os dotes principais, as mais salientes qualidades da sua fisionomia moral.

Bem que pertencente, pelo nascimento, aos fins do século passado, pela juvenildade de seu espirito e de seu corpo facilmente o acreditará um moço encanecido pelas fadigas rudes do serviço militar.

Bravo como soldado; prudente como general; hábil como administrador, nos diferentes cargos que tem occupado, já como comandante de armas em várias províncias, já como presidente noutras e já como general-em-chefe do exército do Sul em operações de campanha, o general Bitancourt deu sempre de si grandes provas.

Eleito deputado à Assembléia Geral Legislativa pela província do Ceará em 1844, deixou de tomar assento na câmara por se haverem anulado as respectivas eleições, a capricho da política de então. Fez parte das câmaras municipais da Estrela e de Magé em 1840 e 1849, onde prestou bons serviços como vereador, e quando estava encarregado da directoria da fábrica da pólvora da Estrela.

Foi membro da assembléia provincial do Rio de Janeiro em 1848; é conselheiro de guerra, vogal do Supremo Conselho Militar, fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, comendador e cavaleiro da Ordem de São Bento da Aviz, da do Cruzeiro e da Rosa, e membro de várias corporações científicas e humanitárias.



FRANCISCO GOMES DE CASTRO

*Francisco Gomes de Castro*

.....

*Francisco Gomes de Campos*  
Barão de Campo Grande

*Numquam ab eo quod justum videbatur discedens, et nullam fraudem, nullumque mendacium admittens... Ubi ad rempublicam accessit non potentium amicorum praesidio niti voluit sed consiliis factisque utilibus et ustis... Id se patriae debere existimabat ut ei prodesset..."*

*Select. e Prof. Scrip. Hist. L. III C. I.*

**A**s palavras do trecho acima citado de uma das obras mais úteis destinadas à instrução da mocidade estudiosa, e aí aplicadas ao homem mais justo da Grécia, podem, ainda que escritas com referência ao passado, constituir o elogio de um contemporâneo ainda vivente, cuja carreira vital já percorrida com elas se acha de acordo. E o que se dá a respeito do varão sábio e prestante cuja fiel e expressiva efigie acompanham estas linhas confiadas ao papel com a complacência e convicção de falarmos a linguagem do coração e da verdade.

O homem de quem falamos é uma dessas notabilidades cujo merecimento e préstimos substanciais mais se pantenteiam, recomendam e elevam as posições conspícuas que ocupam sucessivamente na sociedade, e mais são reconhecidos e conceituados pela sua realidade e pelo seu peso, do que pelo estrondo dos pregões da fama e pelas agências e

ardores officiosos dos partidos: ele é um desses caracteres que ao mesmo tempo honram ao país em que nasceram e a época em que vivem, e protestam com a sua existência contra a generalidade absoluta dessa corrupção que à época e ao país em que vivem costumam imputar os perversos que os poluem, sempre com pretensões de únicos homens de bem com detrimento ou menosprezo dos verdadeiramente honestos e úteis à sociedade, da qual estes pela sua real importância são mais do que uma simples parte.

Francisco Gomes de Campos, filho legítimo de João Gomes de Campos, e de D. Luísa Galves Palensa, ambos naturais da cidade do Rio de Janeiro, nasceu na mesma cidade a 19 de fevereiro de 1788, e foi batizado na freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Seus maiores foram oriundos de Portugal e Espanha.

Seu pai, bacharel formado pela Universidade de Coimbra na faculdade de cânones, exerceu a profissão de advogado da relação do Rio de Janeiro, e ocupou cargos da governança, como o de juiz almotaçel, e vereador da câmara na época em que essa administração municipal tinha a denominação de senado.

Foi por seu pai destinado às letras, assim como foram seus dois únicos irmãos varões, João Gomes de Campos, falecido em 1855 no lugar de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, sendo o decano dos magistrados, com 45 anos de serviço, e Joaquim Gomes de Campos, falecido em 1821 na cidade do Havre de Grace, depois de ter por anos feito com distinção e aplausos seus estudos médicos na escola de Paris, e obtido nela o grau de doutor; pelo que fora recomendado pelo marquês de Marialva, então embaixador de Portugal ante o rei Luís XVIII, a el-Rei D. João VI, que à face de tal documento lhe mandou dar uma pensão para viajar pela Europa antes de regressar ao seu país natal: pensão de que se não pôde utilizar pela prematura morte, que lhe cortou a carreira, e roubou à pátria um digno filho na flor dos anos.

Desde a instrução primária inclusive fez F. G. de Campos os seus estudos nas aulas públicas desta cidade, intituladas então aulas régias, como fossem a de primeiras letras, a de gramática latina, a de retórica e poética, e a de filosofia racional e moral, com os acessórios ligados a cada uma delas, tudo pelo método jesuítico, em parte reformado pela junta dos estudos da Universidade de Coimbra, e pelos padres da

congregação do oratório de Lisboa, que não poucos serviços fizeram às letras em Portugal e no Brasil.

Aos 17 anos de idade achava-se a juízo de seus mestres, e com espontâneos atestados por eles conferidos, habilitado para os estudos maiores, tendo concluídos os literários com grande aproveitamento. Da veracidade destas asserções ainda hoje fazem fé os escritos desse discípulo tão elogiado, e alguns versos que poderiam fazer honra a qualquer dos melhores poetas clássicos, mas de que só dá às vezes conhecimento aos seus mais íntimos amigos, que como nós reconhecem nessas ocasiões que, como o de Anacreonte, o seu espírito, ainda na idade das cãs, não fica esquecido das musas com as quais na juventude tinha mais largos e deleitosos folguedos.

Dispondo-se em fins do ano de 1807 para na monção de 1808 partir para Lisboa, a fim de fazer os seus estudos na Universidade de Coimbra, foi-lhe cortada a carreira, e perdida toda a esperança de a recuperar, com a inesperada invasão francesa em Portugal, e pela guerra que por seis anos devastou a Península Ibérica; pelo que foi obrigado a mudar de destino, aceitando aos 21 anos de idade o pequeno emprego de oficial da secretaria do Registro Geral das Mercês, então criada nesta cidade, com o ténue ordenado de 200\$ por ano.

Mudara-se porém a face da Europa em 1813 com a derrota de Napoleão I nos gelos da Rússia, ao passo que a península livrava-se da invasão, expulsos os exércitos franceses para o interior da França; tendo-se como certo, ou muito provável o restabelecimento da paz em toda Europa. Abrira-se enfim a Universidade de Coimbra, que por seis anos jazera deserta, e esta notícia despertou em F. G. de Campos a idéia de seu antigo propósito.

Pediu, e obteve de el-rei D. João VI, então príncipe regente, mediante consulta do conselho da fazenda, licença para prosseguir nos seus estudos na Universidade de Coimbra, vencendo os seus ordenados; e partiu para Lisboa a 14 de março de 1814, tendo a fortuna de voltar ao porto do Rio de Janeiro a 13 de setembro de 1819, com as suas cartas de bacharel, e de formatura na faculdade de leis, havendo sido plenamente aprovado em todos os exames, e atos acadêmicos, e obtido as melhores informações dirigidas ao Tribunal do Desembargo do Paço, por todos os lentes da faculdade, sem outra recomendação mais, que a da sua aplicação e conduta.



No mesmo dia da entrada e desembarque teve a honra de apresentar-se na quinta da Boavista a el-rei D. João VI, que o recebeu com a costumada afabilidade, e até se dignou interrogá-lo, para saber como passara em Portugal, se gostara do país, e qual era o seu projeto, voltando ao seu país natal.

Por motivos que não valem narrar-se, abandonou a idéia de dar-se à advocacia, ou seguir a magistratura, e contentou-se com o lugar que lhe foi conferido, de oficial da secretaria de estado dos Negócios do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de que era ministro o varão distinto Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, de recomendável memória para o Império do Brasil, pelos seviços por ele prestados: sendo oficial-maior José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, cujo nome é bem conhecido no Brasil, e não menos recomendável aos brasileiros.

Em 20 de setembro de 1820 casou-se com a Ex<sup>ma</sup> Sra. D. Luísa Maria Susano de Campos, falecida a 7 de novembro de 1853.

Retirando-se em 1821 el-rei o Senhor D. João VI para Lisboa, entre outros muitos brasileiros, que por ocasião da despedida foram agraciados com diversas mercês, foi condecorado com o hábito da Ordem de Cristo, continuando a servir na mesma secretaria de estado, até que pela aclamação do Senhor D. Pedro I imperador do Brasil, criadas as outras secretarias de estado, ficou pertencendo à do Império, sob o respectivo ministro de estado José Bonifácio de Andrada e Silva, sendo oficial-maior Teodoro José Biancardi, varão distinto por suas letras e caráter.

Durante a sessão da Assembléia Constituinte foi, por especial nomeação, encarregado de reger a mesma secretaria de estado no impedimento do mencionado oficial-maior, que fora incumbido de organizar a secretaria da mesma assembléia, enquanto por ela não fosse criada por ato próprio.

Sendo-lhe cometida pelo ministro J. B. de Andrada e Silva a tarefa de organizar o relatório, que devia oferecer à assembléia, desempenhou o encargo tão satisfatoriamente que, dando-lhe conta do seu trabalho, foi este aceito com aprovação. Não se verificou porém a apresentação do relatório pela inesperada dissolução da assembléia.

Convocada a assembléia legislativa para sessão ordinária de 1826, por nomeação imperial foi encarregado de reger a secretaria da Câmara dos Deputados na qualidade de oficial-maior interino, enquanto a

mesma câmara não providenciasse a esse respeito, e aí permaneceu por espaço de três anos, sem que por esse serviço recebesse outra remuneração mais, que o bom agrado e satisfação dos membros da câmara.

Em 1828, a instâncias do ministro de estado dos Negócios da Justiça José Clemente Pereira, deliberou-se a entrar na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fora do cível desta cidade, lugar graduado com o predicamento de correição ordinária.

Em 1830 por ocasião do consórcio do Senhor D. Pedro I com a princesa, a Senhora D. Amélia, hoje duquesa de Bragança, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, lugar do primeiro banco, que compreendia quase toda a província, e contava entre outros anexos todas as conservadorias de índios, exceto os do termo de Campos.

Ocorrendo a anarquia que antecedeu, assistiu e sucedeu ao dia 7 de abril de 1831, convenceu-se da impossibilidade de manter-se no exercício do lugar que ocupava, absolutamente coacto, e sem deliberação própria e livre, para guardar e fazer guardar a lei; e aproveitando-se da oportunidade que lhe ofereceram as indiscrições do ministro da Justiça de então, pediu, e prontamente obteve demissão do lugar de ouvidor no dia 27 de abril do mesmo ano.

Desde então até janeiro de 1843 absteve-se de aceitar empregos de nomeação do governo, posto que alguns lhe foram oferecidos de pingues vencimentos, e de representação, inclusive o cargo de ministro de estado. Retirado ao seu lar, ocupou-se nas tarefas do foro, advogando particularmente.

Foi neste tempo e neste retiro que teve a distinta honra de ser lembrado e livremente eleito pelos seus compatriotas, primeiro para o cargo de presidente da ilustríssima câmara municipal, de janeiro de 1833 a janeiro de 1837, e depois para o de deputado da assembleia geral legislativa de 1838 a 1841, cargos estes, que serviu com lealdade e honra.

Pelo fausto motivo da coroação de sua majestade imperial o Senhor D. Pedro II foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo.

Em janeiro de 1843 foi nomeado desembargador da relação desta cidade por proposta espontânea do ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês de Paraná, aprovada por sua majestade imperial; e tomando posse deste lugar, foi logo nomeado procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional interino, para servir no

impedimento do desembargador José Antônio da Silva Maia, ocupado então nas sessões do Senado.

Vagando o lugar de procurador da Coroa, foi nomeado procurador da Coroa efetivo no ano de 1846, e logo condecorado com o título de conselheiro na época em que era ministro do Império o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, e da Justiça o senador José Joaquim Fernandes Torres.

O lugar de procurador da Coroa tem uma esfera de jurisdição tão vasta e pontos de contato com outros tão numerosos e tem matérias de que trata tão variadas, que não há por assim dizer negócio algum que lhe seja absolutamente estranho; e que às vezes não tenha de ser esclarecido, e resolvido pelo saber e conselhos de quem ocupa uma posição tão elevada qual é a dos interesses da soberania nacional e da Coroa.

Como sempre, o conselheiro Francisco Gomes de Campos tem servido este lugar de um modo mui digno e satisfatório, sustentando-lhe sempre o decoro e conservando constantemente o conceito universalmente adquirido de homem reto e incorruptível, e de jurisconsulto altamente entendido e versado nas matérias da sua ciência profissional, mostrando ter pleno conhecimento de *qua locatus est in re*, e assinalando as virtudes públicas e privadas que o distinguem, e que o tornam geralmente estimado.

O que o conselheiro Francisco Gomes de Campos tem feito nos empregos, que desde a idade de 21 anos tem ocupado, consta autêntica e exuberantemente de todos os cartórios judiciais, em cujos arquivos se acharão por sua letra ou assinatura documentos que mostram o que tem sido no foro, como juiz e como advogado. No da câmara municipal saber-se-á o que fez como presidente do extinto senado, e depois como presidente da Câmara Municipal segundo o novo regimento, e nos de todas as secretarias de estado, sem exceção de uma só, bem como nos do conselho de estado, do Senado, e da Câmara dos Deputados encontrarão os curiosos abundantes pareceres e outros escritos seus, para ajuizarem dos seus serviços como quiserem.

Os 52 anos da carreira pública do ilustre contemporâneo acabam de ser galardoados por S. M. Imperial, por decreto de 16 de janeiro de 1861, com o título de Barão de Campo Grande com as honras de grandeza.



J. MARCELINO DE BRITO

*Joaquim Marcelino de Brito*

.....  
*Joaquim Marcelino de Brito*

O

Ex<sup>mo</sup> Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, natural da cidade S. Salvador, Baía de Todos os Santos, capital da antiga metrópole da América do Sul, nasceu a 2 de junho de 1799, filho legítimo do capitão Manuel Joaquim de Brito e de D. Ana Maria da Silva, dali também naturais e moradores.

De mui tenra idade, os honrados pais do conselheiro Joaquim Marcelinho de Brito, cuidara de sua educação. Uma inteligência fácil e clara, como a que tinha o jovem Joaquim Marcelino de Brito, forçava incessantemente aos mestres a dizerem a seus honrados pais, que prosseguissem na cultura intelectual de seu filho, que bem aproveitada viria a ser um dos ornamentos da pátria.

Seus honrados progenitores recebiam os prenúncios dos mestres, com a mais viva satisfação, e bem que não dispusessem, com vantagem para seu filho, dos bens que a fortuna oferece aos seus escolhidos; envidaram esforços, e puderam conseguir mandá-lo para a Universidade de Coimbra cultivar o talento, que lhe deu o Criador, alargando a admirável esfera de sua favorecida inteligência.

Partiu o jovem Joaquim Marcelino de Brito para a Atenas portuguesa em busca daquilo que lhe era impossível encontrar na pátria; e chegando a Coimbra a 22 de julho do ano de 1817, se matriculou no dia

5 de novembro, depois de ter preenchido as condições da lei, que regia a Universidade, no 1.<sup>o</sup> ano da Faculdade de Direito.

Como na pátria, nos estudos humanitários, o jovem baiano, iniciado em Coimbra no templo das leis, passou como um dos primeiros adeptos, fez o seu ato de formatura no dia 3 de junho de 1822 com geral aplauso de seus condiscípulos e satisfação de seus mestres, tendo correspondido em fama nos cinco anos acadêmicos, à mesma que obteve nos estudos de humanidades, sendo premiado no 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> anos.

Partiu o Dr. Joaquim Marcelino de Brito para a cidade de Lisboa em 6 de agosto de 1822, com o firme desígnio de seguir para a prática, porém, a Bahia estava com as armas nas mãos contra as forças lusitanas disputando com avidez a independência e liberdade; e portanto não havendo embarcação para ali, partiu para Pernambuco em 18 de setembro de 1822, onde chegou felizmente, e se demorou pouco mais de um mês. Formado no conhecimento das leis, não lhe convinha permanecer sem fazer carreira na magistratura, e então julgou não dever perder tempo e partiu a 27 de novembro para o Rio de Janeiro a apresentar-se a S. M. Imperial para lhe dar o destino que seus talentos e estudos pediam. Chegando a 10 de dezembro do mesmo ano, compareceu na presença do Sr. D. Pedro I, sendo acolhido com urbana deferência, em face dos seus honrosos documentos foi imediatamente despachado por decreto de 13 de janeiro de 1823 juiz de fora da cidade da Fortaleza ou Nova Bragança, capital da província do Ceará, ocupando a pasta da Justiça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, depois marquês da Praia Grande, que declarou se lhe conferia esse lugar, que era de segunda entrada pelos valiosos documentos de que era portador.

De posse da sua nomeação, em 14 de abril deste mesmo ano de 1823 partiu para Pernambuco, e daí para o Ceará no dia 9 de junho, onde chegou no dia 14, e tomando posse no dia 16 entrou em exercício.

Estando vago o lugar de ouvidor-geral, teve o Dr. Joaquim Marcelino de Brito de o exercer interinamente, e nesta qualidade visitou a quase todas as vilas da comarca, fazendo as correições, a que era obrigado pelos regulamentos da justiça nesses tempos tão melindrosos em que a anarquia se mostrava por toda a parte.

O nosso magistrado, unicamente com a mira no interesse público e bom desempenho dos seus deveres, se portou com tal circunscrição e

prudente energia, que a ordem pública se mantinha nos lugares de sua jurisdição.

Estando de correição em Vila Viçosa, sobre a serra da Ibiapaba, teve a notícia da dissolução da Assembléia Geral Constituinte, que teve lugar em virtude do decreto de 12 de novembro de 1823, e ao mesmo tempo que por este acontecimento começava a aparecer na capital da província alguma agitação, que ameaçava a tranqüilidade pública, e por isso julgando que a sua presença ali se tornava necessária partiu imediatamente para a capital do Ceará, não obstante a longitude de quase 90 léguas e das dificuldades da viagem, motivadas pelo começo de uma seca que meses depois se tornou aterradora. Superando todos os embarços que se lhe antepunham chegou à cidade em 11 de fevereiro de 1824, e o que ele supunha apreensões vagas, reconheceu ser uma grande agitação, que preludiava uma próxima revolução. Em semelhante conjuntura é sempre um ânimo forte, guiado pela energia e pela prudência, quem salva o estado das tempestades políticas, e foi a prudência de parceria com a energia que salvou o Ceará das cenas tenebrosas da anarquia, que então o ameaçava; e para o que desenvolveu a maior atividade, não se poupando aos meios de abafar a revolução procedendo com todo o vigor das leis, contra qualquer crime que se perpetrava. Deste modo, e por esta vez, não realizaram os desordeiros os seus intentos: porém as entranhas da província estavam contaminadas por efeitos de propaganda revolucionária, e apesar da maior vigilância, da maior atividade desenvolvida pelo ouvidor da comarca, não pôde evitar que o mal deixasse de produzir os seus maléficos efeitos, surgindo com todo o seu alento, e robusteza, no dia 25 de abril, proclamando-se ao que eles chamavam República da Confederação do Equador, a exemplo de Pernambuco, e aclamado o presidente temporário por ordem deste foi na madrugada do dia 26 conduzido preso para bordo de um navio inglês, que se achava fundeado no porto, por ter incorrido no ódio dos chefes da revolução pelo fato de se opor constantemente aos seus planos, e não combinar com os seus princípios.

Sendo posto a bordo o ouvidor Joaquim Marcelino de Brito, foi recebido pelo comandante da embarcação não como um prisioneiro político, porém como uma autoridade coagida, que repelia uma facção criminoso, e em caráter de passageiro o conduziu para a Inglaterra, com

passaporte que lhe mandou o presidente da República, e com destino de Liverpool, fazendo-se de vela no dia 1<sup>o</sup> de maio, com quase só a roupa do corpo, por lhe ficar em terra tudo o que possuía.

Quarenta e cinco dias gastou o navio a chegar ao lugar do seu termo de viagem, e ancorando no dia 15 de junho no fundeadouro de Liverpool, saltou para terra, onde se demorou até o dia 23 de julho, em que partiu para o Rio de Janeiro.

Em seguida ao seu desembarque, cuidou em apresentar-se ao imperador, para dar-lhe conta do seu comportamento como agente da autoridade pública, historiando os acontecimentos do Ceará, como eles se passaram e pelo que mereceu de S.M. elogios, e o reconhecimento dos seus serviços e sacrifícios, tendo sido antes nomeado ouvidor da comarca de Sergipe d'el-Rei, pela resolução da consulta de 12 de maio de 1824, dando-se-lhe logo por acabado o lugar do Ceará.

Com esta nova nomeação partiu no dia 22 de dezembro para a cidade da Bahia, e dali por terra em 26 de fevereiro de 1825 se encaminhou para Sergipe, e chegando no dia 8 de março do mesmo ano à cidade de S. Cristóvão capital então da província, tomou posse do lugar e entrou em exercício de ouvidor da comarca.

Um magistrado inteligente, e moço, rodeado de considerações, excitou interesses domésticos, e o Dr. Joaquim Marcelino de Brito, julgando ser tempo de contrair laços conjugais, escolheu para esposa a Exma. Sra. D. Senhorita Acióli de Madureira Brito, nobre pelo nascimento, pertencente a uma das mais consideradas famílias da província de Sergipe, já pela antiguidade e nobreza de sua linhagem, como pela abastança em que viviam.

A recordação de seu exemplar comportamento, da sua inteligência, e imparcialidade na distribuição da justiça, ainda se conservava com o mesmo vigor, apesar do tempo, no coração dos habitantes da província do Ceará, porque nas eleições que se procederam no ano de 1825 para 1<sup>a</sup> legislatura ordinária foi escolhido por ela a representar como seu deputado. Julgou-se o dr. Marcelino de Brito tão honrado por esta eleição, que foi toda espontânea, devida à simpatia que ali deixou, que a tomou com o maior prêmio que podia receber em toda a sua carreira política.

Já se achando o corpo legislativo funcionando na capital do Império, recebeu em Sergipe o diploma de deputado.



Com tão distinta preferência largou o seu exercício de ouvidor de Sergipe no dia 6 de fevereiro de 1827 para vir tomar assento na Câmara dos Deputados, partindo no mesmo dia por terra, para a Bahia, e daí para o Rio de Janeiro, onde chegou a 2 de abril, sendo no mar roubado pelos corsários de Buenos Aires.

No dia 26 de abril prestou juramento, e tomou o lugar que lhe competia na câmara temporária, como representante da província do Ceará.

A sua conduta na câmara legislativa foi sempre, como em toda a sua vida, modelada pelos sentimentos da honra, e do bem público.

Sabemos que o Dr. Joaquim Marcelino de Brito quando entrou para a Câmara dos Deputados em 1827 já estava nomeado desembargador de Pernambuco por decreto de 12 de outubro de 1826, de que tomou posse por procurador em 12 de julho de 1828. Encerrada pois a última sessão legislativa, partiu da corte para a Bahia, e dali para Pernambuco passando por Sergipe e Alagoas, a entrar em efetivo exercício do seu lugar de desembargador, que de fato assumiu no dia 9 de fevereiro de 1830, largando-o em 15 de abril desse mesmo ano, para vir outra vez tomar assento na Câmara dos Deputados, porque tinha sido eleito pela província de Sergipe.

Por carta imperial de 20 de outubro de 1830 foi o desembargador Marcelino de Brito nomeado presidente de Sergipe, encargo do qual tomou posse em 16 de janeiro de 1831.

No dia 5 de abril entregou o governo de Sergipe ao vice-presidente legal para vir exercer as funções de deputado, em que efetivamente entrou, chegando ao Rio de Janeiro a 28 do mesmo mês. Tendo ocorrido os acontecimentos de 7 de abril, e sendo geral a agitação em quase todo o império foi o Deputado Joaquim Marcelino de Brito requisitado pela regência provisória, por ofício de 15 de junho, a partir imediatamente a tomar conta da presidência de Sergipe, onde chegou no dia 21 de julho, tomou novamente conta da administração da província, encontrando os ânimos agitados, e a província ameaçada de movimentos anárquicos, que se pronunciavam pôr todos os pontos; e para os desvanecer e prevenir tomou as providências que as circunstâncias urgiam, e sempre com a prudência e moderação que convém pôr em ação nestas conjunturas.

O estado crítico em que se achavam as coisas fez que o governo imperial não anuisse à saída do presidente, pedindo-lhe que se

conservasse, o que fez até março de 1833 em que tornou para assembleia geral legislativa a exercer as funções de deputado. Foi em aviso de 3 de março de 1832 que o governo imperial julgou conveniente ordenar-lhe que não abandonasse o seu posto por estar certo não só dos seus bons princípios de ordem, como do seu prestígio ali. Sentindo-se com a saúde danificada por motivo de excessos de trabalho, pediu a sua demissão do cargo de presidente; porém o governo imperial lha negou, declarando-lhe em aviso de 31 de março, que achando-se a regência satisfeita com as maneiras por que se tinha portado na administração da província de Sergipe, muito convinha ao interesse público, que continuasse por mais algum tempo. Partiu pois dessa província no 1º de abril de 1833, depois de ter antecedentemente entregado a administração ao vice-presidente, e chegou à corte no dia 15 de maio.

Entrou em exercício na câmara temporária em 17 do mesmo mês, sendo nomeado vice-presidente da câmara nos meses de junho e agosto até o encerramento da sessão, que teve lugar em outubro.

Instou pela demissão de presidente, declarando não poder mais servir e em vista dos motivos que alegou, a obteve, como lhe foi comunicado por aviso de 15 de julho de 1833, sendo-lhe louvados pela regência os seus bons serviços.

Os seus merecimentos individuais, sua reconhecida inteligência, sua honradez de magistrado, seus importantes serviços ao país lembraram a regência de o convidar a fazer parte do Ministério, oferecendo-se-lhe uma das pastas, que recusou, porque conhecia o peso do encargo, e o valor da responsabilidade que está ligada à pasta de um ministro da Coroa, mormente naqueles tempos duvidosos e difíceis. Continuando na sua carreira de magistrado foi por decreto de 3 de fevereiro de 1834 removido da relação de Pernambuco para a da cidade da Bahia, onde tomou posse e entrou em exercício a 28 de maio do mesmo ano.

Em 27 de setembro de 1835, em consequência do impedimento do presidente da Bahia, foi chamado para o substituir, por lhe competir em caráter de vice-presidente, em cujo lugar esteve até o dia 26 de março de 1836, em que tomou posse o presidente nomeado Francisco de Sousa Paraíso, tendo ele recusado a nomeação que desta presidência se lhe fez por carta imperial de 28 de outubro do ano antecedente.

Nas eleições a que se procedeu para a quarta legislatura foi eleito deputado pela província da Bahia, pelo que interrompeu o exercício de desembargador, e veio tomar assento na câmara temporária em abril de 1838.

Na sessão do ano de 1840 foi nomeado presidente da Câmara dos Deputados logo em maio, e foi tal a sua imparcialidade neste importante lugar, que gozou da reeleição nos meses seguintes pelos votos de ambos os partidos, em que se achava dividida a câmara temporária.

Nas sessões de julho tiveram lugar as tempestuosas discussões sobre o projeto da maioria.

Em circunstâncias porém tão melindrosas conservou-se o Deputado Joaquim Marcelino de Brito no seu posto, empregando todos os meios, como presidente da Câmara, para sossegar qualquer tumulto e se algumas cenas desagradáveis se pronunciavam, moderavam-se logo pelo reclamo de ordem e esforços empregados, terminando tudo pela proclamação da maioria do Imperador, que teve lugar no dia 23 de julho de 1840 em assembléa geral.

Reeleito ainda presidente da Câmara no mês de agosto, teve de continuar até o fim da sessão, que se encerrou no dia 15 de setembro.

Acabados os trabalhos deste ano, retirou-se para a sua província, e no ano seguinte de 1841 compareceu à sessão, opondo-se com o seu voto às reformas do Código do Processo, e outras medidas que passaram nesta sessão. Como membro do Parlamento assistiu à coroação do Imperador, que teve lugar no dia 18 de julho.

Finda a quarta legislatura, o desembargador Joaquim Marcelino de Brito foi reeleito pela província da Bahia, para tomar parte na quinta; tomou assento no 1<sup>o</sup> de maio, e sendo neste mesmo dia lido o decreto da dissolução da Câmara, e convocada outra para o 1<sup>o</sup> de novembro, partiu para a Bahia a continuar o seu ministério de desembargador da Relação, apresentando-se nela no dia 12 de julho.

Por carta imperial de 16 de abril de 1844 foi nomeado presidente de Pernambuco, cargo do qual tomou posse em 4 de junho do mesmo ano.

Díficeis e melindrosas foram as circunstâncias da época desta presidência, pela luta encarniçada dos partidos políticos de Pernambuco.

Não querendo envolver-se na política dos partidos, achou embaraços quase insuperáveis na execução dos seus princípios políticos e governativos, e por isso pediu logo a sua demissão, instando para que ela lhe fosse concedida, o que aconteceu por carta imperial de 23 de setembro do mesmo ano de 1844; e entregando a administração da província ao desembargador Tomás Xavier Garcia de Almeida em 9 de outubro, retirou-se para a Bahia a continuar no exercício de sua relação.

Na sessão da Câmara dos Deputados do ano de 1846 coube-lhe ainda o encargo de representar a Bahia.

Em 2 de fevereiro foi chamado o Deputado Marcelino de Brito a fazer parte do novo gabinete, que se organizou, sendo nomeado ministro do Império por decreto de 2 de maio desse ano de 1846, e interino da Justiça por decreto da mesma data, em cuja pasta esteve até o dia 5 do mesmo mês.

Pelo seu ministério se deu regulamento à aula do comércio da corte por decreto de 6 de julho de 1846, e ao instituto vacínico por decreto de 17 de agosto do mesmo ano, e para a execução da lei que concede diversos privilégios às fábricas de tecidos de algodão por decreto de 13 de janeiro de 1847: estabeleceram-se as bases para se fundar na corte o Conservatório de Música por decreto de 21 de janeiro de 1847, e deram-se todas as providências para que se tornasse efetiva esta fundação.

Deram-se providências sobre a concessão de brasão de armas, a expedição dos despachos para a nomeação dos oficiais mecânicos da casa imperial, e provimentos dos ofícios dela, e levantamento de armas imperiais em frente de algumas moradas por decreto de 31 de janeiro de 1847. Prontamente foram decididas inúmeras dúvidas que apareceram na execução da lei regulamentar das eleições, tendo em vista a fiel execução da mesma lei, e a liberdade do voto; e expediram-se vários decretos fazendo declarações sobre a mesma lei, a servirem-lhe de regulamento.

Deram-se providências sobre o abastecimento de águas nesta cidade, dando-se grande impulso às obras da canalização do rio Maracanã; mandando-se reparar e concertar os chafarizes e construir novos.

Não foi só sobre o Rio de Janeiro que o ministro do Império empregou os seus cuidados: a colonização ocupou a sua atenção, mandando um grande número de colonos para o Rio Grande do Sul e Santa

Catarina, e outros para o Espírito Santo, que formaram os núcleos das duas colônias que ali se fundaram.

Na ausência do Imperador pela visita que fez à cidade de Campos desde 20 de março de 1847, dia da partida, até 30 de abril em que chegou, ficou o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito encarregado interinamente da pasta da Fazenda, e da presidência do tesouro público nacional em consequência de ter acompanhado o Imperador o respectivo ministro que então era o conselheiro Holanda Cavalcanti.

As províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte por esse tempo estavam lutando com uma seca destruidora, que as assolava pela fome e pela miséria, e o ministro do Império aproveitando a autorização que a lei lhe dava imediatamente mandou remessas de mantimentos em modo que chegando a tempo pôde acudir à fome que as flagelava. Foi no Ministério de 2 de maio que se deu o nascimento da Sr<sup>a</sup> D. Isabel, hoje princesa imperial, em 29 de julho de 1846, e o batizamento em 15 de novembro, sendo o conselheiro Marcelino de Brito quem lavrou os respectivos autos.

A Academia de Medicina, desejando obstar a propagação do sistema homeopático no Império pelo modo que se fazia, representou contra os abusos, e o Ministério respondendo às dúvidas resolveu em portaria de 7 de julho de 1846 que os médicos e cirurgiões brasileiros, ou formados nas escolas estrangeiras que tivessem legalizado os seus diplomas nas faculdades do Brasil, estavam no seu direito seguir o sistema que quisessem; não se permitindo o exercício da medicina aos que não estivessem nos termos da lei.

Solícito no desempenho dos deveres inerentes ao seu ministério, cuidou com desvelado zelo de todos os ramos anexos ao ministério do Império, não se poupando a trabalhos até que com os seus colegas pediu a sua demissão, que lhe foi dada a 22 de maio de 1847 por se julgar que o gabinete não tinha suficiente maioria na câmara temporária, apesar de não haver manifestação expressa por votação.

Não se poupando aos serviços do estado, no mesmo ano de 1852 tomou assento na Câmara dos Deputados, como representante da província da Bahia, e entrou para a câmara no fim da sessão do ano seguinte de 1853.

No dia 5 de julho de 1855 na qualidade de presidente do Tribunal do Comércio da Bahia coube-lhe o encargo de instalar o Tribunal do Comércio Judiciário de segunda instância em virtude do regulamento de 1.º de maio desse mesmo ano; e então deixou o seu exercício na Relação, de que também servia de presidente interino por não poder acumulá-lo na forma do regulamento. Por decreto de 12 de outubro do mesmo ano de 1855 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça pela sua antiguidade de magistrado, contando mais de 33 anos de bons serviços.

Já não lhe era possível a permanência na Bahia porque o seu novo tribunal tinha assento na capital do império; e ao despedir-se daquela cidade recebeu um ofício da junta diretora da Associação Comercial datado de 15 de fevereiro de 1856, oferecendo-lhe em nome da associação o diploma de membro honorário, como expressão do sentimento da mais perfeita estima e consideração aos seus serviços feitos ao comércio.

Como deputado, como ministro do Império, da Justiça e da Fazenda, como presidente do Tribunal do Comércio, como desembargador, e como membro do Supremo Tribunal de Justiça, jamais se serviu destes lugares como veículos de fazer fortuna. Não chegando os mesquinhos subsídios para as despesas que seu caráter e posição social pediam, consumiu a fortuna que acompanhou a sua nobre esposa. Hoje reduzido ao simples ordenado de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, do mesmo modo que ocupou os empregos, recebeu as mercês: o hábito de Cristo em consequência da sua nomeação de presidente de Sergipe por decreto de 27 de outubro de 1830; o título de conselho em 7 de setembro de 1840 foi em atenção à presidência da Câmara dos Deputados que assistiu à aclamação da maioria do Sr. D. Pedro II. A comenda de Cristo, cujo decreto teve a data de 18 de julho de 1841, teve por motivo como membro da comissão da Câmara dos Deputados felicitar o imperador por sua sagração e coroação; a comenda da Rosa teve origem no decreto de 2 de dezembro de 1854, e o foro grande de fidalgo cavaleiro recebido em 25 de setembro de 1856 é dado a todos os membros do Supremo Tribunal de Justiça.

Honesto como todos o conhecem, jamais tem feito ostentação dos seus serviços para obter graças, tendo aceitado aquelas que espontaneamente se lhe têm oferecido. Na idade propecta que hoje goza,

um dos títulos que mais o honram e com que mais se distingue é o de esposo exemplar, extremoso pai, amigo leal, benemérito da pátria e magistrado incorruptível, em cuja vida honrada, proba, honesta, passará à posteridade sem desaire e nem comentários, legando a seus amigos e admiradores uma reputação sem mancha, à sua nobre esposa a consolação de ter a seu lado consumido voluntariamente a sua fortuna no serviço do Estado; a seus filhos um nome glorioso, cuja memória durará imaculada enquanto o Brasil for nação independente e livre.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1860.

Dr. *Melo Moraes*.



EUSEBIO ANTONIO FELO.

*Diego & Antonio Bayo*



.....  
*Diogo Antônio Feijó*

**M**emorar os feitos da vida de um grande servidor do estado, de um patriota desinteressado, de um varão distinto por suas virtudes, e por seus serviços, é pagar um tributo merecido em nome da pátria; e ninguém com mais direito a um público reconhecimento, a essa remuneração sagrada, que o senador Diogo Antônio Feijó, nascido na cidade de S. Paulo, em dias do mês de agosto de 1784.

Em seus primeiros anos, como mostrasse propensão para as letras, entrou para as aulas, onde manifestando talento superior, conseguiu juntar material, e se constituir mestre de Latinidade, na vila de Campinas, onde compôs uma gramática, pela qual mais facilmente se podia aprender a língua latina; e como se achasse habilitado nas doutrinas sagradas, veio a S. Paulo, e tomou em 1807 todas as ordens sacras, e se constituiu presbítero do hábito de S. Pedro.

Sua demora na cidade de S. Paulo não foi de muita duração; porque em 1810 voltou a Campinas, e abriu um curso de retórica, com o fim de preparar a mocidade para a carreira eclesiástica, confeccionando um compêndio dessa doutrina. Julgando-se apto para o ensino da Filosofia Racional e Moral, abriu um curso dessa ciência, e para o que escreveu um compêndio, com que facilitou a seus discípulos a doutrina que explicava.

Já por demais conhecido o padre Diogo Antônio Feijó, por seus comprovincianos, quando o sistema constitucional foi proclamado

em Portugal, e teve o Brasil de mandar representantes às Cortes de Lisboa, a província de S. Paulo enviou com outros o padre Feijó, a representá-la; o que fez dignamente, não consentindo que os direitos do Brasil fossem postergados; e pelo que preferiu emigrar, que rubricar atos, que degradassem a sua pátria natal.

Chegando ao Rio de Janeiro, pouco se demorou, e partiu para S. Paulo, onde foi recebido por seus amigos, e comprovincianos, com vivas demonstrações de alegria.

Não sendo a capital da província o lugar de seu domicílio, partiu para a sua fazenda em Campinas, e quando ali estava tranqüilo, foi surpreendido por uma portaria do governo imperial, em que se prevenia a autoridade de Itu, tivesse a maior vigilância nas ações do padre Feijó, por causa de seus princípios políticos, e pelo que, sentindo-se ofendido em seus brios, dirigiu-se ao imperador, queixando-se da ofensa que recebeu sem motivos para isso.

O senador Feijó não teve resposta à sua representação, e em 12 de novembro de 1823, dissolvendo o imperador a Assembléa Constituinte, que discutia a Constituição que lhe dera a Coroa, o Brasil não ficando satisfeito, pelo que as províncias do Norte se rebelaram, e o imperador vendo o perigo que corria o trono, ofereceu a Constituição mais liberal que a outra, cumprindo com isso a sua palavra dada no ato da dissolução, e para prevenir-se em tudo, julgou ouvir as câmaras municipais antes de ser ela adotada. O padre Diogo Antônio Feijó, por este motivo foi consultado pela Câmara de Itu, e em vista do que lia, expendeu as idéias mais liberais possíveis de acordo com o direito do homem e do cidadão. As eleições por círculos, a votação direta, a liberdade honesta da imprensa, foram sabiamente lembradas pelo senador Feijó. A sua grande inteligência, o seu patriotismo, o seu desinteresse, a sua moralidade, foram títulos seguros de recomendação para ser escolhido pela província de S. Paulo, a vi-la representar como seu deputado, e em cujo caráter, em 1828 não só propôs a reforma das câmaras municipais, como outros assuntos de grande interesse. Sustentou, e com vantagem para a moralidade do clero, a necessidade do casamento dos padres, e no escrito que temos à vista, o padre Feijó, por uma argumentação irresistível, e com autoridades de todo o peso, demonstrou ser anti-social, e mesmo anti-religioso o celibato clerical. Voltando a S. Paulo em 1830,

prestou tamanhos serviços à província, que sem a sua energia e illustração, sem dúvida, cenas desastrosas appareceriam na capital, por occasião do assassinio do Dr. Badaró. Injustamente caluniado um magistrado, pôde o padre Feijó livrá-lo do furor do povo, para dar lugar a que o tempo descobrisse a verdade, e desnodoasse aquele que o crime que tinha, era o cumprimento dos seus deveres de magistrado.

Voltando ao Rio de Janeiro, encontrou anarquizada a capital do império, pelas ocorrências de 7 de abril; e pelo seu caráter enérgico a Regência o nomeou ministro da Justiça, cujo cargo aceitou com condições que ofereceu.

O padre Feijó sabia profundamente o que era necessário empregar, para acabar os manejos torpes da política, e o que ele assaz conhecia por experiência, a prática depois demonstrou a todos, porque entram e saem os ministros do poder, e nada fazem, e no entanto o mal não depende dos bem intencionados, e sim da dependência em que estão uns do assentimento dos outros. Se se acabasse com esse chamado Conselho de Ministros, e se desse a independência precisa a cada um ministro, tendo somente por presidente o imperador, e por juiz dos atos a nação, representada pela Assembléia-Geral Legislativa, certamente teríamos em cada repartição o melhoramento necessário, e não um jogo de transações, ou antes de conveniências particulares, com grave prejuízo dos interesses públicos. No ministério da Justiça o Sr. padre Feijó desenvolveu o maior tino administrativo, obstando que a capital do Império se conflagrasse por occasião da revolta dada a 14 de julho na ilha das Cobras; e só a sua energia de ânimo podia arrostar as dificuldades por que passou a capital do Império nesses dias calamitosos e de efervescência popular.

Duas facções tenebrosas se apresentaram em 1832 para desmantelar a nação; uma dos confederalistas, e outra que preparava a restauração do Senhor D. Pedro I; e o senador Feijó, de posse dos segredos e planos evitou o mal, não para salvar a sua existência, mas sim a pátria, que corria o mesmo risco que ele. No dia 3 de abril tinha de rebentar a revolução confederal, e na madrugada do dia 2, reunindo em sua casa as autoridades civis e militares, tomou as providências necessárias, e fez abortar os planos; e antes das 8 horas da noite a Regência e o Ministério estavam reunidos no Arsenal de Marinha; e descobertos os segredos, embora um manifesto em nome da tropa e povo designasse os nomes dos novos regentes, e ameaçasse de morte aos que não aderissem à

rebelião. O estado de movimento em que se achava a capital do Império, fez sentir aos revoltosos que tudo estava descoberto, e por isso malgrado o empenho. Logo em seguida novos distúrbios apareceram, e também foram desvanecidos.

Sufocado o partido chamado farroupilha convinha levar os olhos aos restauradores, e a imprensa em seus desatinos, com dois negociantes falidos, desejando a queda da Regência, e seduzindo alguns guardas nacionais, portugueses, criados da Casa Imperial, e pessoas do Engenho Velho, pôde reuni-los na noite do dia 16 para 17 na Quinta da Boa-vista, para a restauração do primeiro imperador; e o Sr. Feijó fazendo marchar a força precisa, os desbaratou com perda de alguns e dispersão de outros, e por fim presos outros pôde restabelecer a paz, dando conta de tudo ao corpo legislativo, e pediu remédio para os males do país, lançando as vistas para as classes da sociedade que necessitava de remédios; e como não estivesse satisfeito com o que se passava, e não se favorecia na exigência dos meios de salvação pública, sendo entre elas a remoção do tutor imperial, demitiu-se de ministro da Justiça, e com ele todo o Ministério. Com a retirada do Ministério Feijó, as coisas se agravaram, e a regência vendo o país ameaçado assentou demitir-se, e em armas a Guarda Nacional no dia 30 de julho, dirigiu uma representação ao Corpo Legislativo, que mandou uma mensagem à Regência, pedindo para que continuasse enquanto se tomava medidas urgentes e salvadoras, e aedendo a Regência, continuou no governo, e o senador Feijó se retirou para S. Paulo. A sociedade defensora cônica dos serviços que prestara ao país o senador Feijó, lhe mandou uma deputação agradecendo-lhe os serviços que prestara ao país; e o Rio de Janeiro na primeira ocasião lhe ofereceu uma cadeira no Senado em 1833. No dia 7 de abril de 1835 todo o Império o escolheu para Regente, e no dia 12 de setembro prestou juramento desse cargo, nas mãos do presidente do Senado.

Sendo nomeado bispo de Mariana, pela regência passada, determinou às repartições que não dessem andamento ao despacho a seu respeito. Desde logo procurou a conciliação dos partidos. As províncias do Pará e do Rio Grande do Sul que passavam pelas provações da guerra civil foram objetos dos cuidados do regente Feijó. O Pará se restabeleceu, porém o Rio Grande por imperícia ou descuido, foi o teatro da guerra civil por espaço de 10 anos.

Não obstante ser o senador Feijó presbítero do hábito de S. Pedro, sem faltar ao respeito ao Papa, não teve com a Santa Sé condescendência, quando se tratava de salvar a dignidade nacional, sem comprometer o essencial da religião, propôs à Assembléa a independência das decisões espirituais, a livrar o católico brasileiro ir a tão longe mendigar os recursos, que deveria achar dentro do Império.

O senador Feijó, homem de têmpera forte, de caráter firme, entusiasta da liberdade constitucional, desgostoso da versatilidade dos homens, julgou não poder prestar à sua pátria os serviços que entendia prestar-lhe, por falta de leis próprias, retirou-se da regência, entregando-a nas mãos do ministro do Império o Sr. Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda), o que efetivamente fez em ofício de 19 de setembro de 1837, partindo por terra para S. Paulo.

O seu estado de enfermidade e o crítico de sua pobreza, fez que S. M. o imperador lhe mandasse dar uma pensão de 4:000 rs. de que provou que o Sr. Feijó em todo tempo de sua vida política, só olhou para sua pátria, e não olhou para si.

Não obstante a sua vida exemplar, o seu amor da pátria, o seu desinteresse, o seu prestígio de ministro da Coroa, de senador, de regente do Império, foi desterrado injustamente e mesmo processado como cúmplice na revolução de S. Paulo; o que ele, à luz claríssima do dia, justificou, e provou que desde 1821 até esse dia, nunca professou outros princípios, que não fossem a Monarquia Constitucional representativa, e a liberdade bem entendida. O processo do Sr. Feijó passou pelas provas caudinas, e sem decisão no Senado, ficou a discussão em adiamento na sessão do dia 23 de agosto, e Deus que lhe tinha marcado o termo de sua carreira terrestre, não lhe permitindo mais tempo viver no mundo sob a pressão de uma dolorosa enfermidade, o chamou para si no dia 9 de novembro de 1843 na cidade de S. Paulo, sendo sepultado na igreja dos Terceiros do Carmo, com um concurso tamanho de pessoas, que seu corpo em vez de acompanhamento passou entre as alas que principiavam em sua casa, e acabavam na porta do templo.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1861.

*Dr. Melo Morais*



JOSÉ ANTONIO MASCAREÑAS

*José Antonio Mascareñas*

.....  
*José Antônio Marinho*

**A** liberdade de um povo não é uma conquista fácil. Aqueles que ao nascer encontram uma pátria livre, dotada de instituições protetoras, que gozam pacificamente de todos os cômodos, de todas as vantagens da liberdade e da civilização, nem sempre fazem idéia das lutas, dos sacrifícios que esses benefícios custaram à geração que os precedeu.

No Brasil, como por toda a parte, a liberdade foi o prêmio do esforço, da dedicação e do patriotismo. A independência teve seus heróis e seus mártires.

A presença do príncipe português, que associou-se e tomou a responsabilidade dessa idéia generosa, tornou, é verdade, a revolução da independência muito mais fácil, muito menos ensangüentada do que tê-lo-ia sido em outras circunstâncias. Entretanto o fato da independência não foi consumado senão depois de lutas muito renhidas e do sacrifício de muitos patriotas.

Os dez anos do primeiro reinado, o período regencial, e os primeiros anos do segundo reinado não se passaram no seio da paz; pelo contrário, a luta foi muito mais viva, os combates muito mais encarniçados do que os da revolução da Independência. É que há uma enorme diferença entre esses dois períodos da nossa história. No primeiro restava em questão a autonomia da Nação brasileira; tratava-se de tornar o Brasil uma nação independente, de quebrar os laços que o

prendiam à velha metrópole. A imensidade do território da colônia, o exemplo da América Espanhola, que se havia constituído em repúblicas independentes, a nossa riqueza consideravelmente aumentada pelo franqueamento dos nossos portos ao comércio estrangeiro, o estado de decrepitude em que se achava Portugal, tudo isso, além de outras causas, favoreceu a realização do pensamento da independência.

Realizada porém a independência, tínhamos de fazer uma outra conquista não menos preciosa, e sem a qual a primeira perderia notavelmente sua importância; restava-nos a nossa organização interna como povo livre; restava-nos o estabelecimento de instituições liberais que nos assegurassem a conquista que havíamos feito e que fossem o penhor do progresso, do engrandecimento e da felicidade do Brasil no futuro.

O segundo período tornou-se notável pelas lutas, pelas comções intestinas que agitavam o seio da nova nacionalidade que tratava de constituir-se sobre a sólida base da liberdade. O combate foi rude. A Providência porém, que vela incessante sobre os destinos das nações, não deixa de fornecer-lhes meios que estejam em harmonia com a grandeza dos fins a que ela se propõe.

Se a obra da fundação do sistema representativo entre nós era uma empresa trabalhosa, cheia de toda a sorte de dificuldades; se a criação de instituições em que predominassem os princípios liberais, a que aspirava a nossa população, tinha de sofrer tenaz oposição da parte dos homens retores, amigos do regime que a nação havia condenado, cumpre reconhecer que não nos faltaram espíritos fortes, homens enérgicos e patrióticos, que dedicaram toda a sua existência à realização da idéia liberal, e que colocaram-se na altura da luta que se travou.

O Brasil, no último decênio do século XVIII e no primeiro do atual, foi fecundo em homens notáveis, em cidadãos cheios de patriotismo. Foi nesse período que nasceram todos, ou quase todos esses varões que prepararam e realizaram a revolução de 7 de abril; que lutaram durante a menoridade; que resistiram à reação nos primeiros anos da maioridade, que deram enfim provas do patriotismo o mais puro e desinteressado. A essa pléiade brilhante pertence o cidadão cuja vida vamos esboçar a traços largos.

José Antônio Marinho não é um desses nomes que a indiferença dos contemporâneos possa esquecer rapidamente. Sua existência



ativa e empreendedora deixou sulcos profundos, que a mão do tempo dificilmente poderá apagar. Como político, como padre e como educador da mocidade soube elevar-se muito acima dos homens vulgares. O círculo de suas relações era vasto, seu nome popular não só na província do seu nascimento, como em todo o Império.

E entretanto esse homem que assim se avantajava entre os seus concidadãos, não veio ao mundo cercado dos esplendores da fortuna. A família em que nasceu não possuía nenhum desses dotes que tornam fácil aos filhos o acesso às posições elevadas.

Em um dos pontos mais remotos do norte da província de Minas Gerais, no Porto do Salgado, pequena povoação situada a um quarto de légua da margem do rio de São Francisco, viviam Antônio José Marinho e sua mulher em posição que nada tinha de brilhante. Desse humilde casal nasceu aos 7 de outubro de 1803 José Antônio Marinho, que alguns anos depois tornou conhecido e ilustre o nome de seu pai.

Sua infância passou-se sem incidente notável. Terminados os estudos primários, manifestou o mais vivo desejo de prosseguir em seus estudos e de consagrar-se ao estado eclesiástico, a mais brilhante das carreiras a que podiam aspirar nesses tempos os filhos do país, que não tinham meios de ir pedir uma educação mais completa à Universidade de Coimbra. Infelizmente o estado de pobreza em que vivia seu pai era tal, que não lhe permitia a menor esperança de levar avante seus desejos. A inteligência do pequeno Marinho desenvolvia-se porém com tanta precocidade no meio daquele sertão inculto, que seus pais e todos os amigos e vizinhos não podiam deixar de admirá-lo e de deplorar a ingratidão da sorte que não lhe permitia cultivar as belas faculdades com que a natureza o dotara.

Um fato curioso, segundo conta-se, veio dar nova direção à vida do jovem Marinho e suscitar-lhe um dedicado protetor.

Tinha-se de celebrar no Salgado, com grande pompa, a festa de um santo. Preparava-se, entre outros divertimentos, uma representação dramática, que teria lugar em um teatro improvisado. Aconteceu porém que no dia do espetáculo o ator que se havia encarregado do principal papel não pôde ou não quis desempenhá-lo. Este acontecimento, como era natural, contrariou vivamente o festeiro e todos que contavam com aquele divertimento. O jovem Marinho, vendo as dificuldades em

que se achavam, ofereceu-se imediatamente para suprir a falta do ator, alegando que sabia todo o papel por ter assistido aos ensaios.

Depois de muita hesitação foi aceito seu oferecimento. Ninguém entretanto esperava que o improvisado ator pudesse desempenhar o papel de um modo satisfatório. Em breve porém mudaram todos de opinião. O papel foi representado muito melhor do que o teria sido pelo ator que o estudara.

Essa extraordinária felicidade de memória, a compreensão que o jovem Marinho mostrou da ação dramática, impressionaram a todos e deram a mais alta idéia dos seus talentos.

Um fazendeiro a quem Marinho se dirigiu resolveu-se então a mandá-lo a Pernambuco, sede da diocese a que pertencia o Salgado, a fim de fazer os estudos necessários para o estado eclesiástico. Pouco tempo depois seguia o jovem Marinho pelo interior até a cidade de Pernambuco, munido de cartas de recomendação para o bispo, que o admitiu como seu fâmulos.

Prosseguia ele pacificamente em seus estudos quando rebentou em Pernambuco a revolução republicana de 1817. Alma ardente, cheia de aspirações democráticas, sonhando um futuro de liberdade e de progresso para sua pátria, o jovem estudante não hesitou em abraçar a idéia da revolução, e em trocar a samarra de fâmulos do palácio episcopal pela farda de soldado da liberdade. Assentou praça e acompanhou a fortuna dos seus com toda a fidelidade. Em breve deram-lhe o posto de alferes, que serviu até que a revolução fosse de todo vencida.

Derrotados os republicanos, o jovem estudante viu-se em grandes embaraços para continuar os seus estudos, pois, comprometido como estava, não podia mais voltar à capital. Tomou pois a resolução de regressar à sua província, onde talvez pudesse um dia concluir seus estudos e entrar para a carreira a que se propunha.

É curiosa e das mais interessantes a história dessa viagem que então fez o jovem Marinho, através de um imenso sertão, só, sem recursos pecuniários e sujeito a mil contrariedades. Admira que um jovem de 14 anos tivesse coragem para fazer tão longa viagem afrontando tantos obstáculos.

Chegando à vila da Barra, que então pertencia à província de Minas, foi convidado por uma respeitável senhora para fixar-se aí e encarregar-se da educação de seus filhos.

Na penúria em que se achava aceitou com reconhecimento o partido que se lhe oferecia, e votou-se com toda a dedicação à educação de seus discípulos.

Algun tempo depois resolveu procurar de novo o Salgado e tratar de concluir seus estudos na província de Minas. O seu generoso protetor acolheu-o com toda a benevolência e fê-lo seguir para o seminário do Caraça, onde entregou-se ao estudo das matérias que ali se ensinavam.

Foi então que seu talento começou a revelar-se de um modo verdadeiramente brilhante. Seus condiscípulos, muitos dos quais ocupam hoje posições eminentes no estado, contam que o talento de Marinho chamara desde o princípio a atenção não só de seus colegas, como de seus mestres. Estudava muito menos do que outros, aliás dotados de inteligência, dormia profundamente enquanto seus companheiros entregam-se a longas vigílias, e no dia seguinte depois de uma rápida leitura do compêndio, ou de uma breve exposição feita por quem o tivesse lido, marchava intrépido para a aula e mostrava-se tanto ou mais informado da matéria da lição, do que os mais estudiosos dos seus condiscípulos.

No fim de algum tempo era tal a opinião que formavam de suas habilitações, que foi nomeado para reger a cadeira de Filosofia do seminário.

Parece que um seminarista que tantas provas de talento havia dado, nenhuma dificuldade encontraria na sua ordenação. Não aconteceu assim. O bispo que então regia a diocese de Mariana suscitou-lhe toda a sorte de embaraços e obstinou-se em não conferir-lhe as sagradas ordens. A razão de tão estranho procedimento eram as opiniões francamente liberais que professava o jovem ordenando.

Só no ano de 1829, governando a diocese o novo bispo D. José da SS. Trindade, é que Marinho conseguiu tomar as últimas ordens e pôr termo à sua posição de pretendente.

Uma vez chegado ao termo dos seus estudos, com uma posição decente na sociedade, a carreira de Marinho foi rápida e brilhante. A excitação das paixões políticas estava então no seu auge. Filho legítimo da democracia, Marinho não podia ter a menor inclinação para o partido das idéias retrógradas. Assentou nas fileiras e todos sabem que foi um dos seus mais ardentes e úteis propugnadores.

A província de Minas então fazia ao primeiro reinado, que se havia divorciado da liberdade, essa patriótica e heróica oposição que lhe conquistou tão brilhante lugar entre todas as terras do Brasil. Marinho, associado aos homens mais patriotas da província, não foi estranho a alguma das muitas manifestações liberais que então se fizeram.

Nesses tempos de patriotismo os homens que revelavam talentos, que se mostravam dedicados à causa da liberdade eram conhecidos, procurados, estimados e elevados pelos seus correligionários. Apareciam então na província de Minas muitos jovens de talento distinto, ardentes de patriotismo, sedentos de glória.

Os liberais mineiros parece que formavam, nessa quadra gloriosa, um grande júri político onde o mérito tinha segura a sua recompensa. Na primeira eleição que se fez para deputados à assembléia provincial o partido liberal teve um lugar para o filho do humilde Antônio José Marinho. Na mesma ocasião conseguiu ele um dos primeiros lugares entre os suplentes à deputação geral. Na assembléia provincial mineira fez ele os seus primeiros ensaios na tribuna parlamentar, onde depois tantas glórias conquistou. Em 1829 tomou assento pela primeira vez na câmara temporária. A revolução da maioria teve-o a seu lado. Por essa ocasião pronunciou ele um discurso cheio de veemência.

Homem feito no partido, com imensa reputação de parlamentar distinto em todo o país, com as melhores relações na província de Minas, Marinho tinha segura a sua carreira política. De 1841 em diante foi eleito constantemente deputado pela sua província. Seu nome era um dos primeiros na lista dos vinte. Sua voz simpática só deixou de ser ouvida no recinto da representação nacional, quando a reacção antiliberal afastou da tribuna democrática todos os homens convictos do crime de liberalismo.

Arredado da Câmara dos Deputados, Marinho não se resignou à inação e à obscuridade a que o queriam condenar. Concebeu imediatamente o projeto de um grande estabelecimento, onde pudesse oferecer à mocidade uma sólida educação intelectual, moral e religiosa. Em 10 de junho de 1849 fundou o colégio que ainda hoje conserva seu nome.

Não faltam testemunhas do zelo e dedicação que Marinho empregava como chefe desse estabelecimento. Sua idéia favorita de 1849 em diante era dotar a capital do império de um estabelecimento de

educação que fosse um modelo no gênero. A morte veio surpreendê-lo quando ele mais precisava de viver para completar sua obra. Entretanto o que ele deixou feito é muito em um país onde ordinariamente domina certo acanhamento de vistas nas mais úteis instituições. Muitos jovens, graduados hoje nas diversas faculdades do Império, aí estão para atestar os serviços que o finado Marinho prestou ao país fundando o seu estabelecimento de educação.

Não foi só como deputado e como instituidor da mocidade que Marinho prestou serviços ao país. Exerceu na província de Minas diversos cargos de eleição popular e de nomeação do governo. Em 1833 foi eleito juiz de paz de um dos distritos da cidade de Ouro Preto e eleito pela paróquia de sua residência.

Em 10 de novembro de 1834 foi nomeado depois do respectivo concurso professor de filosofia racional e moral da cidade de Ouro Preto. Algum tempo depois foi nomeado para exercer o mesmo emprego na cidade de S. João d'el-Rei.

Em 1845 nomearam-no diretor-geral dos índios da província de Minas e no ano seguinte procurador fiscal da tesouraria geral da mesma província. Exerceu esses lugares nos intervalos das sessões legislativas com o zelo e inteligência que o distinguiam.

Em 1847 apresentou-se candidato à igreja do SS. Sacramento do Rio de Janeiro, que se achava vaga. Seu ato no concurso a que se procedeu foi brilhantíssimo. Em 8 de maio foi apresentado e 3 dias depois confirmado e colado cura dessa igreja. O modo por que Marinho desempenhava as funções do seu sagrado ministério conciliou-lhe bem depressa o amor e o respeito do rebanho que fora confiado ao seu zelo.

A palavra sagrada tinha nele um eloqüente intérprete. O padre Marinho era incontestavelmente uma das glórias da nossa tribuna religiosa. Homem de fé robusta e ardente, senhor dos segredos da verdadeira eloqüência, a palavra de Deus saía dos seus lábios cheia de unção e capaz de fazer penetrar os raios da fé nas inteligências as mais obcecadas pelo materialismo da época.

Poucos anos depois de ordenado o padre Marinho conquistara no púlpito uma das reputações mais merecidas. Não só na província como na capital do Império sua palavra era ouvida com profunda atenção. Nas ocasiões as mais solenes era ele o pregador preferido.

Não lhe faltaram honras e distinções. Tanto na ordem eclesiástica como na civil seu mérito foi devidamente galardoado.

Em 1839 foi nomeado pregador da capela imperial; cônego honorário da mesma capela em 9 de setembro de 1840; algum tempo depois efetivo; protonotário apostólico em 22 de julho de 1847, camarista secreto supranumerário de Sua Santidade, com honras de monsenhor, em 11 de novembro do mesmo ano.

Era também cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e de quase todas as associações literárias, científicas e humanitárias que se têm fundado entre nós.

É porém antes de tudo como homem político que monsenhor Marinho deve ser considerado. Uma nação nova como o Brasil não tem nem pode ter uma vida literária desenvolvida. A ciência, a literatura, as glórias da tribuna sagrada entre nós não possuem ainda o prestígio necessário para preocupar as inteligências superiores. Só uma vocação muito pronunciada é que pode desviar o brasileiro da arena das discussões políticas, ou da vida comercial.

A nação procura ainda as condições da sua organização interna. O problema político agita todas as inteligências. Todas as forças intelectuais do país convergem para esse ponto. A glória só pode ser conquistada nas lutas políticas. A ciência e a literatura não são ainda uma carreira, são apenas uma distração.

Monsenhor Marinho como quase todos os nossos homens notáveis, fez-se na política, e viveu na política. O pensamento político dominou quase toda a sua existência; tudo o mais era acessório. É portanto na sua carreira política que ele deve ser estudado.

Não fazemos uma biografia completa, traçamos apenas um esboço, coligimos alguns fatos, registramos algumas datas, que depois serão aproveitadas. Observaremos entretanto que Monsenhor Marinho foi uma das figuras mais notáveis que se projetaram na nossa cena política desde os últimos anos da regência até 1848.

Homem de convicções liberais sinceras, de patriotismo ardente, acompanhou o seu partido com uma dedicação verdadeiramente admirável, partilhando as glórias e aceitando as conseqüências de todos os

reveses. Na tribuna parlamentar e na imprensa, prestou-lhe serviços da maior importância.

Ainda estão bem vivas na memória dos contemporâneos essas lutas parlamentares em que o distinto mineiro elevava-se à altura dos oradores mais notáveis da Câmara. É realmente coisa digna de admiração ver esse homem, que havia recebido uma educação defeituosa em um estabelecimento literário do interior, lutar de igual para igual, e muitas vezes com vantagem contra as maiores ilustrações do país, que tinham assento na Câmara.

Aí estão os anais do nosso Parlamento para confirmar o que dissemos.

Em 1842 não receou partilhar a responsabilidade da revolução que teve lugar na província de Minas: pelo contrário assumiu-a com todo o prazer.

Durante o tempo da luta esteve refugiado na fazenda do padre Gonçalo no município de Queluz. E aí, *no coração das virgens florestas*, segundo sua expressão, que ele tomava nota dos acontecimentos, e coligia os documentos que serviram de base à sua *História da revolução de Minas*, que todos conhecem.

Algum tempo depois de pacificada a província, monsenhor Marinho, com alguns outros liberais foi entregue ao júri da vila de Piranga, que o absolveu.

Na imprensa seus serviços não foram menos importantes que na tribuna. Redigiu em S. João d'El-Rei um periódico que gozou de importância; em 1847 o partido confiou-lhe a redação-em-chefe do *Correio Mercantil*.

Acima de todos os dotes da inteligência de todas as glórias que conquistou na política, estavam as belas qualidades de seu coração. Generoso, cheio de abnegação, dotado do verdadeiro espírito de caridade evangélica, não perdia ocasião de tornar-se útil a seus semelhantes. Monsenhor Marinho foi o benfeitor e o amparo de muitos que ainda hoje deploram sua perda.

Como deputado geral não se esquecia dos estabelecimentos religiosos e da caridade da cidade de S. João d'El-Rei, onde por muitos anos teve sua residência.

No seu colégio recebiam gratuitamente o benefício da educação numerosos moços, filhos de amigos seus pouco abastados.

Um fato sobretudo põe em brilhante relevo a magnanimidade desse coração generoso. O bispo que tanto o hostilizara no princípio de sua carreira, recusando-lhe as ordens sacras que pretendia, achava-se no fim de sua vida reduzido a um estado digno de compaixão. Marinho, que então tinha assento na Câmara propôs e fez adotar pelo corpo legislativo um projeto concedendo uma pensão ao velho prelado!... Não é fácil encontrar muitos corações capazes de tanta generosidade!

Cumpre-nos porém consignar neste lugar que o prelado soube corresponder à magnanimidade do seu protetor. Marinho possuía uma carta do velho bispo que honrava tanto o benfeitor como o beneficiado.

Monsenhor Marinho era de um caráter franco e jovial. Seu espírito epigramático tornava sua conversação sumamente agradável. Achava-se ainda robusto e em toda a força de sua inteligência quando, a 3 de março de 1853, foi-nos roubado pela cruel enfermidade que tantas vítimas ilustres tem feito entre nós.





ALFREDO NOUVEIRA DA S: FERREAZ

*Alfredo Nouveira da S. Ferreaz*

.....  
*Ângelo Moniz da Silva Ferraz*

**A** vida deste cidadão é uma eloqüente demonstração do poder, e direitos da inteligência no governo monárquico representativo; é a história parlamentar e a administrativa da mais bela parte do Segundo Reinado.

Desde que se matriculou na Faculdade de Direito na cidade de Olinda, até que se sentou como presidente do Gabinete (12 de agosto de 1859) nos Conselhos da Coroa, ministro das Finanças, a sua vida política tem sido de esforços não interrompidos, de lutas ardentes, e de conquistas gloriosas.

Sem apoio de família, contando somente com seus recursos intelectuais, o jovem se distinguiu, se engrandeceu, sem que alguém se possa queixar, com o direito de preterido. Sua posição e o seu renome, ele conquistou por si só. Espírito investigador, alargou os horizontes de seus conhecimentos até onde podia alcançar o seu amor da ciência.

Homem de luta, nunca foi acometido de desânimo, e nem deu costas aos mais terríveis combates, nas mais críticas circunstâncias. Amigo do trabalho, nem as vigílias o enfraquecem, nem as dificuldades o esmorecem.

A coragem, a tenacidade e a energia que desenvolveu no começo de sua vida, como que denunciavam qual deveria ser o seu futuro. O que ele é no país vem a ser a consequência necessária do que foi.

Na mocidade desenvolveu uma atividade, grandeza d'alma, e coragem, que fizeram a admiração de seus companheiros, superiores, e até do governo.

Alinhados os soldados voluntários da ordem pública na cidade do Recife, ele foi abraçado pelo presidente da província o Exmo. Sr. Pinheiro de Vasconcelos, como uma prova de reconhecimento ao valoroso batalhador, que arriscou, só por patriotismo, a sua vida na defesa da sociedade.

Já na infância, ele merece a confiança que se deposita em um homem provector. Comunica-se com o governo, e dispõe de armas e soldados. A coragem o fez chefe, e o desinteresse lhe deu prosélitos. Marchou com um reforço da província das Alagoas para a de Pernambuco por terra, passando mil privações, que só o entusiasmo, e o amor da pátria, e da glória, poderiam compensar.

Na defesa da ordem pública na cidade do Recife, arriscou muitas vezes a sua vida nos combates, em que tivera parte ativa, e proeminente. Os seus colegas, hoje no Senado, Cansação de Sinimbu, Nabuco de Araújo, foram testemunhas de seus atos de valor.

Alistado no Partido Moderado, era o primeiro, e mais decidido a reprovar os excessos dos vencedores, e a proteger a sorte dos vencidos.

Com a mesma atividade, e possuído de convicções, sagradas pelo desinteresse da mocidade; entrega-se às lutas da imprensa. Falou ao povo sem levantar ódios, sem enraivecendo ciúmes; falou às idéias, aos corações, e ao patriotismo.

As provas destes brilhantes combates literários, e pacíficos, devem existir nos arquivos, ou bibliotecas da cidade do Recife, que conservarem os periódicos políticos dessa época. A infelicidade do escritor de folhas políticas, consiste no esquecimento do serviço, logo que se consegue o benefício, pelo qual se esforçou.

Soldado valente nas ruas e praças de uma cidade em revolta, e debaixo das ameaças da tropa anarquizada, mostrou igual valor nas pelegas da imprensa.

Advogado, juiz, administrador, ministro e presidente do Conselho, percorreu todas estas posições, deixando em cada uma delas, belas recordações, e indeléveis traços de longos trabalhos e de uma atividade incansável.

No cumprimento do seu dever, não teme a responsabilidade, nem acaricia interesses ilegítimos. Afronta todos os obstáculos, com que a má vontade de uns e o egoísmo de outros, lhe opõem. Reconhecida a utilidade pública, a promove, não obstante o alarido dos adversários. Possui a firmeza das grandes convicções. Parece que a adversidade e as lutas o reanimam.

Juiz de Direito, distribuiu justiça com imparcialidade e sabedoria. Severo, sem ódios, benevolente, sem fraqueza, e justo, sem contemplação. O crime, o encontrou sempre vigilante para o convencer, e inexorável para puni-lo. Cioso de suas prerrogativas, e dos direitos da magistratura, nunca admitiu influência política do governo no julgamento dos criminosos. Se o impedimento no exercício de suas funções, e de seus direitos, resistia. Se ousavam insinuar-lhe um procedimento irregular, ou uma atividade exorbitante, ou uma inércia negligente, desobedecia.

Em suas mãos a vara de juiz foi um poder, como a Constituição organizou, e não um ridículo simulacro, como o abuso o tornou.

Esta altivez no juiz, assim como a independência nos altos empregos, que tem exercido, levantaram-lhe desafetos, e inimigos, que lhe fizeram a mais desabrida guerra. Mas, cumpriu com seu dever, é esta a sua consolação. Se apaixonados contemporâneos o doestam, a posteridade lhe fará a justiça, que merece.

Ele o disse solenemente na Câmara dos Deputados, no caráter de presidente do Conselho: *não quero conquistar efêmera popularidade, mas sim fazer benefícios reais a meu país.*

Se como inspetor da Alfândega da corte, tivesse condescendido com a malversação, que diminuía as rendas do estado, se como ministro das Finanças deixasse impune a agiotagem fraudulente, e sem entranhas, teria tido, sem dúvida alguma, uma vida pacífica, porém inglória, e em pura perda para o país.

Homem de vontade forte, não sabe aceitar posições equívocas, e estéreis. Ele caminha sempre, e se o querem fazer parar, luta até decidir-se a vitória em favor de alguém. Não adia dificuldades nascentes, porque se arreceia que elas tomem raízes profundas, e cresçam tanto, que depois seja impossível vencê-las.

Na Inspetoria da Alfândega, na administração da província de São Pedro do Sul, na presidência do Conselho de Ministros, e no ministério das Finanças, lutou francamente, e com todas as suas forças. Venceu.

A sua estatura, o porte, a bela cabeça, a larga fronte, os olhos vivazes, os modos generosos e amáveis, convencem a quem o vir, ainda que o não conheça, a sua superioridade de espírito.

Em política é conservador-progressista. Devotado às suas idéias, a seus amigos, e prudente para com seus adversários.

Nos anais da administração pública, seu nome não desaparecerá, e seus benefícios serão duradouros.

Passemos aos fatos, e às épocas mais memoráveis de sua vida.

Nasceu o conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz na cidade de Valença, província da Bahia, no ano de 1812.

Sua família o destinava para a vida eclesiástica. Aprendeu em cidade da Bahia as humanidades com os mais distintos mestres, entre os quais avultava Fr. João Quirino Gomes, que lia filosofia no colégio da Palma, edificio antigo dos padres jesuitas.

A elevação do Brasil à categoria de Reino, e a mudança da sede da monarquia portuguesa para a América, tinha despertado ambições, e fortalecido esperanças, de modo que a mocidade principiou a aspirar a um futuro mais lisonjeiro, e próspero. Muitos jovens votados ao serviço dos altares, desfizeram os planos de suas famílias. As novas idéias, e a abertura de cursos jurídicos no país (1828) libertaram as inclinações forçadas.

Em 1830, com 18 anos de idade, seguiu para Olinda, onde se matriculou estudante do 2º ano jurídico, sendo-lhe em 1834 colado o grau de bacharel em Direito.

Desde 1830 até 1834, trabalhou na imprensa, propagando idéias moderadas, para cuja defesa empenhou a vida, e os mais aturados esforços intelectuais. Foram seus companheiros, os conselheiros José Tomás Nabuco de Araújo, e Cansação de Sinimbu.

Apenas formado em Direito, com o conselheiro Sinimbu, acompanhou as forças militares das Alagoas, que combinadas com as de Pernambuco, retomaram a povoação de Jucuípe ocupada pelos cabanos.

Em 1835, tomou posse do lugar de promotor público da capital da Bahia, em que se distinguiu por sua coragem, probidade, e dedicação ao serviço público.

Nomeado juiz de Direito da Comarca da Jacobina em 1837, exerceu as árduas funções deste cargo até 1843, sem levantar uma queixa de falta de administração severa, e imparcial de justiça. Foi um magistrado modelo, porquanto além de seus atributos morais, mostrou uma inteligência forte e ilustrada.

Cercou-se de tal prestígio em toda a sua comarca, que conseguiu com sua única autoridade moral, abafar um movimento arrebatado na Vila Nova da Rainha, repercussão da revolta da capital, intitulada de *Sabina*.

Eleito deputado provincial de sua província natal, foi seu primeiro ato interessar-se por uma petição ao Poder Moderador, solicitando a anistia dos revoltosos vencidos. Os sofrimentos excessivos de seus patrícios, alguns dos quais eram amigos particulares, irritaram-no tanto, que no justo desabafo da indignação, ressentiram-se algumas autoridades policiais, que pretendiam abusar da vitória, esquecidos de que eram todos filhos da mesma pátria, e que, se haviam iludidos, não eram *perversos*.

Com toda a energia censurou as inúteis perseguições feitas aos vencidos; do que lhe veio desgostos, devidamente compensados pela satisfação de ver perdoados, e anistiados os vencidos, de quem se tinha constituído generoso patrono.

O povo baiano tem-lhe sido sempre reconhecido. Reeleito deputado provincial até 1843, trabalhou constantemente em bem da província, e se ocupou dos mais sérios trabalhos nas diferentes, e difíceis comissões para que foi nomeado.

Em 1842, foi eleito deputado à Assembléia Geral, e dissolvida previamente a Câmara dos Deputados, voltou de sua província reeleito, e continuou a sê-lo até a dissolução de 1848.

Este período é um dos mais gloriosos de sua vida. Por sua ilustração, energia, e trabalho infatigável, constituiu-se o líder da famosa oposição daqueles tempos. Sempre na tribuna, velava as noites consultando os livros. Seus discursos revalam uma copiosa leitura, e uma proficiência de estudos políticos e administrativos, que faziam a admiração e orgulho

de seu partido, e o receio de seus adversários. Orador veemente, tem os segredos da eloquência, arrastando e convencendo. Teve dias de verdadeiro triunfo. Seus amigos o abraçavam depois do combate, e seus adversários lhe faziam todas as honras devidas aos homens superiores.

No futuro, os historiadores do nosso parlamento hão de dar a esses discursos seu preço real. A inveja dos contemporâneos não chega até à posteridade, para lhe turvar o espírito, e viciar a consciência.

Em 1843, foi removido de juiz de direito da comarca da Jacobina para o lugar de juiz dos feitos da fazenda da Bahia, que exerceu apenas até junho de 1844. A magistratura nessa época estava sujeita à vontade discricionária do Poder Executivo, que o removeu de juiz dos feitos da Fazenda da Bahia, para a 1ª vara do crime da corte, por ter o juiz deputado se recusado a prestar apoio político à administração.

O juiz recebeu sem queixa a punição infligida ao deputado. Tomou posse de seu novo cargo, e logo deu provas de sua atividade e zelo, abrindo a primeira correição no foro da corte. Seus acertados provimentos corrigiram velhos abusos e perniciosas práticas, que dificultavam a administração da justiça. Destes penosos trabalhos nunca houve remuneração alguma, senão a satisfação interna de ter cumprido seus deveres.

Por ocasião de instruir-se o famoso processo Lírio (empregado do Tesouro) julgou necessários exames na escrituração do Tesouro Nacional, para bem avariguar do delito e reconhecer quais fossem seus autores e cúmplices.

Não convindo devassar o estado viciado dessa escrituração, que acarretaria para o processo novos culpados, e denunciaria a negligência e desídia com que corria aquela repartição, foi interdito ao juiz de Direito Criminal proceder aos exames exigidos, devendo-se contentar para o julgamento do infeliz *Lírio*, com as provas que pudesse aduzir a acusação, restrita em seus recursos. E assim deixava-se o juiz da terrível perplexidade de uma absolvição em fato tão grave, ou de um castigo sem todo o fundamento. Impunidade, ou tirania.

O ministério cortou todas estas dificuldades, removendo como pena, da corte para a comarca de Campo Maior, na província do Piauí, o magistrado escrupuloso, que não quis arriscar a sua consciência,

os direitos da acusação e defesa, às pretendidas imunidades do Tesouro Nacional, que se arrogou os privilégios das igrejas nos tempos de devoção clássica, onde se homiziavam os facinoras impunes.

Para julgar do processo *Lírio* nomeou-se um outro juiz. O removido não pôde obedecer; e nem seguiu para sua nova e longínqua comarca, que lhe pareceu uma pena de degredo. Interrompeu forçadamente a sua carreira de magistrado, que levava tão brilhante e gloriosa.

O ilustre ministro da Fazenda em 1848, Francisco de Paula Sousa e Melo, o nomeou inspetor da Alfândega da corte em 29 de julho do ano citado. Não deliberado a aceitar esta comissão tão espinhosa naquela época, pelos rumores e acusações que se propagavam contra a má fiscalização da Alfândega por improbidade de alguns empregados de todas as hierarquias; foi reduzido a isso, por instâncias do ministro Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaboraá. Cinco anos serviu este emprego no meio das mais violentas lutas da malversação, dos ressentimentos e dos interesses ilegítimos.

O conselheiro Ferraz sustentou com coragem a sua posição, e levou ao cabo o seu projeto de reforma. Demitiu os incorrigíveis, elevou os probos, e repreendeu os negligentes. Inspecionava tudo, e todos. Surpreendia os empregados, cuidava nas obras, e fiscalizava a arrecadação, com tal proveito para o país, que sem mudança na legislação fiscal, e sem agravação dos direitos, conseguiu que a Alfândega dobrasse de renda.

Saindo da Alfândega, foi nomeado procurador fiscal do Tesouro Nacional, de cujo emprego pediu e obteve demissão em 1855, por se ter declarado em oposição ao gabinete Paraná.

Como presidente da comissão encarregada de confeccionar uma nova Tarifa da Alfândega, apesentou, depois de longos estudos, um trabalho importantíssimo, que tem servido como o primeiro e o mais regular para base e doutrina de outros posteriores, que o seguiram em geral, e que na parte em que dele se apartaram, não foram felizes.

Por carta de 28 de outubro de 1853 foi agraciado com o título do conselho.

Por carta de 1<sup>o</sup> de maio de 1856, foi escolhido por S. M., o Imperador, em lista sêxtupla da província da Bahia, senador do Império.

Em 28 de agosto de 1857 foi nomeado no Ministério Olinda, presidente da província de São Pedro do Sul. Com poucos meios fez na



província importantes obras de suma utilidade, e que hão de perpetuar aí o seu nome.

Em 10 de agosto de 1859 foi nomeado presidente do Conselho de Ministros da Fazenda e interinamente do Império.

Os trabalhos que fez no sentido de melhorar a arrecadação dos impostos, e de afrontar um déficit de perto de dez mil contos, fazem por si sós a vida e a glória de um homem de estado. Seria preciso um volume para oferecê-lo em relevo, e mostrar toda a sua importância.

Até hoje no Brasil nenhum ministro trabalhou mais.

O gabinete Ferraz praticou uma política moderada. Não proscreeu a ninguém, nem exerceu o *favoritismo*.

Respeitou a vontade nacional, deixando correr livres as eleições gerais, não ofendeu os direitos do cidadão, não vexou e nem oprimiu.

Para servir a seu país, não acariciou injustas pretensões, eis a razão do alarido dos turbulentos, que sentem na paz a estagnação de seus ilegítimos interesses.

A posteridade há de fazer a justiça, que os contemporâneos sensatos nunca recusaram ao ministério Ferraz.

Eis a vida resumida do jovem acadêmico, do magistrado, do orador, do administrador e do ministro. Esta ilustre vida começada em 1812 até hoje tem deixado em sua passagem rastros de luz. O futuro dar-lhe-á a última e a mais brilhante auréola.



FRANCISCO DE PAULA SUREDA Y VELLIDO

*Francisco de Paula Sureda y Vellido*

**A** vida de Paula Sousa está tão inteiramente ligada à nossa existência política, que para desenvolvê-la seria preciso historiar, ainda que sumariamente, os diferentes episódios de nossa independência e revolução constitucional; mas não comportando tal os estreitos limites prescritos pela Galeria dos Contemporâneos, e quando comportassem, não o permitindo o tempo de que podemos dispor; força nos é limitarmo-nos a um ensaio fugaz, a um breve esboço, que serviria de argumento ou sumário de trabalho de mais espaço e meditação, a cujo cometimento por gosto e dever estamos resolvidos, se Deus no-lo permitir.

I

Francisco de Paula Sousa e Melo, nascido a 13 de junho de 1791 em Itu, província de São Paulo, do português dr. em cânones, Antônio José de Sousa, e sua mulher, D. Gertrudes Celidônia de Cerqueira Leite, família Barros. De quatorze meses perdeu seu pai, que baixou ao túmulo desconsolado por não ter de ser o diretor da educação de seu filho único.

A excepcionalidade da organização do menino supriu essa falta, que seria irremediável para outrem qualquer e preencheu os anelantes

votos do venerando ancião, que cego pelo amor paternal, ou com essa segunda vista, que dizem vir alguns à borda do túmulo, julgava ver em seu filho um ente fenomenal. Aos sete anos saiu da escola, aos dez do estudo de latim, e aos doze traduzia correntemente o italiano e o francês, tendo sido obrigado a estudar aquela língua para aprender esta, porque então não havia em Itu dicionário do francês para português: fora guiado nestes estudos, para os quais não havia mestres, pelo padre Campos, que mais ou menos nesta época voltara de Roma, onde passara os melhores anos de sua vida. As relações, que o ardor do menino pelos estudos, sua prodigiosa memória, e precoce inteligência, fizeram estabelecer com esse austero jesuíta, virtuoso e de tal qual instrução, muito influíram nos futuros destinos de Paula Sousa. Ele não teve puerícia, essa idade feliz de folguedos e inatenções; não se o via correr e saltar com outros meninos; temia-os e fugia deles; seu maior prazer era folhear e ler os grandes livros, que lhe deixara seu pai, sua velha mãe deleitava-se em referir mil anedotas dessa singularidade de sua índole tímida, e desse caráter sério e meditativo, mas bondoso; ele não teve adolescência; essa época poética da vida, em que entre vertiginosas aspirações sonha-se e adivinha-se o homem; passara-a devorando quantos livros as resumidas bibliotecas de Itu possuíam. Em breve, nada mais tendo para ler, seu insaciável ardor de estudo o levou para São Paulo, apesar das instâncias de sua mãe, cujo ininteligente amor a isso opusera por longo tempo tenaz resistência. Aí aperfeiçoou-se no estudo das línguas que aprendera; aprendeu o inglês e estudou história, geografia, filosofia e retórica. O abuso do estudo estragou sua débil organização; violenta oftalmia e uma caprichosa gastrorria o assaltaram de forma tal, que os médicos julgaram, para salvá-lo, dever condená-lo à reclusão no escuro, abstenção da leitura e dieta quase absoluta; assim passou quase quatro anos da melhor época da sua vida, dos dezoito aos vinte e um. Seu espírito reflexivo, ajudado dessa estu-penda memória, que fez a admiração de quantos o conheceram, não perdeu esse tempo precioso; pelo contrário, aproveitou-o para coordenar a profusão de idéias, que havia sequiosa e avidamente bebido em quanta fonte encontrou.

Quando enfim pôde sair dessa prisão a que o condenara a medicina de então, era sem o saber uma das mais fortes e cultas inteligências da época. Na gestão de sua medíocre fortuna e no estudo da

ciência do direito empregava ele seu tempo, quando o varão, o verbo começou a revelar-se naquela organização valetudinária e tardonha, que o espírito ou inteligência só dominara até então: o amor exigiu também seus direitos; e em 1819 ele casou-se, vencidas estas dificuldades, com sua prima, filha de Antônio de Barros Penteado. Aquela alma que não tivera juventude, expandiu-se com arroubo e entrou para assim dizer em sua juventude, que durou e prolongou-se até sua morte.

## II

*O primeiro ato oficial em que se acham escritas as palavras – Independência do Brasil – é da Câmara de Itu, que em 1821 requeria à Câmara de São Paulo para que esta desse plenos poderes aos seus deputados às Cortes de Portugal, a fim de tratarem da nossa emancipação: a mão que escreveu esta grande idéia está paralisada pela morte...* Assim começou o Sr. Porto Alegre o discurso que, como orador do Instituto Histórico proferiu à beira do túmulo do preclaro brasileiro, o Senador Paula Sousa.

Iniciado na história filosófica da humanidade, conhecedor das exigências e tendências do século, previa ele os resultados que mais ou menos colheria o Brasil da vinda da corte de Portugal para o Rio de Janeiro; agitou pois os ânimos e dirigiu-os para o fim que seu patriotismo e espírito meditador lhe sugeria. Foi por isso eleito deputado às Cortes de Lisboa em 1821; mas o miserável estado da sua saúde não lhe permitiu semelhante viagem. Foi de novo eleito para a Constituinte brasileira, da qual fez parte em 1823. Não é sem maravilha que lemos nos anais daquele tempo, que logo em uma das primeiras sessões propusera ele um projeto de lei com o fim de melhorar o estado desgraçado do Tesouro nacional! Quando nossos homens mais notáveis perdiam-se nas vaporosas regiões do idealismo político, aquele desconhecido paulista procurava consolidar as bases, solidificar os elementos de nossa independência! Não é menos singular o silêncio em que o vemos durante esses seis meses da Constituinte; quer pela falta de animação que merecera e nenhum valor que deram ao seu projeto, que nunca entrou em discussão, quer pela dúvida do próprio valor, quer pela consciência prévia da ineficácia de todos aqueles trabalhos, o fato é que esse silêncio foi apenas quebrado,

uma ou outra vez, pela declaração escrita de voto em tal matéria. Esses seis meses foram todavia aproveitados no estudo prático de nossos homens e de nossas coisas.

De volta à sua província não descansou, continuou, pelo contrário, na propaganda constitucional e inoculando em todos os espíritos as crenças e melhores opiniões dos mais célebres publicistas, e muito concorreu, de combinação com Feijó, para que a Câmara Municipal de Itu apresentasse aquelas admiráveis observações à Constituição, que, em cumprimento de sua real palavra no decreto de dissolução da Constituinte, nos deu o senhor D. Pedro I.

Em 1826 sendo ainda eleito para a Legislativa, foi Paula Sousa um vulto já tão notável, que apresentaram-no como vice-presidente em competência com Marcos Antônio de Sousa, que só em 2<sup>a</sup> escrutínio pôde derrotá-lo: em 1827 foi eleito presidente por quase unanimidade de votos em o 1<sup>a</sup> mês de sessão, no 2<sup>a</sup> porém, a instâncias, conseguiu não ser eleito, em atenção ao seu constante estado valetudinário. Desde então tomou tal parte em todos os atos de nossa vida legislativa, que podemos assegurar que nenhum só há, sobre o qual não interpusse sua opinião, ou a modificasse, quando não havia partido dele: regimentos dos conselhos provinciais, lei da responsabilidade ministerial, lei orgânica das academias ou faculdades do Império, lei orgânica das câmaras municipais, lei da liberdade da imprensa, lei orgânica do poder judiciário, tudo enfim atraiu suas vistas e estudo, e em tudo revelou tão fortes e variados conhecimentos, que conquistou a atenção e forçou o respeito daqueles mesmos que antes nem se dignaram lançar os olhos sobre o tímido e modesto autor do projeto com o fim de melhorar a situação do tesouro nacional. Apesar do seu estado constantemente valetudinário, poucas vezes faltou às sessões, e cedo achava-se na câmara.

Oh tempos admiráveis, que lá se foram, em que às 10 horas contavam-se de 80 a 90 deputados, que religiosamente guardavam seu posto além das horas da lei, quando havia mister, mesmo nos meses de outubro e novembro, até os quais prorrogavam-se as sessões!

Foi constantemente eleito deputado geral e provincial, até que em 1833 foi eleito e escolhido senador.

III

Seu amor ao trabalho, o sentimento do dever não esfriou-se naquela região, que em algum tempo foi alcunhada de Sibéria; no Senado, como na Câmara dos Deputados continuou a desenvolver suas idéias e princípios, de modo a conseguir a harmonia e divisão dos poderes, única garantia da excelência do sistema representativo, que ele definia – governo, cuja base é a justiça, o agente a opinião pública, e o fim o maior bem do maior número.

A reconhecida sinceridade de suas crenças, sua proverbial honradez, e a honestidade de sua conduta davam singular realce à dedução lógica, à dicção fluente e muitas vezes eloqüente de seus discursos; conseguia pois não poucas vezes demorar e arrastar os próprios adversários.

Suas idéias e princípios foram por vezes aceitos, e convertidos em lei; outras porém foram mal aproveitadas, e aplicadas depois de mutiladas, o que o obrigou a dizer que eram eles parte de um todo homogêneo, ligado e completo, e que assim unicamente poderiam produzir os resultados desejados.

A lei dos círculos, a das incompatibilidades, a reforma do conselho do Estado, etc., etc., sofreram essa desastrosa sorte; ainda na reforma das secretarias vimos na existência dos consultores uma dessas idéias mutiladas, e em estado embrionário. Seu fim todo, o desiderato político que obsediava era consolidar nossas instituições de modo tal, que resistindo ao impulso desmoralizador do século, pudessem sem perigo aproveitar-se das legítimas e sólidas conquistas do espírito humano. "Conhecemos ainda, senhores", disse o Sr. Porto Alegre em seu brilhante discurso diante da mortalha de carne, que encerrou essa alma tão grande, e tão ilustrada, "que a causa da pátria acaba de perder um grande defensor, e as nossas instituições um grande conservador." Nada o afligiu tanto em toda sua vida como os fatos de 1842; em oposição cordial a seus melhores amigos não quis todavia abandoná-los; repelindo e combatendo as ilusões de um momento no foro das relações particulares aceitou, e sofreu com eles em público os efeitos de um erro, que não partilhou sequer um momento; não podia, e nem foi envolvido no processo; mas foi escoltado para S. Paulo, onde esteve sob a vigilância da polícia. A época mais notável de sua vida parlamentar é a em que se dis-

cutiu a reforma do código; 1837, 39, 40 e 41 estamparam em nossos anais parlamentares suas mais incontestáveis glórias.

Chamado aos Conselhos da Coroa foi a 20 de julho de 1847 nomeado ministro do Império com o Sr. Alves Branco: em breve reconheceu a inutilidade de seus esforços, e pediu, e conseguiu sua demissão a 28 de agosto do mesmo ano. Ele não compreendeu um ministério, cujas diferentes repartições se não harmonizavam debaixo de um sistema de idéias; ou não eram dirigidas por uma idéia mãe, criadora, que se refletisse em todos os ângulos do organismo executivo.

Assim, quando convidado pelo falecido Vergueiro para completar seu Ministério, tornou a falar na necessidade de uma presidência ministerial, condição sem a qual não entraria jamais para qualquer ministério, pois que só ela garantiria aquela unidade de pensamento, que ele julgava indispensável. S. M. I. houve por bem por decreto de 31 de maio de 1848 nomeá-lo ministro da Fazenda, e presidente do conselho: foi o primeiro Conselho de Ministros, que teve o Brasil, e o regulamento, que o devia reger foi confeccionado pelo mesmo Sr. Paula Sousa; mas até hoje julgamos, que nem uma execução teve; seu programa ministerial foi – Justiça e Tolerância, – ninguém, persuadimo-nos, deixou de crer e nutrir reais esperanças; um dos mais violentos adversários, ao mesmo tempo, uma das mais hábeis penas brasileiras, resumiu pouco mais ou menos assim seu primeiro artigo político em relação ao 1.<sup>o</sup> presidente do conselho – jamais o remorso lhe segredou um fato à consciência – e o Brasil tinha razão, porque mais cedo largaria ele qualquer posição do que tal fato se desse. Mas suas moléstias, que cada vez mais se agravavam, e o desgosto de não poder pôr em prática com a liberdade, e plenitude que exigiam a veracidade do sistema e o esplendor do trono as idéias, e princípios, que haviam tido tempo de amadurecer em sua imensa inteligência, o obrigaram a resignar o poder nas mãos de S. M. o Sr. D. Pedro II a 29 de setembro do mesmo ano de 1848. Essas moléstias recrudesceram a ponto de não deixar mais quase tranqüilidade alguma ao venerando ancião.

Um pequeno e dolorosíssimo tumor, que lhe aparecera no rosto pôs à prova aquela alma aguerrida por 40 anos de enfermidades, mas aquela grande alma não se desmentiu um momento e entregou o corpo ao martírio da cirurgia; tudo foi inútil; e o mal canceroso atirou ao túmulo a 16 de agosto de 1852 aquele corpo exangue que apenas contava 60 anos.



Seja-nos lícito, para pintar seu caráter, transcrever aqui as eloqüentes frases, com que o descreveu o filósofo, poeta e artista, o Sr. Porto Alegre, que por parte do Instituto Histórico assistiu ao seu enterramento: "Deus colocou no coração do nosso finado consórcio aquele fogo celeste que tudo consome e purifica no meio da corrupção geral, o seu peito foi um abismo, onde se sepultavam, e desapareciam as impurezas da malevolência, o veneno da calúnia, os ódios da ingratidão e as inconseqüências da versatilidade humana.

"Para sua alma tão pura no amor e tão liberal na Terra, o ostracismo era uma apoteose e a apoteose um meteoro passageiro como o aerólito, que brilha nos céus e que se precipita levando à morte, fendendo as rochas, ou derrocando monumentos. Amigos e rivais na arena do idealismo político o proclamaram sempre um homem honrado, cujo desinteresse está comprovado nos dias de 1831 e 1837, nos do seu ministério e em toda sua vida parlamentar: amigos e rivais se uniam voluntariamente para confessarem que o conselheiro de estado e senador do Império Francisco de Paula Sousa e Melo era a virtude, o saber e o patriotismo adunados no peito da mais cândida moléstia!!!

"Todos conheceram esse homem fenomenal, que no meio de contínuos sofrimentos tinha uma cabeça robusta, e em cuja existência se contrastavam a par e passo a matéria e o espírito. Num corpo valetudinário, que pendia para a sepultura se encontra uma alma forte que duplicava de valor no meio dos combates parlamentares; um corpo, que se vergava para a terra do esquecimento, e uma alma, que se elevava para o céu da glória; era uma voz branda que mal roçava os ouvidos dos que o rodeavam, desprendia uma lógica cerrada, uma cadeia de idéias tão superiores, que levava ao fundo dos corações a pureza das suas intenções; um homem retirado no seio da sua família, e um cidadão que enchia o Brasil com o brilho das suas idéias, e com a majestade do seu caráter; um homem finalmente que sabia nivelar a paz doméstica com a providência do conselho, e as horas do triunfo com os momentos da desgraça...

"Nós o vimos, nós o respeitamos entre a esposa e os filhos e entre os seus amigos e rivais; nós o vimos, nós o admiramos nos diálogos de filosofia, no culto das letras e no recinto do Parlamento; seja-nos sempre cara a sua memória, e sirva de exemplo a todos os que aspiram à

virtude, essa vida sem mancha, que é o maior legado, que deixa à sua numerosa família..."

Oh! sim; nós aceitamos esse legado e seguiremos esse exemplo, que mostra que meu pai foi um desses homens, cuja vida com a mão de mestre Plutarco descrevia para consolo e modelo da humanidade.



BARÃO DA VICTORIA.

*Cap. J. B. de Victoria*

.....

*Barão da Vitória*

**A** vida do bravo general José Joaquim Coelho é um desses tipos que honrando a pessoa a quem pertence, engrandece o país que o possui.

José Joaquim Coelho nasceu a 25 de setembro de 1797 na cidade de Lisboa, e deveu o ser a Joaquim José Coelho e D. Maria Teresa de Jesus.

Contando apenas 14 anos de idade veio ao Rio de Janeiro em lugar de um seu irmão mais moço, que era afilhado do chefe de esquadra Garção, a quem este havia chamado.

Quase três anos depois de residência nessa parte do solo americano que Portugal tanto se orgulhava possuir, aos 23 de abril de 1814, sentou praça de soldado no 1<sup>a</sup> Batalhão de Fuzileiros, e tão exemplar foi sua conduta militar que em 1817, três anos depois, marchou para Pernambuco como sargento ajudante do Batalhão de Granadeiros.

As lutas sanguinolentas de que foi vítima a bela província de Pernambuco em 1817, viram-no sempre corajoso acompanhar suas diferentes peripécias, e por tal forma que mereceu justos elogios do general Luís do Rego Barreto, governador de Pernambuco.

Adotando as mesmas idéias de liberdade que os filhos do país, ligou-se à causa da emancipação brasileira, contribuindo com a influência, que soube exercer sobre seus companheiros, para que se convertesse em realidade os primeiros sintomas de emancipação que na vila de Goiana, em Pernambuco, promoviam os patriotas daí.

É, sem dúvida alguma, essa fase de sua vida uma das pérolas da sua coroa de glória.

Os pernambucanos porém não se esqueceram do bravo companheiro auxiliar, e fizeram-no tenente ajudante, elevando-o a capitão pouco depois.

Mais tarde, quando o brigadeiro Madeira obstinava-se, na Bahia, em não querer reconhecer a emancipação do Brasil e provocava a luta com as armas em punho, os pernambucanos viram reconhecidos o bravo general acalmar os ânimos dissipando assim a tempestade que ameaçava o horizonte da província.

Já elevado ao posto de major graduado, deve-se-lhe em parte o mau êxito da revolta que em 1817 promoviam na província os partidários da célebre Federação do Equador.

Por decreto de 12 de outubro de 1825, foi elevado ao posto de major efetivo, e encarregado de organizar o Batalhão nº 17 de Caçadores sob seu comando: missão essa que cumpriu com perícia, sendo posteriormente removido como fiscal do Batalhão de Caçadores nº 1, o qual era comandado pelo tenente-coronel Tomás Antônio da Silveira.

Promovido ao posto de tenente-coronel por decreto de 5 de fevereiro de 1827, passou a comandar o Batalhão nº 17 de Caçadores, que havia organizado, e com o qual marchou para o Sul a fim de incorporar-se ao exército do Brasil que batia os revoltosos na Cisplatina.

Em 1832, quando o solo da bela e heróica província de Pernambuco se ensopava com o sangue de seus filhos, em vista da denominada guerra dos Cabanos, o governo imperial enviou-o pra ali e foram tão acertadas as suas medidas tanto no gabinete como no campo, que alcançou pôr fim a essa luta sangüinolenta.

Nomeado comandante das armas de Pernambuco em 1832, exerceu esse alto cargo com bastante dignidade até o dia 4 de junho de 1835.

Em 6 de agosto de 1836 foi nomeado inspetor-geral da Guarda Nacional do Recife, e, cumulativamente, comandante do corpo de polícia da mesma cidade; cargos estes que exerceu até marchar em socorro da Bahia: dezembro de 1837.

Muitos foram os relevantes serviços aí prestados à causa da ordem pelo distinto oficial; citaremos, entre outros, o ter salvado de um terrível incêndio a cidade de S. Salvador, na Bahia.

Tão reconhecidos lhe foram os baianos, que se dignaram brindá-lo com uma espada de ouro!

Em outubro de 1838 seguiu por ordem imperial para o Sul, a fim de comandar a 2ª Brigada de Infantaria.

De volta dessa campanha, regressou de novo a Pernambuco, onde permaneceu, até que sua pessoa foi requisitada pelo presidente das Alagoas, para conter os revoltosos que impediam a transferência da capital.

Recompensado pelo governo imperial, com a promoção de brigadeiro por decreto de 2 de dezembro de 1839 foi nomeado pouco depois instrutor geral da Guarda Nacional do Recife, em 9 de janeiro de 1840 inspetor do recrutamento.

Foi por decreto de 10 de abril de 1841 nomeado presidente e comandante das armas do Ceará.

Sendo acusado por algumas folhas públicas de pequena importância, como cúmplice em um assassinio que se deu na cidade da Fortaleza durante a sua presidência, foi disso absolvido pela opinião pública, e condenados os seus gratuitos detratores!

O governo imperial, apreciando devidamente os seus bons serviços na presidência do Ceará, houve por bem condecorá-lo com a comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, de cuja ordem já era cavaleiro desde 4 de setembro de 1839.

Os cearenses escolheram-no como seu representante e enviaram-no ao Parlamento como deputado, onde prestou bastantes serviços especialmente nas comissões militares.

Voltando à província de Pernambuco, depois de dissolvidas as câmaras, foi nomeado uma terceira vez instrutor da Guarda Nacional do Recife, por portaria de 10 de fevereiro de 1845, e exonerado dessa comissão em novembro de 1847, foi nomeado comandante das armas da Bahia em 7 de março de 1848. E quando, nesse ano, o movimento armado de Pernambuco maiores embaraços causava à presidência do Sr. Pena, à requisição deste senhor ao seu colega da Bahia, Gonçalves Martins, foi o brigadeiro Coelho enviado em socorro da província que tanto amava, pôs-se à frente das forças legais que existiam na província, e acompanhando em todas suas circunstâncias as diversas fases dessa revolta que durou mais de 2 anos, deve-se-lhe ter pouado grande efusão de sangue de ambos os lados.

Não podemos deixar no olvido os feitos de bravura do brigadeiro Coelho nessa campanha; e para comprovarmos essa nossa asserção, citaremos o ataque do Recife, no dia 2 de fevereiro de 1849 em que bateu as forças revoltosas impelindo-as para fora da cidade, e o de 26 de janeiro de 1805 em que exterminou essa revolta.

Estes serviços foram recompensados com o posto de marechal-de-campo graduado, por decreto de 3 de março de 1859, e com as honras de dignitário da Ordem do Cruzeiro, da qual era oficial desde 1824.

Em abril de 1850 partiu para o comando das armas da Bahia para cujo cargo havia sido nomeado em janeiro desse ano. Removido do comando das armas da Bahia para o de Pernambuco por decreto de 3 de fevereiro de 1855, logo depois, em 14 de março desse ano, foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, tendo em 4 de setembro de 1852 a mercê de fidalgo cavaleiro da casa imperial.

Vindo a vagar um dos lugares de tenente-general, e tendo de ser substituído por um dos seus companheiros de armas em consequência de antiguidade, foi ele, seu imediato, elevado ao posto de tenente-general graduado por decreto de 2 de dezembro de 1856.

As suas graves enfermidades o obrigaram a recorrer ao governo imperial pedindo-lhe um ano de licença para tratar de sua saúde fora do Império, o que lhe foi concedido pela câmara legislativa, com todos os seus vencimentos, e partindo para a Europa foi rever o lugar de seu nascimento e alguns dos seus parentes.

Dando-se uma vaga no quadro dos tenentes-generais efetivos, outro não devia ser considerado senão o general Coelho, e foi agraciado no dia 2 de dezembro de 1858 nesse posto.

Querendo o monarca dar-lhe uma prova do quanto o apreciava, fê-lo barão da Vitória, por decreto de 14 de março de 1860.

Faleceu a 19 de junho de 1860. Era um militar distinto e um caráter sincero, por isso digno de figurar na galeria dos varões ilustres do Brasil.

Assim, pois o Sr. José Joaquim Coelho, sentando praça como simples soldado voluntário, pelos seus relevantes serviços e pela estima com que era tido em todo o Império, chegou a ocupar os mais cargos do país que o adotou, e a quem soube pagar tão cara paternidade.



JOAQUÍN JOSÉ IGNACIO

*Joaquín José Ignacio*



.....  
*Joaquim José Inácio*

**E**

crever a vida dos que ainda vivem tem seus inconvenientes. A emulação em uns, e a inveja em outros procuram muitas vezes desmerecer fatos, que, encarados sem preconceitos e más intenções, dão altos direitos à consideração e respeito dos contemporâneos e dos pósteros.

Demais, os próprios biógrafos não podem sempre dar o devido realce a algumas ações dos seus heróis, porque ordinariamente estes ou se negam ao fornecimento de apontamentos, ou os prestam tão suscintos, que impossível é desenvolvê-los com todo o escrúpulo e conveniência da verdade.

Sem que o escritor penetre a intimidade dos motivos que ocasionaram tais e tais acontecimentos, compreende-se a dificuldade com que ele luta para fazê-los interpretar, ele, que mesmo não conseguirá achar as relações para a formação de seus juízos, e embarçar-se-á no encaminhamento de seus raciocínios, os quais não devem, nesses casos, ser interrompidos e nem de leve falseados.

Uma simples circunstância perdida ou deslocada na apreciação de um ato moral, produzirá uma completa desfiguração desse ato, ou, pelo menos, lhe espalhará mortecor por sobre a fisionomia.

É mister, pois, para trabalhos de tal gênero, o decorrimto do tempo, durante o qual fria e lentamente sejam estudados os elementos

da história que se procura escrever, suas combinações, e seus resultados finais, averiguando com severidade e paciência as circunstâncias das épocas em que os fatos se deram, e confrontando os merecimentos dos rivais do personagem de quem se trata, se, porventura, ele os teve.

Em duas palavras – só de mortos se deve escrever a história.

Mas, é tal a voga de biografar os contemporâneos, que assumem os lugares de primeira ordem social, e que sabem distinguir-se por qualquer gênero de mérito, que fora injustiça, e injustiça clamorosa, omitir esse uso para com o eminente general da nossa armada, o sr. chefe-de-esquadra – Joaquim José Inácio.

Quem tem podido praticar com ele, lhe reconheceu sempre um caráter simpático, reflexo de uma alma elevada, e de coração generoso.

Percorrendo os diversos estádios de sua vida gloriosa, nunca se enfatou pelo que a fortuna acumulara sobre ele, nem ousou imprecisar contra alguém que lhe embargasse os passos.

O chefe-de-esquadra Joaquim José Inácio, hoje coberto de honras e ocupando o lugar de ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha, tem a mesma singeleza de costumes e amenidade de trato, que possuía ao matricular-se no seu primeiro ano acadêmico, ou quando era apenas estudante de latim; provando dessarte que nasceu digno da prosperidade que o afaga, e repreendendo tácita, mas constante e energicamente, a esses "pobres-diabos", que estranhando as posições elevadas a que os arróiam os acasos, cuidam que elas mudam a essência, e arrogantes e insolentes, julgam seu primeiro dever desprezar ou punir a dignidade humana, atendendo ou premiando a lisonja e o capachismo.

Esse tipo moral tão conhecido em S. Ex<sup>a</sup> nos fez sempre prezá-lo muito, e nos leva a pôr em ordem muitos dos fatos, que nos constam de sua vida.

Não comentaremos esses fatos, só por nos faltar tempo, para um trabalho longo, como porque em seus desenvolvimentos eles nos levariam naturalmente a numerosos elogios, de que prescinde a modéstia de S. Ex<sup>a</sup>, e para os quais, confessamos, nós não temos muito jeito.

Também cremos de sobra o que vamos expor, para fazer apreciar que o homem de quem nos ocupamos tem inquestionável direito a ser considerado uma de nossas mais belas notabilidades, e deve figurar,

com todo o brilho de suas excelentes qualidade, na galeria de nossos homens ilustres.

Nasceu o conselheiro Joaquim José Inácio na cidade de Lisboa em 30 de julho de 1808, segundo sua certidão de idade, ou no 1º de agosto do mesmo ano, conforme afirmava sua respeitável mãe que sempre retificava esse tão pequeno erro de data.

Foram seus pais José Vitorino de Barros, 2º tenente da armada brasileira, e D. Maria Isabel de Barros, falecidos no Rio de Janeiro aquele com perto de 43 1/2 anos de idade, em 5 de junho de 1823, e esta com pouco mais de 72 anos, em 7 de dezembro de 1854.

Veio com sua família para o Brasil e chegou ao Rio de Janeiro em 10 de junho de 1810, não tendo ainda completado a idade de 2 anos.

Estudou os rudimentos da língua vernácula, as latinidades e o francês na aula do padre Fortes, em que teve por colegas o Revmo. atual arcebispo da Bahia, o Revmo. bispo eleito da Diamantina o visconde do Rio Bonito, os Exmo. barão de Quaraim, conselheiros Fernandes Braga, Sérgio Teixeira de Macedo, Dr. Carvalho (lente da Escola de Medicina), Drs. Cruz Seco, Vieira Braga e outros muitos cavalheiros, que têm ocupado e ocupam elevada posição na sociedade brasileira. Estudou lógica com o sábio cômego Januário da Cunha Barbosa. Nessa e nas outras disciplinas tantos créditos adquiriu de bom estudante, que muitas vezes regou a aula do padre Fortes.

Completo o curso de matemáticas da academia de marinha sendo em todos os anos aprovado plenamente e gozando da estima de seus ilustres mestres, com dois dos quais, os srs. conselheiros José de Sousa Correia e capitão-de-mar-e-guerra José Gonçalves Vitória ainda se honra de manter relações de amizade.

Assentou praça de aspirante a guarda-marinha em 20 de novembro de 1822, mas conta tempo de serviço de 10 de março de 1821. Foi promovido a guarda-marinha em 11 de dezembro de 1823, e em 16 de janeiro do ano seguinte embarcou para a nau *D. Pedro I* e nela fez a campanha de Pernambuco, Ceará e Maranhão até total pacificação destas províncias em princípios de 1825. Por esse tempo comandou no Maranhão o cúter *Independente* e concorreu para o desarmamento da força insurreicionada acima da vila do Rosário.

Passou a segundo-tenente em 22 de janeiro desse ano, e em julho seguinte foi para o rio da Prata, como oficial imediato do patacho *Pará*, onde entrou nos combates de 7 de fevereiro de 1826 da Colônia do Sacramento desde 26 desse mesmo mês até 14 do seguinte, 17 de fevereiro de 1828 e diversos outros menos notáveis do que os que ficam mencionados, que foram todos de primeira ordem.

Comandava na Colônia a bateria de Santa Rita, quando, reduzida a praça à última penúria de munições de guerra e boca, recebeu ordem do bravo e venerando general Manuel Jorge Rodrigues, depois barão de Taquari, para ir a esquadra, fundeada a perder de vista, participar o estado miserável em que estava a praça. Partiu com uma lancha desarmada e desguarnecida, atravessou por entre dezenove embarcações inimigas, cuja perseguição pôde evitar, apagando a luz que lhe alumina a bússola. Chegou a bordo do almirante no dia seguinte, e dois dias depois entrava com três navios carregados de munições de todos os gêneros por debaixo do fogo do inimigo e dos vivas da praça, que assim pôde resistir e fazer levantar o sítio e bloqueio que a cingiram por terra e mar. Acompanhou-o neste brilhante feito de armas o capitão de caçadores nº 8, José Fernandes dos Santos Pereira, valente oficial hoje tenente-general reformado. O almirante Lobo e o general Rodrigues cobriram de elogios a heroicidade desta ação, que deu ao que a praticou a recompensa de ser preterido na promoção seguinte.

Em fevereiro de 1827, foi à expedição da Patagônia. A corveta *Duquesa de Goiás*, de que era oficial, perdeu-se à entrada de barra, morreram-lhe 38 praças: escapou com a vida e com a honra de ser o último oficial que abandonou o navio.

Quando se deu o grande desembarque para tomar-se a povoação do forte del Carmem, entregaram-lhe o comando da escuna *Constança*, a quem deixaram apenas dezesseis crianças como guarnição: quatro horas depois eram o *Constança* e o *Escudeiro* atacados por cinco embarcações inimigas. Bateram-se com esplêndida bravura, mas sucumbiram o *Escudeiro* por lhe faltar o rodízio, e o *Constança* por ser abordado por dois daqueles navios. Foi feito prisioneiro com o resto da pequena equipagem da escuna.

Tratado com insólito rigor, passando por todas as sortes de privações, foi afinal para Buenos Aires. O navio que o conduzia trans-

portava também para aquela cidade mais 80 brasileiros prisioneiros de guerra. Em viagem apoderaram-se da embarcação; e iludindo a vigilância da força naval que os escoltava – duas corvetas e um brigue-escuna – seguiram para Montevidéu, onde aportaram a 29 de agosto de 1827.

Passou para a barca *Grenfell*, e nela destacou para a barra do Rio Grande, ameaçada pelos corsários e pela esquadra de Brown. Voltou ao Rio de Janeiro em julho de 1829, e foi promovido a 1<sup>a</sup> tenente em 17 de outubro seguinte.

Em outubro de 1831, comandava a escuna *Jaguaripe*, quando a soldadesca da marinha insurgiu-se a bordo das presigangas, que aquela escuna e outros navios guardavam. Na noite de 6, desertaram os destacamentos de bordo das ditas presigangas. Não havendo ordem para persegui-los, tomou o comandante da *Jaguaripe* a deliberação de ver para onde se dirigiam, a fim de avisar o arsenal e providenciar-se como fosse de mister. Esta diligência salvou a cidade do Rio de Janeiro.

Pressentido pelos revoltados, descarregaram eles as suas espingardas à queima-roupa sobre o escaler do intrépido comandante que, precavido como os remadores, abaixou-se e ouviu sem dano o sibilar das balas.

Bastou o troar da descarga para dar aviso à freguesia de Santa Rita e à da Candelária, cujos cidadãos armados correram ao arsenal e com seu fogo bem mantido vedaram a passagem da ilha das Cobras para cidade e essa horda de canibais, que se achavam em armas dispostas a cobrirem-na de sangue e luto. Os revoltosos recolheram-se à fortaleza, que somente na tarde do dia 7 se rendeu à discricção.

Em 22 de janeiro de 1833, saindo de Santos, foi acochado por forte travessia, que, tomando cada vez mais intensidade, levou-o à praia de Santa Marta em 29 daquele mês. Perdeu com a escuna *Jaguaripe*, barco velho e de péssima construção, três escravos que vinham de passagem. Justificou-se plenamente em conselho de guerra, que o julgou sem culpa.

No ano de 1835, foi-lhe dado o comando do brigue barca *29 de Agosto* de 18 praças, comando que pertencia a patente muito mais elevada, e por isso considerado de grande distinção. Nesse navio foi chefe do porto do Maranhão até o fim de 1836, merecendo toda a confiança do ilustre presidente da província, hoje falecido barão de Pindaré. Nas

eleições desse ano, que foram muito disputadas, prestou valiosos serviços à segurança pública, pois que com a influência que soube granjear, contribuiu poderosamente para que não fosse ensanguentada a freguesia da Conceição, agitada pela parcialidade de Leonel Serra.

Foi transferido para o comando do vapor *Urânia* em 1837 e tal foi a confiança que lhe manifestou o governo que, mandando-o levar ao Rio Grande, onde com a prisão do general Antero pelos rebeldes, reinava a maior desordem administrativa, o presidente Nunes Pires deixou ao seu arbítrio entrar ou não na barra conforme as notícias que recebesse e apreciasse. O mesmo presidente a quem depois comunicara as instruções que levava, admirou-se que "a um rapaz de 28 anos se desse tanta autoridade".

Em 7 de setembro desse ano foi elevado a capitão-tenente com a antiguidade de 20 de outubro do ano anterior, e comandou o brigue *Constança* de 14 praças, até junho de 1840. Nesse brigue serviu durante o bloqueio da Bahia em 1839. Destacado entre a barra e Itapuã, de tal sorte manobrava, que a brigada de terra ao mando do coronel Sepúlveda avançava sempre protegida pelo fogo do brigue, com o que muito prejudicava as forças da rebelião.

No dia em que Sabino lançava fogo à cidade, uma barca austríaca tentava entrar no porto com carregamento de farinha. Era então Raposo o chefe da força naval e o comandante do *Constança* o oficial mais antigo do bloqueio. Estavam todos à vela.

A marinha brasileira sofreria grande desaire se a barca austríaca entrasse no porto. Entretanto ninguém se movia.

O comandante do *Constança* impacientou-se, fez força de vela, meteu-se debaixo das baterias da cidade. O frágil brigue era cortado pela metralha em todos os sentidos e levou duas balas no costado, mas o austríaco fez-se na volta de Itaparica, velejando para ali depois de já estar ao abrigo do forte do mar.

Ao regressar o *Constança* para seu posto, uma corveta inglesa, um brigue francês, uma escuna dos Estados Unidos pondo suas guarnições nas trincheiras, saudaram-no com três entusiásticos hurras. Os Srs. Jorge Otôni e Pedro Ferreira, testemunhas deste belo feito, dele deram parte ao presidente da província o Sr. Barreto Pedrosa, e ele o certificou em atestado seu. Em 1839, fez-se uma promoção, e os comandantes da

esquadra da Bahia foram quase todos condecorados. O oficial porém que na colônia imitou a Júlio César atravessando em frágil batel uma esquadra inimiga, o oficial que na Bahia foi saudado por bravos estrangeiros que sabem aplaudir a bravura... esse, como na Colônia, foi... punido com outra preterição.

Por ocasião da maioridade de S. M. o Imperador teve a honra de fazer parte da comissão que o corpo da armada deputou ao mesmo augusto senhor para cumprimentá-lo por este fato, que abriu ao Império uma era nova. Foi ele o intérprete dos sentimentos da nobre corporação, sendo apenas capitão-tenente e havendo nela, como hoje, generais de elevado mérito. Nesse ano foi nomeado inspetor dos arsenais de marinha do Rio Grande, onde serviu até 1845 com os presidentes Álvares Machado, Saturnino de Sousa e Oliveira e marquês de Caxias.

Em julho de 1841, a cidade do Rio Grande ia ser atacada, no que não acreditava o comandante da praça, não obstante as asseverações do inspetor do arsenal e do Dr. Travassos, atualmente desembargador e então juiz de direito.

Vendo o inspetor Joaquim José Inácio que tal incredulidade podia ser fatal, acordou com o digno juiz de direito nas providências em ordem a sustentar a praça, pondo o mais importante da província como chave de sua barra. Veio com efeito o inimigo, as trincheiras foram guarnecidas a pedido do comandante pelos operários do arsenal que marinheiros dos navios mercantes, e os pontos da mangueira e moinho de vento com oficiais de marinha em embarcações do arsenal. Reconhecendo a força agressora que tudo estava acautelado para a defesa ao contrário do que esperava, retirou-se precipitadamente e, batida por um troço de cavalaria legal, emigrou para a banda oriental. O comandante da praça foi agraciado com o oficialato do Cruzeiro; o Dr. Travassos e o inspetor do arsenal nada tiveram além da consciência de haverem cumprido galhardamente os seus deveres.

Em 1844 a 15 de março, foi promovido a capitão-de-fragata. Não podendo viver de acordo com o seu colega comandante das forças navais pediu e obteve demissão dos lugares que exercia, sendo também demitido o dito comandante das forças.

O comportamento do ilustre oficial na província de S. Pedro valeu-lhe as mais significativas provas de apreço, que consigo conserva.

A administração da Santa Casa da Misericórdia, de que foi escrivão e provedor interino, mandou tirar-lhe o retrato, que colocou na sala de suas reuniões.

Sob suas vistas foram feitos o cemitério e a casa dos expostos.

A inspeção do Rio Grande mereceu-lhe esta nota em seus assentamentos – *poupou grossas somas de dinheiro aos cofres nacionais.*

A 2 de abril de 1845 tomou o comando da fragata *Constituição* e nela seguiu para o Sul em outubro, conduzindo SS.MM.II., que se dignaram de tratá-lo com a mais distinta consideração, sendo-lhe concedida a 2 de dezembro a comenda da Ordem da Rosa. Tinha o hábito de Cristo desde outubro de 1829 e o de Aviz desde março de 1844.

Em agosto de 1846 foi para Europa com o fim de fabricar a fragata. Chegou a Plymouth no 1<sup>o</sup> de outubro desse ano e aí se demorou até maio seguinte; a disciplina e ordem em que conservou a guarnição captaram-lhe a benevolência das autoridades inglesas. Lorde Auckland, chefe do Almirantado, *Sir John West*, *Sir Samuel Pynn*, *Sir John Luís* fizeram dele tantos elogios ao agente diplomático do Brasil, em Londres, o Sr. Marques Lisboa, que este cavalheiro, ao visitá-lo a bordo da *Constituição*, disse-lhe com a maior efusão de prazer: "Estou na Europa há 14 anos e é hoje o primeiro dia em que, saudando a nossa bandeira digo: – Patrícios, vós me encheis de orgulho chamando-me brasileiro." À volta da fragata, em 1847, o sr. Cândido Batista, nomeou-o membro da comissão por ele próprio presidida que, como conselho naval tratava de todos os negócios da Marinha e fez-lhe os mais brilhantes elogios oficiais, que foram transcritos em sua fé de ofício.

Em abril de 1848 foi estacionar para a Bahia. Ameaçada de uma rebelião a província de Pernambuco foi para ali mandado com a fragata tomar o comando das forças navais, o que teve lugar em princípios de novembro; chegou a ter debaixo de suas ordens onze navios com mais de 1.200 praças de guarnição. À testa de perto de 500 homens, achou-se nas ruas do Recife no lutuoso dia 2 de fevereiro de 1849; perdeu 23 homens e teve 62 feridos, dos quais 7 oficiais. Destas 500 praças eram 32 do vapor *Afonso* chegado às 11 horas da noite de 31 de janeiro sob o comando do bravo e honrado barão de Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa).

Em 14 de março de 1849 foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra. A 26 de maio de 1850 tomou conta da inspeção do arsenal de



marinha da corte, em que serviu até 14 de novembro de 1854. No decurso destes quatro anos e meio ultimou a construção da corveta *Baiana*, construiu a corveta *Imperial Marinheiro*, o brigue *Maranhão*, o brigue-escuna *Tonelero* e o vapor *Ipiranga*, provendo sempre as necessidades de outras construções miúdas e reparos de navios. Muitas outras obras revelaram o tino e a atividade com que dirigiu nesse tempo o serviço do arsenal.

Em 1852 foi promovido a chefe de divisão, e em 1854, depois de grave moléstia e de acurado tratamento, foi removido para o lugar de capitão do porto da corte e província do Rio de Janeiro.

Durante a epidemia desse ano climatério fez parte da comissão paroquial de Santa Rita, esmolando de porta em porta em favor dos infelizes acometidos da peste, e obteve com os mais membros da comissão cerca de 4:000\$, que foram despendidos em tão caridoso fim. Estabeleceu também uma mesada à enfermaria da marinha, enquanto funcionou no quartel de Bragança.

A 2 de novembro de 1855 foi nomeado encarregado do quartel-general da marinha, cargo que exerceu até 21 de novembro do ano passado, tendo sido promovido a chefe-de-esquadra em 2 de dezembro de 1856.

Em agosto de 1858 foi nomeado membro efetivo do conselho naval, onde serviu sempre o lugar de vice-presidente. Foi presidente da comissão de presas desde janeiro de 1856 e dos conselhos de administração e de compras. Outras muitas comissões científicas, econômicas e administrativas lhe foram confiadas, na gestão das quais se houve com tanto acerto e inteligência, que delas se lhe mandou lançar notas honrosas em seus assentamentos.

SS.MM., el-rei de Portugal, e o imperador dos franceses, o honraram, aquele com o hábito da Ordem da Torre e Espada, e este com a comenda da Legião de Honra. Tem mais as comendas de S. Bento de Aviz e de Cristo.

Pediu a demissão do quartel-general e do conselho naval porque, na elevada patente em que se achava, não podia nem devia, sem quebra da dignidade que sempre prezou, sofrer certas desatenções que, repelidas com o impulso de brios mal compreendidos, empeceria sem dúvida a marcha regular do serviço e da disciplina, de que é estrênuo observador. Preferiu pois reduzir-se ao minguido soldo de terra e condegar-se a ostracismo voluntário.

Da comissão de presas, de que era presidente e a que deu todo o desenvolvimento, desembaraçando-a de dificuldades extraordinárias e pondo-a em via fácil de conclusão, desse encargo, que ele desempenharia sem estipêndio algum, foi exonerado pelo sr. ex-ministro da Marinha.

Se não houvesse outras provas do modo útil e dedicado por que serviu o lugar do quartel-general, bastariam as publicações do almanaque de marinha e a compilação das ordens gerais, produtos de sua atividade investigadora e lucubrações literárias.

Obteve a carta de Conselho em virtude de disposição da lei que criou o conselho naval.

Outros fatos da vida militar do ilustrado general se poderiam aduzir a estes apontamentos biográficos, mas a angústia do espaço desta galeria não comporta análises e desenvolvimentos, o que deu origem também ao programa que fica traçado.

Na vida civil e particular do distinto chefe-de-esquadra há fatos, que demonstram ainda o elastério de sua atividade inteligente e produtiva; desses porém não é possível fazer menção, porque entendem com a modéstia, que ele se ufana em guardar nos atos de sua vida.

Por decreto de 2 de março do ano atual foi nomeado ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha, cabendo-lhe mais a honra de acumular a interinidade da pasta dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ministério de que foi o primeiro encarregado, visto como a essa época começava o seu exercício.

A marinha deposita toda a confiança nos profundos conhecimentos profissionais do seu atual ministro, que considera uma de suas glórias. Possa ele elevá-la ao grau de perfeição a que tem direito e que é o seu desiderato, para execução do qual não basta todo o entusiasmo, que por ela professa desde que principiou a trajar o botão de âncora. Entretanto todos esperam que S. Ex<sup>ª</sup> muito fará para corresponder à expectativa do augusto e ilustrado Imperador que o elevou a tão eminente cargo do estado.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1861.



IRACÃO DE SOUSA

*Paris de Souza*

.....

*Barão de Suruí*

Manuel da Fonseca Lima e Silva, filho legítimo do marechal-de-campo José Joaquim de Lima e Silva, natural da cidade do Rio de Janeiro, nasceu a 10 de junho de 1793.

A 25 de novembro de 1806 assentou praça voluntariamente de cadete de primeira classe na 3ª companhia do 1º regimento de infantaria de linha do Rio de Janeiro, em cumprimento da ordem do vice-rei. Foi promovido a alferes por decreto de 13 de maio de 1808.

A 26 de abril de 1811 matriculou-se no 1º ano de estudos da Academia Real Militar da corte e cidade do Rio de Janeiro. Foi promovido a tenente-ajudante.

A 10 de janeiro de 1812 foi aprovado plenamente nas matérias do 1º ano, vigorando os estatutos de 4 de dezembro de 1810. A 31 de março de 1813 matriculou-se no 5º ano da mesma Academia, e a 25 de janeiro de 1814 foi aprovado plenamente nas matérias desse ano, vigorando ainda os mesmos estatutos, completando portanto o curso de sua arma. Foi promovido a capitão da 7ª Companhia.

A 16 de abril de 1817, dia em que teve lugar a organização do batalhão de Caçadores da Corte, fez passagem para a 5ª Companhia do dito batalhão, e nele marchou na divisão expedicionária comandada pelo General Luís do Rego Barreto, para a província de Pernambuco, que se achava revoltada.

Por decreto de 16 de setembro de 1817 foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo, em remuneração dos serviços militares prestados até o posto de capitão. Regressou com o dito batalhão para esta corte, depois de concluída a pacificação daquela província, no mês de dezembro de 1817. Foi promovido a major.

Por decreto de 18 de janeiro de 1823, dia em que foi organizado o batalhão do Imperador, fez passagem para esse batalhão e com ele marchou para a província da Bahia, reunindo-se ao exército ali organizado a 24 de março do mesmo ano, para expelir dessa parte do império as tropas portuguesas comandadas pelo general Madeira, que se opunha à Independência do Brasil.

Nesse mesmo dia assumiu o comando interino do batalhão, por ter o respectivo comandante passado a comandar a Brigada do Centro do Exército.

A 28 do mesmo mês entrou com uma parte do batalhão no ataque dado a um dos pontos da linha inimiga, e a 3 de maio comandou o batalhão no ataque geral de toda a linha do exército brasileiro contra a do inimigo.

A 27 de maio de 1823 passou a comandar a 1ª brigada do exército, continuando também no comando interino do batalhão, e a 3 de junho, no ataque geral de toda a linha do exército brasileiro contra a do inimigo, comandou a referida 1ª brigada. Restaurada a cidade da Bahia a 2 de julho desse ano, por terem as tropas portuguesas embarcado, e sendo dissolvido o exército quanto a sua organização provisória, deixou por isso o comando interino da brigada e batalhão no mês de novembro, para reentrar no exercício do seu posto de major do referido batalhão, com o qual embarcou naquela província, e chegou a esta corte em 16 de novembro do mesmo ano.

Por provisão da Casa Imperial de 20 de novembro de 1823, foi nomeado moço da Imperial Câmara, e por decreto de 17 de fevereiro do ano seguinte foi nomeado oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, em atenção aos seus bons e úteis serviços. Foi promovido a tenente-coronel comandante do mesmo batalhão do Imperador.

Por ordem do dia do governo das armas da corte e província do Rio de Janeiro, de 28 de fevereiro de 1825, se publicou haver S. M. o Imperador determinado se fizesse constar ao Exército, em ordem do dia,

que tendo o mesmo Augusto Senhor inesperadamente aparecido no quartel do batalhão do Imperador, para observar seu arranjo e asseio, o achara em tal estado, que merecera não só a sua imperial aprovação, como louvores ao seu respectivo comandante pelo religioso desempenho de seus deveres, bem como que não era aquela a única ocasião que tinha observado o estado de arranjo, asseio e disciplina do mesmo batalhão.

Por ocasião de S. M. o Imperador passar revista às tropas que tinham de marchar em 1825 para a província de Pernambuco, mandou o mesmo Augusto Senhor, em ordem do dia adicional do governo das armas da corte e província do Rio de Janeiro de 27 de março do citado ano, certificar ao batalhão do Imperador que ficara plenamente satisfeito por ver que sem nenhuma antecipação e dentro do espaço de uma hora se aprontara em ordem de marcha e em estado de embarcar à primeira voz se fosse preciso; o que fazia um contraste com alguns dos demais corpos a que passara revista, e dava um exemplo do quanto era vantajoso a boa disciplina em que o conservava o seu respectivo comandante.

Marchou com o batalhão do seu comando, em maio desse mesmo ano, para a praça de Montevidéu, por ocasião da revolta da Província Cisplatina. Em virtude do decreto de 2 de julho de 1825 foi condecorado com a medalha concedida ao exército imperial que fez a guerra a favor da Independência na província da Bahia, e por provisão da Casa Imperial de 20 de outubro de 1826 foi nomeado guarda-roupa honorário. Foi promovido a coronel graduado.

Em dezembro de 1828 regressou a esta corte com o batalhão de seu comando, por ter cessado a guerra da referida Província Cisplatina, em virtude do tratado de paz feito com o governo argentino, tendo durante sua estada naquela província entrado nos diferentes ataques parciais que houveram entre as forças brasileira e inimiga.

Por decreto de 19 de outubro de 1829 foi nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa. Foi promovido à efetividade do posto de coronel. Por ofício do mordomo da Casa Imperial de 10 de julho de 1830 foi nomeado viador de S. M. a Imperatriz, e por decreto de 16 de julho de 1831 ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra.

Por aviso do ministério da Guerra de 8 de fevereiro de 1832 foi, a pedido seu, desligado do 1<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores de 1<sup>a</sup> linha (antes Batalhão do Imperador) e considerado como avulso.

Por decreto do 1º de agosto de 1832 foi nomeado ministro e secretário de estado dos negócios da Justiça (interino), sendo, por decreto de 3 do mesmo mês, exonerado, a pedido seu, não só desse cargo, como do de ministro da Guerra, louvando-lhe a Regência os bons serviços prestados nos referidos cargos.

Por decreto de 15 de setembro do mesmo ano foi nomeado comandante das armas da corte e província do Rio de Janeiro, e pelo de 15 de outubro do seguinte foi nomeado membro da comissão criada para formar o projeto de ordenança geral do exército, em cujo trabalho desde logo se empenhou com os outros membros da comissão.

Nomeado ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra e interino da Marinha por decreto de 14 de outubro de 1835, foi exonerado desse último cargo, por se ter preenchido a vaga daquele ministério, pelo decreto de 5 de fevereiro de 1836; e dispensado também de ministro da Guerra por decreto de 1º de novembro do mesmo ano, foi pelo dito decreto nomeado ministro e secretário de estado dos negócios do Império.

Por ofício da câmara municipal da cidade de Niterói de 19 de novembro de 1836, foi-lhe remetido o diploma de deputado à assembléia provincial do Rio de Janeiro na primeira legislatura, e convidado para tomar assento na sessão daquele ano.

Por decreto de 24 de abril de 1837, foi, a pedido seu, exonerado do cargo de ministro e secretário de estado dos negócios do Império, sendo-lhe louvado pelo regente os bons serviços que prestou no exercício do referido cargo. Foi promovido a brigadeiro.

Por decreto de 4 de setembro de 1837, foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar.

Por ofício do secretário da assembléia provincial do Rio de Janeiro de 2 de outubro de 1837, foi por ordem da mesma assembléia chamado a tomar assento na sessão daquele ano, o que tendo feito foi por ela eleito Vice-Presidente da respectiva província em quinto lugar para a seguinte legislatura.

Por aviso do ministério da Guerra de 24 de janeiro de 1838, foi novamente nomeado membro da comissão encarregada de concluir o projeto da ordenança do exército.

A 8 de junho de 1839 casou-se com D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva, filha legítima do marechal-de-campo Francisco de Lima e Silva.

Por aviso do ministério da Guerra de 29 de agosto de 1839, mandou o regente agradecer-lhe e aos demais membros da comissão encarregada do projeto da ordenança os trabalhos concluídos pela mesma comissão relativamente à formação, administração, disciplina e repartição do exército.

Por decreto de 11 de janeiro de 1840, foi nomeado membro da comissão encarregada da parte penal do projeto da ordenança para o exército.

Em virtude do diploma de 5 de novembro de 1840, foi declarado eleitor da freguesia de Santana desta corte.

Por aviso do ministério da Guerra de 25 de janeiro de 1841, foi-lhe declarado e ordenado que desse parecer a respeito dos acontecimentos que haviam perturbado a tranquilidade da província do Rio Grande do Sul, ajuizando das operações militares naquela parte do território brasileiro, e que respondesse a diversos quesitos do dito aviso: o que cumpriu a 9 de fevereiro do referido ano.

Por aviso do mesmo ministério de 17 de maio de 1841, foi encarregado de rever e mandar imprimir o terceiro volume da legislação militar do marechal-de-campo Raimundo José da Cunha Matos.

Sendo por officio do comandante superior das três legiões de Pouso Alegre, província de Minas, do 1<sup>a</sup> de maio de 1841 nomeado para por parte daquelas legiões assistir ao ato solene da sagração e coroação de Sua Majestade o Imperador, foi no dia competente admitido em virtude do aviso do ministério do Império de 7 de julho de 1841.

Por decreto de 18 de julho do mesmo ano foi-lhe concedido o título do conselho em remuneração de seus serviços prestados durante o tempo da menoridade de Sua Majestade o Imperador, no exercício dos cargos de ministro e secretário de estado dos negócios do Império e da Guerra.

Por aviso do Ministério da Guerra de 5 de março de 1842, foi louvado pelo zelo com que se empregou na revisão e impressão do 3<sup>o</sup> volume da legislação militar.



Por decreto de 15 de novembro de 1842 foi nomeado Secretário de Guerra interino do Conselho Supremo Militar, em cujo lugar entrou logo em exercício.

Por aviso do Ministério da Guerra de 17 de outubro de 1843 foi nomeado membro da comissão encarregada de estabelecer o sistema de manejo das diferentes armas do Exército, manobras e evoluções militares.

Por carta imperial de 9 de maio de 1844, foi nomeado presidente da província de São Paulo.

Por decreto de 10 de maio de 1844, foi nomeado comandante das armas da mesma província, e pelo de 20 do mesmo mês e ano, Secretário da Guerra efetivo do Conselho Supremo Militar. Foi promovido a marechal-de-campo graduado.

Sendo por decreto de 29 de julho de 1845 abolido o comando das armas da província de São Paulo, foi por isso dele dispensado em 1<sup>o</sup> de setembro desse mesmo ano, continuando na presidência da dita província.

Por decreto de 14 de março de 1846 foi nomeado grã-cruz da Ordem de São Bento de Aviz, em consideração aos seus bons serviços. Foi promovido à efetividade do posto de marechal-de-campo.

Em virtude do diploma de 3 de outubro de 1847, foi declarado eleitor da freguesia da Sé da província de São Paulo.

Por decreto de 30 de outubro de 1847, foi exonerado do cargo de presidente da Província de São Paulo.

Tendo-se procedido nessa província no mesmo dia à eleição de um senador, em resultado dela foi o seu nome incluído na lista tríplice, recaiando porém a escolha imperial em um dos outros dois indivíduos igualmente votados.

Por decreto de 21 de dezembro de 1848, foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional do município da corte, em cujo exercício entrou no dia 24 do mesmo mês.

Por aviso do Ministério da Guerra de 29 de julho de 1850, foi nomeado inspetor dos corpos da guarnição da corte, entrando logo no exercício desta comissão.

Por aviso do mesmo ministério de 27 de setembro desse ano, foi nomeado membro da Comissão encarregada de propor ao governo quais as atuais instruções para manobras e exercícios dos corpos de artilharia,

cavalaria e infantaria deveriam ser preferíveis para o nosso Exército: o que cumpriu a 30 do dito mês.

Por aviso do mesmo ministério de 23 de outubro de 1850 foi louvado pelo bem que cumpriu a comissão acima.

Por aviso do mesmo ministério de 3 de dezembro de 1850, foi encarregado de dar parecer a respeito do projeto de regulamento que lhe fora remetido para execução da lei de 6 de setembro de 1850: o que satisfez a 10 de dezembro do mesmo ano.

Por decreto de 15 de julho de 1851, por ocasião da nova organização da Guarda Nacional, foi novamente nomeado comandante superior da Guarda Nacional do município da corte. Foi promovido a tenente-general.

Por decretos de 3 de julho de 1852, foi nomeado conselheiro de guerra, e exonerado do lugar de secretário de guerra do Conselho Supremo Militar.

Em virtude do diploma de 11 de novembro de 1852, foi declarado eleitor da freguesia de Santana desta corte, e pelo de 19 de fevereiro de 1854, foi também declarado eleitor especial da referida freguesia a fim de eleger os senadores pela província do Rio de Janeiro.

Por decreto de 2 de dezembro de 1854, lhe foi concedido o título de Barão de Suruí, com honras de grandeza.

Por decreto de 21 de janeiro de 1857, foi nomeado ajudante de general-do-exército.

Por aviso do ministério da Justiça de 8 de fevereiro de 1857, mandou Sua Majestade o Imperador louvar-lhe pelos bons serviços que prestou, zelo e lealdade de que dera provas durante o tempo que tão dignamente exercera o lugar de comandante superior da Guarda Nacional da corte, agradecendo o respectivo ministro de sua parte a coadjuvação que lhe prestara em negócios relativos à Guarda Nacional, com especialidade na sua organização.

Pela ordem do dia do Exército de 18 de fevereiro de 1857, sob nº 1, tomou posse do lugar de ajudante-general do Exército nesse mesmo dia, deixando por isso de exercer o de inspetor dos corpos da guarnição da corte.

Em virtude do Decreto nº 2.677 de 27 de outubro de 1860 que reformou a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e a repar-

tição do ajudante-general, foi nomeado, por decreto de 31 do mesmo mês e ano, diretor-geral da segunda diretoria-geral da referida secretaria de estado.

Por decreto de 7 de novembro de 1860, publicado na ordem do dia do Exército nº 218, foi, a pedido seu, exonerado do cargo de ajudante-general do Exército.

Rio e Janeiro, 11 de junho de 1861.



VISCONDE DE PEREIRA. BRASILEIRO.

*Antonio de Paula Soares*

.....

*Visconde de Pedra Branca*

**A** pena esquiva-se-me em acompanhar os movimentos que a mão he imprime ao traçar este rápido esboço biográfico da vida do visconde de Pedra Branca, a fim de que sirva, ao futuro, de material a algum hábil biógrafo.

Compenetrado da minha incapacidade para um trabalho tão superior às minhas forças, sou contudo forçado a ele pelo dever imperioso da amizade, e o respeito profundo que voto às cinzas do finado visconde.

Carregarei sobre os meus débeis ombros o pesado madeiro e caminharei resignado pela senda escabrosa da amizade, cuja extremidade se perde no infinito.

Domingos Borges de Barros, depois visconde de Pedra Branca, nasceu a 10 de outubro de 1780 na cidade de S. Salvador, capital da antiga e rica capitania da Bahia. Foram seus pais o capitão-mor Francisco Borges de Barros e D. Luísa Borges de Barros.

A pátria dos *Caramurus* se vangloria de ter nascido em seu seio um cidadão tão distinto.

A aplicação que desde criança se lhe notou aos estudos, demoveu seu pai a mandá-lo estudar humanidades na cidade natal. Concluídos estes primeiros estudos seguiu para Portugal a fim de cursar as aulas de ciências jurídicas e sociais na antiga Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de doutor.

Amigo das ciências, como foi, não lhe era possível desprezar as belas-artes; e estudando os mais decantados poetas antigos, vivendo numa época de apogeu para as musas, cultivando a amizade das celebridades poéticas contemporâneas, tais como Bocage, Nicolau Tolentino, Filinto Elísio, José Agostinho de Macedo e outros, soube fecundar por tal forma seu espírito que era reconhecido pelos homens ilustrados do seu tempo como um distinto filho das letras.

Na deficiência de datas e de alguns pontos essenciais da vida do ilustre visconde de Pedra Branca, socorro-me do que escreveu o Sr. Porto Alegre, na *Revista do Instituto Histórico*, sobre o vulto que me ocupa:

"O visconde de Pedra Branca, o amável poeta das senhoras brasileiras, depois de haver completado as suas humanidades na Bahia, foi para Portugal, onde tomou na Universidade de Coimbra o grau de doutor em Direito, e fez alguns estudos na Faculdade de Filosofia para os aplicar à agricultura. Herdeiro de uma grande fortuna, que soube conservar, viveu em Lisboa por algum tempo cultivando as musas, em companhia daquela plêiade de poetas que contava em seu número Bocage, Tolentino e J. Agostinho de Macedo.

"Amigo de Hipólito, o redator do *Correio Brasiliense*, e do laborioso Filinto Elísio, co-participante das idéias francesas, sofreu pela liberdade da sua pátria, e até foi encarcerado.

"Deputado às Cortes portuguesas, erótico por natureza, e amigo de uma lisonjeira nomeada, advogou a liberdade política das mulheres, mas os seus amáveis esforços naufragaram com as tentativas dos discípulos de S. Simão, e a das reuniões promovidas pela duquesa de Abrantes posteriormente; o século não quis abdicar uma parte da sua masculinidade, e as amazonas parlamentares voltaram às almofadas e bastidores.

"Nomeado representante do Brasil em França, teve de lutar para o seu reconhecimento, que implicitamente envolvia o do novo império. Foi em Paris e durante a sua missão que deu à luz dois tomos de *poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiana*.

"Eleito senador do Império, na fundação do areópago brasileiro, poucas vezes veio ao Senado; os seus hábitos europeus, e o amor que tinha às viagens o demoraram por longos anos fora da pátria.

"A velhice e as enfermidades o fizeram regressar: o calor inter-tropical é conservador para os velhos valetudinários.

.....  
"Como poeta pertencia à escola clássica, mas o seu gênero favorito, o da sua natureza erótica, o impedia de elevar-se aos arrojos varonis das musas inflamadas; purista e suave metrificador, gozará por muito tempo de boa nomeada. Pesa-me o não ter lido até hoje a sua última obra – *Os túmulos*.

"Alguns escritos deveria ter deixado, porque fora laborioso, porém é tal ainda o estado de nossas coisas a respeito desta matéria, que de nada sabemos pelo momento."

Não foi pela literatura unicamente que se distinguiu o visconde de Pedra Branca: importantes foram os serviços de outra categoria que prestou à pátria.

A negociação do casamento da princesa Amélia na corte de Leuchtenberg com S. M. o Imperador Pedro I foi de tanto alcance, e tão dignamente se houve ele nessa emergência, que mereceu as graças daquele grande monarca, que o condecorou com a grã-cruz da imperial Ordem de Cristo.

Anteriormente, o fundador da dinastia brasileira houve por bem recompensá-lo dos serviços de outra natureza, com o título de barão da Pedra Branca, tendo, posteriormente, o de visconde do mesmo título.

Além da grã-cruz que tão justamente lhe guarnecia o colo, sobressaíam ainda a grande dignitária da Ordem da Rosa e a comenda da Ordem de Cristo.

Quando em Portugal, logo após seu doutoramento, casou-se (1814) com D. Maria do Carmo de Gouveia Portugal.

Depois de ter percorrido alguns países importantes do velho mundo, já em caráter oficial, já como simples particular, e quando a idade fazia-se sentir dos rigores do inverno europeu, regressou ao país natal, prestou importantes serviços, especialmente à agricultura, que tanto prezava, a qual era por ele considerada como principal manancial da nossa riqueza.

Operário incansável, escreveu muito, porém, quase todo esse trabalho a modéstia roubou ao domínio da publicidade, restando-nos apenas o seu volume *Poesias dedicadas às senhoras brasileiras*, e o seu poema – *Os túmulos*.

Domingos Borges de Barros era um homem de estatura regular, bem proporcionado, de forte compleição, traços regulares, e de uma

fisionomia agradável. A ele era bem cabido o espirituoso dito de Isabel, a Católica: "A natureza e a educação formam os gentis-homens; o nascimento e a posição os contrafazem". O seu aspecto exterior infundia respeito, e o seu trato um sentimento de amizade. Os incautos se iludiam, porque sob aparências tão calmas e amáveis cuidavam encontrar uma alma timorata, pelo contrário, todo ele era a energia refletida, a tenacidade tranqüila.

Faleceu Domingos Borges de Barros a 21 de março de 1855, com 75 anos de idade, em um dos últimos graus da escala social.

Foi deputado, senador do império, viador de SS. AA. Imperiais, visconde de Pedra Branca, ex-ministro em Paris, grã-cruz da imperial Ordem de Cristo, comendador da mesma ordem, dignitário da Ordem da Rosa, membro de diversas sociedades científicas e literárias de Paris, membro do Instituto Histórico Brasileiro, etc.

Foi um grande vulto, e como tal é digno de figurar na galeria dos contemporâneos.





D. MANUEL DE ARCE MARAÑÓN

*D. Manuel de Arce Marañón*

**N**a vida das sociedades há quadras infelizes em que os princípios os mais sagrados são desconhecidos, ou desprezados, em que os homens, alucinados por más paixões, sufocam a voz da consciência, deleitam-se na prática dos vícios, e chegam a um estado de verdadeira prostituição moral. São quadras em que as sociedades dominadas por um materialismo grosseiro tornam-se incapazes de elevar-se a idéias nobres, de dar expansão às tendências superiores da natureza humana.

O historiador filósofo encara esses períodos da vida dos povos com verdadeira tristeza, porque enxerga neles o predomínio dos sentimentos mais baixos do coração humano.

Felizmente, para glória da humanidade, a invasão do mau princípio nunca é completa. Alguns homens, em cujo coração a mão de Deus gravou profundamente o sentimento do justo e do honesto, formam um contraste consolador com o resto da sociedade, e vingam a moralidade ultrajada.

O Brasil não está certamente em um desses períodos sinistros a que têm chegado os impérios que entram em decadência, ou preparam-se para a dissolução. Nação nova, passada há pouco pelo crisol de uma revolução, que com a independência deu-lhe a liberdade, tem muita seiva, muita força de vitalidade. Não pode, pois, ser comparada às sociedades

decrépidas, corroídas pelos vícios, e pela indiferença por todos os bons princípios que constituem a força e a nobreza da humanidade.

O corpo social, sem dúvida, não se acha invadido pela corrupção. Convenientemente dirigida, a nossa sociedade pode compreender belamente os grandes princípios que a civilização do nosso século tem conquistado para a humanidade, e à sombra deles realizar os brilhantes destinos que a Providência parece ter reservado a este país.

A sociedade em geral é boa, mas cumpre não desconhecer uma triste verdade: os homens que a dirigem estão bem longe de realizar o ideal que se deve formar dos primeiros cidadãos de um país novo, rico e livre. Sem fazer-lhes injustiça, pode-se afirmar que em sua quase totalidade acham-se dominados pela matéria a tal ponto que se tornaram indiferentes aos grandes princípios e aos nobres sentimentos que inspiram as ações que mais honram a raça humana.

Dever, desinteresse, abnegação, patriotismo são palavras que foram riscadas do nosso vocabulário político. O interesse, e só o interesse, é o motivo que determina as ações dos nossos homens públicos.

Em tão deplorável situação, sente-se verdadeiro prazer ao contemplar alguns desses varões que podem resistir à torrente da corrupção, e que formam verdadeira exceção da quase totalidade dos que se acham nas mais eminentes posições do estado.

No minguido grupo dos nossos políticos honestos, ocupa lugar mui distinto o Sr. D. Manuel de Assis Mascarenhas, objeto das breves observações que traçamos.

Não existe entre os políticos brasileiros um nome mais conhecido no país do que o do Sr. D. Manuel. Nenhum dos nossos homens é objeto de mais simpatia, de mais amor, de mais respeito.

O Sr. D. Manuel desde que apareceu no parlamento brasileiro chamou sobre si a atenção pública, por seu esclarecido patriotismo, por sua nobre e corajosa franqueza.

O parlamento brasileiro é talvez entre todos os que existem o que mais se distingue na aplicação do que se chama conveniências parlamentares. Nos outros países não se liga a estas palavras a mesma idéia que no Brasil. As conveniências parlamentares não permitem que se use na tribuna de uma linguagem menos decente; que se comprometam os interesses do país em relação ao estrangeiro, por meio de revelações indiscre-

tas; mas o respeito às conveniências não domina o orador a ponto de obrigá-lo a não revelar os escândalos da administração, a corrupção dos funcionários e todos os abusos que se introduzem no governo da sociedade.

O predomínio dos interesses materiais, o egoísmo oficialmente reconhecido como único móvel dos homens públicos, deu uma extensão imensa às conveniências parlamentares. Censurar um abuso para o qual havia concorrido um ministro, um senador ou um deputado era ofender as conveniências; declamar contra a corrupção era uma grave ofensa às conveniências parlamentares, pois a corrupção era favorecida e largamente praticada pela maioria dos membros do parlamento; procurar coibir o governo nos seus excessos, no seu sistema corruptor, nas suas criminosas invasões, era ir de encontro a toda as conveniências da tribuna, porque o governo é quem faz o deputado, ou o senador, quem distribui o orçamento, quem nomeia para as boas emissões, que paga as dedicações. Enfim querer a prática leal e sincera do sistema representativo era a maior das inconveniências.

O Sr. D. Manuel nunca pôde compreender esse funesto sistema de encobrir a verdade, de iludir o país. Desde que apareceu no parlamento tornou-se notável por seu caráter independente e pela sua franqueza.

Na câmara temporária, onde teve assento, em princípio como representante do Rio Grande do Norte, depois de Goiás e afinal do Rio de Janeiro, seu caráter manifestou-se em toda a sua verdade. O país inteiro via no corajoso deputado um dos caracteres mais nobres e mais patrióticos do nosso tempo.

Em 12 de junho de 1859 foi o Sr. D. Manuel escolhido senador pelo Rio Grande do Norte, província que por duas vezes havia administrado. Desde então sua vida, por assim dizer, tem-se passado na tribuna. Nenhuma questão de alguma importância tem sido levada ao senador sobre a qual o ilustrado senador não se tenha pronunciado.

O Sr. D. Manuel não é desses que entendem que o Senado é um lugar de repouso, de ócio, verdadeira aposentadoria concedida aos servidores do país. Compreendeu pelo contrário que é um cargo que, por isso mesmo que coloca aquele que ocupa em posição eminente, importa compromissos muito sérios, que devem ser cumpridos ainda com sacrificio dos interesses particulares.

Formando uma verdadeira idéia do que deve ser o representante da nação, o Sr. D. Manuel dedicou-se todo à realização do tipo

que concebera. Estuda as questões políticas e administrativas com todo o cuidado e pronuncia-se a favor da opinião que lhe parece mais justa, que se acha mais em harmonia com os grandes interesses do Estado, embora tenha de incorrer no desagrado de alguns indivíduos, embora tenha de irritar os interesses privados.

Em uma época em que o interesse público é quase sempre abafado por cálculos de egoísmo, em que os políticos, antes do bem do país, consultam as suas particulares conveniências, e tratam da sua elevação pessoal, o procedimento cheio de abnegação e de civismo do Sr. D. Manuel tem-se tornado verdadeiramente notável. Sem querer remontar a épocas anteriores, lembraremos que o ilustre senador fez opposição enérgica e franca ao Ministério presidido pelo finado marquês de Paraná, homem forte cuja vontade bem poucos ousaram contrariar. Os relevantes serviços prestados ao país pelo Sr. D. Manuel na opposição que fez aos Ministérios de 12 de dezembro de 1858 e de 10 de agosto de 1859 são ainda muito recentes. O papel que S. Ex<sup>a</sup> representa atualmente em relação ao Ministério de 2 de março de 1861 honra sobremaneira o seu caráter, e é mais um documento da pureza do seu patriotismo.

Na vida parlamentar do Sr. D. Manuel há um fato que por si só faria a glória de um parlamentar, de um cidadão honesto, e que por isso merece ser especialmente memorado.

Em 1859 o tesouro público achava-se nas peníveis circunstâncias que ainda hoje subsistem. A elevação do preço de todas as coisas necessárias à vida colocou as classes menos favorecidas nas maiores dificuldades para prover às necessidades imperiosas. Uma das mais importantes das nossas províncias estava a braços com uma fome horrível, produzida por uma seca prolongada.

Com esse estado desolador contrastava o progresso e florescência do teatro lírico italiano do Rio de Janeiro, grande escola de luxo, origem da ruína das famílias, verdadeiro foco de corrupção. Precisamente na quadra em que mais se fazia sentir a penúria do estado e a miséria de muitos particulares é que esse estabelecimento ousou pedir ao Poder Legislativo que elevasse ao dobro a subvenção que por meio de loterias lhe prestava.

Tão arrojada pretensão era sem dúvida um insulto feito aos supremos poderes do estado, um escárnio lançado em face à população sofredora. Entretanto o teatro lírico era poderoso. Ninguém ousava ar-

rostar de frente sua influência; ninguém abertamente contrariava suas arrojadas pretensões. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto por grande maioria de votos.

No fim da sessão de 1859 foi ele dado para a ordem do dia do Senado. Todos contavam que, apesar da indignação que essa medida produzira em todas as classes sensatas da sociedade, o Senado a aprovaria, por não ser possível resistir ao grande poder que protegia o teatro lírico. O Sr. D. Manuel determinou embarçar por todos os meios a aprovação do projeto.

Todos lembram-se com admiração e reconhecimento do papel que fez o Sr. D. Manuel por essa ocasião. Combateu o projeto com todos os argumentos que sua ilustração e seu patriotismo lhe inspiraram. Falou longamente sobre as inconveniências da medida nas difíceis circunstâncias em que se achava o país; censurou o teatro lírico como a principal origem, a maior animação ao luxo que tendia a arruinar completamente a nossa sociedade. Infelizmente o Sr. D. Manuel não encontrava quem o contestasse. A questão do teatro lírico era uma dessas que ninguém apóia com a palavra, mas que muitos sustentam com o voto. No momento, pois, em que o Sr. D. Manuel, entendendo ter esgotado todas as suas razões contra o projeto, recolhesse-se ao silêncio, a medida seria votada.

O Sr. D. Manuel compreendeu belamente a tática dos amigos do projeto e não desanimou. Ocupou a tribuna constantemente, sempre que o projeto era posto em discussão. Falou durante sessões inteiras, e conseguiu afinal que a medida não passasse em 1859.

Na sessão de 1860 renovou-se a luta. O Sr. D. Manuel continuou no seu sistema. Afinal ficaram tão patentes os inconvenientes da medida, tornou-se tão escandalosa a questão do teatro, que o Senado rejeitou o projeto.

Para que o público colhesse os benefícios que inquestionavelmente resultam da supressão do teatro, muitos sacrifícios, muitos desgostos teve que sofrer o Sr. D. Manuel. Sobre ele recaiu todo o despeito, todos os furores dos interesses que foram feridos com o ato do Senado. Deve, porém, restar ao ilustre senador a consolação e a glória de ter prestado um serviço importante ao país, e de ter secado uma das fontes de desmoralização da nossa sociedade.

O Sr. D. Manuel nasceu na capital da província de Goiás aos 28 de agosto de 1806. É filho do finado D. Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de Palma. Estudou direito na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de doutor.

Pouco depois de sua formatura foi nomeado adido de 1ª classe na legação de Berlim, e em seguida secretário da legação em Viena, onde exerceu interinamente o cargo de encarregado de negócios.

A diplomacia não o prendeu por muito tempo. Abandonou-a pela magistratura na qual exerceu vários cargos. Há alguns anos exerce o lugar de desembargador da Relação da corte, e é um dos juizes que por sua ilustração e incorruptibilidade mais honra fazem à magistratura brasileira.

É comendador da Ordem de Cristo, oficial da Rosa, e gentil-homem da Câmara de Sua Majestade o Imperador.

O Sr. D. Manuel nunca foi ministro. Não lhe pese porém isso. No ministério, a experiência o tem demonstrado, os homens mais bem intencionados nada conseguem. Como senador S. Ex<sup>ª</sup> presta ao seu país serviços importantíssimos, e tem já adquirido inquestionavelmente direito de fazer parte do pequeno grupo dos nossos parlamentares com que se ocupará o futuro.

Concluindo estas rápidas observações temos de pedir desculpa pela imperfeição e pelas lacunas de que este trabalho se ressentir. Nossa justificação está toda na obstinada recusa do Sr. D. Manuel de prestar-nos qualquer auxílio. S. Ex<sup>ª</sup> levou tão longe seu escrúpulo que nem mesmo nos quis fornecer algumas datas que lhe pedimos.



JOSÉ BENITO LÓPEZ DE LETONA: DEE MEXICANO

*José Benito López de Letona*



.....  
*José Bento Leite Ferreira de Melo*

**A** morte entre nós goza de um singular privilégio: nivela perfeitamente todas as condições sociais. O talento, as virtudes, o saber, o gênio, o patriotismo, os serviços, apenas feridos por ela, são completamente esquecidos. Prestadas as derradeiras homenagens ao homem eminente que baixa ao túmulo, a nossa sociedade parece que julga importuna sua memória. Preocupada em demasia com os interesses de momento, confunde na mais completa indiferença o estadista consumado e o patriota sincero com o usurário egoísta, que não soube abrigar em seu coração um sentimento generoso.

Não é porém assim que uma sociedade pode elevar-se a brilhantes destinos. Os povos que mais se têm distinguido na cena do mundo tornaram-se notáveis pelo culto que rendem à memória dos seus grandes homens. Honrando-os, conservando religiosamente a lembrança de seus feitos, inspiram às gerações novas o nobre desejo de imitá-los, e de excedê-los. É desta sorte que se fundam e se robustecem as grandes nacionalidades. Sem o laço da tradição que prende a geração atual às gerações passadas, sem o culto dos avós não há propriamente nacionalidade; a sociedade não passa de uma união determinada simplesmente por interesses atuais e efêmeros, e por isso não pode resistir ao choque de elementos hostis.

Os homens que mais se empenharam na fundação da nossa nacionalidade, os varões eminentes que sacrificaram seu repouso, seus interesses, na sua vida para conquistarem as liberdades de que ainda hoje gozamos, são recompensados com o esquecimento nacional...

E é assim que o Brasil pretende os faros de nação culta? que respeito terão os estranhos pelas nossas glórias se somos os primeiros a esquecer-las e a desprezâ-las? que incitamento para o bem se oferece à mocidade se o cidadão eminente e o homem obscuro são confundidos no mais profundo esquecimento?

Poucos hoje se lembrarão do senador José Bento Leite Ferreira de Melo. À exceção dos que partilharam suas glórias e seus trabalhos, e de alguns amigos fiéis para quem a morte não é um título de esquecimento, raros serão os contemporâneos que se recordarão desse homem cujo nome há pouco todos conheciam. E entretanto não passaram-se ainda 20 anos depois de sua morte! E entretanto o senador José Bento tem direito de figurar entre os homens mais distintos do nosso país!...

Comemoremos, ainda que brevemente, as circunstâncias mais notáveis de sua vida.

José Bento Leite Ferreira de Melo nasceu na província de Minas Gerais, na vila, hoje cidade da Campanha, aos 6 de janeiro de 1785. Foram seus pais o sargento-mor José Joaquim Leite Ferreira de Melo e D. Escolástica Bernardina de Melo. Descendia de uma família ilustre da vila de Guimarães em Portugal, e da família Prado da cidade de S. Paulo.

Destinado por seus pais ao estado eclesiástico, aprendeu a língua latina na vila da Campanha e seguiu logo para a cidade de S. Paulo a fim de instruir-se nas ciências morais e teológicas.

Em S. Paulo residiu com o virtuoso bispo D. Mateus até a conclusão da sua carreira.

Em 1810 foi criada a freguesia de Pouso Alegre na capela do Senhor Bom Jesus do Mandu. O padre José Bento compareceu ao concurso feito para provimento dessa igreja, e conseguiu ser apresentando e colado. Logo depois foi nomeado vigário da vara da comarca eclesiástica, ministério que exerceu até o seu falecimento.

O governo imperial nomeou-o cônego honorário da Sé de S. Paulo, e posteriormente cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo.

A povoação do Mandu, sede da nova freguesia, constava então de meia dúzia de casas de aparência miserável. O padre José Bento apenas tomou posse da freguesia, meditou fundar uma povoação importante nas belas margens do Sapucaí. Atraiu para aí muitos amigos e parentes e lançou os fundamentos da cidade de Pouso Alegre, uma das mais importantes povoações do sul da província de Minas.

O alinhamento das ruas, a disposição das habitações, tudo que interessava à beleza e aformoseamento da nova povoação foi planejado e dirigido imediatamente pelo vigário.

Aos esforços do padre José Bento, à sua influência que crescia com seus serviços, deve-se a transformação da mesquinha povoação do Mandu em uma vila bela, rica e populosa.

As idéias liberais, que por fim abriram espaço em Portugal em 1821, encontraram um sectário sincero e ardente no vigário de Pouso Alegre.

Desde então alistou-se ele nas fileiras do partido liberal de que foi sem contestação um dos mais brilhantes ornamentos.

Nesse mesmo ano procedendo-se às eleições para deputados às Cortes portuguesas, foi o padre José Bento nomeado eleitor da paróquia de Pouso Alegre, depois eleitor da comarca do Rio das Mortes em S. João d'El-Rei e finalmente membro da junta eleitoral da província.

Achando-se na capital como eleitor, distinguiu-se tanto que foi nomeado membro do governo provisório que então foi instalado.

Fez parte do primeiro conselho geral da província de Minas, e nesse cargo revelou-se homem de inteligência superior, de uma firmeza de caráter pouco comum.

Essas qualidades preciosas tornaram-no um dos cidadãos mais populares da província de Minas. Na primeira eleição a que se procedeu para deputados gerais, os mineiros deram-lhe um lugar na deputação da província. De 1826 em diante interferiu constantemente nos negócios do país como representante da nação. Em 1834 sendo apresentado pela província em lista tríplice de que faziam parte os finados senadores Vasconcelos e Manuel Inácio de Melo e Sousa, foi escolhido senador pelo governo regencial.

Por ocasião na sedição militar promovida pelo partido retrógrado em Ouro Preto, no ano de 1833, achava-se o padre José Bento na capital como membro do conselho do governo. Coube-lhe a

glória de ser uma das vítimas escolhidas pelos absolutistas. Deposto na noite de 22 de março o presidente Manuel Inácio de Melo e Sousa, depois barão de Pontal, os sediciosos prenderam o vice-presidente da província, Bernardo Pereira de Vasconcelos, então um dos mais proeminentes chefes do partido liberal, e o padre José Bento.

Acompanhados por uma escolta, que tinha ordem de levá-los até fora da província, foram libertados pelo povo da vila de Queluz, seguindo Vasconcelos para S. João d'El-Rei onde foi instalar o governo legal.

O padre José Bento não se contentava com a influência que exercia sobre a opinião por meio da tribuna. Compreendendo que a imprensa é o mais poderoso meio de propagação de idéias levou para Pouso Alegre uma tipografia, na qual publicou por algum tempo o *Pregoeiro Constitucional* e depois o *Recompilador Mineiro*.

A primeira publicação impressa da Constituição brasileira foi feita nessa tipografia. Nunca pudemos obter exemplar alguma dessa edição da Constituição; asseveram-nos entretanto que existe.

José Bento foi um dos mais denodados campeões dessa oposição memorável que o partido liberal fez aos desmandos do primeiro reinado. O governo do Senhor D. Pedro I foi por ele combatido energicamente na tribuna e na imprensa. A província de Minas que em cada uma das suas povoações mais importantes tinha um jornal que combatia o poder e advogava as idéias livres, contava igualmente numerosas sociedades patrióticas, que trabalhavam para o mesmo fim.

Em Pouso Alegre, foi fundada em 1831 pelo padre José Bento a sociedade patriótica – Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

A direção que o governo regencial nos últimos anos de sua existência dava aos negócios públicos era deplorável. Em vez de procurar consolidar as nossas instituições livres por meio da prática sincera do sistema representativo, o governo da regência, os conservadores que então dominavam só tinham um pensamento: aniquilar todas as gloriosas conquistas do partido liberal, ou antes todo o fruto das nossas revoluções.

O Ato Adicional, o mais seguro penhor da união brasileira, sofreu golpes terríveis com a lei de interpretação de 12 de maio de 1840.

O Código do Processo, que dava perfeitas garantias à liberdade individual, por meio das sábias disposições do processo e por meio de magistraturas populares, era igualmente ameaçado de uma anulação.

Discutia-se então o famoso projeto que foi convertido em lei a 3 de dezembro de 1841 e que tanto sangue custou ao Brasil.

Tratava-se também de restabelecer o conselho de estado anulado em 1834 pelo partido liberal.

A reação era completa. O edifício levantado à custa de tantos anos de sacrifícios esboroava-se assim aos golpes repetidos dos conservadores, que dominavam o governo regencial.

O partido liberal na maior pureza de intenções teve o belo sonho de conservar a liberdade por meio da monarquia. O infante, para quem esse partido generoso havia conservado um trono que pudera ter suprimido, achava-se na adolescência. Nascido em terra de liberdade, educado no meio das festas populares que celebravam o triunfo de 7 de abril, quem melhor do que ele poderia realizar essa idéia feliz?

Tal foi o pensamento do partido liberal quando concebeu a idéia de operar a revolução da maioria. É verdade que um artigo constitucional seria sacrificado, mas o partido liberal só tomava essa responsabilidade com o fim de fazer parar o carro da reação que ameaçava esmagar todas as instituições livres.

José Bento, democrata da escola de Feijó, abraçou a idéia da maioria com verdadeiro entusiasmo, e foi um dos seus mais estrênuos propuganadores. Seu nome figura entre os seis signatários do projeto apresentado ao Senado a 13 e rejeitado a 20 de maio de 1840.

Não tendo vingado o outro projeto que o finado senador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva apresentara a 20 de maio na Câmara dos Deputados, por ter sido dissolvida a Câmara no dia 22 pelo ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, os deputados dirigiram-se para o Senado e com os senadores e o povo proclamaram revolucionariamente a maioria.

Nessa memorável sessão o senador José Bento elevou-se a toda a altura do seu talento e do seu patriotismo. Tribuno do povo, advogava com calor a medida revolucionária a fim de salvar as instituições; verdadeiro patriota, moderava as paixões populares para que o triunfo da idéia liberal não fosse manchado por excessos.

Sua figura foi a mais proeminente desse dia popular. Transcrevamos aqui as palavras eloqüentes de um escritor liberal, testemunha ocular dos acontecimentos:

"Está vivamente em minha lembrança a cena desse pronunciamento metade parlamentar e imperial, metade popular, que precedeu a investidura antecipada e revolucionária do monarca no exercício de suas altas funções. José Bento Leite Ferreira de Melo, a primeira figura desta *journée des dupes*, ocupava uma das janelas do Senado, e aí abraçado com o busto do imperador exortava o povo impaciente pela demora da comissão, que se dirigira ao paço de S. Cristóvão. Parece-me estar vendo ainda aquela fisionomia móbil e ardente, em que se reverberavam como em um espelho as nobres paixões de sua alma entusiasta e patriótica! A comissão volta; a decisão do príncipe que quer governar desde já é anunciada; e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos como por uma faustosa vitória alcançada para a causa do país. Ah! desventurada vítima! se naquele instante iluminando-se repentinamente as trevas, que ocultam aos olhos do homem as páginas do porvir, tu visses em seguida dessa vitória burlada pela ingratidão o Brasil estrebuchando sob as garras de uma facção, as liberdades públicas agrilhoadas, teus amigos lançados nas masmorras e no desterro, tua bela província entregue ao saque e à devastação; e mais longe, teu próprio cadáver ensangüentado, e prostrado em uma estrada pública pelo bacamarte da reação... o que diríeis, o que faríeis? ..."

As mesmas causas que levaram o Partido Liberal a operar a revolução da maioria forçaram-no a recorrer ao extremo dos combates em 1842. Os mais eminentes liberais tiveram uma participação maior ou menor no movimento revolucionário de Minas Gerais e São Paulo. Feijó, Marinho, Otôni e outros confessaram-no com toda a franqueza.

O senador José Bento não foi estranho à revolução. Em sua casa reunia-se o clube de deputados e senadores de S. Paulo e Minas, que concertava os planos do movimento.

Em um discurso que pronunciou no Senado em 1843 o ilustre democrata deixou ver bem claramente a participação que havia tido na revolução.

A sessão de 1843 foi a última a que assistiu o infeliz senador José Bento. No dia 8 de fevereiro de 1844, retirando-se às 4 horas da tarde da cidade de Pouso Alegre para sua fazenda, sita a um quarto de légua de distância, foi assassinado barbaramente por quatro indivíduos seus protegidos, sendo um deles seu afilhado.

O sacrificio dessa illustre vítima consternou a gente honesta da cidade de Pouso Alegre, e o Partido Liberal de todo o império que acabava de perder um dos seus mais distintos membros.

O senador José Bento era um homem verdadeiramente superior. Com a instrução deficiente que em 1810 exigia-se em um padre conseguiu, à força de talento, tornar-se um dos vultos mais eminentes de um partido em que figuravam muitos homens notáveis. Não era um simples soldado; era um chefe precioso, dotado de inteligência superior que sabia combinar o ataque e a defesa, e de uma vontade firme que não conhecia obstáculos. Estas qualidades davam-lhe grande ascendência entre os liberais. Muitas ilustrações do partido entregavam-se com docilidade à sua inteligente direção.

Enfim, o senador José Bento era tão felizmente organizado, distinguia-se tanto por sua inteligência e pelo seu caráter forte, que, pode-se avançar, se tivesse tido uma educação literária e científica completa, teria sido o primeiro vulto político de seu tempo.



THOMPSON BENEDETO OTTONI

*Thompson Benedeto Ottoni*



.....

*Teófilo Benedito Otôni*

**A** cidade do Serro, antiga Vila do Príncipe, orgulha-se com justa razão de ter sido o berço do cidadão eminente, de cuja vida vamos dar uma rápida notícia.

A 27 de novembro de 1807 nasceu naquela povoação do norte da província de Minas Gerais o Sr. Teófilo Benedito Otôni, fruto da união legítima de Jorge Benedito Otôni e de D. Rosália Benedita Otôni.

Sua família paterna é originária da Itália, terra clássica dos grandes cidadãos. Em princípio do século passado seu terceiro avô Manuel Antão Otôni, forçado a deixar Gênova, sua pátria, asilou-se em Portugal. Depois de cinco anos de residência em Lisboa naturalizou-se súdito português a 7 de dezembro de 1723, e transportou-se com sua família para a cidade de São Paulo.

Ignoramos se desta cidade a família Otôni passara-se imediatamente para a Vila do Príncipe. É porém certo que Manuel Otôni, avô do Sr. Teófilo Otôni, ali exerceu o emprego de fundidor na intendência do ouro.

Jorge Benedito Otôni não possuía riquezas; vivia com sua família nessa modesta abastança que dá o trabalho honesto. Em compensação era rico de sentimentos elevados e conhecia com justiça todo o valor de uma boa educação.

Deus concedeu-lhe um favor que raras vezes dispensa: numerosos filhos que fizeram o enlevo e o orgulho de sua vida.

Ao Sr. Otôni, seu filho primogênito, deu a educação literária que era possível em uma povoação central da colônia portuguesa. No estudo da língua latina revelou o Sr. Otôni essa memória vasta, essa inteligência fácil e brilhante que com o correr dos tempos desenvolveram-se com tanta felicidade.

Terminados os estudos de latim, o jovem Otôni dedicou-se à carteira comercial. No círculo acanhado de uma povoação central, cujo comércio aliás estava peiado pela disposições vexatórias e tirânicas da administração dos diamantes, os recursos de sua inteligência eram impotentes. O jovem Otôni achava-se evidentemente fora do elemento que seu espírito buscava. A vida comercial consumia-lhe o tempo, sem vantagem alguma.

Uma circunstância feliz veio dar à vida do jovem serrano a direção que mais lhe convinha. Os acontecimentos políticos de Portugal, que por sua vez quis associar-se à obra da regeneração social que desde os fins do século passado ocupava a Europa e as colônias americanas, repercutindo com força no Brasil, encheram de entusiasmo pela causa da liberdade a todos que possuíam sentimentos generosos. Desde então ficou assentado que o jovem Otôni viria pedir à capital do Brasil a instrução superior que não podia obter em uma povoação de província.

Matriculado em 1827 na academia de marinha, dedicou-se seriamente ao estudo das matemáticas, e dentro em pouco tinha conquistado a reputação de primeiro estudante da academia.

O brilhante exame que fez no fim do primeiro ano valeu-lhe uma portaria do ministro da Marinha de então, Diogo Jorge de Brito, ordenando que se lhe desse praça de aspirante graduado em guarda-marinha, distinção que nem antes, nem depois, nem na armada portuguesa, nem na brasileira fora conferida a estudante algum.

Ao passo que se applicava com ardor aos estudos acadêmicos, o jovem Otôni achava tempo para explicar geometria, e para relacionar-se com os patriotas mais distintos daquele tempo.

Como ele mesmo o diz, Evaristo e Vasconcelos o acariciavam como que pressagiando-lhe brilhantes destinos.

Bem pudera o Sr. Otôni continuar tranqüilamente a carreira que havia escolhido. Se o seu comportamento não se tornasse suspeito, se se houvesse limitado às suas matemáticas, estamos certos que não teria

encontrado embaraços. Mas um estudante de inteligência superior, que travava relações com homens como Evaristo e Vasconcelos, os anarquistas de então, que fazia parte de sociedades secretas e que tinha a audácia de, como escrutador liberal da mesa paroquial do Sacramento, advogar com calor a causa popular e propor que fosse multado o ministro da Guerra, um tal estudante não podia pretender as boas graças do poder.

Cedo teve o Sr. Otôni ocasião de conhecer as boas disposições que haviam a seu respeito. Tendo completado o curso de marinha, requereu para continuar os estudos matemáticos na escola militar. Os crimes de que se havia tornado réu não lhe davam direito ao menor favor. Negou-se-lhe a licença requerida!

Entretanto, esperando talvez que mais tarde lhe fizessem justiça, começou a freqüentar, como ouvinte, as lições do ilustre patriota, o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaboraá, então lente de mecânica na Escola Militar.

"Não sei, diz o Sr. Otôni na sua circular aos eleitores de Minas, onde o Sr. Rodrigues Torres enlevava mais o seu discípulo, se na academia, iniciando-o nas fórmulas de Francoeur e de Poisson, se nas palestras do livreiro patriota, explicando as belas teorias de Jefferson, de que S. Ex<sup>a</sup> era caloroso encomista e eloqüente expositor."

A ligação do Sr. Otôni com o Sr. Rodrigues Torres incomodava sobretudo os homens do poder, que lhe moveram a mais desabrida perseguição. A decidida má vontade do Governo, que se traduzia em ordens de embarque para a costa da África e para o baixo Amazonas, e em outros vexames de natureza semelhante, desviou o Sr. Otôni da carreira das matemáticas a que se dedicava com gosto. Aceitou baixa do posto de guarda-marinha e voltou para sua terra natal.

Era no ano de 1830. O Sr. D. Pedro I, por seus desvios, preparava a revolução que trouxe sua abdicação em 7 de setembro\* de 1831. Os ministros abusavam de um modo revoltante e atraíam o monarca, cujo temperamento ardente dificilmente se acomodava às fórmulas do sistema representativo. As nossas instituições livres que pela prática mal conhecíamos, pois que a Constituição só começara a

---

\* Embora a data da abdicação seja 7 de abril de 1831, respeitou-se nesta edição o texto original.

ter princípio de execução em 1826, eram seriamente ameaçadas. O patriotismo então era um sentimento muito verdadeiro, muito real. A lembrança ainda bem viva do despotismo dos tempos coloniais, o desvanecimento de uma nacionalidade que se fundava, no ódio a estrangeiros que pouco antes eram senhores, os receios de uma recolonização, tudo isso despertava o civismo dos brasileiros e levava-os a fazerem séria oposição ao governo.

A alma ardente, entusiasta e sinceramente patriótica do Sr. Teófilo Otôni não podia ser indiferente ao movimento de resistência que se organizava. Pelo contrário, ninguém sentiu melhor do que ele a necessidade de fazer ao governo uma oposição enérgica, que pusesse um termo aos males do país. A imprensa era a arma mais poderosa contra a tirania. Esclarecendo o povo sobre seus direitos, fazendo-lhe conhecer que as liberdades estabelecidas pela Constituição eram sacrificadas, e que o governo absoluto preparava-se para instalar-se em lugar do constitucional, formava a opinião que de uma ou de outra forma acabaria por triunfar.

Animado destas idéias o Sr. Otôni levou para a cidade do Serro uma pequena tipografia na qual a 4 de setembro do mesmo ano começou a publicar a *Sentinela do Serro*.

Os contemporâneos sabem a influência que a *Sentinela* exerceu nos acontecimentos que precederam, acompanharam e sucederam a revolução de 7 de abril. Apesar de ser escrita em uma povoação central a *Sentinela* estava no caso de exercer grande influência no país, já porque a imprensa da corte, pouco desenvolvida então, não tolhia os movimentos das províncias, já porque Minas compreendendo as vantagens de um governo livre tornar-se o principal centro da resistência, e já porque era escrita por um talento superior que tornava interessantes todos os assuntos de que tratava.

As colunas da *Sentinela* eram animadas de um patriotismo verdadeiramente antigo. Nenhum dos jornais da época profligou com mais talento, com mais calor, com mais eloquência os fatais desmandos do primeiro reinado.

A *Sentinela* inspirava ao povo amor à liberdade, ódio à tirania, iniciava-o no conhecimento dos seus direitos e pregava francamente a resistência à opressão. A divisa da *Sentinela* era o seguinte: o fim de toda

a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; estes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão.

A doutrina da *Sentinela* não era simplesmente uma teoria pregada no silêncio do pacífico gabinete do jornalista. A época era de sacrifícios, de dedicações, de civismo. Os cidadãos, sempre que a pátria o reclamava, traduziam em fato essas teorias em que confiavam.

À notícia das cenas de 13 e 14 de março do Rio de Janeiro o redator da *Sentinela* chamou o povo às armas, no dia 6 de abril reuniu-o na câmara municipal, formou uma caixa militar, organizou completamente a existência armada.

Ninguém faz idéia do entusiasmo da população daquela cidade central com a notícia do 7 de abril recebida poucos dias depois. O triunfo da democracia foi dignamente celebrado com festejos populares.

Não havia mais receio de despotismo. Funcionava o governo democrático da regência; mas a obra patriótica não estava terminada. Cumpria realizar nas instituições as aspirações da opinião, traduzir em leis as idéias que haviam dado o triunfo à oposição nacional.

A *Sentinela do Serro* continuou, pois, sua missão. Pouco depois, em 25 de junho de 1831, o Sr. Otôni propunha as reformas constitucionais que julgava necessárias. Essas as reformas consistiam no cerceamento das atribuições do Poder Moderador, na organização das assembléias provinciais e na abolição da vitaliciedade do Senado.

Pouco tempo depois o redator da *Sentinela* organizava no Serro a sociedade Promotora do Bem Público, que se tornou célebre em todo o país por ter convidado as sociedades patrióticas de Minas e das outras províncias a influírem para que os eleitores dessem aos futuros deputados poderes constituintes, se acaso o Senado rejeitasse o projeto de reforma que havia passado na Câmara.

As opiniões arrojadas do redator da *Sentinela* suscitaram-lhe perseguidores. A folha foi chamada aos tribunais e absolvida. Algum tempo depois, a 17 de março de 1832, cessava a publicação da *Sentinela* com o nº 80.

Ocupamo-nos deste jornal com alguma extensão porque entendemos que nele se acha a explicação de tudo quanto o Sr. Otôni tem sido e tem feito posteriormente. Aí estão consignadas as opiniões políti-

cas que fazem sua glória, e que ao mesmo tempo têm servido de pretexto às perseguições que seus inimigos lhe têm movido.

Nessas folhas escritas aos 23 anos encontram-se esses sentimentos puros e patrióticos que mais se têm acrisolado com a idade e com experiência, e que desde então tornaram o objeto das simpatias populares.

A *Sentinel*a recomenda-se ainda por uma qualidade bem rara naquela época – um estilo correto, fluente e por vezes eloqüente. Jamais empregava essa linguagem pouco nobre de que, à exceção da *Aurora*, usavam quase todos os jornais do tempo.

Depois de março de 1832 o Sr. Otôni continuou na vida comercial a que se havia dedicado desde que regressou para a cidade do Serro. Dessa profissão, exercida com a honestidade que sempre caracterizou sua família, é que o Sr. Otôni tirava seus meios de subsistência, lançando ao mesmo tempo as bases dessa fortuna que depois sacrificou em parte em benefício do país.

No fim do ano de 1834, o nome do Sr. Otôni, ilustrado pelo talento e patriotismo revelado na imprensa, foi lembrado pelos mineiros na ocasião da primeira eleição de membros da assembleia provincial, à qual não foi candidato.

Os louros de jornalista não emurhecera na tribuna. O jovem deputado tornou-se imediatamente notável pelo seu talento oratório, realçado pelo patriotismo mais ardente.

Em 1837 foi eleito deputado à assembleia geral legislativa. Aí estão os jornais do tempo para provar que desde sua entrada para a Câmara o Sr. Otôni conquistou na representação nacional um dos lugares mais distintos. Com a coragem que sempre o distinguiu censurava energeticamente a tendência retrógrada dos governos do regente Araújo e Lima.

O profundo descontentamento que o governo da regência havia causado a todo o país tornou popular a idéia da maioridade. O Partido Liberal iniciou-a, propagou-a e afinal realizou-a. O Sr. Otôni não se separou dos seus correligionários. Com eles partilhava a idéia da necessidade de uma mudança no governo do país em ordem e assegurar as conquistas liberais realizadas depois da revolução de 1831. Mas apartava-se deles em um ponto essencial: entendia que o artigo 121 da Constituição não podia ser reformado por lei ordinária, porque contém matéria constitucional. A maioridade para ele era uma medida de salvação

pública que os representantes da nação deviam tomar, sujeitando-se depois ao juízo popular.

Neste sentido fez um discurso notável que transcreveu na sua circular. Impressionado com os argumentos do empoeirado direito divino de que alguns liberais pouco adiantados, ou algum tanto tímidos se serviam para justificar a maioria, declarou bem alto que a legitimidade do segundo imperador nascia da soberania popular manifestada na revolução de 1831, assim como a do primeiro tinha por fundamento a revolução da independência.

Transformadas em decepções as esperanças que os liberais haviam concebido quando conspiraram contra o governo da regência, convertido em lei o projeto de reforma judiciária, restaurado o conselho de estado, dissolvida previamente a câmara temporária, as deputações de S. Paulo e Minas entenderam que o único recurso dos liberais estava em um apelo às armas. Os representantes paulistas comprometeram-se a levantar em sua província uma força respeitável, capaz de fazer recuar as tropas regulares do governo; os mineiros obrigaram-se por sua parte a promover uma manifestação que distraísse as forças legais em proveito dos insurgentes paulistas.

Os mineiros cumpriram o prometido. A 10 de junho de 1842 fizeram o pronunciamento revolucionário na cidade de Barbacena. Quis, porém, a fatalidade que a manifestação coincidissem com a derrota dos liberais paulistas na Venda Grande, e com a retirada da Ponte dos Pinheiros. Vencida a revolução em S. Paulo o movimento em Minas não tinha mais objeto. Entretanto era tal o entusiasmo dos mineiros, tal a indignação causada pelos atos do governo, que o pronunciamento planejado como um acessório da revolução de S. Paulo tomou as proporções que todos conhecem.

O Sr. Teófilo Otôni achava-se no Rio de Janeiro, onde havia fixado sua residência desde 1838. Na noite de 15 de junho, quando o governo festejava na capital do império a derrota dos paulistas, seguiu para Minas, pelo caminho da terra, iludindo a vigilância da polícia, fazendo viagens forçadas, e arrostando toda a casta de perigos. Ia partilhar a sorte dos seus amigos, já comprometidos com o pronunciamento de Barbacena.

Depois de alguns recontros em que a vantagem ficou do lado dos revoltosos marcharam estes para Santa Luzia. Nas proximidades da

capital da província propôs o Sr. Otôni aos seus amigos que o presidente interino fizesse uma proclamação às forças insurgentes, convidando-as a deporem as armas, visto estar pacificada a província de S. Paulo; que a proclamação fosse presente ao sr. barão, hoje marquês de Caxias, a quem se deviam apresentar os homens mais notáveis que se achavam no acampamento dos revoltosos.

Esta proposta, feita nos últimos dias de julho, não foi levada a efeito. Entretanto desenvolveram-se os acontecimentos, e no dia 20 de agosto foram os revoltosos derrotados em Santa Luzia. Apesar desta derrota os liberais podiam continuar o movimento. O valor de que os mineiros deram provas irrecusáveis, as forças de que dispunham, podiam ter determinado os chefes a prolongarem indefinidamente a revolução, opondo ao exército do governo uma resistência tenaz. Quem sabe se em pouco uma ação decisiva não teria apagado a lembrança da derrota de Santa Luzia, convertida em simples revés?

Prevaleceu, porém, a idéia do Sr. Otôni manifestada perto da capital da província. Depois da ação os chefes deram o movimento por terminado; os militares, acompanhados ainda de forças respeitáveis, foram em Matosinhos declarar perante o subdelegado que as debandavam para evitar o derramamento de sangue mineiro; o Sr. Otôni com alguns outros chefes insurgentes esperaram em Santa Luzia a entrada do exército vencedor e entregaram-se ao Sr. marquês de Caxias.

De Santa Luzia seguiu preso até a capital da província. Homens que não possuíam a inteligência necessária para compreender que um réu de crime político, longe de parecer-se com um criminoso ordinário, revela as mais das vezes uma alma nobre e patriótica, não duvidaram usar para com o Sr. Otôni e seus companheiros de injustificáveis rigores. Cumpre, porém, confessar que esse procedimento indigno cessou no segundo dia de viagem.

Recolhido à prisão do Ouro Preto o Sr. Otôni não ficou silencioso. Nas colunas do *Itacolomi*, periódico liberal da capital de Minas, discutiu largamente as questões políticas que haviam levado os mineiros ao campo da batalha. Publicou o seu interessante itinerário de Santa Luzia a Ouro Preto, e numerosos documentos relativos ao movimento. O Sr. Otôni preservou das chamas o arquivo da revolução com que prestou um relevante serviço à História, e a todos os comprometidos, de desta



puderam confundir as calúnias dos seus adversários e justificar seu procedimento perante a opinião.

"Ainda as algemas nos roxeavam os pulsos", diz o Sr. Otôni na sua circular, "e já estávamos apelando para a imprensa, que tudo salvou."

"Reparávamos assim o grande erro que havíamos cometido recorrendo às armas, mas não cessávamos de estigmatizar os atos inconstitucionais que tinham dado causa ao movimento."

A assembléa provincial de Minas, liberal em sua maioria, pretendeu dirigir uma representação ao Poder Moderador, pedindo anistia para todos os comprometidos na revolução de Minas. Tal era, porém, a confiança do Sr. Otôni e dos outros chefes no juízo da opinião, que influíram para que a assembléa não realizasse seu intento.

A opinião estava com efeito pronunciada a favor dos revoltosos. Na assembléa provincial do Rio de Janeiro discutiu-se a conveniência da anistia; e o autor da idéia, o falecido José Augusto César de Meneses, tratando do Sr. Otôni, pronunciou as palavras que aqui transcrevemos: "Merecerá aqueles epítetos (*inimigo da ordem pública, ousado, turbulento, vilipendiador das leis*) esse moço, por quem mais se deve encher de orgulho o Serro do que pelas pedras preciosas que rolam pelos leitos dos seus rios, esse moço no qual todas as vezes que penso digo: – Assim foi decerto Catão na sua idade, esperanças do Brasil, se alguma comissão militar lhe não fizer saltar a cabeça, ou se alguma taça ministrada por algum fingido amigo lhe não corroer lentamente as entranhas?"

O cativo do Sr. Otôni durou pouco mais de um ano. No fim de setembro de 1845 o júri de Mariana absolveu-o por unanimidade de votos.

Restituído à liberdade, voltou ao Rio de Janeiro onde se entregou à vida comercial com toda a atividade que o distingue.

Político de convicções, patriota sincero, o Sr. Otôni não é desses que entendem que o homem público deve ser um eterno pensionista do orçamento. Desde 1830 tem tido uma larga participação em quase todos os acontecimentos políticos do país, mas não consta que, à exceção do cargo de deputado, tenha exercido emprego público algum retribuído pelo estado. É político porque tem idéias sobre as coisas públicas, e deseja vê-las realizadas; mas nunca formou o mesquinho cálculo de viver à custa dos cofres públicos. Entregou-se com ardor à honrosa

profissão de comerciante a fim de conquistar uma posição que lhe garantisse a mais completa liberdade na sua vida pública.

Chamada ao poder em 1844 a opinião liberal, o Sr. Otôni votou à Câmara dos Deputados. Seu procedimento durante o quinquênio chamado liberal tem sido censurado por alguns. O Sr. Otôni, durante esse período, contra o seu costume, absteve-se da palavra, ou usou dela com muita parcimônia.

Sendo o homem mais popular do partido, passando no público como o inspirador de quase todas as combinações ministeriais desse tempo, não quis aceitar a responsabilidade do poder, como estava nos votos de todos os seus correligionários.

Essas acusações hoje caíram por terra. Não há ninguém que ignore que o quinquênio só por ironia podia ser chamado liberal. É verdade que os liberais estavam no poder, mas acima deles existia uma entidade inconstitucional, uma camarilha que lhes tolhia os movimentos e lhes tirava toda a liberdade de ação. Parece mesmo que havia intenção de inutilizar os liberais, condenando-os a não realizarem nenhuma das idéias por que pugnavam.

Esta situação anômala explica e justifica o procedimento do Sr. Otôni. Deveria ele aceitar o poder sabendo previamente que não poderia pôr em prática suas idéias? Deveria combater os ministérios liberais que faziam esforços para derrocar a influência da facção dominante?

Ao sacudir o jugo colonial o Brasil era um país virgem em todos os sentidos. Não existia a liberdade de enunciar o pensamento. O grande movimento político, científico e literário que agitava e transformava a Europa desde o século passado, era ignorado da máxima parte da nossa população. Apenas alguns homens mais felizes podiam beber algumas noções das novas doutrinas em um ou outro livro que escapava à censura, e à vigilância da polícia colonial, que procuravam entreter no Brasil a mais completa ignorância. Não havia imprensa que discutisse os atos da administração e esclarecesse a população acerca de seus direitos. A declaração da independência e as instituições livres que se lhe seguiram encontraram o povo em um estado quase primitivo. Era preciso pois educá-lo, ensinar-lhe o verbo da era de regeneração que começava.

A imprensa encarregou-se dessa nobre missão. Se o povo brasileiro tem hoje consciência de seus direitos; se, como ninguém

desconhece, existe na grande massa da população amor profundamente arraigado às instituições livres, devemo-lo à imprensa e aos seus corajosos sacerdotes.

Nos primeiros vinte anos que se seguiram à independência, a principal questão era a fundação da nacionalidade, a conquista e consolidação de instituições livres, a organização política e administrativa do país. Não havia tempo para mais nada. Essa questão primordial fazia esquecer todas as outras. Conseguídos, porém, ao menos em parte, esses resultados, era mister volver a atenção para outro lado. Tínhamos uma pátria, uma pátria livre, instituições como não possuíam muitas das velhas nacionalidades européias; mas o Brasil estava inculto, a população pobre pisando sobre tesouros, matas ubérrimas entregues ao selvagem e às feras; não possuíamos estradas; estávamos privados de todos os grandes melhoramentos com que a ciência e a arte modernas têm melhorado a condição do homem.

O desenvolvimento dos recursos materiais do país chamava, pois, a atenção dos homens patriotas e empreendedores. O Sr. Teófilo Otôni foi o primeiro brasileiro que bem compreendeu essa grande necessidade e tratou de realizá-la. É uma glória que não se lhe pode contestar.

Em 1832, quando ninguém pensava em estradas e em navegação de rios, já o Sr. Teófilo Otôni compreendia perfeitamente a necessidade desses grandes melhoramentos. Dominado desde a sua mocidade pela idéia de ligar as povoações do norte e do centro de Minas Gerais com o litoral do Espírito Santo que fica a poucas léguas de distância, acolheu com entusiasmo a companhia inglesa que se propunha navegar o rio Doce e seus afluentes, e foi um dos seus mais úteis auxiliares. Infelizmente a companhia, por não estar o país então preparado para essas grandes empresas, ou por falta de recursos, ou por qualquer outra razão, morreu sem realizar a navegação do rio Doce, que é sem contestação o caminho natural por onde perto de 500.000 habitantes do norte e centro da província de Minas, em um futuro mais ou menos próximo, entrarão em comunicação com o litoral.

A idéia era útil e digna de sacrificios. O insucesso da Companhia de Navegação do Rio Doce não desalentou o Sr. Otôni. Em 1846 começou ele com seu finado irmão o Sr. Honório Benedito Otôni a estudar a navegação do Mucuri, que explorações recentes apresentavam

como uma via fluvial da maior importância. Feitos os exames necessários, os dignos empresários trataram de obter do governo geral e da província de Minas os privilégios necessários para a realização da sua idéia. Aprovados os privilégios em 1847 passaram a tratar da organização da companhia, para o que em 17 de outubro do mesmo ano apresentaram suas condições, acompanhadas de uma exposição das vantagens da empresa.

Infelizmente a crise financeira que se fazia sentir nas nossas praças embarçou a incorporação da companhia, que só se realizou, mediante uma prorrogação de prazo, no ano de 1851.

Ninguém faz idéia dos sacrifícios de toda a ordem que o Sr. Otôni fez para levar avante a navegação do Mucuri, que por causa das opiniões políticas do diretor da companhia encontrou adversários desde os seus princípios. Abandonou interesses muito reais do seu comércio, vendeu o seu acreditado estabelecimento e deixando as comodidades do lar doméstico ia passar grande parte do ano a disputar aqueles sertões inóspitos ao selvagem e às feras.

A navegação do Mucuri para o Sr. Otôni não era uma especulação destinada a enriquecer os empresários à custa da credulidade de acionistas iludidos. Os diretores recusaram o favor que a assembléa provincial de Minas quis fazer-lhes subscrevendo previamente a quarta parte das ações da companhia que organizassem. Esse favor realizou-se somente depois que a empresa se achava em plena atividade. Na incorporação provisória da companhia, feita em 1851 com a emissão de mil ações apenas, o Sr. Otôni e seus parentes subscreveram nada menos de 700 ações. A fortuna por ele acumulada em muitos anos de trabalho ia correr os azares da empresa do Mucuri. Nisto, como em tudo o que diz respeito a essa infeliz empresa, sobressai a boa-fé, a lealdade, o desinteresse do Sr. Otôni, e revela-se de um modo inequívoco a confiança que tinha nas vantagens futuras dessa navegação.

Os sacrifícios do infatigável diretor no fim de alguns anos acharam-se de certo modo compensados. Aquilo que há pouco não passava para muitos de um belo sonho convertia-se em realidade. O vapor sulcava as águas do rio levando o calor da civilização àquelas brenhas onde pouco antes dominavam as hordas ferozes dos giporoques. Uma bela estrada, larga e feita segundo todas as prescrições da ciência atravessava o mais espesso das matas, e mais adiante, como por encanto surgia

do meio das florestas virgens uma povoação improvisada de um dia para outro, fundada segundo o plano largo e ambicioso dos ianques. As matas onde há pouco as tribos de estúpidos botocudos exterminavam-se reciprocamente, entregues ao braço civilizado do mineiro e do colono europeu transformaram-se em belas fazendas, em ricas plantações. O comércio do norte de Minas encontrava enfim um caminho fácil e cômodo para comunicar-se com o grande mercado do Rio de Janeiro.

É realmente admirável que com o pequeno capital de 1.200 contos o diretor da companhia pudesse fazer tanto. Mais de 50 léguas de estradas regulares, sendo cerca de 30 próprias para rodagem, grande número de colonos europeus dos melhores que têm vindo ao Brasil, importantes estabelecimentos, vapores para a navegação marítima e fluvial, e muitos outros objetos que representam não pequeno valor foram obtidos com esses pequenos recursos.

No ponto em que se achava a companhia não era possível recuar. Havia ainda muito a fazer. Era necessário ligar Filadélfia com Minas-Novas por uma estrada de rodagem igual à que daquela povoação vai a Santa Clara. O Sr. Otôni meditava ainda outras muitas vias de comunicação, muitas outras obras que em pouco deviam mudar completamente a face do norte de Minas e do sul da Bahia.

Esgotados os recursos da companhia, dirigiu-se ao corpo legislativo que autorizou e garantiu um empréstimo de 1.200 contos. Já o governo havia contraído o empréstimo e a companhia recebido por conta 300 contos de réis, quando súbito mudaram-se as vistas do governo imperial em relação à empresa do Mucuri. O Gabinete de 10 de agosto de 1859 suscitou as maiores dificuldades a propósito do empréstimo, e como solução da questão passou o corpo legislativo uma lei autorizando o governo a encampar o contrato, o que se realizou em março deste ano.

Nesta última fase da existência da companhia ainda o Sr. Otôni deu provas do interesse com que procedeu nos negócios do Mucuri: não fez questão da indenização a que tinha direito pelos privilégios que cedeu à companhia.

Na administração do Mucuri o Sr. Otôni prestou um serviço relevante à causa da civilização e de humanidade: provou que os infelizes habitantes das nossas selvas não são incapazes de receber o influxo

civilizador. Nas suas relações com os selvagens só empregou os meios dignos de um probo cristão e civilizado.

Proibindo absolutamente que contra eles se empregasse a violência, afagando-os com presentes e com um tratamento humano, conseguiu domar a tradicional fereza das diversas tribos de botocudos, terror de quantos se aproximavam do centro das matas. Ficou plenamente demonstrado que o melhor sistema de catequese não é pólvora e bala como até pensam homens mais ferozes do que os selvagens.

Não é só isto. O Sr. Otôni esclareceu um ponto obscuro da história dos nossos aborígenes. Antes da descoberta do Brasil a costa de Porto Seguro era habitada por selvagens da raça dos tapuios. Muitas tribos da raça dos tupis invadiram a costa e obrigaram os antigos habitantes a internarem-se pelas matas. Os tupis, sob diferentes denominações, são os selvagens que os portugueses encontraram na costa, e com os quais contraíram a mais íntima aliança. Passados muitos anos os aimorés, abatirás, pataxós e outras tribos tapuias desceram das suas serras, acometeram os portugueses e seus aliados tupis, e instalaram-se na colônia que de rica e próspera tornou-se mineral. Desfrutaram por algum tempo a sua conquista; mas afinal, vencidos pelas forças que o governo da Bahia mandou contra eles, regressaram ao centro das matas.

A questão histórica a resolver era a seguinte: quais os descendentes atuais dos aimorés, abatirás, pataxós, etc.?

Na ausência de dados positivos supôs-se que os botocudos eram os descendentes dos aimorés. Esta hipótese não contestada ia passando como verdade histórica.

O Sr. Otôni depois de amplos e minuciosos exames chegou às seguintes conclusões: 1<sup>a</sup> Todas as tribos que habitam o vale do Mucuri pertencem à raça dos botocudos; 2<sup>a</sup> Antes destes, habitaram aquelas matas selvagens de outra raça mais civilizada, da qual restam vestígios no solo como taperas, telhas de antigas habitações, etc.; 3<sup>a</sup> Esta raça foi dizimada pelos botocudos, e seus últimos representantes, sob os nomes de malalis, maxacalis, etc., há alguns anos apresentaram-se em um quartel no Alto dos Bois, pedindo a proteção dos cristãos, que os transportaram para o Jequitinhonha onde existem aldeados; 4<sup>a</sup> Os malalis e maxacalis, mais inteligentes, mais aptos para receberem a civilização do que os botocudos, pertencem incontestavelmente à raça tapuia, e são portanto

os descendentes dos valentes aimorés. Todas as tribos de botocudos pertencem à raça estúpida dos tupis.

O Sr. Otôni aduz minuciosamente as provas destas proposições em uma interessante carta que em 1858 escreveu ao Sr. Dr. Joaquim Manuel Macedo e que corre impressa.

Os árduos trabalhos da grande empresa do Mucuri não absorviam a extraordinária atividade do Sr. Otôni. O tempo que qualquer outro consagraria ao repouso, empregava ele em assuntos do mais subido interesse social e humanitário. Eleito em fim de 1853 presidente do Monte Pio Geral, fez uma administração que por si só bastaria para fazer a reputação de um homem de inteligência superior, e de um filantropo digno da estima da humanidade. Os fundadores do Monte Pio formulando as idéias das jóias e anuidades, reguladas pela vida média dos instituidores e dos instituídos, tomaram por base o juro de sete por cento que então davam os fundos públicos. Esqueceram-se, porém, de prevenir a hipótese de uma alteração no juro e, o que é pior, não deixaram a fórmula segundo a qual haviam organizado as suas tabelas.

Logo que tomou a si a suprema administração daquele pio estabelecimento, o Sr. Otôni tratou de estudar escrupulosamente a sua organização, e chegou a convencer-se que a continuarem as tabelas existentes, dada a alteração na taxa dos juros, em um futuro mais ou menos próximo o Monte Pio não teria recursos para fazer face a todos os seus empenhos. No notável relatório que apresentou à assembléia geral dos acionistas em 1854 demonstrou que as jóias e anuidades, com os respectivos juros compostos contados até o fim da vida média dos instituidores, não perfaziam a quantia necessária para fornecer a pensão ao instituído durante a sua vida média. Demonstrado isto por algarismos, e por um processo inteiramente seu, estava descoberto o vício que poderia trazer a ruína do Monte Pio no fim de algum tempo, e ao mesmo tempo indicado o meio de prevenir a catástrofe. Ficou demonstrado que a tabela das jóias e das anuidades deve basear-se não só na vida média do instituidor e do instituído, como também na taxa dos juros. Desprezar este último elemento do cálculo seria expor um estabelecimento da maior importância social aos azares das oscilações dos fundos públicos.

O Sr. Otôni organizou novas tabelas de jóias e anuidades tendo em vista o juro de seis por cento então corrente, apresentando o

processo de que se serviu para chegar a esse resultado. Não contente com esse trabalho, organizou outra tabela para o caso de descer o juro a 5 1/2 por cento.

Para dar uma idéa da influência benéfica da administração do Sr. Otôni basta lembrar que o fundo do Monte Pio que em 1853 era de 614.000\$000, no fim de 1857 elevou-se a 1.531:000\$000. Este magnifico resultado é devido às extensas relações do Sr. Otôni e à confiança que a todos inspiravam sua alta inteligência e sua conhecida probidade.

O decênio de 1848 a 1858 foi consagrado todo à patriótica empresa do Mucuri; foi um período de abstenção política. Entretanto o lidador que se assinalara em todas as nossas lutas desde o ano de 1830, não procurava esconder nas solidões do Mucuri a memória de seus feitos, de suas opiniões de outrora. Preocupado com a idéa do grande melhoramento com que queria dotar sua província natal, e além disso bem persuadido que a mão de ferro da reação não dava respiro à opinião liberal, deixou a milícia ativa, mas conservou puras todas as crenças que desde a juventude faziam-lhe palpitar o patriótico coração.

Em 1851 chamado a tomar assento na Câmara dos Deputados como suplente pela província de Minas não aceitou o convite, resignou o lugar de deputado. Procedeu desse modo porque havia anteriormente protestado contra a legalidade da eleição dessa Câmara.

Em 1856 tratando-se de preencher no Senado as vagas deixadas pelos finados marqueses de Paraná e de Valença o Sr. Otôni e seu digno irmão o Sr. C. Otôni dirigiram ao corpo eleitoral mineiro uma circular em que insistiam sobre a opinião que em outros tempos haviam manifestado de tornar-se temporário o Senado brasileiro.

O Sr. Otôni não se apresentou candidato nessa circular; entretanto o corpo eleitoral distinguiu-o com perto de 800 votos, que o collocaram no sétimo, ou, segundo a opinião de muitos, no sexto lugar da lista sêxtupla.

Em 1859 entendeu o Sr. Otôni que era chegado o tempo de volver à vida política. Apresentou-se francamente candidato à eleição de senador a que se ia proceder em 21 de agosto para preencher a vaga deixada pelo finado barão de Pontal. Os mineiros collocaram-no no 1º lugar da lista triplíce.



A morte de Vergueiro abriu uma outra vaga no Senado. O Sr. Otôni de novo dirigiu-se aos seus comprovincianos, que lhe deram mais um testemunho do alto conceito em que o têm, elegendo-o primeiro da lista tríplice.

Não havendo sido escolhido nessa ocasião, em 28 de abril, um dia depois da publicação da escolha do Sr. Manuel Teixeira de Sousa, dirigiu aos eleitores uma circular em que declarava que não era candidato à vaga aberta pela prematura morte do Sr. Luís Antônio Barbosa.

Apesar de declaração tão explícita foi de novo oferecido em lista tríplice à escolha imperial.

Avizinhava-se a eleição de deputados gerais para a legislatura de 1861 a 1864. O Sr. Otôni apresentou-se candidato ao lugar de deputado pelo 2º distrito de Minas Gerais. A circular que então dirigiu aos eleitores, sendo uma memória completa de toda a sua vida pública, é também um dos mais interessantes documentos para a história política de 1829 até 1860. O ilustre mineiro nunca manifestou com mais brilho seu ardente patriotismo e os dotes superiores de sua inteligência. Escrita com a nobre franqueza que o distingue, em um estilo vivo e cheio de animação, essa circular foi um verdadeiro acontecimento político. Foi lida com avidez por amigos e adversários, que confirmaram a elevada opinião que formavam de seu autor.

Restituído à vida política o Sr. Otôni desenvolveu uma atividade admirável nas eleições primárias da corte. Soube despertar nas massas populares o entusiasmo pelas idéias democráticas; provou aos mais incrédulos que o povo brasileiro é essencialmente liberal, e que as urnas serão contrárias à opinião conservadora sempre que não forem prostituídas pela fraude ou pela violência.

O Sr. Otôni distingue-se pelo seu amor às letras. Os numerosos relatórios do Mucuri, a circular que temos citado, a memória sobre os nossos indígenas, e outros escritos seus provam que o ilustre patriota aprecia o belo literário e sabe aliar matérias muitas vezes áridas com uma forma agradável.

Em 1851 escreveu uma interessante *Notícia Histórica* sobre a vida do seu falecido tio, o poeta José Elói Otôni. É um trabalho sob todo os pontos de vista recomendável. É escrito em estilo singelo, dá uma informação cabal da vida do ilustre poeta, e faz sobre as suas obras

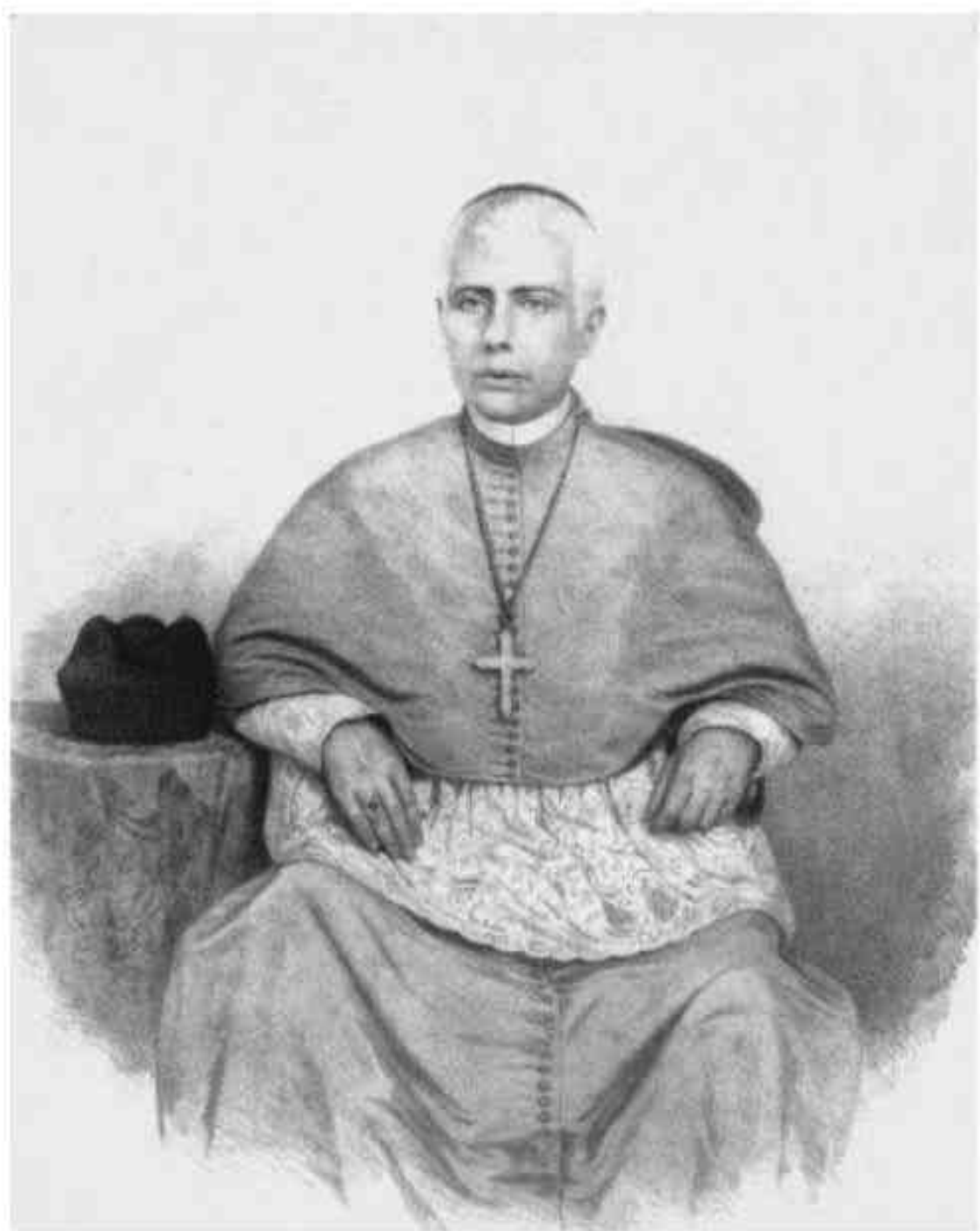
apreciações literárias de muito merecimento. A política insinuou-se no trabalho do literato. A propósito da tradução versificada dos *Provérbios de Salomão*, o biógrafo lembrou-se do – *Per me reges regnant* – famoso provérbio com que por muito tempo se escudou o direito divino. O Sr. Otôni provou que o famoso – *me* – não é pronome de – *Deo* – como queriam, mas simplesmente de – *sapientia*. Esta opinião é confirmada pela tradução de José Elói.

O Sr. Otôni é um dos mais abalizados latinistas deste país. Sua conversação e seus escritos brilham pelas felizes reminiscências clássicas com que sempre as ameniza. Na literatura latina, que conhece a fundo, acha sempre um texto que com a maior propriedade aplica à situação presente.

Quem sabe se a lição de Tácito, de Cícero, de Sêneca, de Tito Lívio com a sua narração épica das grandezas de Roma republicana não concorreram poderosamente para dar uma têmpera antiga a essa alma que foi formada para amar a liberdade?

Os inimigos do Sr. Otôni em todos os tempos fizeram-lhe crua guerra, reconhecendo-lhe porém inteligência superior e honestidade a toda prova. Seus amigos e correligionários depositam nele a mais cega confiança. O partido liberal de todo o império considera-o seu chefe. Os liberais mais esclarecidos e que desejam ardentemente que o partido se eleve à posição que deve ocupar no Brasil, lamentam que o Sr. Otôni, levado pela natural bondade de seu coração, não se resolva a dirigir o partido com mais decisão e energia.

O Sr. Otôni é atualmente o homem mais popular do império e o ídolo do partido liberal. A sua posição de chefe popular é a mais honrosa, a mais elevada que um cidadão pode ambicionar em um país livre; mas ao mesmo tempo envolve uma tremenda responsabilidade. Se o Sr. Otôni não souber usar do poder que os liberais lhe confiam; se, levado pelo receio de ofender susceptibilidades particulares, deixar de dirigir o partido como o deve fazer um chefe, o futuro lhe tomará contas muito severas.



ED. MANOEL JOAQUIM DA SILVA  
ARCEBISPO DA BAHIA PRIMEIRO DO IMPERIO DO BRASIL

*Manoel, Arcebispo da Bahia*

.....  
D. Manuel Joaquim da Silveira

Arcebispo da Bahia

O

benemérito varão que a sabedoria do governo imperial acaba de elevar à primeira cadeira episcopal do Brasil, nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro aos 11 de abril de 1807, sendo batizado na freguesia de Santa Rita nove dias depois, conforme o louvável costume de nossos maiores.

Foram seus pais Antônio Joaquim da Silveira, empregado vitalício da Casa da Moeda, e sua legítima consorte D. Maria Rosa da Conceição: pessoas recomendáveis pela rigidez dos seus costumes e prática das virtudes cristãs.

Educado por tão diligentes preceptores revelou o jovem Manuel, desde a sua primeira puerícia extrema docilidade de caráter, suma afeição aos seus progenitores, realçando essas nobres qualidades precoce talento e grande amor ao estudo.

Com grande aproveitamento, cursou as aulas de preparatórios que então existiam nesta capital, merecendo de seus mestres e discípulos os maiores gabos. Ainda em bem verdes anos havia ele terminado o curso a que então se denominava – *humanidades* – e convinha que fizesse escolha duma profissão em que pudesse ilustrar seu nome com mor proveito da pátria. Antes porém de abraçar qualquer carreira quis

seu honrado pai, com esse juízo seguro que tanto o caracterizava, que, à semelhança do que se pratica na Inglaterra, se dedicasse ele a um meio de vida que em circunstâncias aziagas lhe fornecesse o pão pelo honesto trabalho, e mandou-lhe ensinar a escrituração mercantil, habilitando-o destarte para tornar-se um distinto guarda-livros.

Perpassou nessa época pela mente do mancebo uma veleidade que poderia talvez converter-se em ardente vocação: em seus áureos sonhos apareceram-lhe os épicos vultos dos Gamas e Cabrais; julgou-se chamado por irresistível vontade do destino à carreira marítima. Objeteu-lhe seu pai as asperezas de semelhante mister, a que sua delicada e mórbida compleição se opunha; chorou a extremosa mãe lembrando-se das ausências a que seria condenada, e sentindo antecipadamente traspasar-lhe a alma o agudo espinho da saudade. Hesitou o mancebo, e como filho submisso submeteu-se à vontade paterna.

Engenhoso é o amor de uma mãe: vitoriosa D. Maria nesta primeira prova, quis assegurar seu completo triunfo, e habilmente desenvolvendo o germe religioso que desde o berço semeara no coração do virtuoso mancebo, fácil lhe foi de despertar nele a vocação para a vida eclesiástica.

Tomando resolutamente o seu partido, desta vez fervorosamente apoiado por seu pai, e matriculou-se o moço Silveira no curso teológico do episcopal seminário de S. José, deixando aí, como por toda a parte por onde passara, o sulco luminoso do seu grande talento e aplicação.

Faltava-lhe a idade legal para o preenchimento de seus anelos, e já como diácono recebia do sábio bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho o emprego de escrivão ajudante da câmara eclesiástica, e como penhor da grande confiança que em sua sisudez depositava, incumbia-o do expediente da referida câmara e do regime interno da sua casa durante uma visita que lhe fez à diocese. Do modo por que desempenhou tão honrosa comissão serve de prova a paternal afeição que lhe consagrou aquele respeitável prelado até o último instante da sua vida.

O dia 2 de maio de 1830 marcou a época mais memorável na existência do atual arcebispo da Bahia. Recebeu nele o presbiterado, tornou-se sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque. Pouco tempo depois cantando a sua primeira missa perante o venerando D. José Caetano, dizia este a dois amigos do jovem levita que enternecidamente

lhe beijavam as mãos: *Beijai-as como padre; porque não tardareis a beijá-las como bispo*. Proféticas palavras, que o céu confirmou, ou antes que as ditou.

A morte do seu protetor, ocorrida em 1833, fê-lo desejar uma posição mais estável, onde mais proficuamente se empregasse no serviço da igreja. Vagara a paróquia de N. S. da Candelária e o padre Silveira inscreveu-se como opositor a ela. Aprovado com a nota de quarenta e quatro pontos, foi pelo digno vigário capitular, monsenhor doutor Francisco Correia Vidigal, proposto em primeiro lugar. Antepôs-lhe porém a regência outro sacerdote que muito inferiormente fora classificado. Doeuse o padre Silveira da clamorosa injustiça que lhe fora feita; mas resignou-se, e aguardou melhores dias para de novo entrar no pleito, temperando cada vez mais o fino aço das suas armas literárias.

Dois anos e meio depois deste revés (a 14 de novembro de 1836) sentava-se o padre Silveira na mesa dos opositores à paróquia de Santa Rita, a cuja obtenção ligava o maior apreço, por ser aquela em que nascera, fora batizado e residira até esse dia. O mais brilhante triunfo coroou os esforços do jovem lidador: imparciais juizes marcaram-lhe setenta e um pontos, fato até então inaudito. Como era de esperar coube-lhe o primeiro lugar na proposta; e a freguesia em peso foi cumprir a seu ilustrado vigário. Esquecia-se porém a opinião pública que destarte o aclamava, que por uma das excentricidades do nosso regime político, acintosamente lhe contrariaria seu primeiro delegado, o regente Diogo Antônio Feijó! Ao distinto teólogo que acabava de fazer um exame modelo foi preferido um obscuro sacerdote que apenas pôde obter a insignificante nota de sete pontos!

Curvou-se o douto eclesiástico à vontade de Deus, manifestada na injustiça dos homens: e desistiu para sempre da vida paroquial para que se sentia bastante propenso.

Tão extraordinários haviam sido os conhecimentos revelados pelo padre Silveira em seu concurso, que o então vigário capitular, cônego (hoje monsenhor) Narciso da Silva Nepomuceno desejou incluí-lo no magistério do seminário de S. José, e obtendo a sua aquiescência, mandou-lhe passar a provisão de 13 de fevereiro de 1837, pela qual o investia do cargo de lente de teologia moral, considerada como a primeira cadeira do curso teológico. Não parou aqui o testemunho de apreço que

do saber do jovem eclesiástico fazia o distinto vigário capitular; porquanto, apesar da vacância da sé em que de ordinário se suspendem todas as nomeações que não são por sua natureza urgentes, despachou examinador sinodal ao novo lente de moral por sua provisão datada de 28 de junho de 1837.

Achava-se então à frente do seminário um ilustre eclesiástico (hoje falecido) a quem, não se podendo negar variada e sólida instrução, e exemplar comportamento, faltava contudo esse tino administrativo, esse tato de conhecer e apreciar a juventude através das suas metamorfoses. Sem querer irrogar injúrias à sua memória, faltaríamos à verdade se ocultássemos que mal dirigido estava então o seminário de S. José, e que profundos golpes havia sofrido a disciplina colegial.

A um tal estado convinha correr com pronto remédio. Lembrou-se o cônego Narciso do padre-mestre Silveira, e conseguiu pelo ascendente que sobre ele exercia, vencer as repugnâncias próprias de um homem que sentia deixar o lar doméstico, a pacífica sociedade de seus livros, para arrostar com os incômodos e dissabores de uma complicada administração. A 10 de setembro de 1838 lia-se em ato de comunidade a provisão pela qual era o lente de teologia moral nomeado reitor do seminário de S. José do Rio de Janeiro.

Sem vexar pessoa alguma aumentou consideravelmente as rendas do estabelecimento elevando-as quase que ao duplo, reparou toda a capela, e fez um novo e higiênico dormitório. Foram estas as principais vantagens materiais que do seu regime se colheram: quanto às morais perguntai-o aos seus numerosos discípulos, aos que tiveram a fortuna de viver no seminário, ou freqüentar suas aulas durante o seu reitorado, e todos *una voce dicentes* vos dirão:

"Foi um pai extremoso, amigo, protetor dedicado, mestre esclarecido, de cujos lábios destilava a ciência com essa fluidez, com essa elegância, com essa natural eloqüência que mereceram a Xenofonte o título *d'abelha ática*. Pendentes de seus lábios esquecíamos o tempo e por vezes vinha a noite surpreender-nos sem que nos tivéssemos apercebido."

Logo que cessou a proibição imposta na lei da regência de prover os benefícios canonicais, foi o padre-mestre Silveira honrado com uma prebenda na nossa catedral e capela imperial por decreto de 2 de dezembro de 1839.

No seguinte ano, havendo findado a viuvez da igreja fluminense, e sentando-se na cadeira dos Desterros, Guadalupes e Mascarenhas, o virtuoso e sábio D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, foi confirmada por este a nomeação de examinador sinodal, feita durante a vacância da sé, em favor do cônego Manuel Joaquim da Silveira.

A severidade dos seus estudos, os cuidados de administração do seminário, ainda aumentados pelos ônus canonicais de que não pediu dispensa, ainda que tivesse em seu favor o direito, agravaram as enfermidades que habitualmente padecia, e puseram em risco a sua preciosa existência. Havendo conseguido a perícia dos seus hábeis médicos debelar a terrível enfermidade que o acometera foi, por conselho destes, convalescer num dos mais pitorescos arrabaldes do Rio de Janeiro. Mal pensava ele que nessa Tebaida ir-lhe-ia procurar a mais honrosa e delicada comissão que pode um sacerdote receber do seu governo. No dia 16 de fevereiro de 1843 era comunicada ao cônego Silveira a sua nomeação de capelão de S. M. a Imperatriz, a Sra. D. Teresa Cristina, cujo consórcio com o Sr. D. Pedro II acabava de celebrar em Nápoles o conselheiro Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cairu.

Não lhe permitia seu estado de saúde o empreender tão longa viagem: imolou porém o cônego Silveira seus cômodos, quiçá a própria existência, ao desejo do monarca que de tal modo o distinguiu, aceitou a nomeação e em poucos dias preparou-se para seguir na expedição, composta da fragata *Constituição* e das corvetas *Dois de Julho* e *Euterpe*, que a 5 de março de 1843 desfraldava as velas aos ventos, orgulhosa do seu destino.

Chegando à capital das Duas Sicílias apresentou-se ao rei Fernando II, que apreciando devidamente suas luzes e ameno trato, condecorou-o com a cruz de cavaleiro da Ordem de Francisco I.

Devera a esquadilha brasileira demorar-se alguns dias em Nápoles, e aproveitando-se desta feliz oportunidade o cônego Silveira, sempre ávido de instruir-se, deliberou de visitar a capital do orbe católico. Posto que mais penosa, era a viagem por terra mais rica em observações, mais sítios notáveis tinha que percorrer. Deu-lhe portanto preferência. Visitando o túmulo de Virgílio, em Pausilipo, recordou-se da sua infância, das graciosas imagens colhidas as páginas da *Eneida*, ou das *Geórgicas*, e que tanto contribuíram para despertar-lhe o sentimento do belo. Atravessou o Garigliano em sua majestosa ponte suspensa, viu



Gaeta, a Sebastopol do Mediterrâneo, e em Fondi contemplou a modesta câmara em que por largos anos residiu um dos mais assombrosos gênios da Idade Média, o nunca assaz admirado Santo Tomás de Aquino.

Acordou de suas graves cogitações a voz do *vitturino* que bradava: *Si vede Roma, Roma la Santa*. E de fato a viúva dos Césares se mostrava indolentemente reclinada sobre as suas sete colinas, e banhando seus pés nas *fulvas águas* do Tibre.

A narrativa dessa piedosa excursão acha-se estampada na *Minerva*, revista literária que nessa época redigiam alguns amigos seus, e forma um dos mais belos trechos dessa preciosa coleção.

De volta ao seu pátrio Rio reassumiu no dia 1<sup>o</sup> de outubro do dito ano o exercício dos seus empregos com suma satisfação dos seus discípulos e subordinados.

Acabara de firmar-se, depois desta nova prova, a sua reputação de ciência e probidade; e o governo imperial aquilatando devidamente o grande serviço que acabara de prestar-lhe, galardoou-o com a comenda da Ordem de Cristo por decreto de 14 de março de 1844.

Posto que mui restrito esteja hoje o foro eclesiástico, importantes são ainda nele as funções de promotor; e por morte do último serventário lembrou-se o nosso santo prelado de cometê-las ao digníssimo reitor do seminário episcopal de São José mandando-lhe passar a sua provisão de 20 de setembro de 1845.

Um ano depois elevava-o o imperante à categoria de mosenhor da catedral e capela imperial do Rio de Janeiro, honrando-o com a carta de conselho nos últimos dias do mês de janeiro de 1847.

O tato governativo que revelara na gestão do seminário indigiu-o ao governo para colocá-lo na administração interna dessa mesma catedral de que fora nomeado uma das dignidades. No exercício de inspetor e fabriqueiro de que lhe investira o decreto de 15 de outubro de 1849, prestou o mosenhor Silveira verdadeiros e reais serviços, sendo entre outros digno de especial comemoração a maneira enérgica e acertada com que dirigiu as obras da mesma capela, que por uma estranhável negligência quase que tocara à sua completa ruína.

Mencionemos aqui um fato que muito abona os sentimentos patrióticos e estéticos do mosenhor Silveira.

Todos sabem que no altar-mor da capela imperial existe um riquíssimo painel do nosso famigerado pintor José Leandro, representando el-rei D. João VI e toda a sua augusta família ajoelhados aos pés de Nossa Senhora do Carmo; mas o que alguém talvez ignore é que na quadra vertiginosa que se seguiu à revolução de abril, julgou-se *patriótico* cobrir com uma espessa camada de tinta as régias personagens que ali se achavam figuradas. Reparando a igreja entende o inspetor que devera também reparar a injustiça; chamou hábil artista que restaurando o quadro restituiu aos fluminenses um monumento da piedade do seu bondoso rei, um legado do amigo de Valentim e de José Maurício.

Cumulado de honras, fruindo da geral estima dos seus concidadãos, nada mais ambicionava monsenhor Silveira. Havia porém se tornado muito notável para viver na penumbra em que estava; seus dias pertenciam à religião e à pátria. Sabido é o particular cuidado com que o imperador provê a todas as vacâncias de bispados, demorando-as às vezes anos em busca de algum sacerdote que lhe pareça reunir os predicados tão difíceis de possuir. Viúva achava-se a sé do Maranhão pelo passamento do doutíssimo D. Fr. Carlos de São José e Sousa que expirara entre a cruz e o evangelho. Por esse dom singularíssimo que possuem as almas elevadas de discernir o bem, compreendeu o monarca brasileiro que ninguém melhor do que o ilustrado e virtuoso monsenhor-reitor poderia preencher o vazio deixado pelo sábio cenobita pernambucano.

Como a explosão outrora do Vesúvio que de lavas inundou os tetos de Herculano e Pompéia, veio o decreto de 5 de maio de 1851 surpreender monsenhor Silveira quando vislumbrava num próximo futuro as venturosas veigas do descanso. Força foi aceitar, porque, como há pouco dissemos, tal homem não tinha direito de se pertencer.

Conhecido pessoalmente pela mor parte dos membros do sacro colégio, e instruído o seu processo com os mais lisonjeiros documentos, fácil foi a sua confirmação, proclamada no consistório secreto de 5 de setembro do referido ano: sendo a 25 de janeiro seguinte sagrado na capela imperial pelo seu íntimo amigo e bispo-conde de Irajá, assistido pelos monsenhores Nepomuceno e Fernandes da Silveira.

Havendo tomado posse do bispado de São Luís do Maranhão por intermédio do seu procurador, o cônego mestre-escola Luís Raimundo da Costa Leite, no dia 30 de janeiro, deixou a 25 de março

as plagas guanabarenses, saudando a 6 de abril a donosa filha de La Lavardière, a quem porfiosamente galanteiam o Pindaré, o Itapicuru e o Mearim.

Já tinha a diocese do Maranhão bispo, faltava-lhe porém catedral. Dois raios caindo sobre a torre do majestoso templo construído pelos jesuítas e consagrado a Nossa Senhora da Vitória, haviam-no consideravelmente arruinando, tornado-o incapaz de nele serem celebrados os officios divinos. Funcionava o cabido na pequena capela de Nossa Senhora do Rosário, e paradas estavam as obras da sé por esgotada achar-se a exígua consignaço que para ela fora votada na lei de orçamento. Magoou semelhante estado de abandono ao piedoso coração do virtuoso prelado, e mandou que, sob a sua responsabilidade, fossem continuadas as obras, logrando a satisfação de ver restaurada a principal igreja da cidade de São Luís, benzendo-a solenemente e para ela transferindo a sua cadeira no dia 9 de maio de 1854, com extremo júbilo dos bons maranhenses. Não podia deixar de merecer a aprovação do governo imperial o religioso procedimento do zeloso bispo; e de fato deu-lhe sua aquiescência mandando que fossem pelos cofres gerais pagas as despesas.

Não correspondia porém a decoração interna do templo à sua beleza externa: assim pois pensou D. Manuel Joaquim da Silveira em reparar esta falta obtendo do 1.<sup>o</sup> vice-presidente da província, o Dr. João Pedro Dias Vieira, a autorização para despende com essas obras a quantia de seis contos que foram mandados entregar-lhe pelo conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, que na cadeira presidencial do Maranhão nessa época sentava-se.

Satisfeita essa primeira necessidade estendeu o bispo suas perpicazes vistas a outros objetos de suma importância, como v. g., a reparação das matrizes, que pela mor parte caíam em ruínas, e a educação moral e intelectual do clero, que por causas que são alheias ao nosso assunto, tinha sido desprezada. Conhecendo a falta que havia na província do Piauí de sacerdotes filhos do país conseguiu da respectiva assembléa provincial a consignaço de fundos no orçamento para que fossem alguns mancebos pobres fazer seus estudos eclesiásticos no seminário do Maranhão. Desta sábia medida começava a colher vantajosos resultados quando foi removido para a sé arquiépiscopal da Bahia.

Havendo despendido grande parte da sua vida no ensino e direção da juventude cuidou o novo bispo em organizar o seu seminário sobre bases sólidas e proficuas; e, sendo no seu nobre empenho auxiliado pelo governo imperial, criou mais cadeiras, provendo-as com pessoas dignas de tão difícil missão. Acanhado porém era o espaço em que funcionava o antigo seminário, não podendo caber aí os novos obreiros chamados para a vinha do Senhor. Proveu o diligente prelado a esta deficiência alcançando do guardião do convento de Santo Antônio a cessão de um belo dormitório, a que mais tarde adicionou outro com os meios pecuniários que foram fornecidos pelo governo imperial. Graças pois aos seus esforços possui hoje o Maranhão um espaçoso seminário edificado com todas as condições higiênicas tendo um belo jardim para recreio dos alunos.

Quando se achava D. Manuel Joaquim da Silveira todo entregue ao ministério pastoral, recebeu o honroso convite, que conjuntamente com o arcebispo metropolitano D. Romualdo Antônio de Seixas, lhes fazia a Santa Sé de irem a Roma assistir ao concílio que para aí convocara o SS. Papa Pio IX para ser definido o dogma da Imaculada Conceição da Virgem Santíssima, com recomendação expressa de seguirem para a capital do catolicismo embora terminado estivesse o concílio. Dispunha-se para obedecer a tão invejável chamado, quando lhe chegou a ordem de S. M. o Imperador para que se deixasse ficar em sua diocese, visto ser absolutamente impossível estar em Roma no dia 8 de dezembro desse ano (1854) em que devera abrir-se o concílio.

Indenizou-se o bispo do Maranhão de sua falta de comparecimento pela solenidade com que festejou no ano seguinte e no próprio dia a declaração do concílio, mostrando destarte a sua ardentíssima fé por tudo quanto se refere à rainha dos anjos.

Como pai extremoso anelava D. Manuel por conhecer todos os filhos; e desde o momento em que pisou o solo de seu bispado tencionou seguir a trilha dos Bartolomeus dos Mártires, dos Cartanos Brandões, e do seu virtuoso mestre na vida episcopal D. José Caetano da Silva Coutinho.

No intervalo de nove anos em que administrou a igreja maranhense fez seis visitas: derramando por toda a parte o bálsamo das consolações, semeando a palavra do Evangelho.

Foi a cidade de Alcântara a primeira localidade da província (à exceção da capital), que se honrou com a sua presença, chegando a ela no dia 30 de setembro de 1852, e fazendo a sua solene entrada a 2 de outubro. Características são as palavras com que abriu a visita: "Jesus Cristo tinha morrido no alto do Calvário com as costas viradas para este povo deicida que o tinha abandonado com os braços abertos, e a face voltada para o meio-dia do mundo. É vós, meus amados filhos, que Ele chamava, é em seu nome que hoje apareço no meio de vós. Preposto pelo Espírito Santo para reger parte do rebanho que Jesus Cristo adquiriu com o seu precioso sangue, vim para chamar aos pecadores, para curar a enfermidade de suas almas, porque os que estão bons não têm precisão de médicos. Assim como ele ouviu o ladrão, e perdoou a adúltera, também eu venho ouvir os pecadores, absolver seus pecados, e absolver a seus delitos."

Infrutíferos não foram estes conselhos, dignos por sua unção de um Basílio, de um Gregório de Nazianzeno, em 10 dias em que se demorou S. Exa. Revma. em Alcântara, novecentos e quatro pessoas se confessaram, e duas mil, cento e oitenta e seis receberam o sacramento da confirmação.

Infatigável atleta da Igreja apenas repousou do seu labor eis que empreende de novo a mais penosa viagem partindo a 22 de dezembro desse mesmo ano para a vila de Turiaçu, a bordo do brigue escuna *Andorinha*. É esta a última freguesia da diocese de São Luís pelo lado do norte, sendo fronteira com a do Pará. Incômodo foi o trajeto em razão do rijo vento que encrespava as águas do rio, obrigando a adernar quase que constantemente a embarcação apesar de ser alterosa para aquelas paragens. No dia 25 de dezembro em que a Igreja celebrava o nascimento do Homem-Deus chegou o bispo ao aprisco destas suas tão remotas ovelhas, que por tal modo o prezaram que havendo de retirar-se foi acompanhado em hora adiantada da noite pelas pessoas mais gradas do lugar, inclusive grande número de senhoras.

Regressando desta última visita foi acometido em Alcântara de uma violenta febre que tomou o caráter maligno: em iminente perigo estiveram seus dias: o Céu porém ouviu as preces dos seus extremos diocesanos, e o pastor foi conservado ao rebanho.

Não se arrefeceu o zelo apostólico do ilustre varão com esta rude prova: e poucos meses depois ei-lo que afrontando o terrível *Boqueirão*, tão

célebre nos fastos marítimos da província, vai pelo Itapicuru abaixo de mandar novas almas para o céu, conquistar novos corações para a fé.

Como sempre *pertransivit benefacienda*, crismou no Rosário duas mil, trezentas e doze pessoas, batizou a vinte e quatro crianças, fez catorze casamentos, retirou-se aconselhando aos pais de família a educação religiosa de seus filhos, fâmulos e escravos; passou, como celestes mensageiro, pela freguesia de Nossa Senhora da Lapa, e em Itapicurumirim, onde sua presença é festejada com três dias de luminárias; veio um ataque de febre intermitente interromper o curso de suas visitas, obrigando-o a voltar à capital.

Não sossegava o ânimo do prelado maranhense, enquanto houvesse um só sítio do bispado a que não tivesse levado o alimento da palavra evangélica. O que eram as fadigas, e até as moléstias para reter o seu espírito amante e inflamado pelas chamas da fé? Anelavam por conhecê-lo os povos do interior da ilha do Maranhão; e a 27 de dezembro de 1850 apresenta-se inopinadamente na freguesia de Vinhais, donde depois de cumpridas as formalidades do costume, encaminhou-se para a vila de Paço do Lumiar, contemplando o majestoso panorama que a seus olhos se desdobrava.

Comovido pelos testemunhos de amor e veneração que lhe votaram os ingênuos habitantes dessas brenhas, escreveu o virtuoso bispo em seu itinerário estas tocantes palavras: "Sensibilizou-me excessivamente o empenho que fazia este povo simples em me obsequiar, ofertando-me qualquer coisa que proferisse, e que eu recebia com mais complacência do que se me oferecesse os aromas preciosos, o ouro puro de Ofir, e as pérolas mais finas do Oriente: estes são os dons da riqueza, aqueles do coração."

Na sua visita à vila de Viana, empreendida em fins do ano de 1857, correram seus dias extremo perigo, encalhando o barco que o conduzia numa das coroas do porto, e escapando de ser vítima do majestoso e terrível fenômeno conhecido pelo nome de *pororoca*.

Prende-se à história desta excursão um fato que eminentemente honra o respeitável antístite: queremos falar da sua visita aos presos da cadeia, exortando-os ao arrependimento e rociando suas palavras com o orvalho de caridade. Nem menos patética foi a sua entrevista com os lázaros, cujo hospital cuidadosamente percorreu, consolando-os em seu infortúnio e conjurando-os a suportá-lo na graça do Senhor.

Foi a última das suas visitas a da província do Piauí que, como se sabe, faz parte integrante da província do Maranhão. Para ela saiu a 10 de outubro de 1859, regressando a 27 de janeiro seguinte. Nesses três meses e 17 dias fez D. Manuel Joaquim da Silveira todo o bem que era possível fazer: provou praticamente a excelência da religião católica e ditou pela sua edificante conduta um hino de entusiasmo e gratidão aos moradores das margens do Paranaíba, que perene lembrança guardaram do seu santo prelado.

Estranho à política, era benquisto por todas as parcialidades: compreendendo que o bispo deve ser unicamente bispo, declinou da honra que lhe queriam fazer elegendo-o deputado à assembléa geral legislativa; e pediu humildemente exoneração do cargo de primeiro vice-presidente da província para que fora nomeado.

Inteiramente identificado com o interesse das suas ovelhas, não curava o diligente e zeloso pastor de apartar-se do meio delas, quando um acontecimento imprevisto obrigou-o a levar algures sua missão apostólica. Falecera o venerando marquês de Santa Cruz, e a nenhum outro eclesiástico julgou o Imperador que melhor caberia a mitra arquiépiscopal da Bahia do que ao virtuoso prelado maranhense.

Era este um fato virgem em nossa história eclesiástica: nenhum bispo brasileiro havia ainda sido transferido duma sé para outra, nenhum acesso julgava-se possível no episcopado; assim procedendo firmou o governo um precedente de grande utilidade, porquanto convém que, à imitação do que se pratica nos demais países católicos, sejam os bispados de maior importância administrados por quem possuir o tesouro da experiência, devendo ser o lugar de arcebispo a recompensa do que melhor desempenhar o ano pastoral.

Geralmente aplaudida foi tão acertada escolha, ainda mesmo por aqueles que com ela iam ser privados de sua solicitude.

O decreto de 5 de janeiro de 1861 foi para D. Manuel Joaquim da Silveira novo testemunho do subido conceito que de suas muitas luzes e raras qualidades faz o monarca brasileiro: é mais uma prova do que já dissemos que a sua vida não lhe pertence. Com as lágrimas nos olhos por apartar-se de sua família adotiva, pegou da pena para escrever ao ministro significando-lhe a sua completa obediência às deliberações que a seu respeito se dignasse de tomar o governo.

Preconizado no consistório de 19 de março do corrente ano, foram expedidas as competentes bulas a 22 desse mesmo mês: achando-se destarte canonicamente alçado à primeira dignidade eclesiástica do Brasil. Como testemunho da grande afeição que sempre votara à igreja maranhense doou S. Ex<sup>ã</sup> Revma. à sua antiga catedral os paramentos pontificais que, à sua custa, comprara.

Doloroso lance foi a despedida do novo arcebispo das suas antigas ovelhas, e nos anais do Maranhão ficaram registradas as bênçãos que em prol da sua prosperidade lhe endereçaram todas as classes da população: porque todas dele haviam recebido finezas.

Conhecido em todo o Brasil, seu nome havia-o precedido na Bahia, onde triunfante foi a sua entrada; congratulando-se os briosos habitantes desta heróica província pela acertada sucessão que tinha o marquês de Santa Cruz.

Recebendo o pálio das mãos do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, e assumindo as rédeas da administração diocesana, dispôs-se o arcebispo a vir ao Rio de Janeiro beijar a munificente mão que incessante se tem mostrado em beneficiá-lo. Confiado o regime da igreja ao deão do cabido, embarcou-se para esta capital onde os seus numerosos amigos e admiradores tiveram ocasião de exprimir-lhe verbalmente o júbilo de que se achavam possuídos.

Pomos aqui termo à nossa pálida narrativa, desejando a S. Ex<sup>ã</sup> Revma. longos dias de vigorosa saúde, e ocasiões em que possam sua piedade, saber e zelo ser postos em relevo.





VISCONDE DE SPETHIA

*Visconde de Spethia*

.....

*Visconde de Sepetiba*

**A**ureliano de Sousa e Oliveira Coutinho nasceu na província do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1800 e foi batizado na freguesia de Itaipu. Seu pai, o coronel do imperial corpo de engenheiros, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, deixou seu nome gloriosamente estampado nas diversas obras que ainda avultam na corte e província do Rio de Janeiro.

Veio da serra da Estrela e freqüentou o seminário de S. José com tal aproveitamento e siudez, que o reverendo professor régio, João Batista Soares de Meireles, dedicou-lhe uma dessas afeições que honram tanto o indivíduo que as merece, e que nunca diminuiu até à morte, que há pouco foi, daquele perito latinista. Deviam os elogios do severo padre-mestre ser-lhe mais lisonjeiros do que o entusiasmo público que tanto realce deu à sua carreira administrativa. Assim pensamos, porque a multidão é menos poderosa do que se julga, mesmo no reinado das maiorias: as massas nunca julgam por si: por isso tal sufrágio apenas embriaga; mas o dos homens superiores deve encher-nos de legítimo orgulho.

Em seguida matriculou-se na Academia Militar, onde sobejamente patenteou sua bela inteligência, e obteve em dois anos consecutivos o primeiro prêmio. Daí partiu para Coimbra, em cuja universidade se formou em Direito.

El-Rei D. João VI concedera uma limitadíssima pensão com a expressa cláusula de que ele se formasse em ciências naturais. O favor do rei não teve lugar, pois que o futuro estadista preferiu as ciências jurídicas e sociais.

De volta ao Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I houve por bem despachá-lo para S. João d'El-Rei e Ouro Preto, onde serviu os cargos de juiz de fora e de ouvidor, e de tal sorte se conduziu que quando partiu para a corte a tomar assento na câmara como deputado à assembléia geral, um concurso extraordinário de bons cidadãos o acompanhou longe com demonstrações inequívocas de muito pesar por sua ausência, e numa despedida por escrito com cerca de 600 assinaturas nota-se este eloqüente período: "Ide coberto de bênçãos, homem probó e leal; a pureza da vossa consciência granjeou-vos um título glorioso; bem sabeis que vos chamais aqui – o juiz reto".

Em S. João, em Ouro Preto, como em todos os lugares onde ele esteve, revelou seu gênio criador, seu inaudito amor ao trabalho e o gosto de bem-servir a sua pátria. Tentou estabelecer ali uma biblioteca pública, pois que a instrução de seus concidadãos lhe mereceu constantemente particular atenção. Por mui atiladas medidas fez entrar para o tesouro nacional grossa soma de dinheiros transviados e considerados perdidos: serviço eminente que freqüentes vezes repetiu com imenso tino nos diversos cargos que ocupou.

Sabe-se que o augusto fundador do império indagava minuciosamente da conduta de seus súditos por ele incumbidos da distribuição da justiça. Ouvindo a todos render encômios à inteireza, prudência, zelo e virtudes daquele seu despachado, não ocultou o seu contentamento, fê-lo cavaleiro do hábito de Cristo, e quando como deputado à assembléia geral tornou a vê-lo na corte, o nomeou presidente da província de S. Paulo, então abalada por estranhas comocões e em perigosa fermentação. Ninguém ignora como esse digno presidente conseguiu apaziguar a província. Nesse tempo deu-se o fato da abdicação e saída do primerio imperador! O Sr. Aureliano de modo algum, nem indireta nem diretamente, concorreu para tais sucessos. Deixou em S. Paulo intensas amizades, pois era privilégio seu fazer-se amado de quantos o conheciam, e o dia de sua retirada foi um dia de tristeza.

Em seu regresso à corte foi logo procurado para desempenhar com sua costumada perícia e honra os lugares de juiz de órfãos, intendente-geral da polícia e desembargador. Com grande e espontânea votação foi novamente eleito deputado à assembléia geral legislativa. De 1832 a 1836 serviu os cargos importantíssimos de ministro e secretário de estado dos negócios da Justiça, de ministro do Império e de ministro dos Negócios Estrangeiros. Nessa quadra sobretudo, em grandioso relevo aparecem hercúleos, memoráveis serviços feitos à sua pátria, à monarquia e à sociedade. Opôs-se com energia à restauração, porque entendeu muito bem que esse movimento revolucionário traria a destruição do trono do Sr. D. Pedro II. Zelou noite e dia com incrível vigilância e sabida dedicação, toda a infância do monarca, a quem votou sempre do fundo do coração o mais sagrado e respeitoso amor. Procurou com afortunado acerto para tutor de S. M. I., o nobre marquês de Itanhaém, para seu mordomo o conselheiro Paulo Barbosa da Silva, para seu mestre o ilustrado Sr. D. Fr. Pedro, bispo de Crisópolis. Embalde cartas anônimas indicavam-lhe que se erguia contra ele o punhal dos demagogos e sicários, embalde uma falange repulsiva uivava cantos de morte sob suas janelas, com imperturbável serenidade e, circumspecto vigor suspendeu as convulsões da anarquia, destruiu os facinoras audazes que assoberbavam a capital e seus subúrbios, aniquilou as facções, restabeleceu a ordem tão profundamente comprometida, e conseguiu firmar a unidade dos espíritos em redor do trono, então como hoje, salvação do império. Inúmeros, indestrutíveis documentos abundam que comprovam tantos e tão reais serviços. Sem dúvida há de recolhê-los do pó das secretarias a mão piedosa de alguns dos seus descendentes. E convém relatar que um dos seus mais ilustres adversários, o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, disse, com seu espírito lógico, e reconhecendo tais esforços enfim coroados de felicíssimo êxito, que o Sr. Aureliano gravara seu nome na base da nossa monarquia.

Então, depois de haver, por assim dizer, organizado de novo nossa sociedade, dilacerada por violentos embates, fez surgir como por encanto essas obras magníficas e de transcendente mérito: os ônibus, a casa de correição, o monte pio, a caixa econômica, a nova Carioca, a introdução do gelo no país, a destruição dos moedeiros falsos, dos jogos ilícitos nos lupanares, muitos benefícios à instituição liberal da Guarda

Nacional, ao corpo de permanentes, impulso da navegação a vapor entre as províncias, etc. Já nesse tempo, providente como era, ocupava-se muito da nossa colonização, como prova sua correspondência para Bremen e o Grã-Ducado de Hesse Darmestadt. Fez com uma nação amiga um dos nossos melhores tratados; escreveu e publicou nessa ocasião o regimento de nossas legações, e buscou dar garantia e estabilidade ao nosso corpo diplomático. Um bom sistema de viação, canalizar nossas águas, tornar navegáveis nossos rios, franquear nossos portos, desenvolver e sustentar a indústria, a agricultura, as artes eram sua ocupação favorita, e em tudo isso deixou vestígios de seu elevado espírito. Quis mudar para o vasto terreno ao lado direito do Aterrado, o Passeio Público, e do lado esquerdo, pela frente da correição, cavar um grande canal que findasse no campo de Santana, senão na praia em face do Mercado, devendo erguer-se no lugar do Passeio a Câmara dos Deputados, e ficar a academia de medicina no paço da dita Câmara, e assim perto da Misericórdia por causa da clínica e das autópsias. Seu afastamento do ministério sufocou esses e outros projetos de vital interesse e beleza para o nosso país. Nunca o viram inocupado, pois nada lhe era mais insuportável do que a ociosidade. Todavia, seu acrisolado patriotismo, a tenacidade em tão sérias e árduas tarefas, que demandavam incessantes vigílias, arruinavam-lhe pouco a pouco a robusta saúde.

Todos sabem que o senador Diogo Antônio Feijó instara com ele para que ficasse na regência em seu lugar; todos sabem como o sr. Aureliano eximira-se desse brilhante posto. Cheio de modéstia, ardia, sim, em desejos de bem-servir sua pátria, mas preferia como Cincinato, como Washington, o sossego que tanto agrada, após tormentosas lidas, aos homens virtuosos. Quando ia deixar o ministério, e já assim o participara aos seus amigos, recebeu a melhor recompensa de seus valiosíssimos trabalhos. O estimável e erudito Francisco Ramiro de Assis Coelho, ocupando a tribuna, no meio de um religioso silêncio exclama: "O Sr. Aureliano dentro e fora da Câmara é o melhor cidadão! São muitos e de imensa importância os seus serviços; estão aí bem patentes; e praza a Deus que não nos esqueçamos nunca, nós todos brasileiros, de apreciar e respeitar tão benemérito cidadão!". A Câmara dava pleno assento às palavras arrebatadoras de um homem independente e sensato, e assim

agradecia o incansável ministro. Nessa mesma data S. M. o rei dos belgas conferia-lhe a Grã-Cruz da Ordem Real de Leopoldo I.

Aureliano saiu triunfante dessa luta formidável. Acabava de consolidar e manter a ordem material, a autoridade das leis, a ação da administração, de fazer enfim reconhecer pelo mundo o nascente governo do atual imperante. Quis por alguns momentos descansar; seu laborioso espírito vedava-lhe esse gosto. Em sua tranqüila residência, que então era no Engenho Velho, ainda acuradamente atentava os meios de promover a indústria e a fortuna geral. A diminuição dos impostos, a conversão da dívida estrangeira, os favores à agricultura, o engrandecimento da nossa marinha foram motivos que prenderam sua atenção, produzindo idéias úteis que nos teriam adiantado se entre nós houvesse antes política do que intriga. Angustiado como bom brasileiro pelos estragos causados pela seca no Ceará, elaborou um projeto curioso por seu interesse e magnitude, para que se rompendo a serra de Borborema viesse um braço fertilizador do rio S. Francisco estender-se pelos plainos dessa desditosa província. Desconhecidas suas intenções, consolou-se, entendendo-se com o seu amigo o Rev. cônego Januário da Cunha Barbosa e o sábio visconde de S. Leopoldo acerca do Instituto Histórico.

Entretanto, uma imprensa ardente aticava o fogo das paixões subversivas e belicosas, e por cúmulo de dificuldade havia em quase todos os espíritos "desconfiança", em quase todas as coisas "incerteza". Súbito os olhos, fitaram-se no homem vigilante pela segurança nacional, e que pusera o Brasil ao abrigo de um cataclismo temível pelas exaltações, então em moda, apologísticas da revolução francesa. Havia uma verdadeira simpatia para com o indivíduo experimentado que restaurara o crédito, garantira a ordem pública, e dera à autoridade sua justa ascendência. Aureliano, com o poderio de um grande caráter, exercia em torno de si a autoridade que dá a razão e o sangue-frio. Suas palavras, sua conduta enérgica, sua atitude, enfim, acham-se pintadas na eloqüente expressão de um heróico pernambucano: "Aureliano foi o Aquiles da maioridade!". Com efeito, pesaroso ao aspecto dos negócios públicos, ele repetia incessantemente aos seus amigos que só na frente imperial do moderno Trajano enxergava realizado o sonho eterno dos melhores corações -- a justiça chamando a si todos os efeitos e desejos. Depois, como

relator da comissão de resposta à fala do trono, Aureliano expressou-se assim: "Senhor, a Câmara vê com infinito prazer aproximar-se a época feliz em que V. M. I., assumindo as rédeas do governo, vai tornar venturoso e firme este belo país". Longo, acalorado debate seguiu-se do qual foi o triunfo a declaração entusiástica da maioridade.

O jovem imperador subiu ao trono rodeado de um prestígio imenso, devido às suas qualidades pessoais. Dotado de uma vasta inteligência, de uma bondade cheia de atrativos, de uma perspicácia rara, conhecendo os homens à força de estudo e de lembrada experiência, apreciando e galar-doando o mérito com particular satisfação, dir-se-ia a tutelar divindade da terra da Cruz. Hoje a vida do imperador está cheia de "meritórios fatos que hão de fulgurar com inaudito brilho nas páginas de sua história; mas o que era sobremodo notável no princípio de sua carreira pública era o zeloso cuidado que sempre manifestou de manter sua dignidade pessoal; era o sentimento consciencioso de sua responsabilidade moral, mesmo quando presidia seu imperial conselho; era, enfim, a idéia que involuntariamente deramava ao redor de si, de sua superioridade natural. Por toda a parte onde aparecia inspirava de pronto a crença de seus grandes destinos. A S. M. o Sr. D. Pedro II cabe de há muito a glória, conservando-se Chefe do Estado e nunca chefe de um partido, de resolver o difícil problema do governo de um povo livre. Um exemplo recente caracteriza seu pensamento benigno e generoso coração. Quando se deu o cômico sucesso de uma câmara sem um só representante da opinião popular e nacional, foi S. M. I. o primeiro que sinceramente se afligiu e mostrou a flagrante violação do princípio elementar, comum e histórica origem da liberdade moderna. Reunindo, pois, em seu gabinete, em 1840, estadistas de opiniões talvez opostas deram ao monarca o exemplo desse gosto pelos homens superiores, que às vezes falta aos mesmos homens superiores, e dessa alta imparcialidade que, longe de isolá-la, de quebrantá-la, aproxima, liga as influências aos talentos. Foi de tal sorte, e fazendo sua vontade, que o imperador assegurou a liberdade do país. O Sr. Aureliano foi o escolhido para ministro dos Negócios Estrangeiros.

Ele aceitou essa missão com o sentimento de um dever sagrado, com a coragem de um grande coração; porque era daqueles que não sabem aceitar a honra da confiança do príncipe senão depois de certificarem-se dos meios de tornarem-se digno dela. O imperador, a quem

nem de leve incomodavam os sacrifícios inseparáveis de sua alta posição; o imperador, que fixara sobre a Pátria um olhar atento, e seguia com muita solicitude o curso dos negócios públicos, teve azada ocasião de conhecer de perto seu distinto ministro, sincero e leal; por sua munificência nomeou-o cavaleiro do Hábito da Rosa, oficial da Ordem do Cruzeiro, seu camarista, e aprovando uma eleição popular, senador do império. Ao mesmo tempo, alguns soberanos estrangeiros enviavam-lhe também distinções honoríficas. Com o preciso desvelo tratou do casamento de SS. MM. II. o Sr. Aureliano, e todos sabemos quanto é merecidamente adorada a excelsa Sr<sup>a</sup> Imperatriz D. Teresa Cristina de Bourbon. Sem quebra dos brios nacionais sustentou nossas boas relações com as potências européias; contribuiu com seus colegas para exterminar a rebelião de 1842 e a guerra civil que devorava o Rio Grande do Sul; reformou com aplaudido cuidado a secretaria do estado dos Negócios Estrangeiros, e no meio de imensos, variados trabalhos, esforçou-se para que o Império tomasse, na América Meridional, a supremacia a que tem direito, e consequentemente adotou para com as repúblicas conterrâneas a política mais sensata e de evidentes vantagens.

"A paz do Brasil, afirmava ele, depende da sua prudência, e a política que o pacifica interiormente é também a única que o garanta no exterior. Defensiva e conservadora, tal é, tal será minha marcha". Muitos meses depois, por uma coincidência rara, Palmerston expendia no parlamento britânico a mesma opinião. O tempo mostrará a bem fundada providência do ilustre brasileiro; então dir-se-á dele o que disse de Pitt lorde Castlereagh: "Sua política triunfou sobre seu túmulo". E, coisa singular! Enquanto uma raça sem escrúpulos e sem princípios, agentes de uma intriga surda espalhavam que o ministro acurvava o país ao jugo da Inglaterra, o embaixador inglês lorde Ellis, como para desmenti-los, em tom ameaçador queixava-se do mesmo ministro! E Hudson, também diplomata daquele país, embora elogiando o Sr. Aureliano por suas eminentes qualidades e como um dos melhores servidores do estado, o dizia pouco favorável à Grã-Bretanha.

Superior, mas não insensível à calúnia e à injustiça, o Sr. Aureliano quis, com permissão de S. M. o Imperador, trocar pelo repouso suas elevadas funções. Porém, mesmo fora do poder, nunca os seus amigos abandonaram-no, e nem diminuiu jamais a cordial afeição que lhe tributavam numerosos estrangeiros de nomeada. Entre estes, citare-



mos com prazer o barão de Langsdorff, o conde Oriola, o barão Daiser, Taunay, Sevelot, o conselheiro de estado da Rússia Lomonosoff, Ouseley, de Sauve, Dell'Hoste, o barão d'Arcet, que lhe beijava as mãos, D. Gennaro Merola, o general Guido, o barão Rouen, o internúncio apostólico Fabbrini, que referia ao célebre cardeal Lambruschini a admiração e estima que lhe inspiravam tão perfeito cavaleiro, enfim um médico da armada do sultão, Abdul Medjid, o Dr. Castro, que cheio de gratidão, ergueu em sua sala em Constantinopla o retrato do Sr. Aureliano.

Mais sossegado, entregava-se ao cultivo do chá e à curiosa educação das abelhas, sobre cujos assuntos preparou interessantes opúsculos, quando um evento deplorável em si mudou bruscamente a face dos negócios políticos. Então S. M. o Imperador mandou-o presidir a província do Rio de Janeiro. Apenas correu essa notícia, houve um verdadeiro regozijo público, e com razão. Naturalmente, inimigo da desordem, profundamente adeso a todas as idéias de autoridade, de subordinação, de respeito, inacessível às ilusões especulativas, cheio de ironias e desdém pela política romanesca e fútil, o Sr. Aureliano abriu ao Partido Liberal o campo da política, duramente fechado por longo e odioso domínio. Depois de haver, com decisiva firmeza, estabelecido a igualdade legal das condições, dos direitos, depois de haver reunido ao redor do trono não só interesses como dedicações, e assim assegurado à razão de estado o apoio da convicção, e do entusiasmo, converteu a província em um vasto arsenal de trabalho. Magicamente obedecendo ao seu passamento, todos os municípios à porfia se ufanaram de engrandecer-se e de exarar na frente de seus edificios o nome de tão hábil, quão patriótico, administrador. Grandes obras paradas tiveram espantoso incremento ou concluíram-se, levantaram-se chafarizes, e a água artisticamente conduzida circulou pelas vilas e cidades, abriram-se estradas, transpôs-se o cume de soberbas montanhas, as matrizes restauraram-se, alicerces de novos templos prendiam-se na terra, criou-se, utilíssimo para o nosso mercado, um depósito de sal, auxiliou-se a empresa dos teatros nacionais, premiou-se a inteligência de hábeis engenheiros, lançaram-se pontes sobre diversos rios, e noutros lugares flutuaram barcas que facilitaram o trato dos fluminenses e o transporte dos produtos agrícolas. Enquanto Petrich talhava no mármore seu busto para o canal de Magé, um pincel amestrado reproduzia os traços de seu ameno semblante para o salão da

companhia Seropédica de Itaguaí, e em uma reunião esplêndida, presidida pelo venerando visconde de Araruama, seu nome mil vezes repetido foi mil vezes abençoado às margens do canal de Campos. Fundou a formosa colônia de Petrópolis, para a qual o augusto imperante, protetor de tudo o que é grande, mandou fornecer as terras e onde mais se lê o seu nome e o de muitos dos seus amigos. Tal confiança inspirava, tanto amor merecia, que muitos cidadãos, com generosa espontaneidade, ofereceram não pequenas somas para a confecção do cais de Niterói, o capitão-mor Gabriel Alves Carneiro, só pelo impulso da amizade que lhe consagrava, fez à província doação de espaçosos terrenos que se converteram em praças públicas. As câmaras municipais, quase unanimemente o felicitaram pelos resultados de sua benéfica e exemplar administração, e a câmara da municipalidade niteroiense, empenhada no cômodo e beleza da cidade, quis, todavia, perpetuar a lembrança de tantos serviços, dando a uma nova rua o nome *Rua Aureliana*.

No meio de tão multiplicados afazeres, nunca Aureliano recusou amparo aos desvalidos que o procuravam, nunca fechou sua bolsa às viúvas que se amesquinham, tristes, cercadas de filhos, nunca evitou o olhar do pobre que lhe estendia a mão, nem jamais – jamais! – cerrou seu coração às mágoas dos infelizes. S. M. I. perlustrou a província de norte a sul: viu, observou tudo e, juiz competente, satisfeito, nomeou seu fiel delegado dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Nesse comenos, a munificência imperial veio de novo surpreendê-lo outorgando-lhe, no aniversário de S. M. a Imperatriz, o título de visconde de Sepetiba.

Em 30 de março, obtida licença de S. M. o Imperador, partiu com seus filhos e sua senhora, cultivada dos melhores dotes, a visitar alguns pontos dessa província.

Em agosto, dia a dia, sua saúde alterou-se sensivelmente. Crescia-lhe a palidez: preferindo a solidão, raras vezes falava, ele de tão fácil acesso e ameno conversar. Dir-se-ia que uma febre, uma dor oculta, mas terrível, o devorava. Em 7 de setembro, mal pôde, no cortejo, pronunciar em nome do Instituto Histórico palavras de congratulação pela Independência. No dia imediato, cheio de respeito por seu monarca e sua soberana, acompanhou seus delicados amos desde manhã até a hora avançada em que terminou um baile: beijou pela última vez as augustas

mãos de SS. MM. II., e seu leito de descanso foi, daquele momento em diante, um leito de agonia!

A 24 de setembro, a artilharia gemeu desde a madrugada em feral recordação pelo Sr. D. Pedro I. Esses tiros amiudados fizeram-lhe impressão, e às 10 horas da manhã, com sobre-humano vigor, revolveu-se em luta à morte; cruenta, medonha, prolongada luta, que só findou pouco além da meia-noite!

Como um boato sinistro, em surda voz correu de boca em boca na manhã seguinte a notícia do seu passamento! Fr. Fabiano, que o ungra, estava de joelhos, postas as mãos, a cabeça apoiada em uma das bordas do leito, que uma multidão consternada contemplava imóvel. O sacerdote ergueu-se: "Está tudo acabado", disse. Como se esperassem o som desta voz para despertarem, um, e depois outro, e todos precipitaram-se sobre o corpo de quem ocupara lugar tão grande no coração de seus concidadãos. Beijavam-no em soluços, chamavam-no, regavam-no de pranto... Tudo foi inútil! Aquele que inventa no Céu solenes tragédias e manda se cumpram na Terra, chamara um justo para guardá-lo consigo séculos e séculos!

Esse justo chamou-se Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, grande do império, do conselho de S. M. o Imperador, fidalgo de sua casa, gentil-homem de sua imperial câmara, senador do império, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa, dignitário da imperial Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz de Leopoldo I da Bélgica, de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa de Portugal, da real Ordem de Fernando de Nápoles, da nobre e antiga Ordem de Carlos III de Espanha, de Alexandre Nevsky, dos quatro imperadores da Rússia, cavaleiro de S. João de Jerusalém, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Sociedade Etnológica de Paris, da Sociedade Arqueológica de Bruxelas, da Real Associação das Ciências, Letras e Artes de Antuérpia, etc.



FRANCISCO DE PAULA DE MENEZES BARÃO LOURIVAL

*Francisco de Paula de Menezes Barão Lourival*

.....  
*Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato*

C

hamado em março deste ano para o Ministério, havendo entrado no parlamento em 1849, o Sr. Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato, herdeiro de um belo nome, tem sabido conservá-lo tão puro como o deixou seu pai, aumentando-lhe o brilho e a glória.

Filho do Conselheiro João Evangelista de Faria Lobato, senador do império pela província de Minas Gerais, e da Sra. D. Maria Isabel Manso Saião, nasceu ele nesta cidade do Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1815.

A constância das opiniões, a admirável coragem cívica, essa virtude tão rara em nossa terra e em nossos dias, a ilibada inteireza do Senador João Evangelista deixaram vestígios profundos na memória dos contemporâneos, e são decerto os modelos adotados pelo filho; daí resulta que ainda os adversários, que se desgostam da tenacidade de convicções com que se veêm combatidos, honram o seu caráter, e poupam-lhe até a calúnia.

A sua fraca compleição física impôs ao carinho dos pais, que o queriam convenientemente educar, a dor de uma prematura separação; foi necessário mandá-lo, ainda na idade de 9 anos, para o colégio da serra do Caraça, na província de Minas, para que ar mais puro lhe robustecesse a saúde

Acompanhou-o nesse destino seu irmão mais moço, o Dr. João Evangelista Negreiros Saião Lobato, atual juiz de direito de Porto

Alegre, que vimos por diversas vezes na Câmara dos Deputados pelo voto das províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O colégio do Caraça ainda então não gozava da justa celebridade que depois lhe granjearam os insignes alunos que dele saíram, e entre os quais logo se distinguiu, nas nossas academias jurídicas, o aluno que por conselho da medicina tinha ido abrigar a sua débil e valetudinária infância.

Matriculado em 1830 no curso jurídico de Olinda, tanto se distinguiu entre os seus condiscípulos que foi pela congregação dos lentes premiado: no ano seguinte continuou seus estudos no curso jurídico de São Paulo, onde recebeu em 1834 o grau de bacharel formado. Nessa academia conhecemos o jovem fluminense, distinto desde então pelas mesmas qualidades que ainda hoje o ornaram, frieza de raciocínio sempre lógico, sempre bem deduzido, elocução animada que cativa os que ouvem, séria aplicação, e caráter severo para si, ameno para os seus amigos.

Como todos os talentos chamados a representar papel considerável no regime de discussão em que vivemos, o jovem Saião Lobato era amigo das letras, e nos estudos literários fortificava, enriquecia a sua inteligência, e adquiria essa dicção elegante e firme que o recomendam como escritor e como orador.

Seguiu a carreira da magistratura; juiz de órfãos da cidade de Niterói em 1835, foi despachado juiz de direito em 1838, e serviu seguidamente na província do Espírito Santo, e nas comarcas de Vassouras, de Niterói, de Campos, da província do Rio de Janeiro, tendo sido em 1840 chefe de polícia da cidade da Bahia.

O nome do magistrado que então adquiriu, de magistrado como todos deveriam ser, tão ilustrado e severo, quão reto e justiceiro, deve ser para o Sr. Saião Lobato um público galardão de que justamente se ufane; esse nome o acompanha na carreira política que tem trilhado e muito lhe facilitou as avenidas de altas posições a que tem subido.

Infelizmente, o corpo de S. Ex<sup>a</sup> não é tão firme e robusto como o seu espirito: achando-se em 1856 gravemente enfermo, teve de resignar-se a ser aposentado com as honras de desembargador, e a magistratura brasileira ficou privada de um dos que mais a enobrecem.

Posteriormente a moléstia deu tréguas à sua presa, e o espirito ativo do Sr. Saião, suprindo a fraqueza física em que ela o deixara, habilitou-o

para prestar-se ao convite honroso que lhe fez o Ministério de 12 de dezembro, para aceitar a alta posição administrativa de diretor da alfândega da corte.

No novo emprego a que foi chamado, o Sr. Saião confirmou o seu renome, e ao passo que sua inteireza zelava com eficácia os interesses do estado, confiados ao seu espírito de fiscalização, soube granjear toda a estima e simpatia dos honrados negociantes que com aquela repartição tem dependências, e dos funcionários que, debaixo das suas ordens, cooperam nessa importantíssima casa de arrecadação. Uma inteligência clara, um espírito justo, mas não chicaneiro, uma benevolência que tempera o zelo, sem fazê-lo adormecer, foram as qualidades que distinguiram o administrador, como haviam enobrecido o magistrado.

Vejamos agora o Sr. Saião na vida política.

Magistrado antes de tudo, o Sr. Saião não militava nas bandeiras dos nossos partidos políticos, não se envolvia em suas lutas e, portanto, estava extreme de suas paixões e interesses. Ninguém, porém, ignorava que o digno magistrado herdara, com as virtudes paternas, as nobres convicções do distinto senador; era, pois, conservador. Na grande reação que houve de 1843 a 1848, e que tão implacável se mostrou na província do Rio de Janeiro, pois cumpria a todo transe conquistá-la e dominá-la, achou-se envolvido o juiz de direito de Vassouras. Então apareceu ele na imprensa fluminense com uma bellissima publicação acerca dos atos presidenciais de que fora vítima. E essa publicação revelou aos homens das idéias proscritas um hábil escritor com que poderiam contar para a divulgação das sãs doutrinas.

A eleição de 1849 o chamou à tribuna parlamentar pela província do Rio de Janeiro; desde então os votos dos eleitores fluminenses sempre o acompanharam; pois se na eleição de 1856 não foi mandado à Câmara deve ser isto atribuído a não se haver ele apresentado candidato, a não ter escolhido círculo, e talvez a ter reservado as suas forças para a eleição de senador que de próximo se lhe seguiu. Nessa eleição apareceu ele em 1.<sup>o</sup> lugar na lista tríplice, e com brilhante votação qual até então não tinha obtido candidato algum que estivesse em opposição ao Ministério.

De feito, a sessão legislativa que terminara em 1856, vira o Sr. Saião em opposição, não ao princípio da conciliação, mas ao modo por que ia ele sendo aplicado: separando-se do Ministério, combateu algumas

das suas propostas e, especialmente, a que reformava a lei de 3 de dezembro de 1842, proposta contra a qual houve essa demonstração política, geralmente conhecida com o nome de – agitação de Vassouras –, e que, aprovada pela Câmara, foi dormir nas pastas da Comissão do Senado. Sem fazer uma oposição acintosa e sistemática a esse Ministério, o Sr. Saião raramente abandonava a tribuna, quando tinha de contra eles sustentar as sãs doutrinas políticas, ou os grandes interesses administrativos.

E, pois, quando se apresentou à eleição para lista triplíce de senador, havendo nove concorrentes, alguns altamente sustentados pelo Governo, entre eles, todos de certo digníssimos, não estava o Sr. Saião Lobato. Essa circunstância dá maior realce ao resultado conseguido, prova mais cabalmente a confiança e a estima do corpo eleitoral fluminense.

A eleição, que no Rio de Janeiro a esta se seguiu, foi a do ano passado, e trouxe de novo à Câmara o Sr. Saião; sem embargos dos esforços empregados pelos amigos de um candidato para abrir brecha no distrito por onde se apresentava o digno fluminense, nunca foi duvidoso o resultado da eleição.

Na vida parlamentar do Sr. Saião Lobato há uma parte gloriosíssima, que não devemos omitir; foi a que ele teve no projeto da lei das estradas de ferro, o seu incansável zelo pela decretação da via férrea do vale do Paraíba, a sua constância em todas as discussões travadas a esse respeito, as considerações previdentes que fez sobre os inconvenientes necessários da simultânea decretação de tantas estradas, com que imprudentes desejos de melhoramento ainda não necessários, ainda sazoados, iam sobrecarregar o tesouro público, e comprometer os poucos capitais acumulados no país. A sua voz previdente não foi ouvida; mas hoje ninguém há que não lhe faça justiça, e não lastime o ter ela sido perdida, o haver o entusiasmo prescindido da reflexão, e desdenhado dos seus conselhos.

Magistrado, orador, administrador e político, o Sr. Saião tem mais um título, o de bellissimo escritor. Dois opúsculos políticos de algum vulto apareceram nas colunas do *Jornal do Comércio e Correio Mercantil* apareceram anônimos, mas a curiosidade pública não respeitou o anônimo, e S. Ex<sup>ª</sup> não nega a paternidade deles.

Em ambos esses opúsculos, o Sr. Saião Lobato saiu em defesa do princípio fundamental das suas crenças políticas, a sustentação da



monarquia como fiadora da liberdade e da ordem, do progresso moral e material do país.

O escritor deixou exuberantemente provadas as suas teses; mas, infelizmente, são elas tais que, constantemente vencedoras pela razão, são constantemente atacadas, abaladas pelo arrastamento do erro, pela cegueira da paixão, e assim carecem de contínua defesa, de constante vitória.

Enfim, em março foi chamado ao Ministério o Sr. Saião: aí não o acompanharemos neste breve esboço – o futuro o completará. Mas o que podemos afirmar, sem que a nossa voz seja suspeita, é o que todos aí podem ver nas colunas do *Jornal do Comércio*. Uma época em que os mais santos princípios são contestados pela irreflexão, que não mede o alcance dos seus ataques, e quando tantos esmorecidos acham que não vale a pena refutar o erro, o Sr. Saião Lobato tem-se mostrado grande pensador, tanto quanto distinto orador: insistente na sustentação das suas convicções, pois ao triunfo dessas convicções está ligado todo o porvir do país, S. Ex<sup>ã</sup> não tem perdido ocasião de aparecer – *pro ara et focus*. Outros, que não nós, dirão se na tribuna de 1861 houve quem mais se distinguisse.

.....

## Índice Onomástico

### A

Abaeté - Sales (Ministério) – 306  
Aberdeen, lorde – 95, 96  
Abrantes, marquês de – 181  
Acióli – 168  
Agrícola – 204  
d'Aguesseau – 137  
Aguiar, Antônio Francisco de – 235  
Aguiar, Gertrudes Eufrosina de – 235  
Aguiar, Rafael Tobias de – 235, 236-7, 238, 239  
D'Aguiar, marquês de – 226  
Albuquerque, Maria Ana Francisca de Paula  
  Cavalcanti de – 143  
Alcântara, visconde de – 98  
Alcântara, Pedro de (D.) – 288  
Alegre, M. de Araújo Porto – 228, 292  
Alegrete, marquês de – 208  
Alexandre – 149  
Almeida, Inácia Pires de – 85  
Almeida, José Joaquim de – 169  
Almeida, Joaquim José de – 289  
Almeida, Tomás Xavier Garcia de – 334  
Alorna, marquês de – 208  
Álvares Machados (os) – 34  
Álvares Machado – 120, 121, 395  
Alvear (general) – 93, 94  
Alves Branco – 23, 273, 376  
Amaral, João Alves do – 165  
Amélia, (Dona) – 85  
Amélia, imperatriz – 291, 321  
Amélia, princesa – 413  
Anacreonte – 319  
Andrada, Bonifácio José de (coronel) – 24  
Andrada, José Bonifácio de – 91  
Andradas (os) – 24, 26, 30, 34, 291, 293  
Andréia, Francisco José de Sousa Soares de –  
  103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111,  
  112, 113, 114, 117, 118, 121, 123, 125, 126,  
  127, 129, 130, 131  
Antas, conde das – 187

Antônio Carlos – 23, 27, 28, 29, 30, 81, 177, 191  
Andréia – 15  
Andrada, Martim Francisco Ribeiro de – 23,  
  24, 25, 26, 27, 28, 29, 30  
Antero (general) – 394  
Antônio Carlos (Andrada) – 429  
Aquino, Tomás de (santo) – 460  
Araruama, visconde de – 479  
Araújo e Lima – 440  
Araújo, José Tomás Nabuco de – 364  
Arcé, Antônio de – 55  
Arcos, conde dos – 65  
Átila – 117  
Auckland, lorde – 396  
Aurelino – 304  
Avilez – 236, 293

### B

Badaró (Dr.) – 343  
Bagé, barão de – 227  
Bandeira, Pedro Rodrigues – 89  
Barbacena, visconde e marquês de – 85, 87,  
  90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 287  
Barbosa, Januário da Cunha – 231, 290, 391,  
  475  
Barbosa, Joaquim Estanislau – 176  
Barbosa, Luís Antônio – 451  
Barreto (general) – 94  
Barreto Pedrosa – 394  
Barreto, João de Deus Mena – 230  
Barreto, João Paulo dos Santos – 195, 196, 197  
Barreto, Luis do Rego – 105, 381, 401  
Barreto, Narcisa Teresa de Jesus – 161  
Barros (família) – 371  
Barros, Domingos Borges de – 411, 414  
Barros, Francisco Borges de – 411  
Barros, Francisco do Rego – 143  
Barros, José Vitorino de – 391  
Barros, Luisa Borges de – 411  
Barros, Maria Isabel de – 391

- Barros, Pedro José da Costa – 172, 173  
 Barros, Romualdo José Monteiro de – 304  
 Barros, Sebastião do Rego – 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150  
 Bastos, Luís Paulo de Araújo – 58  
 Batista, Cândido – 396  
 Beaurepaire-Rohan (tenente-coronel) – 149  
 Belchior (padre) – 175, 177, 291  
 Bellegarde, Cândido Norberto Gorge – 13, 14  
 Bellegarde, Maria Antônia de Niemeyer – 13, 14  
 Bellegarde, Pedro de Alcântara – 14, 15, 16, 17, 18, 19  
 Berthier – 103  
 Biancardi, Teodoro José – 320  
 Bitancourt, Conrado Maria da Silva – 312  
 Bitancourt, Elesbão José da Silva – 310  
 Bitancourt, Elesbão Maria da Silva – 312  
 Bitancourt, José Maria da Silva – 309, 310, 311, 312  
 Bitancourt, Maria Amália da Silva – 312  
 Bitancourt, Maria Joana de Gusmão – 312  
 Bitancourt, Maria Teresa da Silva – 312  
 Bitancourt, Teresa José da Silva – 310  
 Bocage – 412  
 Boccaciari (brigadeiro) – 163  
 Boileau – 117-8  
 Bonaparte, Jerônimo – 88  
 Bonifácio, José – 23, 24, 25, 29, 167, 168, 176, 177, 189, 320  
 Bourbon, Teresa Cristina de – 477  
 Bragança, duque de – 291  
 Bragança, duquesa de – 85, 321  
 Brandão, Rodrigo – 166  
 Brant (general) – 167  
 Brant, Felisberto Caldeira – 85, 86, 87  
 Brant, Gregório Caldeira – 85  
 Brantren – 94  
 Brito, Acióli de Madureira – 330  
 Brito, Antônio Elisiário de Miranda e – 107  
 Brito, Diogo Jorge de – 257, 436  
 Brotero, João – 74  
 Brito, Joaquim Marcelino de – 322, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335  
 Brito, Manuel Joaquim de – 327  
 Brown (general) – 93, 107, 393  
 Bulcão – 166
- C**
- Cabrais (os) – 456  
 Cabral, Inácio Marcondes de Oliveira – 33, 34, 35  
 Caçapava, barão de – 15, 19, 103, 104, 106, 128, 133, 134  
 Cachoeira, barão de – 168  
 Cairu, barão de – 459  
 Calado, João Crisóstomo – 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60  
 Calado, Manuel Joaquim – 55  
 Caldeira, Felisberto – 166  
 Calderón, Isaac – 94  
 Calmon, Miguel – 181  
 Camilos (os) – 208  
 Campbell, Donald – 226  
 Campo Grande, barão de – 317, 323  
 Campos (padre) – 372  
 Campos, Francisco Gomes de – 317, 318, 319, 322  
 Campos, João Gomes de – 318  
 Campos, Joaquim Gomes de – 318  
 Campos, José Carneiro de – 201  
 Campos, José Joaquim Carneiro de – 201, 202, 203, 320  
 Campos, Luísa Maria Susano de – 320  
 Canning (Mr.) – 92  
 Cansção de Sinimbu – 362, 364  
 Caravelas, marquês de – 201, 203  
 Cardoso, Ana Constança Guilhermina de Castro – 86  
 Carlota Joaquina (Dona) – 39  
 Carneiro, Gabriel Alves – 479  
 Carvalho (Dr.) – 391  
 Carvalho, João Vieira de – 207  
 Carvalho, João Vieira de (pai) – 207-8  
 Carvalho, José da Costa – 102  
 Castlereagh, lorde – 477  
 Castro (Dr.) – 478  
 Castro, Francisco Bibiano de – 110  
 Caxias – 19, 154, 266, 298, 395, 442  
 Césares (os) – 460  
 Chateaubriand – 217  
 Chaves, marquês de – 244  
 Cicero – 117, 452  
 Cincinato – 474  
 Cipiões (os) – 108  
 Cochrane, lorde – 172

Coelho (general) – 78  
 Coelho de Seabra – 24  
 Coelho, Francisco Ramiro de Assis – 474  
 Coelho, Jerônimo Francisco – 19  
 Coelho, Joaquim José – 381  
 Coelho, José Joaquim – 381, 383, 384  
 Constant, Benjamin – 179  
 Cordeiro Torres – 15  
 Correia, José de Sousa – 391  
 Corte Imperial – 162  
 Corte Real – 162  
 Costa, Álvaro da (D.) – 56  
 Costa, Antônio de Macedo – 467  
 Coutinho, José Caetano da Silva – 456, 463  
 Costa, Julião Martins da – 216  
 Costas Carvalhos (os) – 298  
 Coutinho, Aureliano de Sousa e Oliveira – 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480  
 Coutinho, Aureliano de Sousa e Oliveira (pai) – 471  
 Coutinho, João Pereira Ramos de Azevedo – 24  
 Coutinho, José Mariano de Azevedo – 289  
 Coutinho, Rodrigo de Sousa – 18, 201, 226  
 Cruz Seco (Dr.) – 391  
 Cruz, Antônio dos Santos – 176  
 Cunha, Antônio Luis Pereira da – 63, 66, 67

**D**

Daiser – 378  
 d'Arcet, barão – 478  
 Dell'Hoste – 478  
 Demóstenes – 117  
 de Sauve – 478  
 Desfontaines – 180  
 Desterros (os) – 459  
 Drummond, Antônio de Meneses Vasconcelos de – 289  
 du Back – 180  
 du Briche – 178  
 Duarte, Francisco de Paula Pereira – 287

**E**

Eduardo (caudilho) – 115  
 Ega, conde da – 88  
 Eguia (governador) – 175, 177  
 Ellis, lorde – 477  
 Ermelinda Maria do Amor Divino – 252

Escolástica, José de Santa (frei) – 65  
 Espártaco – 292  
 Etéocles – 124  
 Evaristo – 436, 437  
 Eusébio (senador) – 304

**F**

Fabiano (frei) – 480  
 Fabrini (monsieur) – 184, 478  
 Feijó, Diogo Antônio – 23, 99, 145, 341, 342, 343, 344, 345, 374, 429, 430, 457, 474  
 Feijó (Ministério) – 344  
 Feijós (os) – 30, 34, 298  
 Félix, João – 176  
 Felizardo, Manuel – 311  
 Fellenberg – 179  
 Fernandes Braga – 391  
 Fernandes da Silveira – 461  
 Fernando II – 459  
 Ferraz (Gabinete) – 368  
 Ferraz, Ângelo Moniz da Silva – 361, 364, 367  
 Ferreira, Pedro – 394  
 Ferrussac, barão de – 180  
 Filinto Elisio – 412  
 Fonseca, Domingos Pereira da – 214  
 Fonseca, Mariano José Pereira da – 213, 214  
 França, Clemente Ferreira – 173  
 Francisco I – 202  
 Francoeur – 437  
 Freese – 181

**G**

Gall – 180  
 Gama, Paulo José da Silva – 227  
 Gamas (os) – 456  
 Garcez, Henrique (brigadeiro) – 74  
 Garcez, Joaquina Inácia Perpétua Felicidade – 73  
 Gêngis-Cã – 117  
 Godinho, João Batista Vieira – 65  
 Gomes Quirino – 364  
 Gonçalves (padre) – 357  
 Gonçalves Martins – 383  
 Gonçalves, Manuel – 262, 264  
 Gonzaga, Tomás Antônio – 274  
 Gouveia, Lúcio Soares Teixeira de – 287

Gregório XVI – 293  
 Grenfell – 92  
 Guadalupe (os) – 459  
 Guido (general) – 478  
 Guimaraes, Manuel Bento de Sousa – 89  
 Guizot – 159  
 Gusmão, Francisca Rosa de – 312  
 Gusmão, Manuel Álvares de – 312

## H

Halfeld, Fernando – 130  
 Hermógenes (major) – 90  
 Holanda Cavalcanti – 322  
 Homero – 216  
 Horta, Ana Francisca de Oliveira – 85  
 Horta, José Caetano Rodrigues – 85  
 Hudson – 477

## I

Inglifield, A. – 262, 263  
 Inhambupe, marquês de – 63, 68  
 Inocêncio (Rocha) – 291  
 Isabel (D.), princesa – 221, 335  
 Isabel, a Católica – 414  
 Itabaiana, visconde de – 93, 95  
 Itaboraí, visconde de – 130, 367  
 Itanhaém, marquês de – 59, 473

## J

Jacó – 149  
 Jardim, Ricardo Gomes – 130  
 Jefferson – 437  
 Jequitinhonha, visconde de – 159, 187, 188,  
 189, 190, 191  
 Jerumirim, visconde de – 15  
 Jesus, Teresa Maria de – 214  
 Jevret, Davi – 254, 255  
 João, D. (Príncipe) – 13, 39, 40, 46  
 João V, D. – 24  
 João VI, D. – 25, 35, 45, 56, 65, 67, 89, 104,  
 134, 173, 201, 202, 215, 253, 280, 281, 288,  
 318, 319, 320, 461, 472  
 João Carlos (general) – 25  
 Joaquim José Inácio – 389, 390, 391, 395  
 John Luís – 396

Jomard – 180  
 José Elói – 452  
 José Leandro – 461  
 José Mauricio (padre) – 216, 461  
 Júlio César – 395  
 Juvêncio (Rocha) – 291

## L

Labatut (general) – 120, 169, 170  
 Lacerda (tenente-coronel) – 298  
 Lafaiete (general) – 179  
 Lagoanere (cônsul) – 175  
 Laguna, visconde de – 56, 57, 107  
 Lainé (almirante) – 262  
 Lajes, marquês de – 207, 209  
 Lambruschini (cardeal) – 478  
 Langsdorff, barão de – 478  
 Lannes – 103  
 Lapeyre (cônsul) – 175, 177  
 Lara, Branca de Almeida – 85  
 Le Predour (almirante) – 264  
 Leal, Filipe José Pereira – 267  
 Leão, Honório Hermeto Carneiro – 322-3  
 Lecor (tenente-general) – 56  
 Leite, Francisco de Paula – 55  
 Leite, Gertrudes Celidônia de Cerqueira – 371  
 Leite, Luís Raimundo da Costa – 461  
 Leme, Pedro Dias de Macedo Pais – 289  
 Leônidas – 238  
 Leopoldina (D.), Princesa – 202, 221  
 Leuchtemberg, Amélia de (Dona) – 47, 96  
 Lima (general) – 254  
 Lima, Francisco de – 153  
 Lima, Helena de – 279  
 Lima, José Joaquim de – 170  
 Lima, Maria Elisa Júlia de – 229  
 Lima, Pedro de Araújo – 145, 345  
 Linhares, Conde de – 215, 254  
 Lírio (funcionário do Tesouro) – 366, 367  
 Lisboa, Bento da Silva – 459  
 Lisboa, Joaquim Marques – 396  
 Livramento (capitão) – 305  
 Loobato, Francisco de Paula Negreiros Saião  
 – 483, 484, 485, 486, 487  
 Loobato, João Evangelista de Faria – 483  
 Lobo (almirante) – 392

Lomonosoff – 478  
Lopes, Jacinto José – 109  
Luis XVIII – 318  
Luis Filipe (rei) – 291, 293  
Luis Paulo – 252

**M**

Macaé – 273  
Macedo, Joaquim Manuel – 445  
Macedo, José Agostinho de – 412  
Machado, Olímpio – 74  
Maciel, Inocêncio da Rocha – 289  
Maciel, Salvador José – 119  
Madeira (general) – 138, 164, 165, 166, 382, 402  
Magalhães (Gonçalves de) – 217  
Magé, barão de – 170  
Maia, José Antônio da Silva – 322  
Manuel – 463  
Manuel Jorge (general) – 119  
Manuel Pedro (brigadeiro) – 164, 165  
Maranhão, marquês do – 172, 180  
Marcondes, Ana Joaquina de Oliveira – 33  
Marcondes, Mariana Angélica de Toledo – 173  
Maria II (D.) – 47, 48, 95, 96  
Maria Amélia (princesa) – 291  
Maria da Glória (Dona) – 46  
Maria Leopoldina, D. – 41  
Maria Rosa da Conceição – 455, 456  
Maria Teresa de Jesus – 381  
Marialva, marquês de – 318  
Mariani, José – 110  
Mariath (capitão-de-mar-e-guerra) – 119  
Maricá, marquês de – 213, 214, 216, 217  
Maricá, marquesa de – 216  
Marinho, Antônio José – 351, 354  
Marinho – 430  
Marinho, José Antônio – 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358  
Martel (padre) – 115  
Martim Francisco – 175, 176, 177, 236  
Martins, Antônio – 173  
Martins, José Fernandes – 225  
Mascarenhas (os) – 459  
Mascarenhas, Francisco de Assis – 279, 280, 281, 282, 422  
Mascarenhas, José de Assis – 279

Mascarenhas, Manuel de Assis – 417, 418, 419, 420, 421, 422  
Matos, Raimundo José da Cunha – 405  
Macedo, Sérgio Teixeira de – 391  
Matos, Pascoal Bernardino de – 287  
Matos, Raimundo José da Cunha – 231  
Maury (Mr.) – 267  
Mayrink, José Carlos – 105  
Medjid, Abdul – 478  
Meireles, João Batista Soares de – 471  
Melo, Antônio Joaquim de – 35  
Melo, Francisco de Albuquerque – 143  
Melo, Francisco de Paula Sousa e – 367, 371, 372, 373, 374, 376, 377  
Melo, José Bento Leite Ferreira de – 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431  
Melo, José Joaquim Leite Ferreira de – 426  
Melo, José Luis de – 225  
Melo, Escolástica Bernardina de – 426  
Melo, Martinho de – 86  
Melo, Miguel de – 86  
Melquisedeque – 456  
Mendes (cônsul) – 175  
Mendes, Luís Manuel da Silva – 73  
Mendes, Maria da Silva – 73  
Meneses, José Augusto César de – 443  
Merola, Gennaro – 478  
Metternich, príncipe de – 95  
Miguel, Dom – 46, 95, 96  
Milcíades – 108  
Mirabeau – 117  
Moisés – 149  
Molé – 137  
Mont'Algre, marquês de – 154, 182, 274  
Monteiro, A. P. Maciel – 230  
Montenegro, Caetano Pinto de Miranda – 328  
Montezuma, Artur Leão Marcondes de – 187  
Montezuma, Francisco Jê Acaiaba de – 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 178, 179, 180, 183, 184, 186, 291  
Montezuma, Leônidas Marcondes de – 187  
Montezuma, Manuel Gomes Brandão – 161  
Mota, José Inácio Silveira da – 297, 298, 299  
Moura (bispo) – 184  
Moura, Antônio Maria de – 291  
Murat – 103  
Muritiba, barão de – 243, 248

**N**

Nabuco de Araújo – 81, 362  
 Napión (tenente-general) – 24  
 Napoleão I – 40, 319  
 Nazianzeno, Gregório de – 464  
 Nepomuceno, Narciso da Silva – 457, 458, 461  
 Nero – 260  
 Nicolau Tolentino – 412  
 Niemeyer, Conrado Jacó – 17, 19  
 Nobre, Maria Joaquina – 55  
 Nogueira, Vicência da Silva – 208  
 Nunes Pires – 394

**O**

Olinda, marquês de – 78, 80, 81, 145, 247, 345  
 Olinda (Ministério) – 367  
 Olinda-Sousa Franco (Ministério) – 306  
 Oliveira, Pedro Ferreira de – 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268  
 Oliveira, Pedro Ferreira de (pai) – 252  
 Oliveira, Saturnino de Sousa e – 395  
 Ordonhes, Diogo de Toledo Lara – 226  
 Ordonly, Diogo de Toledo de Lara – 66  
 Oribe, Manuel – 185, 260, 262  
 Oriola, conde – 494  
 Oseley – 478  
 Otôni – 430  
 Otôni, Honório Benedito – 445  
 Otôni, Jorge – 394  
 Otôni, Jorge Benedito – 435  
 Otôni, José Elói – 451  
 Otôni, Manuel Antão – 435  
 Otôni, Rosália Benedita – 435  
 Otôni, Teófilo Benedito – 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452

**P**

Paca (capitão) – 305  
 Palaprat – 180  
 Palensa, Luísa Galves – 318  
 Palletan – 180  
 Palma, conde e marquês de – 90, 164, 422  
 Palmela, conde de – 89

Palmerston, lorde – 99, 477  
 Pamplona, Davi – 26  
 Paraíso, Francisco de Sousa – 332  
 Paraná, visconde e marquês de – 18, 246, 322, 420, 450  
 Paraná (Gabinete) – 77  
 Paranaguá, João Lustosa da Cunha – 462  
 Pardal (general) – 197  
 Paula Sousa – 23  
 Paulas Sousas (os) – 30, 34, 298  
 Pedra Branca, visconde de – 411, 412, 413  
 Pedro (frei) – 473  
 Pedro, D. – 14, 40, 41, 44, 45, 56, 67, 68, 163, 202  
 D. Pedro I – 28, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 58, 68, 74, 92, 95, 96, 97, 98, 134, 144, 153, 196, 202, 203, 228, 254, 255, 281, 282, 291, 320, 321, 328, 343, 374, 413, 428, 437, 472, 480  
 Pedro II (D.) – 48, 59, 133, 144, 207, 230, 275, 291, 292, 294, 305, 321, 336, 376, 459, 473, 476,  
 Pedro IV (D.) – 49, 244  
 Pena – 383  
 Penteado, Antônio de Barros – 373  
 Pereira, José Clemente – 16, 321  
 Pereira, José Fernandes dos Santos – 392  
 Petrich – 478  
 Pilar, João Silveira – 183  
 Pindaré, barão de – 393  
 Pinheiro de Vasconcelos – 362  
 Pinheiro, José Feliciano Fernandes – 225, 226, 227, 228, 229  
 Pinheiro, Maria Francisca de Campos – 140  
 Pinheiro, Teresa de Jesus – 225  
 Pio IX – 463  
 Pitt – 477  
 Plutarco – 43, 378  
 Poisson – 437  
 Polinices – 124  
 Pontal, barão de – 450  
 Ponte, conde da – 88  
 Ponte de Lima, marqueses de – 279  
 Pontes, Manuel José Pires da Silva – 86  
 Pontes, Rodrigo de Sousa da Silva – 263, 264, 265, 266  
 Popham (almirante) – 87  
 Porto Alegre – 373, 375, 377, 412  
 Portugal, Fernando José de – 226

Portugal, Maria do Carmo de Gouveia – 413  
Portugal, Tomás Antônio de Vila Nova – 320  
Prado (família) – 426  
Prudêncio (padre) – 115  
Pynn, Samuel – 396

**Q**

Quaraim, barão de – 391  
Queluz, marquês de – 287  
Quitéria, Maria Rita – 216  
Quixeramobim, marquês de – 289

**R**

Raposo (capitão-de-mar-e-guerra) – 258, 394  
Reis, Joana Bernardina do Nascimento – 282  
Reis, Joaquim Vicente dos – 282  
Reis, Manuel João dos – 89  
Resende, conde e marquês de – 95, 168, 214  
Ribeiro de Andrada – 172  
Ribeiro, Bento Manuel – 93  
Riego (general) – 135  
Rio Bonito, visconde do – 391  
Rocha, José Joaquim da – 174, 287, 288-9,  
290, 291, 292, 293, 294  
Rodrigues (general) – 392  
Rodrigues Torres – 367  
Rodrigues, Manuel Jorge – 112, 392  
Rômulo – 169  
Rosas – 18, 127, 147  
Rossi, conde – 273  
Rouen, barão – 478  
Ruiter (almirante) – 146

**S**

Sá de Miranda – 238  
Sá, Manuel José Maria da Costa e – 231  
Sabará, marquês de – 287  
Sabino – 394  
Sacramento, Custódia Maria – 201  
Sacramento, Maria Barbosa Rosa do – 216  
Saião, Maria Isabel Manso – 483  
Santa Cruz, marquês de – 466, 467  
Santos, Antônio Cardoso dos – 87, 88  
Santos, Francisco das Chagas – 230  
Santos, José Pinheiro dos – 137

São Carlos, Francisco de (frei) – 274  
São João de Palma, marquês de – 279, 281,  
282, 283  
São Leopoldo, visconde de – 225, 230, 231,  
232, 475  
São Paio, Francisco de (frei) – 289  
Saraiva, Catarina Francisca – 73  
Saraiva, José Antônio – 19, 71, 73, 74, 75, 76,  
77, 78, 79, 80, 81, 82  
Saraiva, José Antônio (pai) – 73  
Say, João Batista – 244  
Seixas, Romualdo Antônio de – 463  
Sêneca – 452  
Sepetiba, visconde de – 471, 479  
Sepúlveda (coronel) – 394  
Serra, Leonel – 394  
Serro Largo, barão do – 93, 94  
Sevelot – 478  
Silva Alvarenga – 24  
Silva Lisboa – 172  
Silva, Ana Maria da – 327  
Silva, Carlota Gulhermina de Lima e – 405  
Silva, Francisco de Lima e – 405  
Silva, João Manuel Pereira da – 273, 274, 276  
Silva, José Bonifácio de Andrada e – V.  
Bonifácio, José  
Silva, José Joaquim de Lima e – 401  
Silva, Manuel da Fonseca Lima e – 401  
Silva, Maria Bárbara da – 24  
Silva, Paulo Barbosa da – 289, 473  
Silveira, Antônio Joaquim da – 455  
Silveira, Manuel Joaquim da – 455, 457, 458,  
459, 460, 462, 463, 466  
Silveira, Tomás Antônio da – 382  
Siqueira, Alexandre Joaquim de – 303, 304,  
305, 306  
Siqueira, Alexandrina Maria de – 303  
Siqueira, Joaquim José de – 303  
Soul – 55  
Sousa Caldas – 24  
Sousa Franco – 78, 299  
Sousa, Antônio Joaquim de – 130  
Sousa, Antônio José de – 371  
Sousa, Carlos de São José e (frei) – 461  
Sousa, Diogo de – 208, 227  
Sousa, Manuel Inácio de Melo e – 427, 428  
Sousa, Manuel Marques de – 208



Sousa, Manuel Teixeira de – 451  
 Sousa, Marcos Antônio de – 374  
 Southey – 171  
 Stokler (general) – 195  
 Stuart, Charles – 93  
 Suruí, barão de – 401

**T**

Tácito – 204, 452  
 Talaru, marquês de – 176  
 Taquari, barão de – 113, 392  
 Tasher, conde de – 180  
 Taunay, conde de – 478  
 Teixeira (os) – 169  
 Teles, Antônio – 168  
 Temístocles – 108  
 Teresa Cristina – 459  
 Tito Lívio – 452  
 Toledo, José Xavier de – 225  
 Torquato – 216  
 Torres (general) – 167  
 Torres, Antônio Maria da Silva (coronel) – 166  
 Torres, Francisco Cordeiro da Silva – 121  
 Torres, Joaquim José Rodrigues – 437  
 Torres, José Joaquim Fernandes – 322  
 Tosta, Manuel Vieira – 243, 244, 245, 246, 247  
 Torres, Joaquim José Monteiro – 226  
 Trajano – 475  
 Travassos (Dr.) – 395  
 Trindade, José da SS. (D.) – 353  
 Turenne – 103

**U**

Uruguai, visconde do – 244, 274

**V**

Valença, marquês de – 450  
 Valentim – 461  
 Vasconcelos (senador) – 427, 436, 437  
 Vasconcelos, Bernardo Pereira de – 428, 429, 473  
 Vasconcelos, Joaquim de Frias – 153  
 Vasconcelos, Joaquim José Pinheiro de – 137, 138, 139, 140  
 Vasconcelos, Luís de – 85  
 Vasconcelos, Maria Joaquina do Amor Divino e – 137  
 Vasconcelos, Miguel de Frias e – 153, 154, 155, 156  
 Vauban – 103  
 Veloso, José Mariano da Conceição (frei) – 24, 226  
 Vergueiro – 172, 376  
 Vieira, Jerônimo – 245  
 Vicente Pires da Mota (os) –  
 Vidigal, Francisco Correia – 457  
 Vieira Braga – 391  
 Vieira, João Pedro Dias – 462  
 Vila Bela, Barão de – 57  
 Villademoros – 185  
 Virgílio – 225, 459  
 Vitória, barão de – 381, 384  
 Vitória, Germana Rita Brito de – 105  
 Vitória, José Gonçalves – 391

**W**

Washington – 159, 166, 474  
 Wellington, duque de – 95  
 West, John – 396

**X**

Xenofonte – 458